Ilmo. Sr.

Humberto Gonçalves

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS

Agência Nacional de Águas – ANA

Setor Policial Sul – Área 5 – Quadra 3 – Bloco L – Sala 203

70610-200 – Brasília-DF

Ofício IBIO nº 011/2018 **Data: 30/01/2018**

Assunto: Envio do Relatório de Gestão do Exercício de 2017

Prezado Senhor,

Em observância a letra Q da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, assinado em 04 de novembro de 2011, encaminhamos o Relatório de Gestão, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Atenciosamente,

Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
Instituto BioAtlântica

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO 2017

IBIO

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO) - ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 072/ANA/2011

JANEIRO DE 2018

Rua Afonso Pena, 2590, Centro - Governador Valadares - MG - CEP 35010-000
e-mail: ibioagbdoce@ibio.org.br / site: www.ibioagbdoce.org.br
Telefone: (33) 3212- 4350

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO) - ENTIDADE DELEGATÁRIA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO N° 072/ANA/2011 DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU N° 063/2010, das Decisões Normativas nº 108/2010 e 117/2011, da Portaria-TCU n°123/2011 e das orientações do Órgão de controle interno.

Governador Valadares - MG, Janeiro de 2018.

SUMÁRIO

SUMÁRIO **3**

LISTA DE FIGURAS **5**

LISTA DE TABELAS **6**

LISTA DE SIGLAS **8**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO **10**

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce 11
1.2. Plano Integrado De Recursos Hídricos – PIRH DOCE 15
1.3. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH 17
1.4. Contratos de Gestão 18
1.5. Plano de Aplicação Plurianual – PAP DOCE 22

2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO **32**

2.1. Identificação Institucional 32
2.2. Identificação do Contrato de Gestão 33
2.3. Descrição dos Objetivos e Metas Institucionais Pactuados no Contrato de Gestão 33
2.4. Glossários sobre os Critérios de Avaliação 34
2.5. Comprometimento de Metas 37

3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES. **43**

3.1. Meta 1A - Conteúdo Disponibilizado e Atualizado na Página Eletrônica do Comitê da Bacia. 43
3.2. Meta 1B – Elaboração e Distribuição de Publicações Digitais e Impressas 45

4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO **46**

4.1. Meta 2A – Plano de Aplicação Plurianual (2016/2020) 46
4.2. Meta 2B – Atuação do CBH e ED em situações críticas 54

5. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS **55**

5.1. Meta 3A - Índice de Desembolso Anual (%) 55
5.2. Meta 3B – Propor ao CBH-Doce os valores a serem cobrados 60
5.3. Meta 3C – Atendimento ao Usuário em Cobrança 60

6. INDICADOR 4 – ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS **70**

6.1. Meta 4A – Criar/Manter Portal para Acompanhamento Via Web da Aplicação dos Recursos 70

7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO CBH-DOCE **78**

7.1. Meta 5A – Reconhecimento pelos Membros do CBH-Doce 78

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS **80**

Anexo I Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020 92
Anexo II Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce 93

ANEXO III PROPOSTA ENVIADA AO CBH-DOCE DE VALORES A SEREM COBRADOS PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA O PERÍODO DE 2017/2020 – OFÍCIO IBIO Nº 122/2017 94
ANEXO IV OFÍCIO CBH-DOCE Nº 119/2017 – ATESTO DE RECEBIMENTO DO OFÍCIO IBIO Nº 122/2017 95
ANEXO V META 5A – E-MAIL ANA SOBRE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA RECONHECIMENTO SOCIAL DO IBIO, PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS 96
ANEXO VI RESULTADO DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS SOBRE RECONHECIMENTO SOCIAL DO IBIO NO ANO DE 2017 97
ANEXO VII MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO PARA RECONHECIMENTO SOCIAL DO IBIO 98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO. 11

Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce 13

Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce 13

Figura 4 – Reunião de Câmara Técnica do CBH-Piranga em que houve discussão sobre o PAP..... 50

Figura 5 – Reunião dos Comitês Afluentes Capixabas sobre o PAP 50

Figura 6 – Apresentação do IBIO sobre o PAP durante reunião das Câmaras Técnicas do CBH-Doce 51

Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce. 61

Figura 8 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Piranga. 62

Figura 9 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Suaçuí. 62

Figura 10 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Manhuaçu. ... 63

Figura 11 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBIO. 63

Figura 12 – Seleção de UGRHs para consulta de contratos 71

Figura 13 – Seleção de estado (MG ou ES) para consulta de contratos 71

Figura 14 – Seleção de ano de celebração dos contratos para consulta 72

Figura 15 – Seleção de município para consulta de contratos 72

Figura 16 – Seleção de Programa do PAP para consulta de contratos 73

Figura 17 – Tabela com informações resumidas dos contratos 74

Figura 18 – Informações detalhadas sobre o Contrato 08/2015. 75

Figura 19 – Imagem ampliada do Contrato 08/2015 76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características Gerais da Bacia do Rio Doce 15

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos 19

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água 20

Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água 22

Tabela 5– Deliberações aprovando o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2017 22

Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015 23

Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015 23

Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020 25

Tabela 9 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020 26

Tabela 10 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA 26

Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pelo IGAM 28

Tabela 12 - Programa de Trabalho com Indicadores e Critérios de Avaliação 33

Tabela 13 - Descrição dos critérios de avaliação 34

Tabela 14 - Pesos e metas do Indicador 1 37

Tabela 15 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 1 37

Tabela 16 - Pesos e Metas do Indicador 2 38

Tabela 17 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 2 38

Tabela 18 - Pesos e Metas do Indicador 3 39

Tabela 19 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 3 39

Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 4 40

Tabela 21 - Procedimentos de apuração de resultados do Indicador 4 40

Tabela 22 - Pesos e Metas do Indicador 5 41

Tabela 23 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 5 41

Tabela 24 – Planilha de Avaliação 42

Tabela 25 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015 47

Tabela 26 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015 47

Tabela 27 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020 51

Tabela 28 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020 52

Tabela 29 – Índice de Desembolso para o exercício de 2017 55

Tabela 30 – Índice de Desempenho para o exercício de 2017 55

Tabela 31 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados)Edital de Chamamento Público nº 01/2017 58

Tabela 32 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa 58

Tabela 33 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução). 59

Tabela 34 - Resumo dos programas e recursos previstos no PAP-Doce 2016-2020 80

Tabela 35 – Tabela Resumo do PAP 2016-2020. Previsto versus Realizado 2017 84

Tabela 36 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados)Edital de Chamamento Público nº 01/2017 88

Tabela 37 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa 88

Tabela 38 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução). 89

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
DO1	Bacia Hidrográfica do Rio Piranga
DO2	Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba
DO3	Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio
DO4	Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
DO5	Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga
DO6	Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu
ED	Entidade Delegatária
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
TCU	Tribunal de Contas da União
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos


Bacia Hidrográfica do Rio Doce
SUAÇUÍ
SANTO ANTÔNIO
MG
CARATINGA
SÃO JOSÉ
ES
SANTA MARIA
PIRACICABA
MANHUAÇU
GUANDU
PIRANGA
RJ

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Delegatária/Equiparada de Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão n° 072/ANA/2011 e as respectivas Instruções Normativas do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2017.

Este Relatório visa prestar informações e permitir a visão sistêmica do desempenho e conformidade de execução das Metas do Contrato de Gestão mencionado.

O Instituto BioAtlântica (IBIO) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano.

Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema.

Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macroplanejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do IBIO.

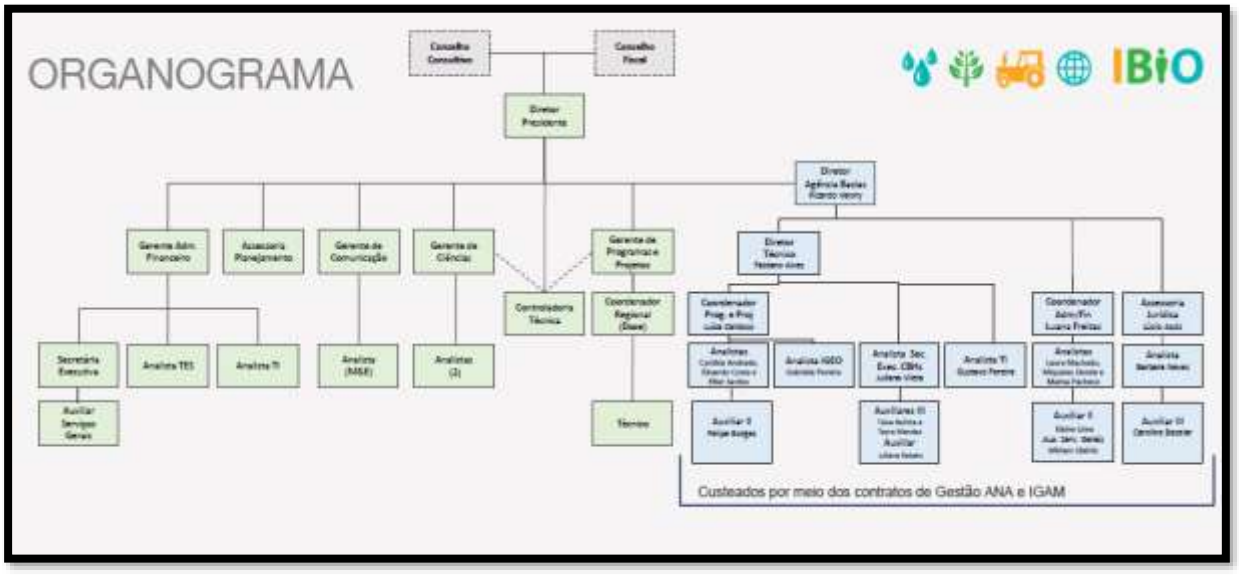


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO[1].

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A Bacia do Rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta Bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais

[1] A equipe apresentada no quadro de funcionários do IBIO contempla funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM.

e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na Bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A Bacia limita-se ao sul com a Bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a Bacia do rio Grande, a oeste com a Bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a Bacia do rio Jequitinhonha, e Bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as Bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Pontões e Lagoas do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a Bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da Bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu;
- UGRH08 –Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce;
- UGRH09 –Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce; Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce;

A atividade econômica da Bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que

cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na Bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da Bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da Bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela Bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da Bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da Bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da Bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A Bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da Bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da Bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária.

No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina.

A Tabela 1 sumariza as características gerais da Bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características Gerais da Bacia do Rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da Bacia	86.854 km²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na Bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. Plano Integrado De Recursos Hídricos – PIRH DOCE

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo, que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na Bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do Rio Piranga;
- CBH do Rio Piracicaba;
- CBH do Rio Santo Antônio;
- CBH do Rio Suaçuí;
- CBH do Rio Caratinga;
- CBH Águas do Rio Manhuaçu;
- CBH do Rio Guandu;
- CBH do Rio Santa Maria do Doce[2];
- CBH do Rio São José[3].

[2] Em 2016 foi criado um novo comitê na unidade de análise Santa Maria do Doce, que agora possui também o Comitê das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana.

[3] A partir de 2016, a unidade de análise São José passou a abranger dois CBHs: o Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce e o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de Bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH-Doce, os CBH's de Bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da Bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a Bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da Bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBH's de Bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na Bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da Bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na Bacia, acordadas por todos os atores da Bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da Bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na Bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da Bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da Bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.

- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PIRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da Bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na Bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na Bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da Bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico, e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030. A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a Bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguida da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da Bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada. O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

1.3. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a Bacia do rio Doce. Para cada UGRH da Bacia hidrográfica do rio Doce foi

gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da Bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento.
Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- *Diagnóstico Sumário da UGRH*, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à Bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- *O Comitê de Bacia da UGRH*, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- *Os Objetivos e Metas projetados para a Bacia*, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- *Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos*, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a Bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- *Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH*, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a Bacia.

1.4. Contratos de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos

firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugerem os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH-Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a Entidade que fosse selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da Bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que fosse procedido o ato de equiparação à função de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da Bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, CBH Santa Maria do Doce e Barra Seca do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH-Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no Contrato de Gestão, funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce como Entidade Delegatária/Equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o Instituto BioAtlântica – IBIO e ANA, e entre Instituto BioAtlântica – IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O **Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011** foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o Instituto BioAtlântica, com anuência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce, para o exercício de funções de Agência de Água foi celebrado em 22 de junho de 2015 e teve por objeto promover alteração do CNPJ do Instituto BioAtlântica, que passou de "05.112.703/0001-25", para "05.112.703/0002-06", em razão de abertura de filial; bem como indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho para custear as despesas no exercício de 2015.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, foi celebrado em 28 de dezembro de 2015 e teve por objeto promover alteração nas Cláusulas Terceira – Das Obrigações e Competências; Quarta – Dos Recursos Orçamentário e Financeiro; Quinta – Dos Recursos Humanos; Décima – Da Vigência; e no Programa de Trabalho.

O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, foi celebrado em 30 de junho de 2017 e teve por objeto promover alterações nas Cláusulas quarta, nona e décima e no Programa de

Trabalho. Tendo vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado pelo período de delegação aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O **Contrato de Gestão nº 001/2011** entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 07 de agosto de 2012, e teve como objeto a inclusão do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015 e a adoção de novo Programa de Trabalho, bem como alteração da Cláusula Quarta – Dos Recursos Orçamentários e Financeiros.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 teve como objeto a alteração do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme deliberações nº 10/2014 do CBH-Piranga, nº 27/2014 do CBH-Piracicaba, nº 20/2014 do CBH-Santo Antônio, nº 45/2014 do CBH-Suaçuí, nº 03/2014 do CBH-Caratinga e nº 30/2014 do CBH-Manhuaçu.

O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 30 de dezembro de 2015, e teve como objeto a prorrogação do contrato por um período de 120 (cento e vinte) dias, contados de 01 de janeiro de 2016.

O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 29 de abril de 2016, e teve como objeto a prorrogação do contrato até 31 de dezembro de 2016.

Em 2015, o CBH-Doce através da Deliberação nº 46 de 25 de junho de 2015 propõe a prorrogação do Instituto BioAtlântica (IBIO) para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. E em 23 de setembro de 2015 através da Resolução nº 168 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova e prorroga até 31 de dezembro de 2020, a delegação de competência ao Instituto BioAtlântica IBIO para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, observadas as disposições da Lei nº 10.881, de 2004.

Em 2016, como pode ser visto na Tabela 4, os Comitês Mineiros aprovam a indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica (IBIO) para exercer até 31 de dezembro de 2020, às funções de Entidade equiparada à agência de Bacia. E através da Deliberação nº 399 de 23 de novembro de 2016 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu.

Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 46, de 25 de junho de 2015
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 14, de 20 de setembro de 2016
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 32, de 21 de setembro de 2016
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 25, 27 de setembro de 2016
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 50, de 29 de setembro de 2016
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 22 de setembro de 2016
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 35, 28 de setembro de 2016

Em 11 de janeiro 2017, foi assinado o **Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica - IBIO, Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 26 de julho de 2017, e teve como objeto a inclusão do Plano plurianual de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelos uso de recursos hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, e a integração ao contrato de gestão do Orçamento IBIO relativo ao ano de 2017 (Tabela 5), ambos, aprovados por cada um dos comitês dos rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações especificas.

Tabela 5– Deliberações aprovando o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2017

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 18, de 21 de fevereiro de 2017
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 38, de 08 de fevereiro de 2017
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 29, 22 de fevereiro de 2017
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 56, de 10 de fevereiro de 2017
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 03 de fevereiro de 2017
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 38, 13 de março de 2017

1.5. Plano de Aplicação Plurianual – PAP DOCE

O Plano de Aplicação Plurianual, é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a Bacia hidrográfica do rio Doce.

PAP 2012/2015

Para o período de 2012 a 2015 o Plano de Aplicação Plurianual teve como objetivo a implementação das metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na Bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012, definidos valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 6.

Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na Bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da Bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO, a ANA e o IGAM.

Na Tabela 7 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP.

Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

PAP 2016/2020

Para o exercício 2016/2020 o Plano de Aplicação Plurianual a ser executado com recursos da cobrança elo uso da água e de outras fontes em toda a Bacia hidrográfica do rio Doce[5], se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas, estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH, nos Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a Bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a Bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos;
- As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais[6] previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da Bacia hidrográfica do rio Doce e estudos complementares a serem realizados pelo IBIO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de Bacia.

São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual, implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020; aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na Bacia; apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo; fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

[5] Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

[6] Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

- Qualidade da Água/Enquadramento:
  - P11 – Programa de Saneamento da Bacia.
  - P12 – Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos.
- Disponibilidade de Águas/Balanço Hídrico:
  - P21 – Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica.
  - P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.
  - P24 – Programa Produtor de Água.
- Susceptibilidade a Enchentes:
  - P31 – Programa de Convivência com as Cheias.
- Universalização do Saneamento:
  - P41 – Programa de Universalização Saneamento.
  - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.
- Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:
  - P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes.
- Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:
  - P61 – Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.
- Implementação das Ações do PIRH Doce:
  - P71 – Programa de Comunicação Social.
  - P72 – Programa de Educação Ambiental.
  - P73 – Programa de Treinamento e Capacitação.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os Comitês de Bacia Hidrográficas com atuação na Bacia do Rio Doce. A Tabela 8 apresenta as Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020.

Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 48, de 01 de dezembro de 2015
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 11, de 20 de outubro de 2015
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 29, de 21 de outubro de 2015
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 21, de 22 de outubro de 2015
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 47, de 29 de outubro de 2015
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 28 de outubro de 2015
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 31, de 27 de outubro de 2015

Na Tabela 9 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP 2016/2020.

Tabela 9 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 51, de 16 de junho de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 52, de 14 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 53, de 28 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 54, de 28 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 56, de 21 de novembro de 2016

Na Tabela 10 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequações no PAP.

Tabela 10 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIALIZAÇÃO	VALORES (Mil R$)					
		2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO		**6.794**	**4.652**	**3.000**	**3.000**	**2.612**	**20.058**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:		**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**5.000**
Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).	Toda a Bacia						
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:		**4.794**	**2.652**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**10.446**
Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Toda a Bacia	3.270	1.017	0	0	0	4.287
Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).		1.524	1.635	1.000	1.000	1.000	6.159
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRHs	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**612**	**4.612**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS		**6.650**	**8.050**	**8.050**	**7.671**	**5.488**	**35.909**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	Para cada uma das 9 UGRHs	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	**10.175**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	-	1.000	1.000	1.000	-	**3.000**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	900	900	900	819	819	**4.337**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	Para cada uma das 9 UGRHs	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	**18.398**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		**4.015**	**5.535**	**5.600**	**3.600**	**2.600**	**21.350**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs			2.000	2.000			**4.000**
P31 - Programa de Convivência com as Cheias		**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**		**4.000**

Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da Bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a Bacia	1.000	-				1.000
Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises/ Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação/ Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.			1.000	1.000	1.000		3.000
Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta/ Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.							
P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		**1.655**	**1.135**	**1.200**	**1.200**	**1.200**	**6.390**
Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a Bacia (P61.2) (Comitê de Integração/ Planejamento anual das atividades dos comitês/ Encontro anual da Bacia).	11 Comitês	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	6.040
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	Para Calha e as UGRHs 7 a 9	350					350
P71 - Programa de Comunicação Social		**500**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.500**
Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.	Toda a Bacia						
Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.							
Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.							
P72 - Programa de Educação Ambiental		**460**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.460**
Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na Bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs.	Toda a Bacia						
Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na Bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área.							
Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada.							
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação		**400**	**400**	**400**	**400**	**400**	**2.000**
Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente.	Toda a Bacia						
Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação.							

Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.							
TOTAL		**17.459**	**18.237**	**16.650**	**14.271**	**10.700**	**77.317**

Na Tabela 11 são apresentados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pelo IGAM, após readequações do PAP 2016/2020.

Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pelo IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.900**	**1.900**	**500**	**1.900**	**500**	**7.700**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	**2.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.300	700	-	700	-	**3.700**
Apoio na elaboração de PMSB.	1.100		-	-	-	1.100
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.200	700	-	700	-	2.600
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	500	500	500	500	**2.000**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**500**	**1.750**	**1.250**	**1.750**	**1.250**	**6.500**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	500	-	500	-	**1.000**
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	**1.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	1.000	1.000	1.000	1.000	**4.500**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**600**	**100**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 1	**4.000**	**3.750**	**1.850**	**3.750**	**1.850**	**15.200**
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.800**	**3.000**	**3.000**	**3.000**	**1.000**	**11.800**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	**3.500**

P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.300	1.000	1.000	1.000	-	**4.300**
Apoio na elaboração de PMSB.	400	-	-	-	-	400
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	1.000	1.000	1.000	1.000	**4.000**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**4.500**	**9.000**	**9.500**	**8.500**	**10.200**	**41.700**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	2.000	2.000	2.000	3.700	**9.700**
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	**2.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.000	6.500	6.500	6.500	6.500	**30.000**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**100**	**600**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 2	**6.400**	**12.600**	**12.600**	**11.600**	**11.300**	**54.500**
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.210**	**1.310**	**1.310**	**1.310**	**1.310**	**7.450**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.250	350	350	350	350	**2.650**
Apoio na elaboração de PMSB.	900	-	-	-	-	900
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	960	960	960	960	960	**4.800**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**960**	**960**	**960**	**960**	**960**	**4.800**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	960	960	960	960	960	**4.800**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**600**	**100**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 3	**3.770**	**2.370**	**2.370**	**2.370**	**2.370**	**13.250**
UGRH4 Suaçuí						

PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**800**	**-**	**-**	**-**	**-**	**800**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	500	-	-	-	-	**500**
Apoio na elaboração de PMSB.	500	-	-	-	-	500
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	300	-	-	-	-	**300**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.000**	**1.000**	**-**	**-**	**-**	**2.000**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	500	500	-	-	-	**1.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	500	-	-	-	**1.000**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**250**	**100**	**100**	**100**	**100**	**650**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	**150**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 4	**2.050**	**1.100**	**100**	**100**	**100**	**3.450**
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.350**	**150**	**650**	**150**	**650**	**2.950**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	**750**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	950	-	250	-	250	**1.450**
Apoio na elaboração de PMSB.	700	-	-	-	-	700
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	150	150	150	150	150	**750**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**500**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.500**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	250	250	250	250	250	**1.250**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	250	250	250	250	250	**1.250**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**400**	**100**	**100**	**100**	**100**	**800**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	**300**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 5	**2.250**	**750**	**1.250**	**750**	**1.250**	**6.250**

UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.000	-	-	-	-	**1.000**
Apoio na elaboração de PMSB.	200	-	-	-	-	200
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**300**	**740**	**740**	**740**	**740**	**3.260**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	300	450	450	450	450	**2.100**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	-	290	290	290	290	**1.160**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**220**	**100**	**100**	**100**	**100**	**620**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	**120**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 6	**1.520**	**840**	**840**	**840**	**840**	**4.880**
TOTAL MG	**19.990**	**21.410**	**19.010**	**19.410**	**17.710**	**97.530**

2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1. Identificação Institucional

Nome da Instituição
Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Delegatária de Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

CNPJ
05.112.703/0001-25 (IBIO Institucional)
05.112.703/0002-06 (IBIO – Filial)

Natureza Jurídica
Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Delegatária de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 19 de fevereiro de 2002, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de Bacia Hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

Vinculação
Agência Nacional de Águas - ANA

- Contrato de Gestão n° 072/2011, assinado em 26 de outubro de 2011.
- 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/2011, assinado em 22 de junho de 2015.
- 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/2011, assinado em 28 de dezembro de 2015.
- 3º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/2011, assinado em 30 de junho de 2017.

Endereço
Rua Afonso Pena, 2.590, Centro, Governador Valadares – MG, CEP 35010-000.

Norma de Criação e Finalidade.
Estatuto Social - Data: 22/06/2007
Estatuto Social – Alterado em 14/10/2011

Endereço da Página Institucional na Internet
http://www.ibioagbdoce.org.br/
E-mail: ibioagbdoce@ibio.org.br

2.2. Identificação do Contrato de Gestão

Instrumento Legal: Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011.

Objeto: Alcance, pelo Instituto BioAtlântica (IBIO), das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento contratual, no exercício de funções delegadas de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Funcional Programática: 18.544.1107.4980.0001

Programa: 1107

Ação: 4980.0001.

Fontes de Recursos: 0116.

N° Processo: 02501.001418/2011-80

Fundamento Legal: Art. 51, Lei n° 9.433/1997, Lei n° 10.881/2004, e na Resolução CNRH n° 130, de 20/09/2011.

2.3. Descrição dos Objetivos e Metas Institucionais Pactuados no Contrato de Gestão

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho. Na Tabela 12 apresentamos o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação, conforme descrição no 3º Termo Aditivo.

Tabela 12 - Programa de Trabalho com Indicadores e Critérios de Avaliação

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBH-DOCE.
		1B. Elaboração e Distribuição de informativo digital e impresso.
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano de Aplicação Plurianual.
		2B. Atuação do CBH/ED em situações críticas.
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso anual
		3B. Proposição ao CBH Doce de valores a serem cobrados.
		3C. Atendimento ao usuário em cobrança
4	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS	4. Portal de Acompanhamento e divulgação dos investimentos realizados com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
5	RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO COMITÊ	5. Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros do CBH-DOCE.

2.4.

2.4. Glossários sobre os Critérios de Avaliação

Na Tabela 13 são apresentadas as descrições dos critérios de avaliação de cada indicador.

Tabela 13 - Descrição dos critérios de avaliação

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		**DETALHAMENTO**
1A	**CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO COMITÊ DA BACIA**	1) **CBH-DOCE**: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.
		2) **ENTIDADE DELEGATÁRIA**: resolução de delegação, estatuto e alterações, associados.
		3) **LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**: leis e decretos relativos à recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; portarias dos órgãos gestores estaduais IGAM e IEMA; resoluções da ANA, do CNRH, do CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PIRH-Doce, contrato de gestão, cadastro e cobrança.
		4) **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO**: estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, incluindo o PIRH-Doce, em vigência.
		5) **PLANO DE APLICAÇÃO**: relatório anual de acompanhamento das ações executadas com recursos da cobrança.
		6) **CADASTRO DE USUÁRIOS**: relação dos usuários da Bacia do Rio Doce em cobrança pela ANA, órgãos gestores estaduais, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
		7) **COBRANÇA E ARRECADAÇÃO**: valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais.
		8) **CONTRATO DE GESTÃO**: Contrato e seus Aditivos, relatórios de gestão, relatórios de avaliação e prestações de contas apresentadas.
1B	**ELABORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES DIGITAIS E IMPRESSAS**	Elaboração e distribuição de publicações de bolem digital (mensal), jornal digital (semestral) e revista impressa (anual), com informações sobre a Bacia hidrográfica do rio Doce, sobre os rios afluentes, sobre o CBH Doce e sobre a ED.
INDICADOR 2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		**DETALHAMENTO**
2A	**PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL (2016/2020)**	**Para o exercício 2020:** **1. Elaboração da revisão do Plano de Aplicação Plurianual contendo:** * Componentes e subcomponentes priorizados no período com alcance de metas para o período de três exercícios subsequentes, contendo os tipos de ações possíveis a serem financiadas; * Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada componente/subcomponente; e

		* Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. **Para todos os exercícios:** **2. Elaboração de Relatório anual de acompanhamento e avaliação das ações executadas previstas no PIRH-Doce (com recursos da cobrança pelos usos de recursos hídricos e outras fontes), contendo principalmente:** * Identificação do programa/subprograma no PIRH/ PARH e no PAP em que a ação se enquadra; * Ações adotadas pela Entidade Delegatária para execução das ações previstas no PAP (inclusive articulação com outros entes do SINGERH); * Descrever as ações executadas com outras fontes de recursos; * Deficiências encontradas; * Recomendações de ações com vista a aceleração da implementação do PIRH/PARH e PAP; * Comparação entre as ações previstas no PAP e as executadas; * Registro de alterações no PAP; * Para cada contrato celebrado pela Entidade Delegatária, descrever: o Objeto e valor da ação; o Contratada; o Prazos Previstos x Prazos Realizados: Contratação (assinatura do contrato); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega dos produtos; o Cronograma físico x financeiro; o Principais resultados; o Identificação dos principais atrasos e justificativas.
2B	**ATUAÇÃO DO CBH E ED EM SITUAÇÕES CRÍTICAS**	**Para o exercício de 2018 e 2020** **1. Relatório de Situação Simplificado contendo:** * Disponibilidade e qualidade das águas; * Demandas e usos múltiplos; * Regulação e fiscalização do uso de recursos hídricos; * Implementação dos instrumentos de gestão; * Registro de eventos críticos (descrição dos problemas ocorridos); * Ações realizadas pelo CBH/ED e desafios e perspectivas.
INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		**DETALHAMENTO**
3A	**ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)**	Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês de repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA[1] **Fórmula de Cálculo** ID (%) = (VD / VR) *100 Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual, até o limite de 100%

		VD = Valor Desembolsado, em reais por ano; VR = Valor Repassado, em reais por ano. [1] Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de que trata os incisos I, III e V do art. 12º da Lei 9.433, de 1997.
3B	**PROPOR AO CBH-DOCE OS VALORES A SEREM COBRADOS**	Conforme Competência da alínea 'b' do inciso XI do art. 43 da Lei nº 9.433, de 1997, em 2017 propor ao CBH-Doce os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos para o período de 2017/2020, com base nos objetivos da cobrança e na sustentabilidade financeira da Entidade delegatária e considerando as deliberações do CBH-Doce, Resoluções do CNRH e estudos específicos elaborados para Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
3C	**ATENDIMENTO AO USUÁRIOS EM COBRANÇA**	Fornecimento do serviço de atendimento aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, com conhecimento Técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas, e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira das 08h00 às 18h00 (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.
INDICADOR 4 -OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		**DETALHAMENTO**
4A	**CRIAR/MANTER PORTAL PARA ACOMPANHAMENTO VIA WEB DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**	**Para o exercício de 2017** 1. Criar portal para acompanhamento via WEB das ações em execução e executadas com os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia: * Título da ação; * Objeto da ação; * Valor da ação; * Localização; * Período de Execução; * Correspondência no Plano da Bacia (componente/subcomponente); * Correspondência no Plano de Aplicação Plurianual; * Responsável pela execução; * Contrapartida; * Identificação do Contrato; * Cronograma de acompanhamento; * Justificativa de atrasos; * Fotos ilustrativas. **Para o exercício de 2018** 2. Mapear as ações em SIG **Para o exercício 2018 e subsequentes:** 3. Atualizar o portal para acompanhamento da aplicação dos recursos
INDICADOR 5 -RECONHECIMENTO SOCIAL		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		**DETALHAMENTO**

5A	**RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO CBH-DOCE**	Aplicação de pesquisa anual, com metodologia a critério da CONTRATADA e elaborada em comum acordo com a CONTRANTE, sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício e suas atribuições, aplicada junto ao CBH-DOCE, conforme metodologia a ser definida pela ANA, em conjunto com os órgãos gestores estaduais, tendo por foco: * Cumprimento do contrato de gestão; * Ações tomadas com vista à implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. * Atuação como secretária-executiva do CBH-Doce.

2.5. Comprometimento de Metas

Indicador 1 - Disponibilização de Informações - Nas Tabela 14 e Tabela 15 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 1.

Tabela 14 - Pesos e metas do Indicador 1

Meta Geral / Indicador 1 - Disponibilização de Informações				
AVALIAÇÃO		**1A**	**1B**	**NOTA FINAL (NF)**
		Peso	**Peso**	
		5	**5**	
2017	Meta	8	0	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2018	Meta	8	15	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2019	Meta	8	15	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2020	Meta	8	15	
	Resultado			
	Nota (NP)			

Tabela 15 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 1

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 1A será atribuidor um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. Para o indicador 1B será atribuído 1 ponto para cada item publicado, sendo 12 boletins digitais, 2 jornais digitais e 1 revista impressa.
NP = 10 * resultado / meta 0 ≤ NP ≤ 10
NF = ∑ (NP * PESO) / ∑ (PESOS)

Indicador 2- Planejamento e Gestão – Nas Tabela 16 e Tabela 17 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 2.

Tabela 16 - Pesos e Metas do Indicador 2

Meta Geral / Indicador 2 - Planejamento e Gestão				
AVALIAÇÃO		2A Peso 6	2B Peso 4	NOTA FINAL (NF)
2017	Meta	1	0	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2018	Meta	1	1	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2019	Meta	1	0	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2020	Meta	2	1	
	Resultado			
	Nota (NP)			

Tabela 17 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 2

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 2A será atribuidor 1 (um) ponto para a elaboração da revisão do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2020 (2A1) e 1 (um) ponto para a elaboração do Relatório anual acompanhamento das ações executadas com recursos da cobrança, conforme discriminado no detalhamento do indicador (2A2). Para o indicador 2B será atribuído 1 (um) ponto para a elaboração/entrega de Relatório de Situação discriminando no detalhamento do indicador (2B1).
NP = 10 * resultado / meta 0 ≤ NP ≤ 10
NF = ∑ (NP * PESO) / ∑ (PESOS)

Indicador 3 - Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos - Nas Tabela 18 e Tabela 19 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 3.

Tabela 18 - Pesos e Metas do Indicador 3

Meta Geral / Indicador 3 - Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos					
AVALIAÇÃO		3A	3B	3C	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	Peso	
		6	2	2	
2017	Meta	60	1	12	
	Resultado				
	Nota (NP)				
2018	Meta	65	0	12	
	Resultado				
	Nota (NP)				
2019	Meta	70	0	12	
	Resultado				
	Nota (NP)				
2020	Meta	75	0	12	
	Resultado				
	Nota (NP)				

Tabela 19 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 3

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual - ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B, será atribuído 1 ponto para a proposição ao CBH-Doce de valor a ser cobrado pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. A proposição ao CBH deverá considerar: * necessidades de garantir a capacidade de investimento para financiar as ações do Plano de Aplicação; * necessidades de custeio da Entidade Delegatária; * estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. * outros estudos utilizados para definição dos valores e mecanismos de cobrança vigentes na Bacia do rio Doce. Para o indicador 3C será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário.
NP = 10 * resultado / meta 0 ≤ NP ≤ 10
NF = ∑ (NP * PESO) / ∑ (PESOS)

Indicador 4 – Acompanhamento dos Investimentos - Nas Tabela 20 e Tabela 21 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.

Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 4

Meta Geral / Indicador 4 – Acompanhamento dos Investimentos			
AVALIAÇÃO		4A Peso 1	NOTA FINAL (NF)
2017	Meta	1	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2018	Meta	2	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2019	Meta	1	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2020	Meta	1	
	Resultado		
	Nota (NP)		

Tabela 21 - Procedimentos de apuração de resultados do Indicador 4

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para a criação do Portal (4A1), 1 ponto para o mapeamento das ações em SIG (4A2) e 1 ponto para a atualização das informações disponibilizadas no Portal (4A3).
NP = 10 * resultado / meta 0 ≤ NP ≤ 10
NF = ∑ (NP * PESO) / ∑ (PESOS)

Indicador 5 – Reconhecimento pelos Membros do Comitê - Nas Tabela 22 e Tabela 23 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 5.

Tabela 22 - Pesos e Metas do Indicador 5

Meta Geral / Indicador 5 - Reconhecimento pelos Membros do Comitê			
AVALIAÇÃO		5A	NOTA FINAL (NF)
		Peso	
		1	
2017	Meta	9	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2018	Meta	10	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2019	Meta	10	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2020	Meta	10	
	Resultado		
	Nota (NP)		

Tabela 23 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 5

FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).
NP = 10 * resultado / meta 0 ≤ NP ≤ 10
NF = ∑ (NP * PESO) / ∑ (PESOS)

Na Tabela 24 apresentamos a Planilha de Avaliação dos indicadores descritos acima.

Tabela 24 – Planilha de Avaliação

INDICADORES		PESO	NOTA FINAL	NOTA GERAL	CONCEITO GERAL	FÓRMULA	
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1				**NOTA GERAL = ∑ NF * PESO / ∑ PESO**	
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	3				**CONCEITOS**	
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3				**ÓTIMO** **NG ≥ 9**	**BOM** **7 ≤ NG < 9**
4	ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTOS	2				**REGULAR** **5 ≤ NG < 7**	**INSUFICIENTE** **NG < 5**
5	RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO CBH-DOCE	1					

NOTAS	LEGENDA
NP	NOTA PARCIAL
NF	NOTA FINAL
NG	NOTA GERAL

3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

3.1. Meta 1A - Conteúdo Disponibilizado e Atualizado na Página Eletrônica do Comitê da Bacia.

O site do CBH-Doce permanece no ar no endereço: http://www.cbhdoce.org.br/

Segue abaixo informações sobre a publicação dos conteúdos disponibilizados nas páginas eletrônicas do Comitê.

3.1.1. Item 1 – CBH-Doce:

Decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas do Comitê, conforme descrição e links indicados abaixo.

- **O Decreto de criação -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/cbh-doce/decreto-de-criacao/
- **Regimento Interno e as alterações -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/institucional/cbh-doce/regime-interno
- **Composição** - Link: http://www.cbhdoce.org.br/institucional/cbh-doce/composicao
- **Deliberações e Moções -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/institucional/cbh-doce/deliberacoes-e-mocoes
- **Atas das reuniões do CBH-Doce -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/documentos/atas-reunioes

3.1.2. Item 2 - Entidade Delegatária:

Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas da Entidade Equiparada, conforme links abaixo:

- **Resolução de Delegação do CNRH:**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/institucional/entidade-delegataria/resolucao-de-delegacao
- **O Estatuto do Instituto BioAtlântica (IBIO) e suas alterações:**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/institucional/entidade-delegataria/estatuto-e-alteracoes
- **Os Associados do Instituto BioAtlântica (IBIO):**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/institucional/entidade-delegataria/associados

3.1.3. Item 3 - Legislação de Recursos Hídricos:

Leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; portarias do IGAM e IEMA; resoluções da ANA, do CNRH, do CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PIRH-Doce, contrato de gestão, cadastro e cobrança.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Legislação de Recursos Hídricos.

- **A Legislação Federal:**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/category/legislacao-federal

- **A Legislação de Minas Gerais:**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/category/legislacao-do-estado-de-minas-gerais

- **A Legislação do Espírito Santo:**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/category/legislacao-do-estado-do-espirito-santo

3.1.4. Item 4 – Centro de Documentação:

Rio Doce, incluindo o Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH–Doce, em vigência.

Resultado: Disponibilizado no site do Comitê uma aba denominada "Centro de Documentação", contendo documentos técnicos sobre a Bacia.

- **Documentos sobre a Bacia:**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/documentos-sobre-a-bacia

- **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (PIRH):**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/pirh-parh-pap/pirh

- **Planos de Ação de Recursos Hídricos (PARHs):**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/pirh-parh-pap/parh

- **Documentos sobre Recursos Hídricos**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/documentos-sobre-recursos-hidricos

- **Outros Documentos**
Link: http://www.cbhdoce.org.br/noticias/outros-documentos

3.1.5. Item 5 – Plano de Aplicação:

Relatório anual de acompanhamento das ações executadas:

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre as atividades referentes ao Plano de Aplicação Plurianual.

Link: http://www.cbhdoce.org.br/pirh-parh-pap/pap/relatorio-anual-de-acompanhamento

3.1.6. Item 6 – Cadastro de Usuários:

Relação dos usuários da Bacia do Rio Doce em cobrança pela ANA, IGAM ou IEMA, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Cadastro de Usuários.

Cadastro de Usuários em cobrança pela ANA e IGAM:

Link: http://www.cbhdoce.org.br/documentos/cadastro-de-usuarios

3.1.7. Item 7 – Cobrança e Arrecadação:

Valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Cobrança e a Arrecadação.

Cobrança e Arrecadação pela ANA e IGAM

Link: http://www.cbhdoce.org.br/sem-categoria/cobranca-e-arrecadacao

3.1.8. Item 8 - Contrato de Gestão:

Contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Contrato de Gestão.

- **Contratos de Gestão -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/contrato-de-gestao/contratos
- **Relatórios de Gestão -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/contrato-de-gestao/relatorio-de-gestao
- **Relatórios de Avaliação -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/contrato-de-gestao/relatorio-de-avaliacao
- **Prestações de Contas -** Link: http://www.cbhdoce.org.br/documentos/contrato-de-gestao/prestacao-de-contas

3.2. Meta 1B – Elaboração e Distribuição de Publicações Digitais e Impressas

Elaboração e distribuição de publicações com informações sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sobre os afluentes, sobre o CBH-Doce e sobre a Entidade Delegatária, sendo:

- Boletim Digital (mensal – 12 boletins);
- Jornal Digital (semestral – 2 jornais); e
- Revista Impressa (anual – 1 revista).

Este indicador será avaliado a partir do exercício de 2018.

4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

4.1. Meta 2A – Plano de Aplicação Plurianual (2016/2020)

O Plano de Aplicação Plurianual, é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a Bacia hidrográfica do rio Doce.

A primeira versão do documento contemplou as informações referentes à alocação dos recursos nos programas prioritários entre 2012 e 2015, sendo que, ao longo do período de execução do plano, foram feitas as realocações e os ajustes necessários para adequação aos valores arrecadados e às necessidades da Bacia.

No ano de 2015, o IBIO, junto aos Comitês de Bacia, iniciou um amplo processo de discussão do novo Plano de Aplicação Plurianual, referente ao período compreendido entre 2016 e 2020. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), deliberou sobre o novo PAP em 01 de dezembro de 2015.

Porém, ao longo do exercício de 2016 foram necessárias algumas adequações, que resultaram em alterações no documento, conforme apresentado de maneira detalhada abaixo. A fim de garantir que o documento se mantivesse fidedigno às premissas, objetivos, metas e hierarquizações previstas, o IBIO fez um estudo detalhado e coordenou, junto aos comitês, todas as atualizações feitas no PAP. Destacamos que tanto na elaboração quanto na revisão do Plano de Aplicação Plurianual foram considerados:

- Componentes e subcomponentes priorizados no período de vigência do PAP, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;
- Estimativa de disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada componente/subcomponente;
- Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.

PAP 2012/2015

Para o período de 2012 a 2015 o Plano de Aplicação Plurianual teve como objetivo a implementação das metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na Bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH-

Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012, definidos valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 25.

Tabela 25 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH-Manhuaçu	Deliberação CBH-Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na Bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da Bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal, junto ao IBIO, realizaram readequações em alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO, a ANA e o IGAM. Na Tabela 26 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP.

Tabela 26 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2012/2015

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH-Manhuaçu	Deliberação CBH-Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

PAP 2016/2020

Para o exercício 2016/2020 o Plano de Aplicação Plurianual a ser executado com recursos da cobrança elo uso da água e de outras fontes em toda a Bacia hidrográfica do rio Doce[7], se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas, estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do

[7] Para fins dessa Deliberação, a área da Bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

Rio Doce – PIRH, nos Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;

- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos;
- As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais[8] previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce e estudos complementares a serem realizados pelo IBIO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia.

São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual, implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020:

- Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;
- Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo;
- Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

- <u>Qualidade da Água/Enquadramento:</u>
  - P11 – Programa de Saneamento da Bacia.
  - P22 – Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos.
- <u>Disponibilidade de Águas/Balanço Hídrico:</u>
  - P21 – Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica.
  - P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.
  - P24 – Programa Produtor de Água.

[8] Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da Bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

- Susceptibilidade a Enchentes:
    - P31 – Programa de Convivência com as Cheias.
- Universalização do Saneamento:
    - P41 – Programa de Universalização Saneamento.
    - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.
- Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:
    - P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes.
- Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:
    - P61 – Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.
- Implementação das Ações do PIRH Doce:
    - P71 – Programa de Comunicação Social.
    - P72 – Programa de Educação Ambiental.
    - P73 – Programa de Treinamento e Capacitação.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os Comitês de Bacia Hidrográficas com atuação na Bacia do Rio Doce. A Tabela 27 apresenta as Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020.

O processo de construção do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2016/2020 foi feito de forma democrática, com ampla participação dos representantes dos comitês e apoio do IBIO em todas as reuniões. Como o documento é integrado, o trabalho foi feito de forma simultânea no CBH-Doce e nos 10 (dez) comitês de rios afluentes: CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio, CBH-Suaçuí, CBH-Caratinga, CBH-Manhuaçu, CBH-Guandu, CBH-Santa Maria do Doce, CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce e CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce.

A partir da experiência do primeiro plano de aplicação, os comitês e o IBIO trabalharam na priorização dos programas, aperfeiçoamento de critérios e alocação dos recursos da cobrança, a fim de construir o plano de aplicação plurianual. O trabalho foi realizado em diversas etapas. Incialmente, entre os dias 03 e 15 de setembro de 2015, foram realizados Seminários de Saneamento, objetivando levantar demandas imediatas e/ou emergenciais para Sistemas de Abastecimento de Água (SAS) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e critérios de hierarquização. Na sequência, entre 21 de setembro e 14 de outubro de 2015, as câmaras técnicas dos comitês se reuniram para a discussão de todo o conteúdo do novo PAP.



Figura 4 – Reunião de Câmara Técnica do CBH-Piranga em que houve discussão sobre o PAP



Figura 5 – Reunião dos Comitês Afluentes Capixabas sobre o PAP

Após as discussões no âmbito dos comitês afluentes, a discussão foi levada para o CBH-Doce, sendo a primeira etapa a reunião conjunta entre as Câmaras Técnicas de Integração (CTI) e do Plano de Recursos Hídricos (CTPl ano). A proposta do novo PAP foi apresentada de forma dinâmica detalhada para os membros, contemplando:

- PAP: O que é, Premissas, Objetivos, Recursos, Metas, Programas e Ações Prioritários.
- PAP 2016-2020: Programas prioritários, alocação dos recursos da cobrança União e critérios de hierarquização.



Figura 6 – Apresentação do IBIO sobre o PAP durante reunião das Câmaras Técnicas do CBH-Doce

Após a análise das câmaras técnicas, o assunto foi levado às plenárias para deliberação. O conteúdo do documento foi aprovado por todos os comitês, conforme deliberações apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 27 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 48, de 01 de dezembro de 2015
CBH-Piranga	Deliberação CBH-Piranga nº 11, de 20 de outubro de 2015
CBH-Piracicaba	Deliberação CBH-Piracicaba nº 29, de 21 de outubro de 2015
CBH-Santo Antônio	Deliberação CBH-Santo Antônio nº 21, de 22 de outubro de 2015
CBH-Suaçuí	Deliberação CBH-Suaçuí nº 47, de 29 de outubro de 2015
CBH-Caratinga	Deliberação CBH-Caratinga nº 02, de 28 de outubro de 2015
CBH-Manhuaçu	Deliberação CBH-Manhuaçu nº 31, de 27 de outubro de 2015

A íntegra das deliberações que instituíram o PAP 2016/2020 estão publicadas no site do CBH-Doce e podem ser consultadas no seguinte link: http://www.cbhdoce.org.br/plano-de-aplicacao-plurianual/deliberacoes-pap/.

No site também estão disponíveis os relatórios que foram produzidos durante o processo de construção do PAP. Todo o trabalho foi assessorado por um moderador, cuja função era dinamizar o processo, facilitando o entendimento e a construção do documento.

O material produzido pode ser acessado no seguinte link: http://www.cbhdoce.org.br/plano-de-aplicacao-plurianual/relatorios-sobre-a-elaboracao-do-pap-20162020/, porém, conforme citado anteriormente, houve a necessidade de adequações no PAP ao longo de 2016. Todas as alterações realizadas durante o exercício estão descritas na tabela abaixo, que apresenta as deliberações que aprovaram as readequações do PAP 2016/2020.

Tabela 28 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2016/2020

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 51, de 16 de junho de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 52, de 14 de outubro de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 53, de 28 de outubro de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 54, de 28 de outubro de 2016
CBH-Doce	Deliberação CBH-Doce nº 56, de 21 de novembro de 2016

Revisões realizadas no PAP 2016/2020

Programa de Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - As alterações realizadas no Plano de Aplicação, relacionadas ao Programa de Fortalecimento dos Comitês (P61.2) foram necessárias tendo em vista a atual situação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, agravada após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, no município de Mariana/MG. O acidente, que despejou rejeito em quase toda a extensão do Rio Doce, tornou ainda mais crítica a degradação ambiental na região. Diante da situação, os comitês que compõem a Bacia Hidrográfica foram acionados para ajudar em um extenso trabalho de articulação e mobilização ao longo da Bacia, visando entender e replanejar a nova realidade.

Para isso, foram realizadas diversas ações, reuniões emergenciais, tanto de câmaras técnicas quanto de todos os comitês. Como não existia um planejamento para atender essa nova realidade, os comitês tiveram um aumento em seus gastos anteriormente planejados, sendo assim, foi necessária a antecipação de valores do programa P61.2 do ano de 2017 para o ano de 2016, para o CBH-Piranga (R$20.000,00), CBH-Suaçuí (R$20.000,00), e CBH-Santo Antônio (R$20.000,00). Além destes valores, o CBH-Doce realocou recursos do Programa P72 para o P61.2 (R$40.000,00) visando atender as mesmas demandas. O IBIO acompanhou toda a discussão acerca da realocação, verificando a viabilidade das alterações e indicando a melhor forma de executá-las, de forma a não comprometer a execução de nenhum programa.

No caso do Programa de Fortalecimento dos Comitês (P61.2) não existem critérios específicos de hierarquização, pois as atividades são executadas de acordo com as demandas apresentadas no plano de trabalho dos comitês, que é aprovado anualmente durante as reuniões plenárias dos colegiados. No entanto, devido ao rompimento da barragem e o aumento inesperado na demanda, foi necessário alterar o valor incialmente alocado para atendimento ao programa para o exercício de 2016.

Programa de Universalização do Saneamento (P41) - Outra alteração realizada no PAP 2016/2020 foi necessária devido à situação do Contrato de Gestão entre o IBIO e o IGAM para o uso dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água estadual, que não permitia que fossem realizadas contratações que ultrapassassem o ano de 2016.

Diante da situação, a fim de não descontinuar as ações previstas para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), o IBIO e os CBHs realizaram a revisão do PAP, promovendo a realocação do

recurso. Com isso, contratações inicialmente previstas para serem realizadas com recursos da cobrança pelo uso da água no âmbito estadual, foram realocadas para recursos federais.

As realocações foram feitas para atender a elaboração dos PMSB para municípios 9 remanescentes, Córrego Novo (UGRH1), Itaverava (UGRH1), Pingo D'Água (UGRH1), São Gonçalo do Rio Abaixo (UGRH2), Belo Oriente (UGRH3), Joanésia (UGRH3), Santo Antônio do Itambé (UGRH3), Entre Folhas (UGRH5) e Ipaba (UGRH5); e para a elaboração de projetos de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água do município de Viçosa (UGRH1).

Vale salientar que houve alteração apenas no recurso federal já alocado em cada UGRH, não havendo prejuízos para outras bacias. Além disso, os recursos federais provenientes de outros Programas (P42, P12, P22 e P52) que foram realocados para o P41, receberam realocações de recursos estaduais para os anos seguintes, que antes eram destinados ao P41. De forma que no balanço geral, não foram prejudicados os programas hidroambientais das bacias.

As deliberações que alteraram o PAP 2016-2020 estão disponíveis no site do CBH-Doce e podem ser acessadas no seguinte link:

http://www.cbhdoce.org.br/plano-de-aplicacao-plurianual/deliberacoes-pap/

No **ANEXO I**, apresentamos o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020 com todas as revisões feitas. No exercício de 2017 não houveram alterações/revisões, desta forma apresentamos o documento com as alterações no exercício de 2016.

4.1.1. Meta 2A1 - Revisão do Plano de Aplicação Plurianual

Esta meta será avaliada no exercício de 2020, conforme detalhamento no Indicador 2 – Planejamento e Gestão, contida no 3º Termo Aditivo ou Contrato de Gestão ANA 072/2011.

4.1.2. Meta 2A2 – Relatório Anual de Acompanhamento e Avaliação das Ações Executadas Previstas no PIRH-Doce

Neste relatório são apresentadas as ações executadas pelo IBIO na modalidade de execução indireta em que houve contratação de pessoas físicas ou jurídicas para realização das ações com recursos dos 92,5% da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

As providências adotadas pelo IBIO que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PIRH – Doce. As recomendações de ações visando a aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce como um todo e não um programa ou subprograma específico. Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **ANEXO II.**

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.2. Meta 2B – Atuação do CBH e ED em situações críticas

Esta meta será avaliada no exercício de 2018 e 2020, conforme detalhamento no Indicador 2 – Planejamento e Gestão, contida no 3º Termo Aditivo ou Contrato de Gestão ANA 072/2011.

5. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

5.1. Meta 3A - Índice de Desembolso Anual (%)

Tabela 29 – Índice de Desembolso para o exercício de 2017

Repasses, Rendimentos de Aplicação Financeira e Desembolso							
		PERÍODO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	Índice de Desembolso Anual
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	2012	2.796.126,41	39.323,76	2.835.450,17	704.219,60	24,84%
		2013	6.446.901,79	139.732,54	6.586.634,33	3.477.294,78	52,79%
		2014	9.639.171,09	534.673,02	10.173.844,11	3.601.634,13	35,40%
		2015	9.843.651,00	781.010,53	10.624.661,53	5.319.610,37	50,07%
		2016	9.899.045,00	1.626.158,13	11.525.203,13	7.844.365,32	68,06%
		2017	11.928.716,58	1.447.447,16	13.376.163,74	5.868.445,07	43,87%
		TOTAL	**50.553.611,87**	**4.568.345,14**	**55.121.957,01**	**26.815.569,27**	**48,65%**

Tabela 30 – Índice de Desempenho para o exercício de 2017

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2012	10,00%	24,84%	248,40%
2013	20,00%	52,79%	263,95%
2014	35,00%	35,25%	100,71%
2015	50,00%	50,07%	100,14%
2016	60,00%	68,06%	113,43%
2017	60,00%	43,87%	73,12%

Resultado: Para o ano de 2017, a meta de desembolso prevista no Contrato de Gestão era de 60% do valor total repassado. Conforme dados apresentados nas Tabela 29 e Tabela 30 acima, o IBIO alcançou 43,87% de desembolso.

No exercício de 2017 vários fatores influenciaram o índice de desembolso anual da Entidade. Nesse sentido, pode-se fazer uma reflexão acerca de questões que justificam o não atingimento da meta de desembolso pelo IBIO no ano de 2017.

Uma dessas questões está relacionada a indefinições e morosidade nas decisões de alguns Comitês acerca da implementação de programas, a exemplo do que ocorreu no P11 e P41, referente à contratação de projetos de água e esgoto. Na primeira reunião anual do CBH-Doce, foi apresentada pelo IBIO a estratégia de condução dos Programas. Conforme relatado no item 3.6 do Anexo II deste

Relatório, foram realizadas 4 reuniões do Comitê que terminaram sem um encaminhamento definitivo a respeito do assunto, o que gerou um atraso de aproximadamente 6 meses para a publicação do edital.

Ressalta-se que a estratégia apresentada pelo IBIO estava integralmente pautada nas definições estabelecidas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2016-2020), ou seja, a estratégia já havia sido aprovada pelo CBH-Doce quando da elaboração do PAP. No entanto, ainda assim, foi objeto de muita discussão e apresentação de estratégias inconsistentes levantadas por alguns conselheiros, o que acabou tumultuando o processo. As exaustivas discussões desse tema culminaram em atrasos nas etapas seguintes, não tendo sido possível realizar o processo licitatório no ano de 2017.

Outro fator que pode ser mencionado é o tempo despendido pela equipe em atividades relacionadas às contratações dos estudos previstos no Plano de Trabalho Específico, constante do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011. Por serem custeados com recursos adicionais repassados pela ANA, os investimentos realizados com a contratação dos estudos não é contabilizado no índice de desembolso anual da Entidade. Conforme detalhado nos itens 14.1.3 e 14.3.3 do Anexo II deste Relatório, foram realizadas várias reuniões com a ANA e com as empresas contratadas para a elaboração dos estudos. Soma-se a isso todo o tempo necessário ao acompanhamento dos contratos, análise de produtos, entre outras atividades. Cumpre ressaltar que os pagamentos referentes a esses contratos no ano de 2017 perfazem um total de R$ 724.564,00.

Além da implementação dos estudos previstos no Plano de Trabalho Específico, no ano de 2017, o IBIO também atuou em outras ações relacionadas ao rompimento da barragem em Mariana. Nesse contexto, cumpre ressaltar o tempo despendido pela equipe em ações relacionadas aos programas previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, assinado entre Samarco Mineração, com apoio de suas acionistas, Governos Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Conforme detalhado no item 16 do Anexo II, a equipe do IBIO atuou em diversas ações no âmbito dos Programas de Recuperação de Nascentes e de Saneamento, ambos previstos no TTAC. As atividades incluíram apoio técnico ao CBH-Doce por meio da elaboração e análise de documentos técnicos, participação em reuniões de Câmaras Técnicas e do Comitê Interfederativo. Além disso, houve também articulações e diversas reuniões junto à Fundação Renova.

Paralelamente ao desenvolvimento dos programas previstos no PAP, os Comitês de bacia apresentam outras demandas esporádicas relacionadas a esses programas. Nesse sentido, ressaltamos como fator de influência no índice de desembolso da Entidade o tempo despendido pela equipe no planejamento e organização de eventos requeridos pelos Comitês de bacia, como seminários de saneamento básico e de educação ambiental, que necessitam de um tempo médio de preparação de 1 mês. Tais eventos demandam um trabalho considerável para seu planejamento e organização, que inclui elaboração da programação e dinâmica do evento, contato com palestrantes e moderadores, mobilização dos convidados, agendamento de local, dentre outras atividades. Apesar da grande demanda gerada por esse tipo de evento, o investimento referente à sua realização é irrisório, não impactando no índice de desembolso anual da Entidade.

Por fim, ressalta-se que o tempo médio necessário à conclusão dos processos licitatórios no ano de 2017 foi maior do que o usual. Isso ocorreu em função do fato de diversas empresas terem apresentado propostas de preço abaixo do limite de exequibilidade previsto nos Atos Convocatórios. Acredita-se que esse fato, que foi recorrente nos certames realizados em 2017, esteja relacionado à atual crise econômica vivida no país. No intuito de garantir a prestação do serviço, as empresas têm participado dos Atos prevendo, muitas vezes, uma margem de lucro mínima. As propostas abaixo do limite demandam a suspensão da sessão pública para análise das comprovações apresentadas pelas concorrentes, no que se refere à demonstração de cada preço, custo e insumo que compõe o valor da proposta ofertada. Além do trabalho da Comissão Gestora de Licitação de Contratos (CGLC), a análise demanda apoio da equipe técnica e do setor contábil. Esse aumento de tempo nos processos acarretou atrasos na celebração de alguns contratos, o que, consequentemente, comprometeu o quantitativo de pagamentos realizados no ano.

Nesse contexto dos Atos Convocatórios realizados no ano de 2017, vários serviços foram, então, contratados por valores consideravelmente menores do que aqueles valores inicialmente orçados, que compõem o valor global máximo dos Atos Convocatórios. Como exemplo, pode-se citar que, para os Atos Convocatórios nº 02, 04, 05, 06 e 07/2017, que geraram contratações abaixo do limite de exequibilidade, o valor total contratado foi de R$ 4.050.372,14. Caso todos esses serviços fossem contratados pelos valores globais máximos, o investimento total seria igual a R$ 6.740.760,30. Dessa forma, verifica-se a utilização dos recursos da cobrança pelo uso da água de forma eficiente, o que é extremamente positivo. A economia no investimento dos recursos possibilita a ampliação das ações a serem implementadas para a recuperação da bacia.

- ✓ **Planejamento do Desembolso para os próximos anos**

Conforme descrito acima, foram diversos os fatores que influenciaram no resultado da Meta 3A, porém, todo o trabalho de planejamento realizado nos anos de 2016 e 2017 será refletido em desembolso expressivo nos próximos exercícios. Passaremos a demonstrar, a seguir, a estimativa de recursos comprometidos, necessários para executar de forma satisfatória dos Programas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), priorizados no PAP 2016-2020.

É importante frisar que os recursos previstos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2018 a 2020, considerando também os recursos em conta, não serão suficientes para custear todas as ações planejadas, no horizonte do PAP 2016/2020, sendo necessário que essas ações perpassem para um novo período/PAP.

Como a atuação dos CBHs e do IBIO no período de 2016-2020 está focada nos Programas de Saneamento (P11 e P41) e na iniciativa chamada de Rio Vivo (P12, P42 e P52) e que, para esses programas, foram alocados 80% dos recursos previstos no PAP 2016-2020, demonstraremos os recursos comprometidos para estes programas.

- ✓ **Valores comprometidos para os Programas de Saneamento (P11 e P41)**

Conforme já descrito no item 3.6 do Anexo II deste Relatório, manifestaram interesse no Edital de Chamamento Público nº 01/2017, um total de 140 municípios, sendo 127 em MG e 13 no ES. Para os

Programas de Saneamento (P11 e P41) estão previstos no PAP um montante de R$ 27,3 milhões (já retirados os valores para conclusão dos PMSBs). Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, com ao menos um projeto de água ou esgoto, seria necessário o montante de R$ 38,3 milhões. Portanto, os recursos da cobrança atualmente previstos para os Programas P11 e P41, considerando também os recursos em conta para estes programas, já estão, em sua totalidade, comprometidos para o atendimento ao Edital de chamamento Público nº 01/2017. Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, seriam necessários recursos adicionais aos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R$ 11 milhões, como demonstrado na Tabela 31.

Tabela 31 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados)Edital de Chamamento Público nº 01/2017

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 - Programas P11 e P41	Número de municípios < 30 mil habitantes	Investimento necessário	Número de municípios > 30 mil habitantes	Investimento necessário	TOTAL
UGRH 1 - Piranga	4.600.000	39	9.750.000,00	3	1.500.000,00	11.250.000,00
UGRH 2 - Piracicaba	7.490.000	9	2.250.000,00	5	2.500.000,00	4.750.000,00
UGRH 3 - Santo Antônio	1.750.000	18	4.500.000,00	0	-	4.500.000,00
UGRH 4 - Suaçuí	0	23	5.750.000,00	1	500.000,00	6.250.000,00
UGRH 5 - Caratinga	1.500.000	17	4.250.000,00	1	500.000,00	4.750.000,00
UGRH 6 - Manhuaçu	800.000	13	3.250.000,00	1	500.000,00	3.750.000,00
UGRH 7, 8 e 9 - Doce ES	0	8	2.000.000,00	2	1.000.000,00	3.000.000,00
TOTAL MG	**16.140.000**	**127**	**31.750.000,00**	**13**	**6.500.000,00**	**38.250.000,00**
Recurso destinado à toda bacia	11.159.000					
RECURSO TOTAL	**27.299.000**					

- ✓ **Valores comprometidos para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo**

Para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo, estão previstos no PAP um montante de R$ 102,8 milhões, conforme apresentado na Tabela 32.

Tabela 32 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 (P12, P42 e P52)	Número de imóveis rurais	Investimento contratado/comprometido 1ª Etapa - Diagnósticos e Projetos	Investimento contratado/comprometido Fiscalização 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa (%)	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)
UGRH1 Piranga	R$ 10.713.000	1560	R$ 2.032.028	R$ 285.987,00	R$ 2.318.015	22	R$ 8.394.985,08
UGRH2 Piracicaba	R$ 45.512.000	3000	R$ 3.981.363	R$ 338.011,20	R$ 4.319.375	9	R$ 41.192.625,33
UGRH3 Santo Antônio	R$ 12.809.000	1300	R$ 1.881.332	R$ 262.798,80	R$ 2.144.131	17	R$ 10.664.868,93
UGRH4 Suaçuí	R$ 9.675.000	540	R$ 770.408,73	R$ 324.000,00	R$ 1.094.409	11	R$ 8.580.591,27
UGRH5 Caratinga	R$ 6.561.000	600	R$ 1.640.250	R$ 360.000,00	R$ 2.000.250	30	R$ 4.560.750,00
UGRH6 Manhuaçu	R$ 7.203.000	600	R$ 1.800.750	R$ 360.000,00	R$ 2.160.750	30	R$ 5.042.250,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R$ 10.323.000	1500	R$ 2.580.750	R$ 465.000,00	R$ 3.045.750	30	R$ 7.277.250,00
	R$ 102.796.000	9100	R$ 14.686.882	R$ 2.395.797	R$ 17.082.679	17	**R$ 85.713.320,61**

* Em azul os valores efetivamente contratados. Em vermelho os valores comprometidos, conforme estimativa realizada baseando-se no quantitativo de imóveis e em serviços semelhantes já contratados.

1ª Etapa - Planejamento: Para a primeira etapa do Rio Vivo, cujo objetivo principal é a mobilização dos produtores rurais, elaboração de diagnósticos e projetos de adequação ambiental da propriedade rural, já estão contratadas empresas para as bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí. Para as bacias do rio Caratinga e afluentes do rio Doce Capixaba, estamos em fase de discussão interna nos CBHs, sendo que o Rio Vivo já foi aprovado em todos os CBHs, estando o detalhamento das ações em discussão nas câmaras técnicas, com previsão de licitação para o primeiro semestre de 2018. Com relação ao CBH-Manhuaçu, estamos em tratativas com o comitê para aprovação da proposta. Nesta primeira etapa, considerando os contratos já firmados (Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí), o quantitativo de imóveis rurais a serem contemplados nas demais bacias, e a contratação de empresa fiscalizadora dos serviços, temos comprometidos um montante de R$ 17,1 milhões para conclusão desta etapa, sendo R$ 9,6 milhões já contratados (valores em azul no quadro acima).

2ª Etapa – Execução: O objetivo da segunda etapa é a contratação de empresas para executar os projetos oriundos da primeira etapa, prevendo a contratação de serviços de cercamento e plantio em nascentes (P52), construção de barraginhas e caixas secas (P42) e a construção de unidades de tratamento de água e esgoto de baixo custo de instalação e manutenção, dentre outros. Considerando o montante previsto no PAP 2016-2020, para o Rio Vivo (R$ 102,8 milhões), e descontando os recursos necessários para a primeira etapa (R$ 17,1 milhões), temos o montante de R$ 85,7 milhões para executar a segunda etapa. A Tabela 33 apresenta estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2º etapa do Rio Vivo e o investimento necessário considerando três cenários de execução, de acordo com os recursos disponíveis:

Tabela 33 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução).

UGRH	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 100% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 70% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 50% dos Projetos
UGRH1 Piranga	R$ 8.394.985,08	R$ 35.770.800,00	R$ 25.039.560,00	R$ 17.885.400,00
UGRH2 Piracicaba	R$ 41.192.625,33	R$ 68.790.000,00	R$ 48.153.000,00	R$ 34.395.000,00
UGRH3 Santo Antônio	R$ 10.664.868,93	R$ 29.809.000,00	R$ 20.866.300,00	R$ 14.904.500,00
UGRH4 Suaçuí	R$ 8.580.591,27	R$ 12.382.200,00	R$ 8.667.540,00	R$ 6.191.100,00
UGRH5 Caratinga	R$ 4.560.750,00	R$ 13.758.000,00	R$ 9.630.600,00	R$ 6.879.000,00
UGRH6 Manhuaçu	R$ 5.042.250,00	R$ 13.758.000,00	R$ 9.630.600,00	R$ 6.879.000,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R$ 7.277.250,00	R$ 34.395.000,00	R$ 24.076.500,00	R$ 17.197.500,00
	R$ 85.713.320,61	**R$ 208.663.000,00**	**R$ 146.064.100,00**	**R$ 104.331.500,00**

* Para o levantamento dos recursos comprometidos com a 2ª Etapa, consideramos os seguintes valores para cálculo dos projetos por imóvel rural: Custo estimado por imóvel rural: 3 barraginhas (R$ 1.800), 1 fossa séptica (R$ 2.200), e 2 nascentes. Para o cálculo das nascentes consideramos o seguinte percentual sobre o total estimado: 15% das nascentes com plantio total + cercamento (R$ 14.700/ha) / 35% das nascentes com enriquecimento + cercamento (R$ 10.600/ha) / 50% das nascentes só cercamento (R$7.100).

Como podemos observar, os recursos da cobrança atualmente previstos para o Rio Vivo (Programas P12, P42 e P52), **considerando também os recursos em conta para estes programas**, já estão, em sua totalidade, comprometidos para a execução dos projetos de adequação ambiental.

Para o atendimento com a execução de 100% dos projetos seria necessário o montante de R$ 208,7 milhões, sendo necessário o aporte adicional aos recursos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R$ 123 milhões. Com os recursos da cobrança atualmente previstos, seria possível, no máximo, a execução de 50 % dos projetos de adequação ambiental.

Portanto, o IBIO e os CBHs, durante os exercícios de 2016 e 2017, trabalharam para garantir um planejamento de ações estruturadas que garantirão, incluídas as questões relativas aos instrumentos de gestão, um desembolso considerável, com eficiência e qualidade, não só pensando em um único exercício, mas a curto e médio prazos.

5.2. Meta 3B – Propor ao CBH-Doce os valores a serem cobrados

Conforme Competência da alínea 'b' do inciso XI do art. 43 da Lei nº 9.433, de 1997, em 2017 o IBIO deveria propor ao CBH-Doce os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos para o período de 2017/2020, com base nos objetivos da cobrança e na sustentabilidade financeira da Entidade Delegatária e considerando as deliberações do CBH-Doce, Resoluções do CNRH e estudos específicos elaborados para Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Em 21 de dezembro de 2017 o IBIO através do Ofício nº 122/2017 encaminhou ao CBH-Doce proposta de revisão dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso de recursos hídrico, como pode ser visto no **anexo III**. Nesta mesma data o CBH-Doce atestou o recebimento da proposta através do Ofício nº 119/2017 (**anexo IV**), e encaminhou a ANA e-mail comunicando o recebimento da proposta apresentada pelo IBIO.

5.3. Meta 3C – Atendimento ao Usuário em Cobrança

O IBIO desde o início da campanha de re/ratificação do cadastro de usuários de recursos hídricos realiza atendimento ao usuário em cobrança, conforme previsto no Indicador 3C do Contrato de Gestão 072/ANA/2011, visando sanar dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, além de fornecer informações sobre processos de outorga de uso da água e cobrança.

Inicialmente, em janeiro de 2012, o atendimento aos usuários era feito pelos telefones (33) 3276-5477 e (33) 3276-6526 e pelo e-mail cbhriodoce@veloxmail.com.br. Todos os usuários que nos procuraram para sanar suas dúvidas foram atendidos. O IBIO também encaminhou um funcionário para participar do curso CNARH-DIGICOB oferecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) às Agências de Bacia habilitando este profissional para atender a todas as dúvidas dos usuários, assim como replicar o conhecimento aos colaboradores do IBIO.

Desde o início de 2013 o atendimento está sendo feito através do telefone 0800 033 1783 criado especificamente para este fim e pelo e-mail ibioagbdoce@ibio.org.br. O atendimento também pode ser feito na sede do IBIO, localizada na Rua Afonso Pena, 2590, Centro – Governador Valadares – MG. O atendimento por telefone e presencial poderá ser feito das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Estas informações sobre o atendimento estão divulgadas nos sites de todos os Comitês e dos IBIO.

Até 05 de novembro de 2017 as informações do Cadastro Nacional de Usuários de Hídricos – CNARH também estavam disponíveis no sitio http://cnarh.ana.gov.br. A partir de 06 de novembro de 2017 as informações passam a estar disponíveis no novo endereço eletrônico: http://www.snirh.gov.br/cnarh/index.jsf.

Nos sites dos Comitês há destaque na página principal dos sites conforme ilustrado abaixo:

- Figura 7 – CBH-Doce;
- Figura 8 – CBH-Piranga;
- Figura 9 – CBH-Suaçuí;
- Figura 10 – CBH-Manhuaçu;
- Figura 11 - IBIO.

Em seguida, são apresentados os relatos dos atendimentos realizados pelo IBIO em 2017.

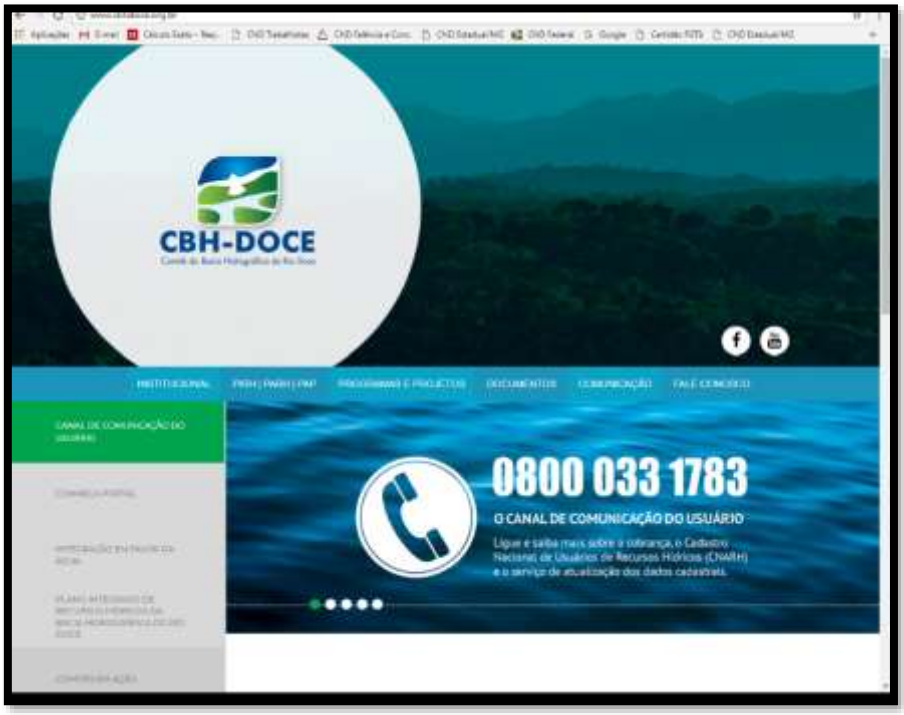


Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce.

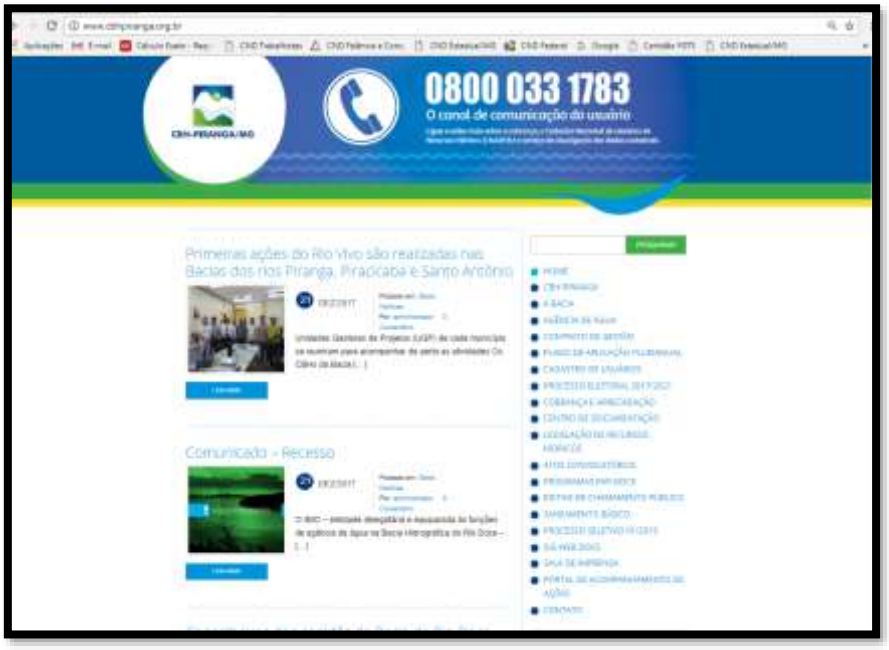


Figura 8 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Piranga.



Figura 9 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Suaçuí.



Figura 10 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Manhuaçu.



Figura 11 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBIO.

Atendimento 1:
Data da ligação: 08/02/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Sr. Marcos Birchler
Telefone/endereço eletrônico: (27) 99740-9440
Assunto tratado: O Senhor Marcos estava com dúvidas sobre como recuperar senha de acesso ao sistema CNARH.
Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a central de atendimento da ANA pelo número de telefone **Central de Atendimento:** 0800 725 2255.

Atendimento 2:
Data da ligação: 20/02/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bruno Moisés Alves Ribeiro
Telefone/endereço eletrônico: (31) 98736-6772 / brunoribeiro@emflortec.com.br
Assunto tratado: O senhor Bruno questionou se o usuário insignificante deveria ter o seu ponto de captação outorgado junto ao Estado.
Encaminhamentos: Foi orientado que, para toda e qualquer quantidade de recursos hídricos utilizados, o usuário deverá regularizar o ponto de captação junto a SUPRAM da sua região.

Atendimento 3:
Data da ligação: 20/02/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bruna Silva Baeta
Telefone/endereço eletrônico: 33 3315 8000
Assunto tratado: A senhora Bruna recebeu um boleto de cobrança e questionou a possibilidade de parcelamento.
Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato, pelo telefone (31) 3915 1298, com o setor de cobrança.

Atendimento 4:
Data da ligação: 09/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Fabricia
Telefone/endereço eletrônico: 27 99956-5700 fabricia.jesus@tropbrasil.com
Assunto tratado: Página de cadastro com erro ao incluir componente/finalidade
Encaminhamentos: Foi realizado, junto ao usuário, um passo a passo das ações realizadas no sistema e detectou-se falha na operação do usuário. A mesma foi orientada e consequentemente conseguiu realizar o cadastro.

Atendimento 5:
Data da ligação/e-mail: 08/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Micheline C. Fialho Rodrigues/Consórcio UHE Baguari
Telefone/endereço eletrônico: (33) 3271-3017 – 99625215/micheline@uhebaguari.com.br
Assunto tratado: Solicitação de lista de detentores de outorgas, na calha do rio Doce no perímetro da UHE Baguari até o final do perímetro urbano do município de Governador Valadares, para realização de testes de Vazão da UHE Baguari e levantamento de estudos topobatimétricos.
Encaminhamentos: O e-mail foi respondido, no dia 09/03/2017, contendo um arquivo com todos os usuários cadastrados no CNARH pertencente a região solicitada.

Atendimento 6:
Data da ligação: 10/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Jessica/Elementus
Telefone/endereço eletrônico: 27 2142-8322 tecnico@elementus-sa.com.br
Assunto tratado: O usuário estava com dúvidas na alteração do cadastro.
Encaminhamentos: Foi devidamente orientada.

Atendimento 7:
Data da ligação: 29/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Glaison/Pref. Municipal de Pancas/ES
Telefone/endereço eletrônico: 27 3726-1221
Assunto tratado: Como adquirir outorga para permissão de captação em poço artesiano.
Encaminhamentos: O Sr. Glaison foi orientado, primeiramente, a fazer o cadastro no CNARH e, em seguida, procurar a AGERH responsável pela bacia onde se encontra a captação.

Atendimento 8:
Data da ligação: 30/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira.
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Wilson/Inst. Federal Triângulo Mineiro.
Telefone/endereço eletrônico: 34 3233-8823 / wilson@iftm.edu.br
Assunto tratado: Dificuldade em fazer o cadastro no CNARH
Encaminhamentos: Foi feito, por telefone, um acompanhamento e detectou que o usuário não estava associando o ponto de captação ao uso. As dificuldades foram esclarecidas e o Sr. Wilson conseguiu finalizar o cadastro.

Atendimento 9:
Data da ligação: 04/04/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Taísa / Rede HG
Telefone/endereço eletrônico: 33 2102-2102
Assunto tratado: Guia (DAE) para pagamento referente ao uso de recursos hídricos.
Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br .

Atendimento 10:
Data da ligação: 10/04/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Alex / UNIVALE
Telefone/endereço eletrônico: 33 3279-5553 / alex.gomes@univale.br
Assunto tratado: Guia (DAE) para pagamento referente ao uso de recursos hídricos.
Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br.

Atendimento 11:
Data da ligação: 19/04/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bianca
Telefone/endereço eletrônico: 66 3531-6867
Assunto tratado: O usuário solicitou uma relação da lista de cadastros associados ao seu usuário no sistema CNARH.
Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato com a central de atendimento da ANA pelo número de telefone **Central de Atendimento:** 0800 725 2255, pois o acesso do funcionário do IBIO cadastrado no CNARH não tem permissão para visualização de dados associados ao estado do Mato Grosso.

Atendimento 12:
Data da ligação: 17/05/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Tiago/UFOP
Telefone/endereço eletrônico: 31 99502-4141
Assunto tratado: Dúvida sobre taxa cobrada pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce.
Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br.

Atendimento 13:
Data da ligação: 24/05/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Marilu/Fibraplac
Telefone/endereço eletrônico: 51 3076-8743
Assunto tratado: O usuário enfrenta problemas técnicos para preencher coordenadas do ponto de captação ao preencher o CNRH
Encaminhamentos: Foi orientada entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNARH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br

Atendimento 14:
Data da ligação: 30/05/17
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Marcos / RCM
Telefone/endereço eletrônico: 31 98678-7970 / gaiasa@yahoo.com.br
Assunto tratado: O usuário vinculado ao cadastro CNAHR de nº 31.0.0094791/19 perdeu a senha de acesso ao sistema.
Encaminhamentos: Foi orientado entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNARH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br

Atendimento 15:
Data da ligação: 06/06/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Audevar
Telefone/endereço eletrônico: 27 99837-1870
Assunto tratado: Dúvida sobre o uso não consuntivo
Encaminhamentos: Foi orientado da seguinte forma. “Referem-se aos usos que retornam à fonte, praticamente a totalidade da água utilizada. Exs: recreação, piscicultura, hidroeletricidade, etc.”

Atendimento 16:
Data da ligação: 08/06/2017
Nome do Atendente:
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Elaine/Renato Bueno de Paula
Telefone/endereço eletrônico: 38 3677-5975
Assunto tratado: Pedido de Outorga (Dominialidade Federal)
Encaminhamentos: Foi orientada a acessar o link http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/PedidoOutorga.aspx e seguir o passo-a-passo.

Atendimento 17:
Data da ligação: 14/07/2017
Nome do Atendente: Gustavo
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Flávia/Incafe
Telefone/endereço eletrônico: 27 3371 1601
Assunto tratado: O usuário enfrenta problemas técnicos para preencher coordenadas do ponto de captação ao preencher o CNRH
Encaminhamentos: Foi orientada entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNARH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br

Atendimento 18:
Data da ligação: 17/07/2017
Nome do Atendente: Gustavo
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Cecília Moreira de Barros
Telefone/endereço eletrônico: cmoreiradebarros@gmail.com
Assunto tratado: Solicitação de usuários cadastrados na ottobacia Caratinga.
Encaminhamentos: Foi exportado, a partir do sistema CNARH, a lista de usuários(xls) e respectiva localização geográfica. Feito isso, os documentos foram enviados para o e-mail do solicitante.

Resultado: O IBIO tem tomado todas as providências necessárias para capacitar sua equipe, oferecendo assim, meios para que os usuários possam entrar em contato com maior facilidade. Tem realizado a divulgação dos atendimentos nos sites de todos os Comitês da Bacia com o intuito de informar ao maior número de usuários possíveis sobre os serviços de atendimentos oferecidos, assim como atendeu a todos os usuários que entrou em contato pelos telefones informados ou pessoalmente.

6. INDICADOR 4 – ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

6.1. Meta 4A – Criar/Manter Portal para Acompanhamento Via Web da Aplicação dos Recursos

6.1.1. Meta 4A1 – Criar Portal de Acompanhamento via WEB

O objetivo da criação do Portal foi divulgar e disponibilizar para consulta pública, informações sobre os contratos celebrados entre o IBIO e as empresas responsáveis pela execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual - PAP 2012/2015 e PAP 2016/2020. Tais ações são executadas com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, tanto em âmbito Federal como do estado de Minas Gerais. No Portal estão disponibilizadas informações sobre todos os contratos já celebrados pelo IBIO para execução dos PAP's utilizando os recursos da cobrança repassados pela ANA e IGAM destinados a investimentos na bacia. O Portal está disponível para acesso público por meio do link: http://www.cbhdoce.org.br/portal.

Este Portal é resultado de um processo interno de gestão de contratos e contratações no qual é possível acompanhar o andamento de cada etapa da contratação e execução de contrato. Elaborado e implementado pela própria equipe do IBIO com o apoio técnico e de infraestrutura do IBIO Institucional para dar visibilidade ao acompanhamento dos contratos.

Através do Portal, é possível consultar não só informações sobre cada contrato, mas também informações sobre o andamento destes contratos, como a porcentagem de produtos entregues, valores já desembolsados, cronograma, localização, etc. Há cinco formas de se consultar os contratos para que cada usuário possa optar pela forma que seja mais adequada. Seguem abaixo a relação dos tipos de escolha:

- Seleção dos Contratos por Unidade de Gestão de Recursos Hídricos – UGRH. Nesta opção, o usuário seleciona uma das UGRHs da bacia do rio Doce para que ele possa visualizar todos os contratos celebrados que tenham ações naquela determinada UGRH. A escolha do usuário poderá ser feita clicando no mapa ou selecionando a opção desejada na lista ao lado esquerdo do mapa, conforme Figura 12, abaixo.



Figura 12 – Seleção de UGRHs para consulta de contratos

- Seleção de contratos por Estado. Nesta opção, o usuário seleciona um estado (MG ou ES) para que ele possa visualizar todos os contratos celebrados que tenham ações naquele determinado estado. A escolha do usuário poderá ser feita clicando no mapa ou selecionando a opção desejada na lista ao lado esquerdo do mapa, conforme Figura 13, abaixo.



Figura 13 – Seleção de estado (MG ou ES) para consulta de contratos

- Seleção de contratos por ano em que cada contrato foi celebrado, desde o início das atividades do IBIO. Nesta opção, o usuário seleciona um determinado ano, a partir do início das atividades do IBIO para que ele possa visualizar todos os contratos celebrados naquele determinado ano, conforme Figura 14, abaixo.



Figura 14 – Seleção de ano de celebração dos contratos para consulta

- Seleção de contratos por cada município da bacia hidrográfica do Rio Doce. Nesta opção, o usuário seleciona um determinado município da bacia para que ele possa visualizar todos os contratos celebrados que tenham alguma ação sendo executada naquele determinado município. A escolha do usuário poderá ser feita clicando no mapa ou selecionando a opção desejada na lista ao lado esquerdo do mapa, conforme Figura 15, abaixo.

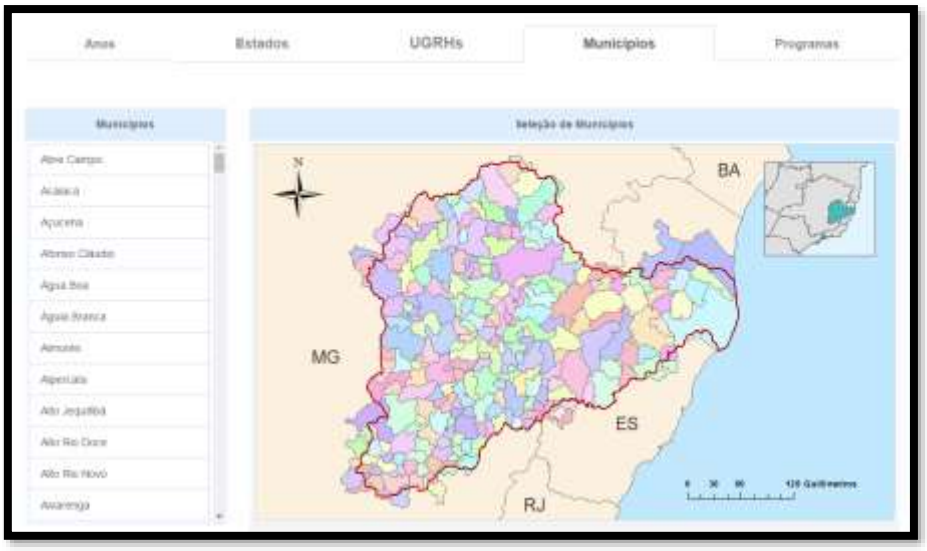


Figura 15 – Seleção de município para consulta de contratos

- Seleção de contratos por cada um dos programas previsto no Plano de Aplicação Plurianual – PAP. Nesta opção, o usuário seleciona um determinado Programa previsto nos PAP's para que ele possa visualizar todos os contratos celebrados no âmbito deste programa. Nesta opção, apenas são exibidos os programas que já tiveram algum contrato celebrado, conforme Figura 16, abaixo. Programas previstos no PAP, mas que ainda não tiveram contratos celebrados, não aparece nesta listagem.

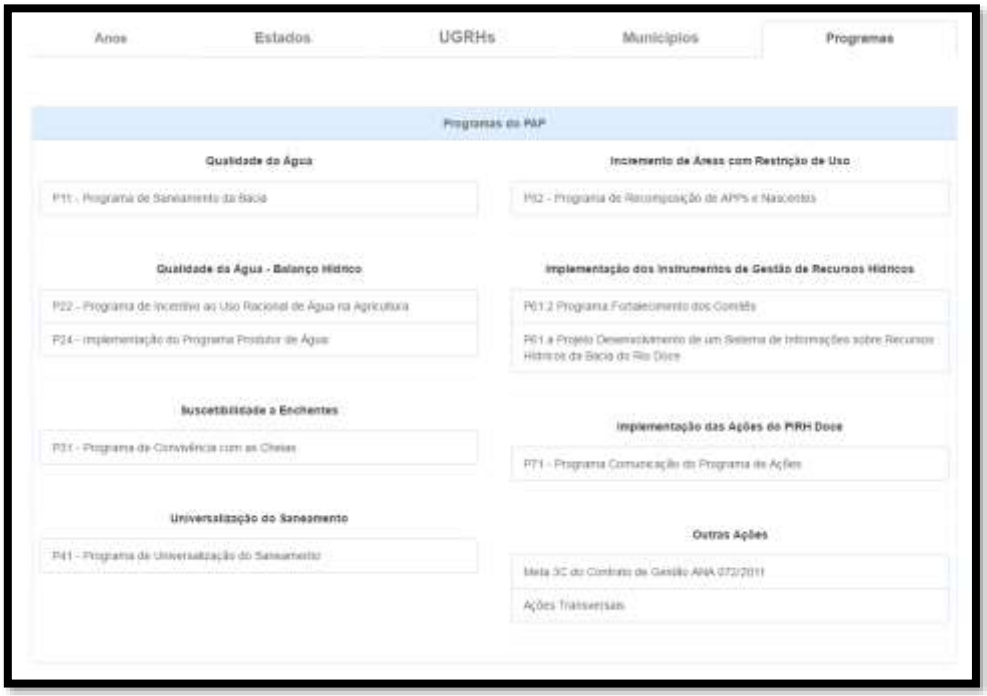


Figura 16 – Seleção de Programa do PAP para consulta de contratos

Como resultado da escolha do usuário, em consultar a lista de contratos de determinada UGRH, município, ano, etc., é exibida a lista de contratos, onde o usuário poderá aplicar filtros sobre os contratos exibidos, assim como ordenação das colunas da tabela desta de contratos. Nesta tabela é exibido um resumo das informações de cada contrato, conforme Figura 17, abaixo.



Figura 17 – Tabela com informações resumidas dos contratos

Caso queira consultar informações detalhadas sobre o contrato como objeto da ação, valor da ação, localização da ação, imagens e todas as demais informações previstas na Meta 4A do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão ANA 072/2011, o usuário poderá clicar sobre o número de qualquer contrato da tabela que será aberta nova janela com tais informações, conforme Figura 18, abaixo.

A primeira parte da página, intitulada “Informações sobre a Ação” exibe informações detalhadas sobre o contrato. A segunda parte intitulada “Acompanhamento da Ação” exibe cronograma físico-financeiro que demostra o andamento do contrato do ponto de vista dos prazos, porcentagem de produtos entregues e porcentagem de valores pagos. Na terceira parte intitulada “Mapeamento da Ação”, existe o mapeamento daquela determinada ação ilustrando quais são as regiões da bacia hidrográfica tiveram ações executadas relacionadas a aquele determinado contrato. Por fim, a última parte intitulada “Imagens da Ação” exibe imagens daquele determinado contrato. Clicando nas imagens da ação na parte inferior da página, é possível visualizar as imagens de forma mais ampliada, conforme ilustrado na Figura 19, abaixo.

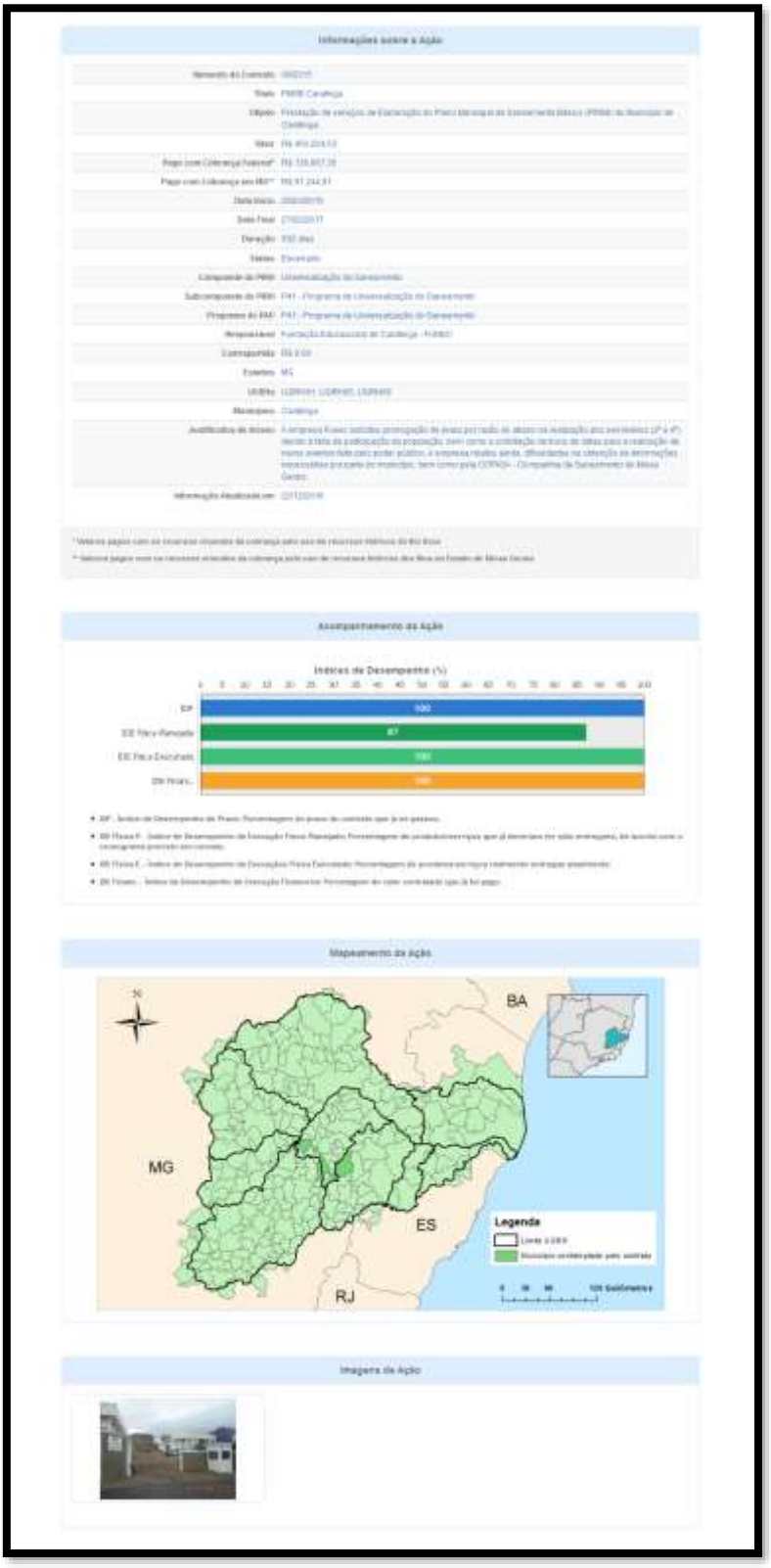


Figura 18 – Informações detalhadas sobre o Contrato 08/2015.



Figura 19 – Imagem ampliada do Contrato 08/2015

O Portal foi proposto inicialmente para dar publicidade e divulgação das ações de investimentos realizadas pelo IBIO na bacia do rio Doce com os recursos da cobrança. É uma forma de acompanhar o andamento das contratações realizadas, assim como seus resultados.

Por meio deste Portal Órgãos Gestores, Comitês de Bacia Hidrográfica e demais interessados conseguem acompanhar os investimentos realizadas pelo IBIO em cada ano, programa do PAP, estado, município e UGRH.

Em um processo de melhoria contínua, é possível ampliar as funcionalidades deste Portal para incluir, por exemplo, o acompanhamento e o histórico dos processos de contratação, deste a elaboração dos Termos de Referência e Ato Convocatório, sessão pública para seleção de concorrentes, etc.

Também é possível que no Portal existam registros de observações e relatos sobre o andamento de cada contrato para que o acompanhamento deste contrato não se restrinja ao cronograma físico-financeiro. Outra melhoria possível seria a disponibilização de arquivos no Portal para que os resultados das contratações pudessem ser disponibilizados para acesso público, como no caso dos Planos Municipais de Saneamento Básicos contratados pelo IBIO.

São melhorias que, na medida das possibilidades do IBIO, poderão ser implementadas para que o Portal possa ser utilizado como uma forma mais sistemática de acompanhamento das ações executadas e dos seus resultados.

6.1.2. Meta 4A2 – Mapear as Ações em SIG

O Mapeamento das ações em SIG é meta do exercício de 2018, conforme detalhamento no Indicador 4 – Acompanhamento dos Investimentos, contida no 3º Termo Aditivo ou Contrato de Gestão ANA 072/2011.

6.1.3. Meta 4A3 – Atualizar o Portal para Acompanhamento da Aplicação dos Recursos

A atualização do Portal para acompanhamento da aplicação de recurso é meta a ser avaliada no exercício de 2018 e subsequentes, conforme detalhamento no Indicador 4 – Acompanhamento dos Investimentos, contida no 3º Termo Aditivo ou Contrato de Gestão ANA 072/2011.

O Portal para Acompanhamento da Aplicação dos Recursos foi criado/disponibilizado o acesso em 2016, e desde o exercício de 2016 suas informações estão sendo atualizadas.

7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO CBH-DOCE

7.1. Meta 5A – Reconhecimento pelos Membros do CBH-Doce

Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária/Equiparada no exercício de suas atribuições, aplicada junto ao CBH-Doce, conforme metodologia a ser definida pela ANA em conjunto com o IGAM e IEMA, tendo por foco:

- Cumprimento do Contrato de Gestão;
- Ações tomadas com vistas à implementação do PIRH-Doce (com subsidio do "Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce); e,
- Atuação como secretaria-executiva do CBH-Doce.

No dia 21 de setembro de 2017, uma funcionária da Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas (ANA) encaminhou e-mail ao CBH-Doce informando que o órgão gestor seria o responsável pela aplicação do questionário de avaliação em 2017, sendo que a pesquisa seria feita on-line, a partir de programa de formulários. Na ocasião, foram solicitadas algumas informações, as quais foram repassadas à ANA, dentro dos prazos solicitados **(Anexo V)**.

No entanto, no dia 29 de novembro de 2017, a mesma funcionária encaminhou outro e-mail solicitando à Entidade que aplicasse o questionário, conforme metodologia utilizada nos anos anteriores, tendo em vista que a ANA não conseguiu operacionalizar a aplicação on-line, conforme havia sido informado no mês de setembro.

Diante da situação, a Secretaria Executiva de Apoio aos Comitês do IBIO providenciou a aplicação da pesquisa durante a 35ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce, realizada no dia 07 de dezembro de 2017, em Governador Valadares, sendo que o formulário também foi encaminhado, via e-mail, a todos os membros.

Cumpre ressaltar que a plenária do CBH-Doce foi recomposta no dia 31 de outubro de 2017, após processo eleitoral. No entanto, não houve o preenchimento total das 120 vagas (60 titulares e 60 suplentes), conforme previsto no Regimento Interno do comitê. Atualmente, o comitê possui 76 conselheiros empossados, sendo 51 titulares e 25 suplentes.

Na reunião em que o questionário foi aplicado houve *quórum*, com a presença de 33 representantes titulares; 03 suplentes exercendo, naquela reunião, a titularidade, e 03 suplentes, cujos titulares também compareceram, totalizando 39 formulários aplicados. Deste total foram obtidos 28 questionários respondidos, conforme planilha contida no **Anexo VI**. O modelo de questionário aplicado também está disponível no **Anexo VII.**

Tendo em vista que a Entidade foi avisada com pouca antecedência, não houve tempo hábil para ampliar a mobilização, no entanto, considerando o número de membros no novo mandato e a

quantidade de presentes na reunião, houve considerável retorno dos conselheiros quanto ao questionário de avalição, cuja média das notas foi 8,9.

- ANEXO VI – Resultado da Aplicação de Questionários sobre Reconhecimento Social do IBIO no ano de 2017.
- ANEXO VII – Questionário Aplicado para Reconhecimento Social do IBIO.

Resultado: Questionário devidamente aplicado de forma presencial e por e-mail e respostas consolidadas em forma de relatório.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do ano de 2015, ocorreu um amplo processo de discussão nos comitês da bacia do rio Doce para aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-Doce) para o período 2016-2020. Durante esse processo, foi priorizado pelos CBHs o investimento em:

- Programas Hidroambientais, com ênfase nos programas:
  - P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos;
  - P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes;
- Programas de saneamento, com ênfase no programa:
  - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.

Apesar de priorizar os programas hidroambientais P12 e P52 e Saneamento Rural P42, que juntos possuem cerca de 60% dos recursos totais alocados até 2020, os CBHs também aportaram significativa quantidade de recursos para a elaboração de projetos de esgotamento sanitário e de otimização de sistemas de abastecimento de água, previstos nos Programas P11 e P41 (20% dos recursos totais).

Tabela 34 - Resumo dos programas e recursos previstos no PAP-Doce 2016-2020

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)						
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL	%
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**16.854**	**11.012**	**8.460**	**9.360**	**6.072**	**51.758**	**30%**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:	2.350	2.700	2.250	2.700	1.250	11.250	6%
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	12.094	4.702	2.600	3.050	1.600	24.046	14%
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	2.410	3.610	3.610	3.610	3.222	16.462	9%
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**14.410**	**22.000**	**21.000**	**20.121**	**19.138**	**96.669**	**55%**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	2.995	6.045	5.045	5.253	5.887	25.225	14%
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000	2%
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	900	900	819	819	4.337	2%
P24 - Prograna Produtor de Água	500	750	1.250	250	250	3.000	2%
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	10.015	13.305	12.805	12.799	12.183	61.108	35%
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**6.185**	**6.635**	**6.200**	**4.200**	**3.200**	**26.420**	**15%**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	-	2.000	2.000	-	-	4.000	2%
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	1.000	1.000	1.000	-	4.000	2%

P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	1.920	500	-	-	-	2.420	1%
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	1.905	1.735	1.800	1.800	1.800	9.040	5%
P71 - Programa de Comunicação Social	500	500	500	500	500	2.500	1%
P72 - Programa de Educação Ambiental	460	500	500	500	500	2.460	1%
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	400	400	400	400	2.000	1%
TOTAL	**37.449**	**39.647**	**35.660**	**33.681**	**28.411**	**174.847**	**100%**

Por meio do PAP 2016-2020, foi definido que os programas P12 e P42 seriam preferencialmente implementados em conjunto com o Programa de P52 e nas mesmas áreas selecionadas para esse programa. Portanto, todo o planejamento foi feito para que, em conjunto, esses programas fossem implementados, inclusive contando com as duas fontes de recursos, União e Minas Gerais.

A estratégia proposta pelo IBIO para a implementação dos três programas de forma conjunta foi a de se dividir as ações em duas etapas: contratação de diagnósticos e projetos em imóveis rurais e, posteriormente, contratação da execução. O processo de implementação dos programas de forma conjunta recebeu o nome de “Rio Vivo” e foi iniciado nas UGRHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí.

Durante o ano de 2017 foram realizados os Atos Convocatórios para a contratação de empresas para a elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais. Além disso, tendo em vista o grande escopo do trabalho, o enorme quantitativo de produtos a serem analisados e a extensão territorial em que o trabalho está sendo executado, foi necessária a contratação de empresas fiscalizadoras. Essas empresas são responsáveis por acompanhar as ações em campo, além de analisar e validar os produtos entregues.

Nesse sentido, para a elaboração de diagnósticos e projetos e para a fiscalização desses serviços foram realizados 6 Atos Convocatórios no ano de 2017, os quais resultaram em 8 contratos. Esses contratos representam um investimento total de R$ 9.604.169,87. Desse total, R$ 2.023.621,98 foi realizado no ano de 2017 e o restante está previsto para ser pago no ano de 2018.

O Programa P52, da forma como previsto no PAP 2012-2015, encontra-se em andamento nos CBHs capixabas e no CBH-Caratinga. No CBH-Santo Antônio as ações foram concluídas em outubro de 2017. Nessas áreas, o Programa foi implementado de forma isolada, separadamente do “Rio Vivo”.

No que se refere aos Programas P11 e P41, sua priorização e o aporte significativo de recursos nos mesmos são coerentes, considerando que no PAP 2012-2015 foi priorizado o Programa de Universalização do Saneamento (P41) com a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios da bacia do rio Doce que não possuíam o plano ou recursos para a sua elaboração. No ano de 2017 ainda estavam em andamento contratações referentes aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) de 09 municípios da bacia. A elaboração do PMSB é

primordial para o planejamento do saneamento dos municípios e pré-requisito para obtenção de recursos para o saneamento.

Nesse contexto, em 2017, foram realizadas as definições da estratégia de implementação dos programas P11 e P41 junto aos Comitês e a publicação do Edital de Chamamento Público para seleção e hierarquização dos municípios. Conforme relatado no item 3.6 do Anexo II deste Relatório, a etapa de definições junto ao CBH-Doce se estendeu por um tempo consideravelmente maior do que o previsto. Isso ocasionou atrasos na publicação do Edital de Chamamento, o que, consequentemente, tornou inviável iniciar o processo licitatório para contratação da elaboração dos projetos ainda em 2017.

Para os demais programas hidroambientais, P21 (Incremento da Disponibilidade Hídrica), P22 (Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura) e P24 (Produtor de Água), foram previstas ações pontuais em algumas UGRHs.

Para o programa P21, apenas as UGRHs do ES foram contempladas, conforme demandas apresentadas no PIRH/PARH. No entanto, durante o ano de 2017, os CBHs atuantes nas UGRHs da porção capixaba solicitaram a realocação dos recursos previstos para o P21. A intenção desses CBHs é direcionar esses recursos para a implementação do Rio Vivo (P12, P42 e P52). Esse processo de alteração ainda não foi concluído, estando pendente de aprovação do CBH-Doce.

Em se tratando do Programa P22, em 2017 foram encerrados dois contratos que contemplaram a instalação dos equipamentos “irrigâmetros” em 6 UGRHs e treinamento dos produtores irrigantes. No momento, estão sendo realizadas as discussões junto aos Comitês de bacia sobre o formato de implementação desse programa para os próximos anos.

No que se refere aos Programas Transversais, temos previstas as seguintes ações/programas:

- Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs
- P31 - Programa de Convivência com as Cheias
- P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - Subprograma P61.2
- P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)
- P71 - Programa de Comunicação Social
- P72 - Programa de Educação Ambiental
- P73 - Programa de Treinamento e Capacitação

A Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Doce - PIRH Doce e dos Planos de Ações de Recursos Hídricos das bacias afluentes – PARHs teve seu processo de discussão junto ao CBH-Doce iniciado no ano de 2017. No CBH-Doce foi definida a instância de acompanhamento da elaboração dos Planos. Optou-se pela CTI – Câmara Técnica de Integração, por essa ser composta por conselheiros de todos os Comitês afluentes, o que torna o processo ainda mais participativo. Também foram iniciados alinhamentos junto aos técnicos da ANA, IGAM e AGERH, que apoiarão o

processo de contratação e, posteriormente, de aprovação dos referidos planos. Atualmente, está sendo construída a proposta de elaboração dos Planos, a qual será levada à apreciação do CBH-Doce no primeiro semestre de 2018.

Para o Programa P31, estava prevista a contratação de serviços de topobatimetria para a bacia do Doce. No entanto, essa contratação foi incluída pela ANA entre os estudos a serem custeados por meio de recursos adicionais repassados ao IBIO pela ANA, em virtude da gravidade e da abrangência do evento ocorrido na bacia do rio Doce, a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana-MG. Em 2017 foi realizada a contratação da empresa e o trabalho encontra-se em andamento.

Para o Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1), apesar de haver recursos alocados nesse programa para o ano de 2017, o mesmo ainda não chegou a ser implementado. Foram iniciadas algumas discussões e alinhamentos necessários. Na porção capixaba da bacia, a AGERH já iniciou as ações para cadastramento e atualização do cadastro. Foram realizadas reuniões junto a esse órgão para verificar os moldes em que está sendo realizado o cadastro, na tentativa de executá-lo de forma semelhante na porção mineira. No entanto, ainda não foi definida nem aprovada a estratégia. Por tratar-se de uma ação bastante urgente na bacia, o cadastramento foi priorizado entre as contratações a serem realizadas no ano de 2018.

O Subprograma de fortalecimento dos comitês (P61.2) segue com suas ações contínuas, objetivando com que os comitês consigam cumprir com suas atribuições. Esse programa viabiliza a atuação dos comitês, inclusive quanto aos demais programas do PAP, pois propicia aos membros meios de participação nas reuniões e eventos necessários aos mesmos. Todo o recurso desembolsado em 2017 foi fruto das demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Ordinárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, no intuito de ampliar a visibilidade e alcance dos CBHs.

Com relação ao Programa P71 (Programa de Comunicação Social), a maior parte do recurso alocado foi utilizada para o pagamento da empresa contratada pelo IBIO para assessoria e consultoria de comunicação e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês.

No que se refere ao Programa P72 (Programa de Educação Ambiental), no ano de 2017 foi realizado Seminário no CBH-Piracicaba, em que foram contratados moderador, relatoria, lanche e equipamentos de som.

Não houveram avanços com os Seminários em outras UGRHs, devido à falta de definição do CBH-Doce sobre a estratégia de atuação com o Programa. Vale ressaltar que os CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio e CBH-Suaçuí aprovaram que as contratações referentes às ações de educação ambiental devem ser realizadas de forma integrada aos Programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42). Dessa forma, as ações estão incluídas no escopo do “Rio Vivo”.

O Programa P73 (Programa de Capacitação e Treinamento) está previsto para ser implementado nos próximos anos, no âmbito do "Rio Vivo". Está prevista a realização de capacitação e treinamento voltados aos objetos dos programas incluídos nessa iniciativa, como, por exemplo, cursos de manutenção de fossas sépticas para os proprietários rurais participantes. Juntos, os Programas Transversais possuem 15 % dos recursos previstos para o período de 2016 a 2020.

Apresentamos a seguir, na Tabela 35 resumo do PAP 2016-2020, fazendo uma comparação entre o previsto e o realizado para o exercício de 2017:

Tabela 35 – Tabela Resumo do PAP 2016-2020. Previsto versus Realizado 2017

RESUMO - RECURSOS DA UNIÃO E DE MG POR METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS						
METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	**VALORES PREVISTOS**		**VALORES DESEMBOLSADOS**		**SALDO**	
	(Mil R$)		**(Mil R$)**		**(Mil R$)**	
	2017					
	ANA	**IGAM**	**ANA**	**IGAM**	**ANA**	**IGAM**
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**4.652**	**6.360**	**1.799**	**530**	**2.853**	**5.830**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:	1.000	1.700	-	-	1.000	1.700
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.652	2.050	1.677	398	975	1.652
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	1.000	2.610	122	132	878	2.478
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**8.050**	**13.950**	**1.655**	**927**	**6.395**	**13.023**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	2.345	3.700	276	231	2.069	3.469
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	1.000	-	-	-	1.000	-
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	-	226	-	674	-
P24 - Programa Produtor de Água	-	750	-	-	-	750
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	3.805	9.500	1.154	696	2.651	8.804
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**5.535**	**1.100**	**1.283**	**206**	**4.252**	**894**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	2.000	-	-	-	2.000	-
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	-	-	-	1.000	-
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	1.135	600	842	206	293	394

P71 - Programa de Comunicação Social	500	-	434	-	66	-
P72 - Programa de Educação Ambiental	500	-	7	-	493	-
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	-	-	-	400	-
TOTAL	**18.237**	**21.410**	**4.737**	**1.662**	**13.500**	**19.748**
TOTAL ANA/IGAM	**39.647**		**6.400**		**33.247**	

Dificuldades e entraves ocorridos em 2017

O IBIO enfrentou, no ano de 2017, algumas dificuldades no que se refere ao Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017. O não repasse dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água no Estado de Minas Gerais comprometeu uma série de atividades da Entidade, como a participação em reuniões junto aos Comitês de bacia para discussão da implementação de alguns programas e projetos previstos no PAP.

Todos os entraves e dificuldades geradas pela situação do Contrato de Gestão IGAM, aliados à estrutura limitada de pessoal da Entidade Delegatária, são fatores que justificam a não implementação da totalidade dos programas definidos pelos CBHs no PAP 2016-2020 e que possuíam recursos alocados para o ano de 2017.

Os fatores relacionados acima também influenciam no índice de desembolso anual da Entidade. Além deles, pode-se listar uma série de questões que justificam o não atingimento da meta de desembolso pelo IBIO no ano de 2017.

Uma dessas questões está relacionada a indefinições e morosidade nas decisões de alguns Comitês acerca da implementação de programas, a exemplo do que ocorreu no P11 e P41, referente à contratação de projetos de água e esgoto. Na primeira reunião anual do CBH-Doce, foi apresentada pelo IBIO a estratégia de condução dos Programas, conforme relatado no item 3.6 do Anexo II deste Relatório, foram realizadas 4 reuniões do Comitê que terminaram sem um encaminhamento definitivo a respeito do assunto.

Ressalta-se que a estratégia apresentada pelo IBIO estava integralmente pautada nas definições estabelecidas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2016-2020), ou seja, a estratégia já havia sido aprovada pelo CBH-Doce quando da elaboração do PAP, no entanto, ainda assim, foi objeto de muita discussão e apresentação de estratégias inconsistentes levantadas por alguns conselheiros, o que acabou tumultuando o processo, e gerando atraso de aproximadamente 6 meses para a publicação do edital do P11 e P41. As exaustivas discussões desse tema culminaram em atrasos nas etapas seguintes, não tendo sido possível realizar o processo licitatório no ano de 2017.

Outro fator que pode ser mencionado é o tempo despendido pela equipe em atividades relacionadas às contratações dos estudos previstos no Plano de Trabalho Específico, constante do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011. Por serem custeados com recursos adicionais repassados pela ANA, os investimentos realizados com a contratação dos estudos não é

contabilizado no índice de desembolso anual da Entidade. Conforme detalhado nos itens 14.1.3 e 14.3.3 do Anexo II deste Relatório, foram realizadas várias reuniões com a ANA e com as empresas contratadas para a elaboração dos estudos. Soma-se a isso todo o tempo necessário ao acompanhamento dos contratos, análise de produtos, entre outras atividades. Cumpre ressaltar que os pagamentos referentes a esses contratos no ano de 2017 perfazem um total de R$ 724.564,00.

Além da implementação dos estudos previstos no Plano de Trabalho Específico, no ano de 2017, o IBIO também atuou em outras ações relacionadas ao rompimento da barragem em Mariana. Nesse contexto, cumpre ressaltar o tempo despendido pela equipe em ações relacionadas aos programas previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, assinado entre Samarco Mineração, com apoio de suas acionistas, e Governos Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Conforme detalhado no item 16 do Anexo II, a equipe do IBIO atuou em diversas ações no âmbito dos Programas de Recuperação de Nascentes e de Saneamento, ambos previstos no TTAC. As atividades incluíram apoio técnico ao CBH-Doce por meio da elaboração e análise de documentos técnicos, participação em reuniões de Câmaras Técnicas e do Comitê Interfederativo, bem como articulações e diversas reuniões junto à Fundação Renova.

Paralelamente ao desenvolvimento dos programas previstos no PAP, os Comitês de bacia apresentam outras demandas esporádicas relacionadas a esses programas. Nesse sentido, ressaltamos como fator de influência no índice de desembolso da Entidade o tempo despendido pela equipe no planejamento e organização de eventos requeridos pelos Comitês de bacia, como seminários de saneamento básico e de educação ambiental. Tais eventos demandam um trabalho considerável para seu planejamento e organização, que inclui elaboração da programação e dinâmica do evento, contato com palestrantes e moderadores, mobilização dos convidados, agendamento de local, dentre outras atividades. Apesar da grande demanda gerada por esse tipo de evento, o investimento referente à sua realização é irrisório, não impactando no índice de desembolso anual da Entidade.

Por fim, ressalta-se que o tempo médio necessário à conclusão dos processos licitatórios no ano de 2017 foi maior do que o usual, isso ocorreu em função de diversas empresas terem apresentado propostas de preço abaixo do limite de exequibilidade previsto nos Atos Convocatórios. Acredita-se que esse fato, que foi recorrente nos certames realizados em 2017, esteja relacionado à atual crise econômica vivida no país. No intuito de garantir a prestação do serviço, as empresas têm participado dos Atos prevendo, muitas vezes, uma margem de lucro mínima. As propostas abaixo do limite demandam a suspensão da sessão pública para análise das comprovações apresentadas pelas concorrentes, no que se refere à demonstração de cada preço, custo e insumo que compõe o valor da proposta ofertada. Além do trabalho da Comissão Gestora de Licitação de Contratos (CGLC), a análise demanda apoio da equipe técnica e do setor contábil. Esse aumento de tempo nos processos acarretou atrasos na celebração de alguns contratos, o que, consequentemente, comprometeu o quantitativo de pagamentos realizados no ano.

Nesse contexto dos Atos Convocatórios realizados no ano de 2017, vários serviços foram, então, contratados por valores consideravelmente menores do que aqueles valores inicialmente orçados, que compõem o valor global máximo dos Atos Convocatórios. Como exemplo, pode-se citar que para os Atos Convocatórios nº 02, 04, 05, 06 e 07/2017, que geraram contratações abaixo do limite de exequibilidade, o valor total contratado foi de R$ 4.050.372,14. Caso todos esses serviços fossem contratados pelos valores globais máximos, o investimento total seria igual a R$ 6.740.760,30. Dessa forma, verifica-se a utilização dos recursos da cobrança pelo uso da água de forma eficiente, o que é extremamente positivo. A economia no investimento dos recursos possibilita a ampliação das ações a serem implementadas para a recuperação da bacia.

- ✓ **Planejamento do Desembolso para os próximos anos**

Conforme descrito acima, foram diversos os fatores que influenciaram no resultado da Meta 3ª, porém, todo o trabalho de planejamento realizado nos anos de 2016 e 2017 será refletido em desembolso expressivo nos próximos exercícios.

Passaremos a demonstrar, a seguir, a estimativa de recursos comprometidos, necessários para executar de forma satisfatória os Programas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), priorizados no PAP 2016-2020.

É importante frisar que os recursos previstos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2018 a 2020, considerando também os recursos em conta, não serão suficientes para custear todas as ações planejadas, no horizonte do PAP 2016/2020, sendo necessário que essas ações perpassem para um novo período/PAP.

Como a atuação dos CBHs e do IBIO no período de 2016-2020 está focada nos Programas de Saneamento (P11 e P41) e na iniciativa chamada de Rio Vivo (P12, P42 e P52) e que, para esses programas, foram alocados 80% dos recursos previstos no PAP 2016-2020, demonstraremos abaixo os recursos comprometidos para estes programas.

- ✓ **Valores comprometidos para os Programas de Saneamento (P11 e P41)**

Conforme já descrito no item3.6 do Anexo II deste Relatório, manifestaram interesse no Edital de Chamamento Público nº 01/2017, um total de 140 municípios, sendo 127 em MG e 13 no ES. Para os Programas de Saneamento (P11 e P41) estão previstos no PAP um montante de R$ 27,3 milhões (já retirados os valores para conclusão dos PMSBs). Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, com ao menos um projeto de água ou esgoto, seriam necessários o montante de R$ 38,3 milhões.

Portanto, os recursos da cobrança atualmente previstos para os Programas P11 e P41, considerando também os recursos em conta para estes programas, já estão, em sua totalidade, comprometidos para o atendimento ao Edital de chamamento Público nº 01/2017.

Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, seriam necessários recursos adicionais aos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R$ 11 milhões, como demonstrado na Tabela 36.

Tabela 36 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados)Edital de Chamamento Público nº 01/2017

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 - Programas P11 e P41	Número de municípios < 30 mil habitantes	Investimento necessário	Número de municípios > 30 mil habitantes	Investimento necessário	TOTAL
UGRH 1 - Piranga	4.600.000	39	9.750.000,00	3	1.500.000,00	11.250.000,00
UGRH 2 - Piracicaba	7.490.000	9	2.250.000,00	5	2.500.000,00	4.750.000,00
UGRH 3 - Santo Antônio	1.750.000	18	4.500.000,00	0	-	4.500.000,00
UGRH 4 - Suaçuí	0	23	5.750.000,00	1	500.000,00	6.250.000,00
UGRH 5 - Caratinga	1.500.000	17	4.250.000,00	1	500.000,00	4.750.000,00
UGRH 6 - Manhuaçu	800.000	13	3.250.000,00	1	500.000,00	3.750.000,00
UGRH 7, 8 e 9 - Doce ES	0	8	2.000.000,00	2	1.000.000,00	3.000.000,00
TOTAL MG	**16.140.000**	**127**	**31.750.000,00**	**13**	**6.500.000,00**	**38.250.000,00**
Recurso destinado à toda bacia	11.159.000					
RECURSO TOTAL	**27.299.000**					

- ✓ **Valores comprometidos para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo**

Para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo, estão previstos no PAP um montante de R$ 102,8 milhões, conforme apresentado na Tabela 37.

Tabela 37 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 (P12, P42 e P52)	Número de imóveis rurais	Investimento contratado/comprometido 1ª Etapa - Diagnósticos e Projetos	Investimento contratado/comprometido Fiscalização 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa (%)	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)
UGRH1 Piranga	R$ 10.713.000	1560	R$ 2.032.028	R$ 285.987,00	R$ 2.318.015	22	R$ 8.394.985,08
UGRH2 Piracicaba	R$ 45.512.000	3000	R$ 3.981.363	R$ 338.011,20	R$ 4.319.375	9	R$ 41.192.625,33
UGRH3 Santo Antônio	R$ 12.809.000	1300	R$ 1.881.332	R$ 262.798,80	R$ 2.144.131	17	R$ 10.664.868,93
UGRH4 Suaçuí	R$ 9.675.000	540	R$ 770.408,73	R$ 324.000,00	R$ 1.094.409	11	R$ 8.580.591,27
UGRH5 Caratinga	R$ 6.561.000	600	R$ 1.640.250	R$ 360.000,00	R$ 2.000.250	30	R$ 4.560.750,00
UGRH6 Manhuaçu	R$ 7.203.000	600	R$ 1.800.750	R$ 360.000,00	R$ 2.160.750	30	R$ 5.042.250,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R$ 10.323.000	1500	R$ 2.580.750	R$ 465.000,00	R$ 3.045.750	30	R$ 7.277.250,00
	R$ 102.796.000	9100	R$ 14.686.882	R$ 2.395.797	R$ 17.082.679	17	**R$ 85.713.320,61**

* Em azul os valores efetivamente contratados. Em vermelho os valores comprometidos, conforme estimativa realizada baseando-se no quantitativo de imóveis e em serviços semelhantes já contratados.

1ª Etapa - Planejamento: Para a primeira etapa do Rio Vivo, cujo objetivo principal é a mobilização dos produtores rurais, elaboração de diagnósticos e projetos de adequação ambiental da propriedade rural, já estão contratadas empresas para as bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí. Para as bacias do rio Caratinga e afluentes do rio Doce Capixaba, estamos em fase de discussão interna nos CBHs, sendo que o Rio Vivo já foi aprovado em todos os CBHs, estando o detalhamento das ações em discussão nas câmaras técnicas, com previsão de licitação para o primeiro semestre de 2018. Com relação ao CBH-Manhuaçu, estamos em tratativas com o comitê para aprovação da proposta.

Nesta primeira etapa, considerando os contratos já firmados (Piranga, Piracicaba, Sto. Antônio e Suaçuí), o quantitativo de imóveis rurais a serem contemplados nas demais bacias, e a contratação de empresa fiscalizadora dos serviços, temos comprometidos um montante de R$ 17,1 milhões para conclusão desta etapa, sendo R$ 9,6 milhões já contratados (valores em azul no quadro acima).

2ª Etapa – Execução: O objetivo da segunda etapa é a contratação de empresas para executar os projetos oriundos da primeira etapa, prevendo a contratação de serviços de cercamento e plantio em nascentes (P52), construção de barraginhas e caixas secas (P42) e a construção de unidades de tratamento de água e esgoto de baixo custo de instalação e manutenção, dentre outros.

Considerando o montante previsto no PAP 2016-2020, para o Rio Vivo (R$ 102,8 milhões), e descontando os recursos necessários para a primeira etapa (R$ 17,1 milhões), temos o montante de R$ 85,7 milhões para executar a segunda etapa.

A Tabela 38 apresenta estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2º Etapa do Rio Vivo e investimento necessário considerando três cenários de execução, de acordo com os recursos disponíveis:

Tabela 38 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução).

UGRH	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 100% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 70% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 50% dos Projetos
UGRH1 Piranga	R$ 8.394.985,08	R$ 35.770.800,00	R$ 25.039.560,00	R$ 17.885.400,00
UGRH2 Piracicaba	R$ 41.192.625,33	R$ 68.790.000,00	R$ 48.153.000,00	R$ 34.395.000,00
UGRH3 Santo Antônio	R$ 10.664.868,93	R$ 29.809.000,00	R$ 20.866.300,00	R$ 14.904.500,00
UGRH4 Suaçuí	R$ 8.580.591,27	R$ 12.382.200,00	R$ 8.667.540,00	R$ 6.191.100,00
UGRH5 Caratinga	R$ 4.560.750,00	R$ 13.758.000,00	R$ 9.630.600,00	R$ 6.879.000,00
UGRH6 Manhuaçu	R$ 5.042.250,00	R$ 13.758.000,00	R$ 9.630.600,00	R$ 6.879.000,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R$ 7.277.250,00	R$ 34.395.000,00	R$ 24.076.500,00	R$ 17.197.500,00
	R$ 85.713.320,61	**R$ 208.663.000,00**	**R$ 146.064.100,00**	**R$ 104.331.500,00**

* Para o levantamento dos recursos comprometidos com a 2ª Etapa, consideramos os seguintes valores para cálculo dos projetos por imóvel rural: Custo estimado por imóvel rural: 3 barraginhas (R$ 1.800), 1 fossa séptica (R$ 2.200), e 2 nascentes. Para o cálculo das nascentes consideramos o seguinte percentual sobre o total estimado: 15% das nascentes com plantio total + cercamento (R$ 14.700/ha) / 35% das nascentes com enriquecimento + cercamento (R$ 10.600/ha) / 50% das nascentes só cercamento (R$7.100).

Como podemos observar, os recursos da cobrança atualmente previstos para o Rio Vivo (Programas P12, P42 e P52), **considerando também os recursos em conta para estes programas**, já estão, em sua totalidade, comprometidos para a execução dos projetos de adequação ambiental.

Para o atendimento com a execução de 100% dos projetos seria necessário o montante de R$ 208,7 milhões, sendo necessário o aporte adicional aos recursos atualmente previstos com a cobrança, da

ordem de R$ 123 milhões. Com os recursos da cobrança atualmente previstos, seria possível, no máximo, a execução de 50 % dos projetos de adequação ambiental.

Portanto, o IBIO e os CBHs, durante os exercícios de 2016 e 2017, trabalharam para garantir um planejamento de ações estruturadas que garantirão, incluídas as questões relativas aos instrumentos de gestão, um desembolso considerável, com eficiência e qualidade, não só pensando em um único exercício, mas a curto e médio prazos.

Diante do exposto e apesar de todas as dificuldades enfrentadas, fruto de um processo inovador no país, que é a cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável, no qual todas as partes envolvidas reconhecem a necessidade de melhoria contínua e constante amadurecimento. As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores no ano de 2017 foram de fundamental importância e representam marcos de evolução nesse sentido. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos, bem como resolução de questões pontuais é fundamental para o processo de evolução da gestão de bacias hidrográficas e da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Governador Valadares, 31 de janeiro de 2017.



Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
Instituto BioAtlântica - IBIO

ANEXOS

Anexo I

Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020

(Volume à parte)

Anexo II

Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce

(Volume à parte)

Anexo III

Proposta enviada ao CBH-Doce de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos para o período de 2017/2020 – Ofício IBIO nº 122/2017

(Volume à parte)

Anexo IV

Ofício CBH-Doce nº 119/2017 – Atesto de recebimento do Ofício IBIO nº 122/2017

(Volume à parte)

Anexo V

Meta 5A – E-mail ANA sobre aplicação do Questionário para Reconhecimento Social do IBIO, pela Agência Nacional de Águas

(Volume à parte)

Anexo VI

Resultado da Aplicação de Questionários sobre Reconhecimento Social do IBIO no ano de 2017

(Volume à parte)

Anexo VII

Modelo do questionário aplicado para Reconhecimento Social do IBIO

(Volume à parte)

DELIBERAÇÃO *AD REFERENDUM* Nº 48 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce[1] para o período de 2016 à 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, criado pelo Decreto de 25 de janeiro de 2002, do Presidente da República, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que compete ao Presidente do CBH-Doce decidir *ad referendum* os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação do Plenário, na reunião seguinte, nos termos do inciso VII do art. 11 do Regimento Interno do comitê;

CONSIDERANDO a prorrogação da delegação do Instituto BioAtlântica – IBIO AGB-Doce, como entidade delegatária para exercer funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce,

CONSIDERANDO os indicadores estabelecidos nos Programas de Trabalho dos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO AGB-Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM,

CONSIDERANDO o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, aprovados em 2010, com horizonte de planejamento até 2030,

CONSIDERANDO a arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce compõe-se de um total de 228 municípios[2], sendo 200 em Minas Gerais e 28 no Espírito Santo,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce constitui-se de um total de 211 sedes municipais, sendo 191 em Minas Gerais e 20 no Espírito Santo,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce contempla nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRHs), sendo

[1] Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

[2] Segundo dados espaciais do PIRH Doce adaptados pela Gerência de Informações Geográficas (Gegeo) da ANA a partir dos limites municipais do último Censo 2010 do IBGE, sendo excluídos os municípios com valores percentuais de áreas inferiores a 2%.

seis em Minas Gerais correspondentes respectivamente às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e três no Espírito Santo correspondentes respectivamente às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que na bacia hidrográfica do rio Doce a região do Alto rio Doce compreende as UGRH1 Piranga, UGRH2 Piracicaba e UGRH3 Santo Antônio; a região do Médio rio Doce as UGRH4 Suaçuí, UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e o Baixo rio Doce as UGRH7 Guandu, UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José,

CONSIDERANDO os resultados das discussões ocorridas com os comitês da bacia durante os meses de setembro e outubro de 2015,

CONSIDERANDO as contribuições e manifestações favoráveis das Câmaras Técnicas de Integração – CTI Doce, do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CTPlano e Institucional e Legal – CTIL Doce,

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020, conforme Anexo Único e seus Apêndices.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao IBIO AGB-Doce para as providências cabíveis.

Governador Valadares/MG, 01 de dezembro de 2015.

LEONARDO DEPTULSKI

Presidente do CBH-Doce

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Secretário do CBH-Doce

ANEXO

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce[3], para o período de 2016 a 2020.

CAPÍTULO I
Das Premissas, Objetivos e Recursos

Art. 2º O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

I. Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO - AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;

II. As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;

III. Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

IV. As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais[4] previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce (Apêndice III) e estudos complementares a serem realizados pelo IBIO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia.

Art. 3º São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual:

I. Implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020;

II. Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;

III. Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo;

IV. Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Art. 4º São recursos para a implementação dos programas e ações previstos no PIRH/PARHs Doce:

I. Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água;

II. Investimentos do governo federal com recursos do Orçamento Geral da União, emendas parlamentares, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros programas de governo federal e estaduais;

III. Recursos decorrentes de ações orçamentárias nas esferas estaduais e municipais;

IV. Recursos provenientes de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Caixa), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outras instituições financeiras;

---

[3] Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

[4] Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

V. Empréstimos internacionais contraídos junto a agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD);

VI. Recursos oriundos de fundos setoriais como os de recursos hídricos (CT-Hidro, Fhidro-MG e Fundágua-ES), de meio ambiente, entre outros;

VII. Investimentos próprios por parte das concessionárias estaduais e dos prestadores de serviços de saneamento;

VIII. Doações realizadas por entidades privadas e por usuários de recursos hídricos da bacia.

§ 1º. O Plano de Aplicação Plurianual disciplina a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água.

§ 2º. Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água poderão ser complementados com recursos externos a serem identificados pelo IBIO, conforme incisos II a VIII deste artigo, para alavancar os programas previstos nesse PAP-Doce, assim como para executar ações de acordo com os demais programas do PIRH/PARHs.

§ 3º. Demais recursos, previstos e contratados, serão estruturados em um Sistema de Gerenciamento de Investimentos, a ser anualmente atualizado, de forma a monitorar o estágio dos estudos, projetos, ações e obras em andamento, bem como subsidiar a necessidade de investimentos na bacia.

CAPÍTULO II
Das Metas, Programas e Ações Prioritários

Art. 5º É passível de investimentos para fins de execução no período de 2016 a 2020, a seguinte meta do Pacto das Águas:

I. **Comunicação e Mobilização Social:**

IV.1 Realizar Encontro Anual de Integração da bacia.

Parágrafo único. As demais metas do Pacto das Águas são de responsabilidade dos órgãos gestores ou integram os programas e ações do PIRH/PARHs Doce.

Art. 6º São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

I. **Qualidade da Água/Enquadramento:**

P11. Programa de Saneamento da Bacia: elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia.

P12. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos: elaboração de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais.

II. **Disponibilidade de Águas/Balanço Hídrico:**

P21. Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica: consiste no projeto, avaliação ambiental e de viabilidade de propostas de armazenamento, regularização e atendimento das demandas atuais e projetadas nas sub-bacias onde o balanço entre demanda atual e projetada e a oferta de água apresenta uma situação deficitária e que não pode ser corrigida com medidas não estruturais, devendo ser implantado prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca e pontualmente nas sub-bacias do Piracicaba, Caratinga e Guandu.

P22. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura: identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos

agrícolas para o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água na agricultura.

P24. Programa Produtor de Água: levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas (tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas); pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água.

III. **Susceptibilidade a Enchentes:**

P31. Programa de Convivência com as Cheias: contempla o levantamento de dados físicos; a aquisição de imagens satélite; a modelagem hidrológica; e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais (tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações) e não estruturais (tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os comitês de bacia e a Defesa Civil, diretrizes para planos diretores municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem) na bacia.

IV. **Universalização do Saneamento:**

P41. Programa de Universalização do Saneamento: contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

P42. Programa de Expansão do Saneamento Rural: implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados.

V. **Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:**

P52. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes: levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto.

VI. **Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:**

P61. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastro dos Usos e dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia (P61.1). Subprograma que contempla o fortalecimento dos comitês da bacia segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2).

VII. **Implementação das Ações do PIRH Doce:**

P71. Programa de Comunicação Social: efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

P72. Programa de Educação Ambiental: efetivação de um programa com produção de informações, estratégias e materiais diversos, coordenados com ações e projetos de educação ambiental em execução e voltados à preservação dos recursos hídricos da bacia.

P73. Programa de Treinamento e Capacitação: efetivação de um programa para o nivelamento de informações e a capacitação para gestão dos recursos hídricos tendo como público alvo o conjunto de profissionais e técnicos relacionados com a gestão, acompanhamento e monitoramento da implementação do PIRH/PARHs Doce.

§ 1º. Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os comitês de bacias hidrográficas com atuação na bacia do rio Doce.

§ 2º. Os programas do PIRH/PARHs Doce podem ter abrangência territorial em toda a bacia ou estarem distribuídos pelos 11 comitês ou pelas nove unidades de gestão de recursos hídricos (UGRHs) nos estados, sendo seis em Minas Gerais (UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu), as quais correspondem às áreas de atuação dos respectivos Comitês de Bacia e três no Espírito Santo[5] (UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José).

§ 3º. Fica garantido o aporte de recursos da União e do Estado de Minas Gerais para o cumprimento dos contratos firmados durante a vigência do PAP-Doce 2012-2015 e que terão desembolso previsto para os demais anos, mantidas as mesmas regras e condições vigentes na época da contratação.

CAPÍTULO III
Da Alocação dos Recursos da União por Metas, Programas e Ações Prioritários

Art. 7º As metas dos Contratos de Gestão, bem como os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020 com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada pela União, apresentam os seguintes montantes (em mil reais): (Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016)

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIA-LIZAÇÃO	VALORES (Mil R$)					
		2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO		**6.794**	**4.652**	**3.000**	**3.000**	**2.612**	**20.058**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:							
Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).	Toda a bacia	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	**5.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:		4.794	2.652	1.000	1.000	1.000	**10.446**
Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Para cada uma das 9 UGRHs	3.270	1.017	-	-	-	4.287
Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).	Toda a bacia e UGRH 1	1.524	1.635	1.000	1.000	1.000	6.159
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRHs	1.000	1.000	1.000	1.000	612	**4.612**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS		**6.650**	**8.050**	**8.050**	**7.671**	**5.488**	**35.909**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	Para cada uma das 9 UGRHs	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	**10.175**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	-	1.000	1.000	1.000	-	**3.000**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	900	900	900	819	819	**4.337**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	Para cada uma das 9 UGRHs	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	**18.398**

[5] A porção da bacia do rio Doce situada no Espírito Santo foi subdivida em três Unidades de Gestão de Recursos (UGRH), a saber: UGRH7 Guandu e UGRH8 Santa Maria do Doce, ambas situadas na margem direita, e UGRH9 São José, que abrange toda a margem esquerda. Na UGRH7, que compreende as bacias dos rios Guandu e Laje, o comitê existente é o CBH-Guandu. A UGRH8 compreende as bacias dos rios Santa Maria do Doce, Santa Joana, Pau Gigante, Baunilha, Lagos do Limão e Amarelo e outras pequenas bacias. O único Comitê existente nesta UGRH é o CBH - Santa Maria do Doce, sendo que as demais áreas estão sem atuação de Comitê, com exceção da região da foz do rio Doce, que está inserida na área do CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce. Na UGRH9, as principais as bacias são dos rios São José, Pancas, Barra Seca, Bananal, Mutum Preto e São João Pequeno; e os comitês existentes são CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce (que cobre todas as bacias compreendidas entre a divisa com Minas Gerais e a região da foz do rio Pequeno) e o CBH - Barra Seca e Foz do Rio Doce, que abrange toda a região do rio Barra Seca e ambas as margens da foz do Rio Doce. Fonte: AGERH/ES.

PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		**4.015**	**5.535**	**5.600**	**3.600**	**2.600**	**21.350**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs			2.000	2.000			**4.000**
P31 - Programa de Convivência com as Cheias		1.000	1.000	1.000	1.000	-	**4.000**
Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	1.000	-				1.000
Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.			1.000	1.000	1.000		3.000
Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.							
P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		1.655	1.135	1.200	1.200	1.200	**6.390**
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	Para Calha e as UGRHs 7 a 9	350					350
Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração / Planejamento anual das atividades dos comitês / Encontro anual da bacia).	11 Comitês	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	6.040
P71 - Programa de Comunicação Social							
Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.	Toda a bacia	500	500	500	500	500	**2.500**
Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.							
Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.							
P72 - Programa de Educação Ambiental							
Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs.	Toda a bacia	460	500	500	500	500	**2.460**
Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área.							
Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada.							
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação							
Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente.	Toda a bacia	400	400	400	400	400	**2.000**
Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação.							
Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.							
	TOTAL	**17.459**	**18.237**	**16.650**	**14.271**	**10.701**	**77.317**

§ 1º. Os montantes a serem alocados até 2020 correspondem aos valores efetivamente arrecadados e não gastos, mas contratados ou alocados no período de 2012 a 2015, e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança em rios de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce no período de 2016 a 2020, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio do IBIO - AGB Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com a ANA e desprezadas eventuais inadimplências.

§ 2º. Os recursos do Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) serão aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no Alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José).

§ 3º. Até 2020 prevê-se a implantação do Programa Produtor de Água (P24) somente no Alto Doce, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais na UGRH 1-Piranga e na UGRH 2-Piracicaba.

§ 4º. O componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2), do Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61) prevê, por ano, no período de 2017 a 2020, a alocação de R$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, conforme quadro acima. (Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016)

§ 5º. Os recursos dos Programas de Comunicação Social (P71), Educação Ambiental (P72) e Treinamento e Capacitação (P73) serão destinados para ações de comunicação e mobilização social, educação ambiental e treinamento e capacitação nos 11 comitês da bacia.

CAPÍTULO IV

Dos Critérios de Alocação dos Recursos da União nas Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos

Art. 8º Para os programas e ações, espacializados por comitês ou unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, os recursos da União serão distribuídos de acordo com os seguintes critérios:

I. Programa de Saneamento da Bacia (P11): para elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia, será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem espacialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14.

II. Programa de Universalização do Saneamento (P41): apoio na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de projetos para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Para elaboração dos PMSB, será previsto para 2016 e 2017, recursos para finalizar os contratos já em andamento e com conclusão prevista para 2016 e para atender aos municípios remanescentes que se manifestaram no último Edital de Chamamento publicado em 2015, com conclusão prevista para 2017. Para elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA), será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem espacialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14. Excepcionalmente, será contemplado o município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Os recursos para atendimento aos municípios remanescentes com o PMSB e ao município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA), foram remanejados de outros programas relacionados aos respectivos comitês cujos municípios serão beneficiados. (Redação dada pela Deliberação nº 51/2016)

III. Programa de Saneamento da Bacia (P11) e Programa de Universalização do Saneamento (P41): Fica garantida o atendimento de elaboração de pelo menos um projeto de saneamento básico (P41) ou (P11) para os municípios com população total acima de 50 mil habitantes (IBGE 2010), no médio e baixo Doce, atendidos os critérios obrigatórios e classificatórios constantes no Art. 14. Estes municípios

não serão contemplados novamente após a hierarquização geral dos municípios prevista para os Programas de Saneamento.

IV. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) e Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42): Visando a otimização das ações, estes programas serão preferencialmente implementados em conjunto com o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e nas mesmas áreas selecionadas para este programa. Portanto, os Programas P12 e P42 não possuirão critérios de hierarquização próprios.

V. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22): Recursos aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José), entre 2016 e 2020.

VI. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52): Recursos aplicados considerando o Mapa de Vulnerabilidade (Apêndice III), previsto para as nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, no período 2016 a 2020.

VII. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2): alocação, por ano, no período de 2017 a 2020, a alocação de R$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, conforme quadro acima. (Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016)

§ 1º. Os recursos da cobrança pelo uso da água somente poderão ser aplicados na porção do território integrante da bacia.

§ 2º. Os percentuais para distribuição dos recursos dos Programas P12, P42 e P52 nas UGRHs, encontram-se especificados no Apêndice IV. Para fins desse rateio, foram computadas área total da UGRH, área total da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, área crítica da UGRH, total de áreas críticas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o valor da cobrança pelo uso da água mineiro da UGRH, conforme detalhado no Apêndice IV.

Art. 9º Ficam assim distribuídos os recursos da União nas unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH) para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2: (Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016)

I. Por Meta, Programa e Ação Priorizados:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**4.694**	**2.652**	**1.000**	**1.000**	**612**	**9.958**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB.	3.270	1.017	-	-	-	**4.287**
UGRH1 Piranga	128	234				**362**
UGRH2 Piracicaba	55	122				**177**
UGRH3 Santo Antônio	170	399				**569**
UGRH4 Suaçuí	1.550					**1.550**
UGRH5 Caratinga	587	262				**849**
UGRH6 Manhuaçu	393					**393**
SUBTOTAL MG	2.883	1.017	-	-	-	**3.900**
UGRH7 Guandu	83					**83**
UGRH8 Santa Maria do Doce						**-**

UGRH9 São José	304					**304**
SUBTOTAL ES	387	-	-	-	-	**387**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de projetos de SAA.	424	635	-	-	-	**1.059**
UGRH1 Piranga	424	635				**1.059**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	1.000	1.000	1.000	1.000	612	**4.612**
UGRH1 Piranga	124	124	124	124		**498**
UGRH2 Piracicaba	56	56	56	56		**222**
UGRH3 Santo Antônio	105	105	105	105		**420**
UGRH4 Suaçuí	209	209	209	209	209	**1.043**
UGRH5 Caratinga	103	103	103	103		**412**
UGRH6 Manhuaçu	112	112	112	112	112	**558**
SUBTOTAL MG	708	708	708	708	320	**3.152**
UGRH7 Guandu	68	68	68	68	68	**339**
UGRH8 Santa Maria do Doce	75	75	75	75	75	**376**
UGRH9 São José	149	149	149	149	149	**745**
SUBTOTAL ES	292	292	292	292	292	**1.460**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**6.650**	**8.050**	**8.050**	**7.671**	**5.488**	**35.909**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	**10.175**
UGRH1 Piranga	242	292	292			**826**
UGRH2 Piracicaba	108	130	130	130	34	**533**
UGRH3 Santo Antônio	204	246	246	246		**942**
UGRH4 Suaçuí	406	489	489	489	489	**2.363**
UGRH5 Caratinga	200	241	241	241	17	**941**
UGRH6 Manhuaçu	217	262	262	262	262	**1.263**
SUBTOTAL MG	1.377	1.660	1.660	1.368	802	**6.867**
UGRH7 Guandu	132	159	159	159	159	**767**
UGRH8 Santa Maria do Doce	146	176	176	176	176	**852**
UGRH9 São José	290	350	350	350	350	**1.688**
SUBTOTAL ES	568	685	685	685	685	**3.307**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	1.000	1.000	1.000	-	**3.000**
UGRH7 Guandu	-	232	232	232	-	**696**
UGRH8 Santa Maria do Doce	-	258	258	258	-	**773**
UGRH9 São José	-	510	510	510	-	**1.531**
SUBTOTAL ES	-	1.000	1.000	1.000	-	**3.000**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	900	900	819	819	**4.337**
UGRH1 Piranga	81	81	81			**244**
UGRH4 Suaçuí	80	80	80	80	80	**398**
UGRH5 Caratinga	105	105	105	105	105	**524**
UGRH6 Manhuaçu	78	78	78	78	78	**391**
SUBTOTAL MG	344	344	344	262	262	**1.556**
UGRH7 Guandu	89	89	89	89	89	**445**
UGRH8 Santa Maria do Doce	161	161	161	161	161	**807**
UGRH9 São José	306	306	306	306	306	**1.529**
SUBTOTAL ES	556	556	556	556	556	**2.781**

P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	**18.398**
UGRH1 Piranga	474	474	474	468		**1.889**
UGRH2 Piracicaba	211	211	211	211	211	**1.057**
UGRH3 Santo Antônio	399	399	399	399	251	**1.847**
UGRH4 Suaçuí	794	794	794	794	794	**3.969**
UGRH5 Caratinga	392	392	392	392	392	**1.958**
UGRH6 Manhuaçu	424	424	424	424	424	**2.122**
SUBTOTAL MG	2.694	2.694	2.694	2.688	2.072	**12.842**
UGRH7 Guandu	258	258	258	258	258	**1.289**
UGRH8 Santa Maria do Doce	286	286	286	286	286	**1.431**
UGRH9 São José	567	567	567	567	567	**2.836**
SUBTOTAL ES	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	**5.556**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**1.315**	**935**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**5.250**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	250	-	-	-	-	**250**
UGRH7 Guandu	50					**50**
UGRH8 Santa Maria do Doce	50					**50**
UGRH9 São José	150					**150**
SUBTOTAL ES	250	-	-	-	-	**250**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	1.065	935	1.000	1.000	1.000	**5.000**
UGRH1 Piranga	120	80	100	100	100	**500**
UGRH2 Piracicaba	100	100	100	100	100	**500**
UGRH3 Santo Antônio	125	75	100	100	100	**500**
UGRH4 Suaçuí	120	80	100	100	100	**500**
UGRH5 Caratinga	100	100	100	100	100	**500**
UGRH6 Manhuaçu	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL MG	600	600	600	600	600	**3.000**
UGRH7 Guandu	100	100	100	100	100	**500**
UGRH8 Santa Maria do Doce	100	100	100	100	100	**500**
UGRH9 São José	200	200	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL ES	400	400	400	400	400	**2.000**
TOTAL	**12.659**	**11.637**	**10.050**	**9.671**	**7.101**	**51.117**

II. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**676**	**993**	**124**	**124**	**-**	**1.919**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	552	869	-	-	-	**1.421**
Apoio na elaboração de PMSB.	128	234	-	-	-	362
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	424	635	-	-	-	1.059
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	124	124	124	124	-	**498**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**797**	**847**	**847**	**468**	**-**	**2.959**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	242	292	292	-	-	**826**

P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	81	81	81	-	-	**244**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	474	474	474	468	-	**1.889**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**120**	**80**	**100**	**100**	**100**	**500**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	120	80	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 1	**1.594**	**1.920**	**1.071**	**692**	**100**	**5.378**
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**111**	**177**	**56**	**56**	**-**	**399**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	55	122	-	-	-	**177**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	56	56	56	56	-	**222**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**319**	**342**	**342**	**342**	**245**	**1.590**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	108	130	130	130	34	**533**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	211	211	211	211	211	**1.057**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**500**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 2	**530**	**619**	**497**	**497**	**345**	**2.489**
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**275**	**504**	**105**	**105**	**-**	**989**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	170	399	-	-	-	**569**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	105	105	105	105	-	**420**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**603**	**645**	**645**	**645**	**251**	**2.789**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	204	246	246	246	-	**942**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	399	399	399	399	251	**1.847**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**125**	**75**	**100**	**100**	**100**	**500**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	125	75	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 3	**1.003**	**1.224**	**850**	**850**	**351**	**4.278**
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.759**	**209**	**209**	**209**	**209**	**2.593**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	1.550	-	-	-	-	**1.550**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	209	209	209	209	209	**1.043**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.279**	**1.363**	**1.363**	**1.363**	**1.363**	**6.729**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	406	489	489	489	489	**2.363**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	80	80	80	80	80	**398**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	794	794	794	794	794	**3.969**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**120**	**80**	**100**	**100**	**100**	**500**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	120	80	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 4	**3.158**	**1.651**	**1.671**	**1.671**	**1.671**	**9.822**
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**690**	**365**	**103**	**103**	**-**	**1.261**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	587	262	-	-	-	**849**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	103	103	103	103	-	**412**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**697**	**738**	**738**	**738**	**513**	**3.423**

P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	200	241	241	241	17	**941**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	105	105	105	105	105	**524**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	392	392	392	392	392	**1.958**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**500**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 5	**1.486**	**1.203**	**941**	**941**	**613**	**5.184**
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**505**	**112**	**112**	**112**	**112**	**951**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	393	-	-	-	-	**393**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	112	112	112	112	112	**558**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**719**	**764**	**764**	**764**	**764**	**3.775**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	217	262	262	262	262	**1.263**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	78	78	78	78	78	**391**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	424	424	424	424	424	**2.122**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**500**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 6	**1.324**	**976**	**976**	**976**	**976**	**5.226**
TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG	**9.095**	**7.593**	**6.006**	**5.627**	**4.056**	**32.377**

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH7 Guandu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**151**	**68**	**68**	**68**	**68**	**422**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	83	-	-	-	-	**83**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	68	68	68	68	68	**339**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**478**	**737**	**737**	**737**	**506**	**3.196**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	132	159	159	159	159	**767**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	232	232	232	-	**696**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	89	89	89	89	89	**445**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	258	258	258	258	258	**1.289**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**150**	**100**	**100**	**100**	**100**	**550**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	50	-	-	-	-	**50**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 7	**779**	**905**	**905**	**905**	**673**	**4.168**
UGRH8 Santa Maria do Rio Doce						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**75**	**75**	**75**	**75**	**75**	**376**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	75	75	75	75	75	**376**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**594**	**882**	**882**	**882**	**624**	**3.863**

P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	146	176	176	176	176	**852**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	258	258	258	-	**773**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	161	161	161	161	161	**807**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	286	286	286	286	286	**1.431**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**150**	**100**	**100**	**100**	**100**	**550**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	50	-	-	-	-	**50**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 8	**819**	**1.057**	**1.057**	**1.057**	**799**	**4.790**
UGRH9 São José						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**453**	**149**	**149**	**149**	**149**	**1.049**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	304	-	-	-	-	**304**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	149	149	149	149	149	**745**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.163**	**1.733**	**1.733**	**1.733**	**1.222**	**7.584**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	290	350	350	350	350	**1.688**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	510	510	510	-	**1.531**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	306	306	306	306	306	**1.529**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	567	567	567	567	567	**2.836**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**350**	**200**	**200**	**200**	**200**	**1.150**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	**150**
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	200	200	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 9	**1.966**	**2.082**	**2.082**	**2.082**	**1.571**	**9.783**
TOTAL UNIÃO NAS UGRH ES	**3.564**	**4.044**	**4.044**	**4.044**	**3.044**	**18.741**

TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG E ES	**12.659**	**11.637**	**10.050**	**9.671**	**7.101**	**51.117**

CAPÍTULO V
Da Alocação dos Recursos do Estado de Minas Gerais

Art. 10 Os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020, com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce, contarão com os seguintes valores (em mil reais):

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.900**	**1.900**	**500**	**1.900**	**500**	**7.700**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	**2.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.300	700	-	700	-	**3.700**
Apoio na elaboração de PMSB.	1.100		-	-	-	1.100
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.200	700	-	700	-	2.600
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	500	500	500	500	**2.000**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**500**	**1.750**	**1.250**	**1.750**	**1.250**	**6.500**

P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	500	-	500	-	**1.000**
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	**1.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	1.000	1.000	1.000	1.000	**4.500**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**600**	**100**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 1	**4.000**	**3.750**	**1.850**	**3.750**	**1.850**	**15.200**
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.800**	**3.000**	**3.000**	**3.000**	**1.000**	**11.800**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	**3.500**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.300	1.000	1.000	1.000	-	**4.300**
Apoio na elaboração de PMSB.	400	-	-	-	-	400
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	1.000	1.000	1.000	1.000	**4.000**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**4.500**	**9.000**	**9.500**	**8.500**	**10.200**	**41.700**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	2.000	2.000	2.000	3.700	**9.700**
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	**2.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.000	6.500	6.500	6.500	6.500	**30.000**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**100**	**600**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 2	**6.400**	**12.600**	**12.600**	**11.600**	**11.300**	**54.500**
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.210**	**1.310**	**1.310**	**1.310**	**1.310**	**7.450**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.250	350	350	350	350	**2.650**
Apoio na elaboração de PMSB.	900	-	-	-	-	900
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	960	960	960	960	960	**4.800**
METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	**VALORES (Mil R$)**					
	2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**TOTAL**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**960**	**960**	**960**	**960**	**960**	**4.800**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	960	960	960	960	960	**4.800**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**600**	**100**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 3	**3.770**	**2.370**	**2.370**	**2.370**	**2.370**	**13.250**
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**800**	**-**	**-**	**-**	**-**	**800**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	500	-	-	-	-	**500**
Apoio na elaboração de PMSB.	500	-	-	-	-	500
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	300	-	-	-	-	**300**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.000**	**1.000**	**-**	**-**	**-**	**2.000**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	500	500	-	-	-	**1.000**

P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	500	-	-	-	**1.000**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**250**	**100**	**100**	**100**	**100**	**650**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	**150**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 4	**2.050**	**1.100**	**100**	**100**	**100**	**3.450**
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.350**	**150**	**650**	**150**	**650**	**2.950**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	**750**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	950	-	250	-	250	**1.450**
Apoio na elaboração de PMSB.	700	-	-	-	-	700
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	150	150	150	150	150	**750**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**500**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.500**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	250	250	250	250	250	**1.250**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	250	250	250	250	250	**1.250**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**400**	**100**	**100**	**100**	**100**	**800**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	**300**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 5	**2.250**	**750**	**1.250**	**750**	**1.250**	**6.250**
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.000	-	-	-	-	**1.000**
Apoio na elaboração de PMSB.	200	-	-	-	-	200
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**300**	**740**	**740**	**740**	**740**	**3.260**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	300	450	450	450	450	**2.100**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	-	290	290	290	290	**1.160**
METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	**VALORES (Mil R$)**					
	2016	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**TOTAL**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**220**	**100**	**100**	**100**	**100**	**620**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	**120**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 6	**1.520**	**840**	**840**	**840**	**840**	**4.880**
TOTAL MG	**19.990**	**21.410**	**19.010**	**19.410**	**17.710**	**97.530**

§ 1º. Os recursos arrecadados nas bacias afluentes de Minas Gerais serão obrigatoriamente aplicados nas respectivas bacias geradoras dos recursos.

§ 2º. Os montantes de 2016 a 2020 correspondem aos valores relativos ao saldo de 2015 e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce no período de 2016 a 2010, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio da AGB-Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com o IGAM e desprezadas eventuais inadimplências.

§ 3º. O Programa Produtor de Água (P24) irá contemplar uma área a ser selecionada na UGRH1-Piranga e a sub-bacia do ribeirão Candidópolis, em Itabira-MG, na área da UGRH2-Piracicaba, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais nestas unidades.

CAPÍTULO VI
Da Alocação Total dos Recursos

Art. 11 A totalidade dos recursos previstos para serem desembolsados em 2016 a 2020 para a bacia hidrográfica do rio Doce pode ser assim sintetizada: (Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016)

I. Em toda a bacia hidrográfica do rio Doce: (Redação dada pela Deliberação nº 52/2016)

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.100**	**2.000**	**2.000**	**2.000**	**2.000**	**10.100**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	**5.000**
Elaboração de projetos para otimização de SES.	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.100	1.000	1.000	1.000	1.000	**5.100**
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.100	1.000	1.000	1.000	1.000	5.100
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**2.700**	**4.600**	**4.600**	**2.600**	**1.600**	**16.100**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	-	2.000	2.000	-	-	**4.000**
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	1.000	1.000	1.000	-	**4.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	100					**100**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	240	200	200	200	200	**1.040**
P71 - Programa de Comunicação Social	500	500	500	500	500	**2.500**
P72 - Programa de Educação Ambiental	460	500	500	500	500	**2.460**
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	400	400	400	400	**2.000**
TOTAL UNIÃO BACIA DOCE (Não espacializado)	**4.800**	**6.600**	**6.600**	**4.600**	**3.600**	**26.200**

II. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**3.576**	**2.893**	**624**	**2.024**	**500**	**9.619**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	**2.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.852	1.569	-	700	-	**5.121**
Apoio na elaboração de PMSB.	1.228	234	-	-	-	1.462
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.624	1.335	-	700	-	3.659
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	124	624	624	624	500	**2.498**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.297**	**2.597**	**2.097**	**2.218**	**1.250**	**9.459**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	242	792	292	500	-	**1.826**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	81	81	81	-	-	**244**
P24 - Prograna Produtor de Água	-	250	250	250	250	**1.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	974	1.474	1.474	1.468	1.000	**6.389**

PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**720**	**180**	**200**	**200**	**200**	**1.500**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	220	180	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 1	**5.594**	**5.670**	**2.921**	**4.442**	**1.950**	**20.578**
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.911**	**3.177**	**3.056**	**3.056**	**1.000**	**12.199**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	**3.500**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.355	1.122	1.000	1.000	-	**4.477**
Apoio na elaboração de PMSB.	455	122	-	-	-	577
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	56	1.056	1.056	1.056	1.000	**4.222**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**4.819**	**9.342**	**9.842**	**8.842**	**10.445**	**43.290**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	108	2.130	2.130	2.130	3.734	**10.233**
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	**2.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.211	6.711	6.711	6.711	6.711	**31.057**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**200**	**700**	**200**	**200**	**200**	**1.500**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 2	**6.930**	**13.219**	**13.097**	**12.097**	**11.645**	**56.989**
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.485**	**1.814**	**1.415**	**1.415**	**1.310**	**8.439**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.420	749	350	350	350	**3.219**
Apoio na elaboração de PMSB.	1.070	399	-	-	-	1.469
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	1.065	1.065	1.065	1.065	960	**5.220**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.563**	**1.605**	**1.605**	**1.605**	**1.211**	**7.589**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	204	246	246	246	-	**942**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	1.359	1.359	1.359	1.359	1.211	**6.647**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**725**	**175**	**200**	**200**	**200**	**1.500**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	225	175	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 3	**4.773**	**3.594**	**3.220**	**3.220**	**2.721**	**17.528**
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.559**	**209**	**209**	**209**	**209**	**3.393**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.050	-	-	-	-	**2.050**
Apoio na elaboração de PMSB.	2.050	-	-	-	-	2.050
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	509	209	209	209	209	**1.343**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**2.279**	**2.363**	**1.363**	**1.363**	**1.363**	**8.729**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	906	989	489	489	489	**3.363**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	80	80	80	80	80	**398**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	1.294	1.294	794	794	794	**4.969**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**370**	**180**	**200**	**200**	**200**	**1.150**

P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	**150**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	220	180	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 4	**5.208**	**2.751**	**1.771**	**1.771**	**1.771**	**13.272**
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.040**	**515**	**753**	**253**	**650**	**4.211**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	**750**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.537	262	250	-	250	**2.299**
Apoio na elaboração de PMSB.	1.287	262	-	-	-	1.549
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	253	253	253	253	150	**1.162**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.197**	**1.238**	**1.238**	**1.238**	**1.013**	**5.923**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	450	491	491	491	267	**2.191**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	105	105	105	105	105	**524**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	642	642	642	642	642	**3.208**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**500**	**200**	**200**	**200**	**200**	**1.300**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	**300**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 5	**3.736**	**1.953**	**2.191**	**1.691**	**1.863**	**11.434**
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.505**	**112**	**112**	**112**	**112**	**1.951**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.393	-	-	-	-	**1.393**
Apoio na elaboração de PMSB.	593	-	-	-	-	593
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	112	112	112	112	112	**558**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.019**	**1.504**	**1.504**	**1.504**	**1.504**	**7.035**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	517	712	712	712	712	**3.363**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	78	78	78	78	78	**391**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	424	714	714	714	714	**3.282**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**320**	**200**	**200**	**200**	**200**	**1.120**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	**120**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 6	**2.844**	**1.816**	**1.816**	**1.816**	**1.816**	**10.106**
TOTAL MG	**29.085**	**29.003**	**25.016**	**25.037**	**21.766**	**129.907**

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH7 Guandu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**151**	**68**	**68**	**68**	**68**	**422**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	83	-	-	-	-	**83**
Apoio na elaboração de PMSB.	83	-	-	-	-	83
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	68	68	68	68	68	**339**

PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**478**	**737**	**737**	**737**	**506**	**3.196**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	132	159	159	159	159	**767**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	232	232	232	-	**696**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	89	89	89	89	89	**445**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	258	258	258	258	258	**1.289**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**150**	**100**	**100**	**100**	**100**	**550**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	50	-	-	-	-	**50**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 7	**779**	**905**	**905**	**905**	**673**	**4.168**
UGRH8 Santa Maria do Rio Doce						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**75**	**75**	**75**	**75**	**75**	**376**
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	75	75	75	75	75	**376**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**594**	**882**	**882**	**882**	**624**	**3.863**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	146	176	176	176	176	**852**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	258	258	258	-	**773**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	161	161	161	161	161	**807**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	286	286	286	286	286	**1.431**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**150**	**100**	**100**	**100**	**100**	**550**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	50	-	-	-	-	**50**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 8	**819**	**1.057**	**1.057**	**1.057**	**799**	**4.790**
UGRH9 São José						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**453**	**149**	**149**	**149**	**149**	**1.049**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	304	-	-	-	-	**304**
Apoio na elaboração de PMSB.	304	-	-	-	-	304
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	149	149	149	149	149	**745**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.163**	**1.733**	**1.733**	**1.733**	**1.222**	**7.584**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	290	350	350	350	350	**1.688**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	510	510	510	-	**1.531**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	306	306	306	306	306	**1.529**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	567	567	567	567	567	**2.836**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**350**	**200**	**200**	**200**	**200**	**1.150**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	150	-	-	-	-	**150**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	**1.000**
SUBTOTAL 9	**1.966**	**2.082**	**2.082**	**2.082**	**1.571**	**9.783**
TOTAL ES	**3.564**	**4.044**	**4.044**	**4.044**	**3.044**	**18.741**

TOTAL TODA BACIA DOCE	**37.449**	**39.647**	**35.660**	**33.681**	**28.411**	**174.847**

CAPÍTULO VII
Dos Critérios para Hierarquização dos Estudos, Planos, Projetos e Ações

Art. 12 Os estudos, planos, projetos e ações decorrentes da implementação dos programas de saneamento P11 (Programa de Saneamento da Bacia) e P41 (Programa de Universalização do Saneamento) do PIRH/PARHs Doce deverão ser contratados por meio de edital de chamamento público.

Art. 13 O IBIO - AGB Doce é responsável pela pré-seleção das propostas apresentadas durante o chamamento público e a lista de hierarquização deverá ser submetida à homologação de Comissão Gestora de Licitação e Contratos, previamente à sua contratação.

§ 1º. A Comissão Gestora, a ser constituída por no máximo 5 (cinco) servidores da AGB-Doce, sendo presidida por um destes membros, será responsável pela condução dos processos licitatórios, hierarquização das propostas selecionadas, adjudicação, homologação da listagem com as propostas hierarquizadas e análise de recursos e pedidos de impugnação em licitações, para fins de contratação com recursos da cobrança.

§ 2º. Para os programas P12, P22, P24 e P52 a Comissão Gestora de Licitação e Contratos deverá se articular, no âmbito das unidades estaduais de gestão de recursos hídricos em 2016, com representantes dos comitês e dos órgãos gestores para fins de elaboração de edital de chamamento público, seleção das áreas a serem beneficiadas, bem como para detalhamento dos critérios dos respectivos editais de contratação.

Art. 14 Para a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS PROPOSTAS
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	Critérios obrigatórios para projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos: – Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; – Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e – Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado. Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios classificatórios: – Municípios com DBO remanescente superior a 5 ton./dia [Ouro Preto e Viçosa (DO1); Ipatinga, Coronel Fabriciano e Itabira (DO2); Santana do Paraíso (DO3); Governador Valadares (DO4); Caratinga (DO5); Manhuaçu (DO6); Linhares (São José); Itaguaçu (Santa Maria do Doce) e Baixo Guandu (Guandu)]; – IDH-M 2010 inferior a 0,600; – Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; – Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; – Índice de cobertura de coleta de esgotos inferior à média dos estados de MG e ES; – Índice de tratamento dos esgotos coletados inferior à média dos estados de MG e ES; – Lançam esgotos a montante de captação (Atlas ANA 2010); – Não contemplados com investimentos para estudos e projetos.
Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21)	– Áreas onde o saldo hídrico foi impactado, essencialmente, pelos usos da irrigação, prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca.
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	– Áreas onde a demanda por irrigação constitui uma importante parcela da demanda total na bacia e o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se desfavorável. – Áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas.
Programa Produtor de Água (P24)	– Áreas onde há conflitos pelo uso múltiplo da água, com municípios que requerem novo manancial ou ampliação do sistema de abastecimento de água até 2015 segundo Atlas ANA, e que apresentem condições críticas de

	degradação (elevados processos erosivos, redução da cobertura vegetal e alto deflúvio superficial instantâneo) e inadequação do uso das terras, da cobertura vegetal e das APPs (topo de morro, declividade e faixa ciliar). – Área de drenagem inferior a 20 mil hectares e população atendida superior a 5.000 habitantes. – Áreas com suscetibilidade à erosão classificadas como Forte a Muito Forte (PIRH Doce). – Áreas com produção de sedimentos superior a 70 ton./km^2/ano (SIGEL-Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico). – Áreas com cobertura vegetal natural inferior a 20% (PIRH Doce). – Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias necessárias ao desenvolvimento do programa. – Áreas com iniciativas do programa em andamento. – Visita a campo para confirmação das condições previstas e análise da possibilidade de intervenção.
Programa de Universalização do Saneamento (P41)	Critérios obrigatórios para projetos de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água: – Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; – Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e – Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado. Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios: – IDH-M 2010 inferior a 0,600; – Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; – Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; – Índice de cobertura de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES; – Necessidade de ampliação do SAA (Atlas ANA 2010); – Necessidade de novo manancial até 2015 (Atlas ANA 2010); – Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES; – Disposição final inadequada de resíduos sólidos; – Potencialidade para solução da disposição final dos resíduos consorciada com outros municípios; – Ocorrência de inundações ou enchentes nos últimos 5 anos (PNSB 2008); – Não contemplados com investimentos para estudos e projetos.
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	– Áreas onde há intensa erosão do solo. – Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. – Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz. – Áreas no entorno de unidades de conservação. – Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia. – Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa. – Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

Parágrafo Único – Previamente ao lançamento dos editais de chamamento públicos para os Programas de Saneamento (P11 e P41), serão discutidos em cada UGRH outros critérios de hierarquização oriundos dos Seminários de Saneamento.

CAPÍTULO VIII
Das Disposições Finais

Art. 15 Com vistas ao cumprimento das metas do Plano de Aplicação Plurianual no período 2016-2020 compete aos comitês deliberarem anualmente sobre seu Plano de Trabalho e calendário de reuniões de suas Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e reuniões Plenárias.

Art. 16 Para fins de avaliar a eficiência e eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento, conforme estabelecido nos Contratos de Gestão.

Parágrafo único. Revisões ou atualizações decorrentes da aplicação dos recursos poderão ser anualmente efetuadas, com aprovação dos Comitês.

Art. 17 Para fins do Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) para o Estado de Minas Gerais equivale às Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH); e, para o Estado do Espírito Santo a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) equivale às Unidades de Análise estabelecidas no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH-Doce), aprovado no ano de 2010.

Art. 18 Para fins de implementação dos programas previstos neste PAP-Doce, o IBIO poderá contratar com recursos provenientes da parcela da cobrança pelo uso de recursos hídricos da União e do Estado de Minas Gerais, consultoria (física ou jurídica) para análise e validação técnica dos produtos e serviços a serem contratados para todos os programas.

APÊNDICE I

UNIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	**Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS**	**Nº DE SEDES MUNICIPAIS**	**POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA NA BACIA** (IBGE Censo 2010)	**% POP TOTAL NA BACIA**	**ÁREA DOS MUNICÍPIOS NA UNIDADE** (Km^2)	**% ÁREA NA BACIA**	**MÉDIA FINAL** (ÁREA + POP TOTAL)
UGRH1 Piranga	77	62	701.842	20,5	17.580	20,3	**20,4**
UGRH2 Piracicaba	21	17	754.085	22,0	5.684	6,6	**14,3**
UGRH3 Santo Antônio	29	23	187.488	5,5	10.759	12,4	**8,9**
UGRH4 Suaçuí	48	41	604.250	17,6	21.549	24,8	**21,2**
UGRH5 Caratinga	29	25	284.347	8,3	6.684	7,7	**8,0**
UGRH6 Manhuaçu	28	23	321.094	9,4	9.191	10,6	**10,0**
UGRH7 Guandu	7	4	81.155	2,4	2.474	2,9	**2,6**
UGRH8 Santa Maria do Doce	9	3	109.243	3,2	3.066	3,5	**3,4**
UGRH9 São José	17	13	387.169	11,3	9.750	11,2	**11,3**
TOTAL	**228**	**211**	**3.430.673**	**100,0**	**86.736**	**100,0**	**100,0**

APENDICE II

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
TOTAL UGRH 1 PIRANGA					**62**			**17.580**	**404.820**	**297.022**	**701.842**
1	310030	Abre Campo	MG	UGRH 1	SIM	471	100,00	471	6.677	6.634	13.311
2	310040	Acaiaca	MG	UGRH 1	SIM	102	100,00	102	2.553	1.367	3.920
3	310210	Alto Rio Doce	MG	UGRH 1	SIM	518	100,00	518	3.813	8.346	12.159
4	310230	Alvinópolis	MG	UGRH 1	SIM	599	44,43	266	8.403	3.047	11.450
5	310250	Amparo do Serra	MG	UGRH 1	SIM	146	100,00	146	2.518	2.535	5.053
6	310370	Araponga	MG	UGRH 1	SIM	304	100,00	304	2.116	6.036	8.152
7	310570	Barra Longa	MG	UGRH 1	SIM	384	100,00	384	2.254	3.889	6.143
8	310780	Bom Jesus do Galho	MG	UGRH 1	SIM	592	84,69	502	5.884	8.029	13.913
9	310870	Brás Pires	MG	UGRH 1	SIM	223	100,00	223	2.223	2.414	4.637
10	311020	Cajuri	MG	UGRH 1	SIM	83	100,00	83	2.096	1.951	4.047
11	311170	Canaã	MG	UGRH 1	SIM	175	100,00	175	1.859	2.769	4.628
12	311220	Capela Nova	MG	UGRH 1	SIM	111	100,00	111	2.132	2.623	4.755
13	311290	Caputira	MG	UGRH 1	SIM	188	100,00	188	3.779	5.251	9.030
14	311310	Caranaíba	MG	UGRH 1	SIM	160	100,00	160	1.176	2.112	3.288
15	311540	Carandaí	MG	UGRH 1		486	8,50	41		622	622
16	311630	Caratinga	MG	UGRH 1		1.259	14,29	180		3.407	3.407
17	311670	Catas Altas da Noruega	MG	UGRH 1	SIM	142	100,00	142	1.429	2.033	3.462
18	312000	Cipotânea	MG	UGRH 1	SIM	154	100,00	153	3.014	3.533	6.547
19	312150	Coimbra	MG	UGRH 1	SIM	107	100,00	107	5.156	1.898	7.054
20	312170	Conselheiro Lafaiete	MG	UGRH 1		370	2,83	10		168	168
21	312180	Córrego Novo	MG	UGRH 1	SIM	205	100,00	205	2.038	1.089	3.127
22	312190	Cristiano Otoni	MG	UGRH 1		133	7,06	9		63	63
23	312270	Desterro do Melo	MG	UGRH 1	SIM	142	80,05	114	1.390	1.301	2.691
24	312330	Diogo de Vasconcelos	MG	UGRH 1	SIM	165	100,00	165	1.099	2.749	3.848
25	312400	Dionísio	MG	UGRH 1	SIM	344	100,00	344	4.210	4.529	8.739
26	312820	Divinésia	MG	UGRH 1	SIM	117	66,95	78	2.175	749	2.924
27	313390	Dom Silvério	MG	UGRH 1	SIM	195	100,00	195	4.058	1.138	5.196
28	312330	Dores do Turvo	MG	UGRH 1	SIM	231	100,00	231	2.030	2.432	4.462

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
29	312385	Entre Folhas	MG	UGRH 1		85	48,95	42		629	629
30	312400	Ervália	MG	UGRH 1	SIM	358	84,71	303	9.470	7.180	16.650
31	312820	Guaraciaba	MG	UGRH 1	SIM	349	100,00	349	3.218	7.005	10.223
32	313390	Itaverava	MG	UGRH 1	SIM	284	93,98	267	1.607	3.940	5.547
33	313500	Jaguaraçu	MG	UGRH 1		164	34,38	56		540	540
34	313550	Jequeri	MG	UGRH 1	SIM	548	100,00	548	4.717	8.131	12.848
35	313790	Lamim	MG	UGRH 1	SIM	119	100,00	119	1.511	1.941	3.452
36	313940	Manhuaçu	MG	UGRH 1		628	31,22	196		9.016	9.016
37	314000	Mariana	MG	UGRH 1	SIM	1.194	89,11	1.064	37.706	14.715	52.421
38	314030	Marliéria	MG	UGRH 1		546	85,20	465		2.636	2.636
39	314090	Matipó	MG	UGRH 1	SIM	267	100,00	267	12.042	5.597	17.639
40	314160	Mercês	MG	UGRH 1		348	13,11	46		408	408
41	314585	Oratórios	MG	UGRH 1	SIM	89	100,00	89	3.241	1.252	4.493
42	314590	Ouro Branco	MG	UGRH 1		259	41,25	107		1.509	1.509
43	314610	Ouro Preto	MG	UGRH 1	SIM	1.246	40,86	509	40.214	12.285	52.499
44	314830	Paula Cândido	MG	UGRH 1	SIM	268	100,00	268	4.261	5.010	9.271
45	314875	Pedra Bonita	MG	UGRH 1	SIM	174	100,00	174	1.807	4.866	6.673
46	314880	Pedra do Anta	MG	UGRH 1	SIM	163	100,00	163	2.192	1.173	3.365
47	315020	Piedade de Ponte Nova	MG	UGRH 1	SIM	84	100,00	84	3.178	884	4.062
48	315053	Pingo-d'Água	MG	UGRH 1	SIM	67	100,00	67	4.035	385	4.420
49	315080	Piranga	MG	UGRH 1	SIM	659	100,00	659	5.384	11.848	17.232
50	315210	Ponte Nova	MG	UGRH 1	SIM	471	100,00	471	49.668	7.722	57.390
51	315230	Porto Firme	MG	UGRH 1	SIM	285	100,00	285	4.831	5.586	10.417
52	315310	Presidente Bernardes	MG	UGRH 1	SIM	237	100,00	237	1.642	3.895	5.537
53	315400	Raul Soares	MG	UGRH 1	SIM	763	100,00	763	13.070	10.748	23.818
54	315440	Ressaquinha	MG	UGRH 1		185	24,00	44		531	531
55	315490	Rio Casca	MG	UGRH 1	SIM	384	100,00	384	10.871	3.330	14.201
56	315500	Rio Doce	MG	UGRH 1	SIM	112	100,00	112	1.653	812	2.465
57	315520	Rio Espera	MG	UGRH 1	SIM	239	100,00	239	1.760	4.310	6.070
58	315740	Santa Cruz do Escalvado	MG	UGRH 1	SIM	259	100,00	259	1.177	3.815	4.992
59	315790	Santa Margarida	MG	UGRH 1	SIM	256	100,00	256	6.034	8.977	15.011
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na	Área do município na	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		

							UGRH	UGRH (Km²)	Urbana na sede	Rural	Total
60	315910	Santana dos Montes	MG	UGRH 1	SIM	197	100,00	197	1.941	1.881	3.822
61	316010	Santo Antônio do Grama	MG	UGRH 1	SIM	130	100,00	130	3.365	720	4.085
62	316100	São Domingos do Prata	MG	UGRH 1		744	26,91	200		2.274	2.274
63	316150	São Geraldo	MG	UGRH 1		186	23,25	43		840	840
64	316340	São José do Goiabal	MG	UGRH 1	SIM	185	100,00	185	3.689	1.947	5.636
65	316380	São Miguel do Anta	MG	UGRH 1	SIM	152	100,00	152	3.746	3.014	6.760
66	316400	São Pedro dos Ferros	MG	UGRH 1	SIM	403	100,00	403	5.777	2.579	8.356
67	316556	Sem-Peixe	MG	UGRH 1	SIM	177	100,00	177	1.329	1.518	2.847
68	316570	Senador Firmino	MG	UGRH 1	SIM	167	100,00	167	4.683	2.547	7.230
69	316600	Senhora de Oliveira	MG	UGRH 1	SIM	171	100,00	171	3.256	2.427	5.683
70	316620	Senhora dos Remédios	MG	UGRH 1	SIM	238	100,00	238	2.792	7.404	10.196
71	316630	Sericita	MG	UGRH 1	SIM	166	100,00	166	3.193	3.935	7.128
72	316850	Teixeiras	MG	UGRH 1	SIM	167	100,00	167	7.623	3.732	11.355
73	316870	Timóteo	MG	UGRH 1		144	34,75	50		3.735	3.735
74	316990	Ubá	MG	UGRH 1		408	20,53	84		1.935	1.935
75	317050	Urucânia	MG	UGRH 1	SIM	139	100,00	139	5.748	4.543	10.291
76	317115	Vermelho Novo	MG	UGRH 1	SIM	115	100,00	115	1.852	2.837	4.689
77	317130	Viçosa	MG	UGRH 1	SIM	299	100,00	299	56.455	15.765	72.220
TOTAL UGRH 2 PIRACICABA					**17**			**5.684**	**541.746**	**212.339**	**754.085**
1	310230	Alvinópolis	MG	UGRH 2		599	55,57	333		3.811	3.811
2	310300	Antônio Dias	MG	UGRH 2	SIM	787	85,69	675	3.448	5.242	8.690
3	310540	Barão de Cocais	MG	UGRH 2	SIM	341	100,00	341	24.007	4.435	28.442
4	310600	Bela Vista de Minas	MG	UGRH 2	SIM	109	100,00	109	9.378	626	10.004
5	310770	Bom Jesus do Amparo	MG	UGRH 2	SIM	196	100,00	196	2.516	2.975	5.491
6	311535	Catas Altas	MG	UGRH 2	SIM	240	100,00	240	3.531	1.315	4.846
7	311940	Coronel Fabriciano	MG	UGRH 2	SIM	221	100,00	221	47.382	56.312	103.694
8	313130	Ipatinga	MG	UGRH 2	SIM	165	100,00	165	148.687	90.781	239.468
9	313170	Itabira	MG	UGRH 2	SIM	1.254	36,02	452	98.554	4.045	102.599
10	313500	Jaguaraçu	MG	UGRH 2	SIM	164	65,62	108	1.419	1.031	2.450
11	313620	João Monlevade	MG	UGRH 2	SIM	99	100,00	99	73.277	333	73.610
12	314000	Mariana	MG	UGRH 2		1.194	10,89	130		1.798	1.798
Nº	**CÓDIGO IBGE**	**MUNICÍPIO**	**UF**	**UGRH**	**SEDE NA UGRH**	**ÁREA** (Km²)	**% da área do município na UGRH**	**Área do município na UGRH** (Km²)	**População estimada do município na UGRH** (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	**Rural**	**Total**

13	314030	Marliéria	MG	UGRH 2	SIM	546	14,80	81	918	458	1.376
14	314470	Nova Era	MG	UGRH 2	SIM	362	100,00	362	13.203	4.325	17.528
15	314610	Ouro Preto	MG	UGRH 2		1.246	3,33	42		1.001	1.001
16	315570	Rio Piracicaba	MG	UGRH 2	SIM	373	100,00	373	9.567	4.582	14.149
17	315720	Santa Bárbara	MG	UGRH 2	SIM	684	100,00	684	21.809	6.067	27.876
18	315895	Santana do Paraíso	MG	UGRH 2		276	26,81	74		4.883	4.883
19	316100	São Domingos do Prata	MG	UGRH 2	SIM	744	73,09	544	8.905	6.178	15.083
20	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	UGRH 2	SIM	364	100,00	364	4.649	5.128	9.777
21	316870	Timóteo	MG	UGRH 2	SIM	144	65,26	94	70.496	7.013	77.509
TOTAL UGRH 3 SANTO ANTÔNIO					**23**			**10.759**	**85.387**	**102.101**	**187.488**
1	310050	Açucena	MG	UGRH 3	SIM	815	43,17	352	2.535	3.342	5.877
2	310240	Alvorada de Minas	MG	UGRH 3	SIM	374	100,00	374	947	2.599	3.546
3	310300	Antônio Dias	MG	UGRH 3		787	14,31	113		875	875
4	310630	Belo Oriente	MG	UGRH 3	SIM	335	100,00	335	6.809	16.588	23.397
5	310880	Braúnas	MG	UGRH 3	SIM	378	100,00	378	1.593	3.437	5.030
6	311380	Carmésia	MG	UGRH 3	SIM	259	100,00	259	1.311	1.135	2.446
7	311750	Conceição do Mato Dentro	MG	UGRH 3	SIM	1.727	76,82	1.327	10.172	5.943	16.115
8	311810	Congonhas do Norte	MG	UGRH 3		399	10,87	43		255	255
9	312260	Dom Joaquim	MG	UGRH 3	SIM	399	100,00	399	2.620	1.915	4.535
10	312310	Dores de Guanhães	MG	UGRH 3	SIM	382	100,00	382	1.622	3.601	5.223
11	312590	Ferros	MG	UGRH 3	SIM	1.089	100,00	1.089	3.141	7.696	10.837
12	312800	Guanhães	MG	UGRH 3		1.075	33,45	360		2.808	2.808
13	313170	Itabira	MG	UGRH 3		1.254	63,98	802		7.184	7.184
14	313280	Itambé do Mato Dentro	MG	UGRH 3	SIM	380	100,00	380	908	1.375	2.283
15	313610	Joanésia	MG	UGRH 3	SIM	233	100,00	233	2.062	3.363	5.425
16	314060	Materlândia	MG	UGRH 3		281	18,93	53		489	489
17	314170	Mesquita	MG	UGRH 3	SIM	275	100,00	275	3.401	2.668	6.069
18	314370	Morro do Pilar	MG	UGRH 3	SIM	478	100,00	478	2.581	818	3.399
19	314435	Naque	MG	UGRH 3	SIM	127	34,94	44	5.961	133	6.094
20	314750	Passabém	MG	UGRH 3	SIM	94	100,00	94	1.012	754	1.766
21	315680	Sabinópolis	MG	UGRH 3	SIM	920	58,95	542	9.227	3.818	13.045

Nº	**CÓDIGO IBGE**	**MUNICÍPIO**	**UF**	**UGRH**	**SEDE NA UGRH**	**ÁREA** (Km²)	**% da área do município na UGRH**	**Área do município na UGRH** (Km²)	**População estimada do município na UGRH** (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	**Rural**	**Total**
22	315800	Santa Maria de Itabira	MG	UGRH 3	SIM	597	100,00	597	6.088	4.464	10.552

23	315895	Santana do Paraíso	MG	UGRH 3	SIM	276	73,19	202	9.051	13.331	22.382
24	316020	Santo Antônio do Itambé	MG	UGRH 3	SIM	306	100,00	306	1.230	2.905	4.135
25	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	MG	UGRH 3	SIM	107	100,00	107	888	889	1.777
26	316480	São Sebastião do Rio Preto	MG	UGRH 3	SIM	128	100,00	128	876	737	1.613
27	316610	Senhora do Porto	MG	UGRH 3	SIM	381	100,00	381	856	2.641	3.497
28	316650	Serra Azul de Minas	MG	UGRH 3		219	28,50	62		715	715
29	316710	Serro	MG	UGRH 3	SIM	1.218	54,38	662	10.496	5.622	16.118
TOTAL UGRH 4 SUAÇUÍ					**41**			**21.549**	**422.039**	**182.211**	**604.250**
1	310050	Açucena	MG	UGRH 4		815	56,83	463		4.399	4.399
2	310060	Água Boa	MG	UGRH 4	SIM	1.320	100,00	1.320	4.951	10.244	15.195
3	310110	Aimorés	MG	UGRH 4		1.349	11,64	157		1.224	1.224
4	311080	Campanário	MG	UGRH 4	SIM	442	100,00	442	2.651	913	3.564
5	311205	Cantagalo	MG	UGRH 4	SIM	142	100,00	142	2.479	1.716	4.195
6	311680	Coluna	MG	UGRH 4	SIM	348	100,00	348	3.814	5.210	9.024
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 4		1.484	42,72	634		3.568	3.568
8	311920	Coroaci	MG	UGRH 4	SIM	576	100,00	576	3.690	6.580	10.270
9	312083	Cuparaque	MG	UGRH 4	SIM	227	100,00	227	2.989	1.691	4.680
10	312210	Divino das Laranjeiras	MG	UGRH 4	SIM	342	100,00	342	2.231	2.706	4.937
11	312220	Divinolândia de Minas	MG	UGRH 4	SIM	133	100,00	133	5.760	1.264	7.024
12	312675	Franciscópolis	MG	UGRH 4	SIM	717	100,00	717	2.060	3.740	5.800
13	312690	Frei Inocêncio	MG	UGRH 4	SIM	470	100,00	470	6.764	2.156	8.920
14	312695	Frei Lagonegro	MG	UGRH 4	SIM	168	100,00	167	618	2.711	3.329
15	312730	Galiléia	MG	UGRH 4	SIM	720	100,00	720	5.071	1.880	6.951
16	312737	Goiabeira	MG	UGRH 4	SIM	112	100,00	112	2.473	580	3.053
17	312750	Gonzaga	MG	UGRH 4	SIM	209	100,00	209	2.842	3.079	5.921
18	312770	Governador Valadares	MG	UGRH 4	SIM	2.342	92,35	2.163	244.716	17.522	262.238
19	312800	Guanhães	MG	UGRH 4	SIM	1.075	66,55	716	22.866	5.588	28.454
20	313270	Itambacuri	MG	UGRH 4	SIM	1.419	91,27	1.295	14.490	7.593	22.083
21	313410	Itueta	MG	UGRH 4		453	63,96	290		2.956	2.956
22	313507	Jampruca	MG	UGRH 4	SIM	517	100,00	517	2.938	2.129	5.067
Nº	**CÓDIGO IBGE**	**MUNICÍPIO**	**UF**	**UGRH**	**SEDE NA UGRH**	**ÁREA** (Km²)	**% da área do município na UGRH**	**Área do município na UGRH** (Km²)	**População estimada do município na UGRH** (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	**Rural**	**Total**
23	313655	José Raydan	MG	UGRH 4	SIM	181	100,00	181	1.568	2.808	4.376
24	313920	Malacacheta	MG	UGRH 4	SIM	728	73,71	536	10.300	6.248	16.548

25	314010	Marilac	MG	UGRH 4	SIM	159	100,00	159	3.423	796	4.219
26	314060	Materlândia	MG	UGRH 4	SIM	281	81,07	227	2.011	2.095	4.106
27	317150	Mathias Lobato	MG	UGRH 4	SIM	172	100,00	172	3.060	310	3.370
28	314420	Nacip Raydan	MG	UGRH 4	SIM	233	100,00	233	1.979	1.175	3.154
29	314435	Naque	MG	UGRH 4		127	65,06	83		247	247
30	314840	Paulistas	MG	UGRH 4	SIM	221	100,00	221	2.303	2.615	4.918
31	314860	Peçanha	MG	UGRH 4	SIM	997	100,00	997	8.901	8.359	17.260
32	314995	Periquito	MG	UGRH 4	SIM	229	100,00	229	3.504	3.532	7.036
33	315430	Resplendor	MG	UGRH 4		1.082	88,51	958		5.665	5.665
34	315600	Rio Vermelho	MG	UGRH 4	SIM	987	95,42	941	4.912	8.333	13.245
35	315680	Sabinópolis	MG	UGRH 4		920	41,05	378		2.659	2.659
36	315750	Santa Efigênia de Minas	MG	UGRH 4	SIM	132	100,00	132	3.053	1.547	4.600
37	315820	Santa Maria do Suaçuí	MG	UGRH 4	SIM	624	100,00	624	8.776	5.619	14.395
38	316160	São Geraldo da Piedade	MG	UGRH 4	SIM	152	100,00	152	1.054	3.335	4.389
39	316165	São Geraldo do Baixio	MG	UGRH 4	SIM	281	100,00	281	2.288	1.198	3.486
40	316280	São João Evangelista	MG	UGRH 4	SIM	478	100,00	478	8.934	6.619	15.553
41	316300	São José da Safira	MG	UGRH 4	SIM	214	100,00	214	2.945	1.130	4.075
42	316350	São José do Jacuri	MG	UGRH 4	SIM	345	100,00	345	2.006	4.547	6.553
43	316410	São Pedro do Suaçuí	MG	UGRH 4	SIM	308	100,00	308	2.302	3.268	5.570
44	316450	São Sebastião do Maranhão	MG	UGRH 4	SIM	518	100,00	518	2.577	8.070	10.647
45	316550	Sardoá	MG	UGRH 4	SIM	142	100,00	142	1.997	3.597	5.594
46	316650	Serra Azul de Minas	MG	UGRH 4	SIM	219	71,50	156	1.710	1.795	3.505
47	317180	Virginópolis	MG	UGRH 4	SIM	440	100,00	440	6.208	4.364	10.572
48	317190	Virgolândia	MG	UGRH 4	SIM	281	100,00	281	2.825	2.833	5.658
TOTAL UGRH 5 CARATINGA					**25**			**6.684**	**189.780**	**94.567**	**284.347**
1	310180	Alpercata	MG	UGRH 5	SIM	167	100,00	167	3.882	3.290	7.172
2	310220	Alvarenga	MG	UGRH 5		278	3,82	11		89	89
3	310780	Bom Jesus do Galho	MG	UGRH 5		592	15,31	91		1.451	1.451
4	310925	Bugre	MG	UGRH 5	SIM	162	100,00	162	1.531	2.461	3.992

Nº	**CÓDIGO IBGE**	**MUNICÍPIO**	**UF**	**UGRH**	**SEDE NA UGRH**	**ÁREA** (Km²)	**% da área do município na UGRH**	**Área do município na UGRH** (Km²)	**População estimada do município na UGRH** (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	**Rural**	**Total**
5	311265	Capitão Andrade	MG	UGRH 5	SIM	279	100,00	279	3.573	1.352	4.925
6	311340	Caratinga	MG	UGRH 5	SIM	1.259	46,39	584	61.397	11.060	72.457
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 5	SIM	1.484	42,81	635	13.890	3.575	17.465

8	312250	Dom Cavati	MG	UGRH 5	SIM	60	100,00	60	4.607	602	5.209
9	312370	Engenheiro Caldas	MG	UGRH 5	SIM	187	100,00	187	6.530	3.750	10.280
10	312385	Entre Folhas	MG	UGRH 5	SIM	85	51,05	44	3.889	657	4.546
11	312580	Fernandes Tourinho	MG	UGRH 5	SIM	152	100,00	152	1.791	1.239	3.030
12	312770	Governador Valadares	MG	UGRH 5		2.342	7,65	179		1.451	1.451
13	312930	Iapu	MG	UGRH 5	SIM	341	100,00	341	6.490	3.825	10.315
14	313055	Imbé de Minas	MG	UGRH 5	SIM	197	100,00	197	2.046	4.378	6.424
15	313090	Inhapim	MG	UGRH 5	SIM	858	80,33	689	10.644	10.965	21.609
16	313115	Ipaba	MG	UGRH 5	SIM	113	100,00	113	13.568	3.140	16.708
17	313320	Itanhomi	MG	UGRH 5	SIM	489	100,00	489	7.926	3.930	11.856
18	315015	Piedade de Caratinga	MG	UGRH 5	SIM	109	100,00	109	4.602	2.508	7.110
19	315430	Resplendor	MG	UGRH 5		1.082	1,41	15		90	90
20	315725	Santa Bárbara do Leste	MG	UGRH 5	SIM	107	100,00	107	3.974	3.708	7.682
21	315935	Santa Rita de Minas	MG	UGRH 5	SIM	68	100,00	68	4.774	1.773	6.547
22	316095	São Domingos das Dores	MG	UGRH 5	SIM	61	100,00	61	2.578	2.830	5.408
23	316260	São João do Oriente	MG	UGRH 5	SIM	120	100,00	120	5.581	2.293	7.874
24	316447	São Sebastião do Anta	MG	UGRH 5	SIM	81	100,00	81	4.210	1.529	5.739
25	316770	Sobrália	MG	UGRH 5	SIM	207	100,00	207	3.507	2.323	5.830
26	316840	Tarumirim	MG	UGRH 5	SIM	732	100,00	732	5.345	8.948	14.293
27	316950	Tumiritinga	MG	UGRH 5	SIM	500	100,00	500	3.238	3.055	6.293
28	317005	Ubaporanga	MG	UGRH 5	SIM	189	100,00	189	5.436	6.604	12.040
29	317057	Vargem Alegre	MG	UGRH 5	SIM	117	100,00	117	4.771	1.690	6.461
TOTAL UGRH 6 MANHUAÇU					**23**			**9.191**	**171.983**	**149.111**	**321.094**
1	310110	Aimorés	MG	UGRH 6	SIM	1.349	88,36	1.192	14.447	9.288	23.735
2	315350	Alto Jequitibá	MG	UGRH 6	SIM	152	100,00	152	3.887	4.431	8.318
3	310220	Alvarenga	MG	UGRH 6	SIM	278	96,18	268	2.119	2.236	4.355
4	311340	Caratinga	MG	UGRH 6		1.259	39,31	495		9.372	9.372
5	311600	Chalé	MG	UGRH 6	SIM	213	100,00	213	2.421	3.224	5.645

Nº	**CÓDIGO IBGE**	**MUNICÍPIO**	**UF**	**UGRH**	**SEDE NA UGRH**	**ÁREA** (Km²)	**% da área do município na UGRH**	**Área do município na UGRH** (Km²)	**População estimada do município na UGRH** (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	**Rural**	**Total**
6	311740	Conceição de Ipanema	MG	UGRH 6	SIM	254	100,00	254	1.523	2.933	4.456
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 6		1.484	14,47	215		1.209	1.209
8	312352	Durandé	MG	UGRH 6	SIM	217	100,00	217	2.481	4.942	7.423
9	313090	Inhapim	MG	UGRH 6		858	19,67	169		2.685	2.685

10	313120	Ipanema	MG	UGRH 6	SIM	457	100,00	457	14.200	3.970	18.170
11	313410	Itueta	MG	UGRH 6	SIM	453	36,04	163	1.208	1.666	2.874
12	313770	Lajinha	MG	UGRH 6	SIM	432	92,38	399	10.394	8.513	18.907
13	313867	Luisburgo	MG	UGRH 6	SIM	145	100,00	145	1.836	4.398	6.234
14	313940	Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	628	68,78	432	50.694	19.864	70.558
15	313950	Manhumirim	MG	UGRH 6	SIM	183	100,00	183	17.043	4.339	21.382
16	314053	Martins Soares	MG	UGRH 6	SIM	113	100,00	113	1.993	5.180	7.173
17	314400	Mutum	MG	UGRH 6	SIM	1.251	100,00	1.251	10.575	16.086	26.661
18	315190	Pocrane	MG	UGRH 6	SIM	691	100,00	691	4.283	4.703	8.986
19	315415	Reduto	MG	UGRH 6	SIM	152	100,00	152	3.648	2.921	6.569
20	315430	Resplendor	MG	UGRH 6	SIM	1.082	10,08	109	10.689	645	11.334
21	315950	Santa Rita do Itueto	MG	UGRH 6	SIM	485	100,00	485	1.383	4.314	5.697
22	315890	Santana do Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	347	100,00	347	3.766	4.816	8.582
23	316255	São João do Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	143	100,00	143	4.806	5.439	10.245
24	316360	São José do Mantimento	MG	UGRH 6	SIM	55	100,00	55	1.449	1.143	2.592
25	316760	Simonésia	MG	UGRH 6	SIM	487	100,00	487	5.733	12.565	18.298
26	316805	Taparuba	MG	UGRH 6	SIM	193	100,00	193	1.405	1.732	3.137
27	320245	Ibatiba	ES	UGRH 6		241	12,04	29		1.082	1.082
28	320300	Iúna	ES	UGRH 6		461	39,61	183		5.415	5.415
TOTAL UGRH 7 GUANDU					**4**			**2.473**	**37.723**	**43.432**	**81.155**
1	320010	Afonso Cláudio	ES	UGRH 7	SIM	955	94,87	906	13.128	17.041	30.169
2	320080	Baixo Guandu	ES	UGRH 7	SIM	918	71,70	658	20.972	5.814	26.786
3	320115	Brejetuba	ES	UGRH 7	SIM	343	100,00	343	1.989	9.926	11.915
4	320150	Colatina	ES	UGRH 7		1.423	2,09	30		328	328
5	320270	Itaguaçu	ES	UGRH 7		530	14,90	79		1.090	1.090
6	320290	Itarana	ES	UGRH 7		299	0,59	2		40	40
7	320316	Laranja da Terra	ES	UGRH 7	SIM	457	100,00	457	1.634	9.192	10.826

Nº	**CÓDIGO IBGE**	**MUNICÍPIO**	**UF**	**UGRH**	**SEDE NA UGRH**	**ÁREA** (Km²)	**% da área do município na UGRH**	**Área do município na UGRH** (Km²)	**População estimada do município na UGRH** (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	**Rural**	**Total**
TOTAL UGRH 8 SANTA MARIA DO DOCE					**3**			**3.066**	**63.953**	**45.290**	**109.243**
1	320010	Afonso Cláudio	ES	UGRH 8		955	5,13	49		922	922
2	320150	Colatina	ES	UGRH 8		1.423	43,61	621	48.037	6.853	54.890
3	320250	Ibiraçu	ES	UGRH 8		200	3,65	7		104	104
4	320270	Itaguaçu	ES	UGRH 8	SIM	530	85,10	451	6.818	6.226	13.044

5	320290	Itarana	ES	UGRH 8	SIM	299	99,41	297	4.095	6.746	10.841
6	320313	João Neiva	ES	UGRH 8		273	64,95	177		3.170	3.170
7	320320	Linhares	ES	UGRH 8		3.502	18,35	643		5.899	5.899
8	320460	Santa Teresa	ES	UGRH 8		695	68,81	478		9.101	9.101
9	320495	São Roque do Canaã	ES	UGRH 8	SIM	342	100,00	342	5.003	6.270	11.273
TOTAL UGRH 9 SÃO JOSÉ					**13**			**9.750**	**246.644**	**140.525**	**387.169**
1	320013	Águia Branca	ES	UGRH 9	SIM	450	100,00	450	2.812	6.707	9.519
2	320035	Alto Rio Novo	ES	UGRH 9	SIM	228	100,00	228	3.503	3.814	7.317
3	320080	Baixo Guandu	ES	UGRH 9		918	28,30	260		2.295	2.295
4	320150	Colatina	ES	UGRH 9	SIM	1.423	54,29	773	48.037	8.531	56.568
5	320225	Governador Lindenberg	ES	UGRH 9	SIM	360	100,00	360	2.406	8.463	10.869
6	320305	Jaguaré	ES	UGRH 9	SIM	656	96,74	635	13.255	11.051	24.306
7	320320	Linhares	ES	UGRH 9	SIM	3.502	72,52	2.539	109.157	23.314	132.471
8	320330	Mantenópolis	ES	UGRH 9		321	42,44	136		3.180	3.180
9	320335	Marilândia	ES	UGRH 9	SIM	309	100,00	309	5.316	5.791	11.107
10	320390	Nova Venécia	ES	UGRH 9		1.448	11,02	160		1.763	1.763
11	320400	Pancas	ES	UGRH 9	SIM	823	100,00	824	7.390	14.158	21.548
12	320435	Rio Bananal	ES	UGRH 9	SIM	646	100,00	646	5.906	11.624	17.530
13	320465	São Domingos do Norte	ES	UGRH 9	SIM	300	100,00	300	3.437	4.564	8.001
14	320470	São Gabriel da Palha	ES	UGRH 9	SIM	433	100,00	433	24.012	7.847	31.859
15	320490	São Mateus	ES	UGRH 9		2343	27,40	642		11.162	11.162
16	320501	Sooretama	ES	UGRH 9	SIM	593	100,00	593	16.873	6.970	23.843
17	320517	Vila Valério	ES	UGRH 9	SIM	464	100,00	464	4.540	9.290	13.830
TOTAL BACIA DO DOCE					**211**			**86.736**	**2.164.075**	**1.266.598**	**3.430.673**

FONTE: Dados espaciais do PIRH Doce adaptados pela ANA/Gegeo a partir dos limites municipais do último Censo 2010 do IBGE.

NOTAS:

1) Para o contorno da integralidade da bacia do rio Doce bem como para os limites internos das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs) foram adotados os polígonos constantes do PIRH, cuja escala foi considerada de compatibilidade adequada a esse trabalho.

2) Em relação aos contornos municipais foi feita atualização para os limites definidos pelo IBGE no último Censo 2010.

3) Foram considerados integrantes da bacia os municípios cujo percentual corresponde ao valor mínimo de 2% da área de seu território. Internamente na bacia foram mantidos todos os valores dos percentuais por UGRH.

4) Para fins da aplicação dos recursos da cobrança, a bacia hidrográfica do rio Doce contempla 9 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRHs), sendo 6 em MG correspondentes respectivamente às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e 3 no ES correspondentes respectivamente às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José.

5) Para fins de cálculo, foi contabilizada para a UGRH a população urbana da sede do município e a população rural, computada proporcionalmente à área do município em cada unidade.

6) Quando localizada em mais de uma UGRH, a sede municipal foi posicionada de acordo com a informação geográfica disponibilizada pelo IBGE.

7) No caso de Resplendor, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 4 Suaçuí e 6 Manhuaçu, sendo a sede locada na UGRH 6 de acordo com a posição geográfica do IBGE.

8) No caso de Colatina, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 8 Santa Maria do Doce e 9 São José, sendo a sede locada na UGRH 8 de acordo com a posição geográfica do IBGE.

APÊNDICE III

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

Na bacia do Rio Doce, a modelagem de vulnerabilidade indicou áreas com alta e média vulnerabilidade, as quais totalizam 15 mil km2 (17% da área total), representadas na Figura 1.

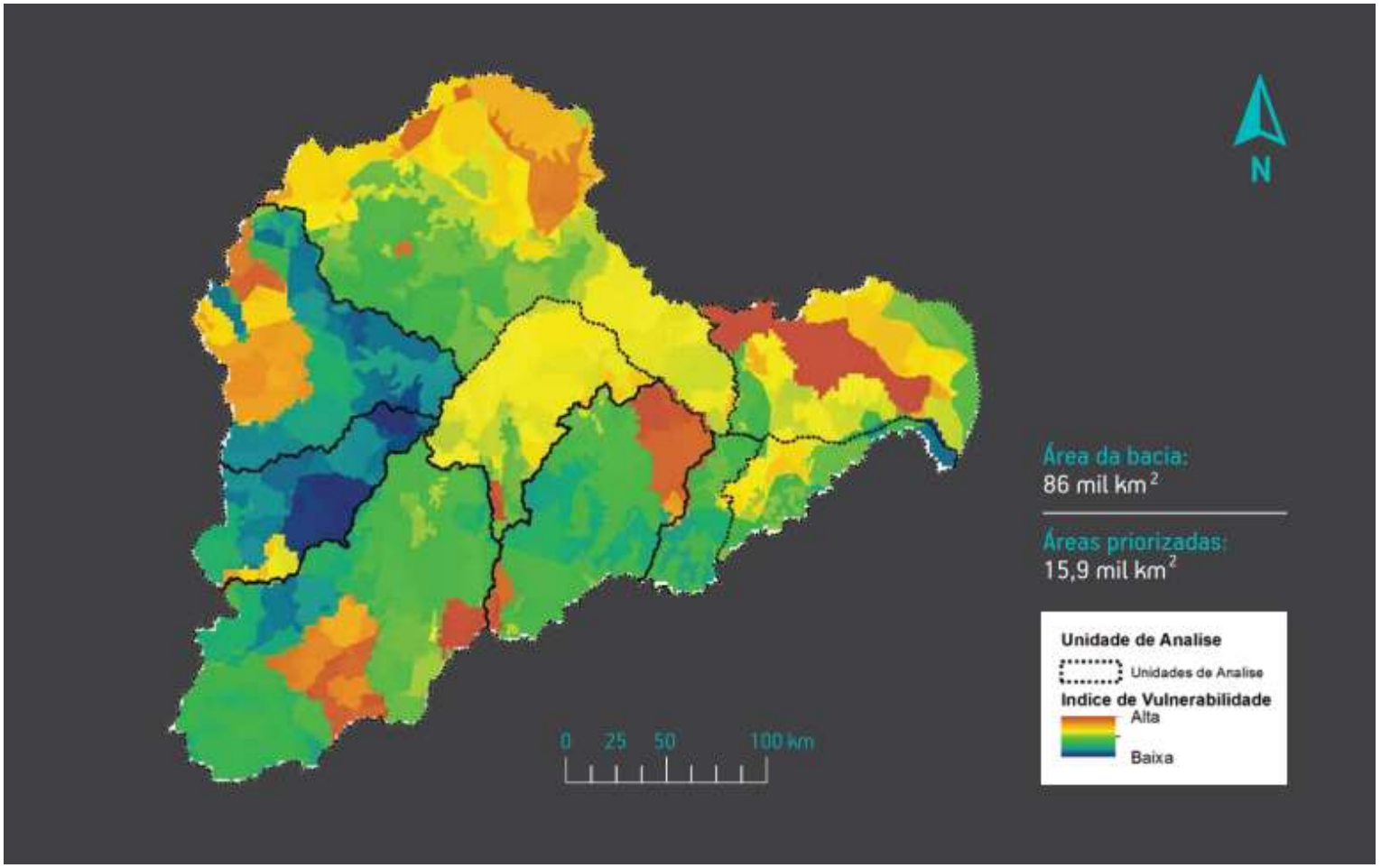


Figura 1. Mapa de vulnerabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A análise de vulnerabilidade para a Bacia do Rio Doce considerou a metodologia adotada pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC. Nesta metodologia, o índice de vulnerabilidade de um sistema integra todas as informações contidas nos índices de exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação (Figura 2).

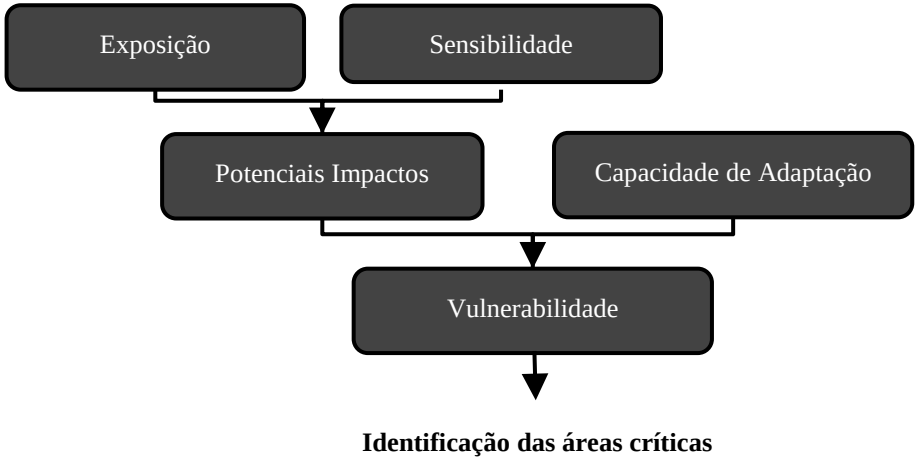


Figura 2. Fluxos de informações na análise de vulnerabilidade. Os índices de exposição e sensibilidade definem os possíveis impactos; a capacidade de adaptação descreve a habilidade do sistema em responder e se adaptar a esses impactos. O valor da vulnerabilidade presente (instante "t") representa o *baseline* para monitorar e avaliar o efeito futuro das intervenções adotadas.

Aplicando-se a metodologia do IPCC no contexto de uma bacia hidrográfica, busca-se compreender o efeito das variações climáticas, do uso e ocupação do solo e das dinâmicas socioeconômicas na disponibilidade de água da Bacia, permitindo assim a identificação de áreas prioritárias.

Uma vez definidas as áreas prioritárias, as políticas públicas e os investimentos do setor privado podem ser estabelecidos e dimensionados, com base em parâmetros técnicos monitoráveis, com o objetivo de aumentar a resiliência destas áreas.

A tabela abaixo apresenta os componentes utilizados na análise de vulnerabilidade da bacia do Rio Doce.

Tabela 1 - Componentes da Análise de Vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce

Componente	Indicador	Unidade	Fonte
Exposição	Precipitação	mm/ano	INMET, INPE-CPTEC
Sensibilidade	Uso e cobertura do solo	ha	PIRH Doce
	Demanda hídrica (outorgas)	m^3/s	ANA**,** IGAM (MG), AGERH (ES)
	Vazão de referência ($Q_{7,10}$ em MG e Q_{90} em ES)	m^3/s	IGAM (MG), AGERH (ES)
	Biodiversidade (unidades de conservação)	ha	MMA
Impactos	Déficit hídrico	m^3/s	Calculado por IBIO[6]
	Índice de secas	meses por ano	INMET
	Suscetibilidade à erosão	ha	PIRH Doce
	Desertificação	ha	Programa PAN BRASIL
Capacidade Adaptativa	IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	-	IBGE
	Cobrança pelo Uso da Água	% total da bacia	ANA**,** IGAM

Importante ressaltar que as componentes da análise de vulnerabilidade estão alinhadas com os critérios de priorização de áreas do PAP, conforme indicado na tabela abaixo:

[6] Balanço considerado negativo quando valor outorgado supera 50% da vazão de referência do trecho do qual se capta água.

Critérios de priorização do PAP	Componentes da Análise de Vulnerabilidade
Áreas onde há intensa erosão do solo.	Suscetibilidade à erosão Desertificação
Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público.	Déficit Hídrico
Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz.	Déficit Hídrico
Áreas no entorno de unidades de conservação.	Unidades de Conservação
Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.	Déficit Hídrico Índice de Secas
Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa.	IDH Recursos da Cobrança do Uso da Água
Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.	-

Assim como o PIRH-Doce, o resultado da análise de vulnerabilidade não apresenta uma escala apropriada para o planejamento de ações e programas específicos. Deve-se complementar a análise de vulnerabilidade com outras avaliações territoriais mais finas, como as que o IBIO já vem realizando para algumas das áreas priorizadas.

Entretanto, o mapa de vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce se apresenta como um documento de grande potencial para construção de arranjos institucionais capazes de mobilizar os principais atores da bacia e canalizar a aplicação de instrumentos financeiros e técnicos para as áreas priorizadas.

APÊNDICE IV

DISTRIBUIÇÃO DO RECURSO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA (UNIÃO) PARA OS PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS P12 E P52 E PARA O PROGRAMA DE SANEAMENTO P42, POR UGRH

	Opções de Distribuição do Recurso da Cobrança pelo Uso da Água (Federal)					
UGRH	**equitativa (eq)**	**Iatu**	**Iacu**	**Im**	**Icn**	**50% eq + 50% Icn**
1. Piranga	11,11%	20,27%	15,60%	17,93%	13,79%	12,45%
2. Piracicaba	11,11%	6,55%	0,81%	3,68%	0,00%	5,56%
3. Sto Antônio	11,11%	12,40%	9,44%	10,92%	9,86%	10,49%
4. Suaçuí	11,11%	24,84%	29,90%	27,37%	30,61%	20,86%
5. Caratinga	11,11%	7,71%	10,26%	8,98%	9,47%	10,29%
6. Manhuaçu	11,11%	10,60%	10,21%	10,40%	11,19%	11,15%
7. Guandu	11,11%	2,85%	1,17%	2,01%	2,44%	6,77%
8. Sta Maria do Do	11,11%	3,53%	2,97%	3,25%	3,93%	7,52%
9. São José	11,11%	11,24%	19,65%	15,45%	18,70%	14,90%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Iatu = Índice área total da UGRH = (área da UGRH / área da Bacia Rio Doce)
Iacu = Índice área crítica da UGRH = (área crítica ponderada da UGRH / área crítica ponderada da Bacia do Rio Doce)
Im = Índice média áreas e crítica = (Iatu + Iacu) / 2
Ves = valor da cobrança pelo uso da água Estadual da UGRH
Vemax = valor da cobrança pelo uso da água Estadual Máximo entre as UGRHs
Icobest = Índice cobrança estadual = 1 - (Ves / Vemax)
Ic = Índice composto = Im * Icobest
Ícn = Índice composto normalizado = Ic * (1 / (Somatório de todos Ic))

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO 2017

IBIO

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 072/ANA/2011

JANEIRO DE 2018

SUMÁRIO

SUMÁRIO

SUMÁRIO 3
LISTA DE FIGURAS 7
LISTA DE TABELAS 13
LISTA DE SIGLAS 15
1. CONTEXTUALIZAÇÃO 18
1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce 19
1.2. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH DOCE 22
1.3. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH 25
1.4. O Contrato de Gestão 26
1.5. Plano de Aplicação Plurianual – PAP DOCE 29
2. APRESENTAÇÃO 39
3. QUALIDADE DA ÁGUA 41
3.1. Programa de Saneamento da Bacia (P11) 41
3.2. Descrição 41
3.3. Contratações e Resultados 41
3.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 41
3.5. Identificação no PIRH Doce 42
3.6. Ações do IBIO 43
3.7. Principais Deficiências e Dificuldades 49
4. QUALIDADE DA ÁGUA 50
4.1. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) 50
4.2. Descrição 50
4.3. Contratações e Resultados 51
4.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 67
4.5. Identificação no PIRH – Doce 69
4.6. Ações do IBIO 70
4.7. Principais Deficiências e Dificuldades 85
5. QUANTIDADE DA ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO 88
5.1. Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (P22) 88
5.2. Descrição 88

5.3. Contratações e Resultados 89
5.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 90
5.5. Identificação no PIRH Doce 92
5.6. Ações do IBIO 93
5.7. Principais Deficiências e Dificuldades 100
6. SUSCETIBILIDADE A ENCHENTES 102
6.1. Programa de Convivência com as Cheias (P31) 102
6.2. Descrição 102
6.3. Contratações e Resultados 105
6.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 105
6.5. Identificação no PIRH Doce 106
6.6. Ações do IBIO 106
6.7. Principais Deficiências e Dificuldades 110
7. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO 112
7.1. Programa Universalização do Saneamento (P41) 112
7.2. Descrição 112
7.3. Contratações e Resultados 113
7.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 129
7.5. Identificação no PIRH Doce 134
7.6. Ações do IBIO 134
7.7. Principais Deficiências e Dificuldades 147
8. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO 148
8.1. Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42) 148
8.2. Descrição 148
8.3. Contratações e Resultados 148
8.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 160
8.5. Identificação no PIRH Doce 163
8.6. Ações do IBIO 164
8.7. Principais Deficiências e Dificuldades 164
9. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS 166
9.1. Programa de Recomposição de APPS e Nascentes (P52) 166
9.2. Descrição 166
9.3. Contratações e Resultados 167
9.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP 183

9.5. Identificação no PIRH Doce 187
9.6. Ações do IBIO 187
9.7. Principais Deficiências e Dificuldades 200
10. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS 204
10.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2) 204
10.2. Descrição 204
10.3. Contratações e Resultados 204
10.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP 214
10.5. Identificação no PIRH Doce 216
10.6. Ações do IBIO 217
10.7. Principais Deficiências e Dificuldades 240
11. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE 242
11.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71) 242
11.2. Descrição 242
11.3. Contratações e Resultados 242
11.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 262
11.5. Identificação no PIRH Doce 263
11.6. Ações do IBIO 263
11.7. Principais Deficiências e Dificuldades 264
12. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE 265
12.1. Programa de Educação Ambiental (P72) 265
12.2. Descrição 265
12.3. Contratações e Resultados 265
12.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP 266
12.5. Identificação no PIRH Doce 266
12.6. Ações do IBIO 267
12.7. Principais Deficiências e Dificuldades 269
13. AÇÃO TRANSVERSAL 271
13.1. Locação de Veículos (com e sem motorista) 271
13.1.1. Descrição 271
13.1.2. Contratações e Resultados 271
13.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades 273
13.2. Emissão de Passagens Aéreas 273
13.2.1. Descrição 273

13.2.2. Contratações e Resultados 273
13.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades 275
13.3. Organização e Execução de Eventos 276
13.3.1. Descrição 276
13.3.2. Contratações e Resultados 277
13.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades 280
14. ESTUDOS ESTRATÉGICOS VOLTADOS À MITIGAÇÃO DO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS EM MARIANA/MG 282
14.1. Atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água 282
14.1.1. Descrição 282
14.1.2. Contratações e Resultados 283
14.1.3. Ações do IBIO 284
14.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades 291
14.2. Modelagem Hidrológica; Hidráulica; Hidrossedimentológica e de ruptura de barragem, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana/MG 291
14.2.1. Descrição 291
14.2.2. Contratações e Resultados 292
14.2.3. Ações do IBIO 292
14.2.4. Principais Deficiências e Dificuldades 293
14.3. Serviços de Topobatimetria 293
14.3.1. Descrição 293
14.3.2. Contratações e Resultados 293
14.3.3. Ações do IBIO 294
14.3.4. Principais Deficiências e Dificuldades 299
15. RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE 301
15.1. Arranjo Institucional 301
15.2. Unificação dos Contratos de Gestão 301
15.3. Integração da Legislação específica para Entidades Delegatárias 302
16. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – TTAC .. 305
16.1. Programa de Recuperação de Nascentes 305
16.2. Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos previsto no TTAC 312

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO. 19
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce 20
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce 21
Figura 4 - Reuniões com o CBH Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41 44
Figura 5 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail 45
Figura 6 - Divulgação do Edital de Projetos em rede social 46
Figura 7 - Divulgação do Edital de Projetos em entrevista no jornal MG-TV 46
Figura 8 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos 47
Figura 9 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P11 48
Figura 10 - Reunião com a Funasa 48
Figura 11 - Reunião com a Fundação Renova 49
Figura 12 – Mapa dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo. 52
Figura 13 – Arte elaborada para o Rio Vivo 70
Figura 14 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga 71
Figura 15 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga 71
Figura 16 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba 71
Figura 17 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba 72
Figura 18 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio 72
Figura 19 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio 72
Figura 20 - Reunião plenária do CBH Suaçuí 73
Figura 21 - Reunião plenária do CBH Suaçuí 73
Figura 22 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3. 74
Figura 23 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3. 74
Figura 24 – Reunião realizada com a empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4. 74
Figura 25 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga. 75
Figura 26 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga. 75
Figura 27 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba. 76
Figura 28 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba. 76
Figura 29 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio 76
Figura 30 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio 77
Figura 31 – Folders confeccionados para as reuniões de mobilização inicial do Rio Vivo. 77
Figura 32 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3. 78
Figura 33 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental 78
Figura 34 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental 79
Figura 35 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental 79
Figura 36 – Bonés para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo 81

Figura 37 – Folders para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo..... 81
Figura 38 – Reunião Plenária do CBH Caratinga, momento da aprovação do Rio Vivo. 82
Figura 39 – Reunião da Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu, junto ao IBIO 82
Figura 40 – Reunião Plenária do CBH Manhuaçu..... 83
Figura 41 – Reunião da CTPP do CBH Guandu 83
Figura 42 – Reunião Plenária do CBH Guandu 84
Figura 43 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce 84
Figura 44 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce 84
Figura 45 – Reunião Plenária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce. 85
Figura 46 – Reunião da CTPP do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce..... 85
Figura 47 – Municípios atendidos pelo Programa P22..... 89
Figura 48 – Retirada de amostras de solos, das áreas participantes do programa, para determinação da densidade do solo (Ds, a capacidade de campo (Cc) e o ponto de murcha permanente(PM))..... 94
Figura 49 – Coleta de água para caracterização do sistema de irrigação 94
Figura 50 – Coleta de água para caracterização do sistema de irrigação 95
Figura 51 – Instalação do aparelho Irrigâmetro 95
Figura 52 – Treinamento do Participante..... 96
Figura 53 - Convite do Dia de Campo, realizado na data de 06 de abril de 2017, município de Peçanha-MG, na Fazenda Ribeirão do Sujo, zona rural, de propriedade do participante Elbes Carvalho, pelo comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí. 97
Figura 54 – Parte do Público presente, no Dia de Campo, realizado na data de 07 de abril de 2017, no município de Cuparaque-MG, no sítio Pedra do Galho Zona Rural, de propriedade do participante José de Tarso Lemos..... 98
Figura 55 - Placa Indicativa do programa, fixada nos imóveis rurais participantes, com descriminação do nome do participante, nome da propriedade e município 98
Figura 56 – Colatina (01/1997)..... 103
Figura 57 – Caratinga (01/2003)..... 103
Figura 58 – Ponte Nova (12/2008) 104
Figura 59 – Governador Valadares (12/2008)..... 104
Figura 60 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Caratinga,..... 107
Figura 61 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Suaçuí, ... 108
Figura 62 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Santo Antônio, ... 108
Figura 63 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Manhuaçu,..... 108
Figura 64 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Barra Seca e Foz,..... 109
Figura 65 - Entrega dos produtos do P31 durante Seminário de Saneamento do CBH-Piracicaba, ... 109
Figura 66 - Entrevista concedida sobre a entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Piranga,..... 109
Figura 67 – Municípios atendidos pelo Programa P41..... 113
Figura 68 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel 135
Figura 69 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí 135
Figura 70 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí 136
Figura 71 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios 137
Figura 72 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga. 138
Figura 73 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga 138
Figura 74 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga 139

Figura 75 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba 139
Figura 76 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba 140
Figura 77 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio 140
Figura 78 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio 141
Figura 79 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí 141
Figura 80 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí 142
Figura 81 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga 142
Figura 82 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga 143
Figura 83 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato 144
Figura 84 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG 144
Figura 85 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG 145
Figura 86 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG 145
Figura 87 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG 145
Figura 88 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P41 146
Figura 89 – Municípios atendidos pelo Programa P52 167
Figura 90 - Assinatura do Contrato nº 034/2017 189
Figura 91 - Reunião de alinhamento entre IBIO e GOS Florestal 190
Figura 92 - Início da construção de cercas, para a proteção das áreas no entorno das nascentes 191
Figura 93 - Início da construção de cercas, para a proteção das áreas no entorno das nascentes 191
Figura 94 - Área selecionada no programa, antes da construção das cercas, para proteção 191
Figura 95 - Área selecionada, após a construção das cercas 192
Figura 96 – Reunião da equipe para divisão dos cadastros 193
Figura 97 – Medição e Piquetagem 194
Figura 98 – Detalhes dos piquetes 194
Figura 99 – Equipe de campo em reunião com os parceiros da Prefeitura de Dom Joaquim 194
Figura 100 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio, realizada em Itabira-MG 195
Figura 101 – Apresentação sobre o andamento do P52 no CBH Guandu 196
Figura 102 – Reunião Plenária do CBH Guandu 196
Figura 103 – Reunião Plenária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce 197
Figura 104 – Apresentação sobre o andamento do P52 no CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce 197
Figura 105 – Reunião CTPP do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce 197
Figura 106 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce 198
Figura 107 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar 198
Figura 108 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar. 199
Figura 109 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar. 199
Figura 110 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar 199
Figura 111 – Reuniões de mobilização com parceiros do P52 200
Figura 112 – Reuniões de mobilização com produtores 201
Figura 113 – Reuniões de mobilização com produtores 201
Figura 114 – Reuniões de mobilização com técnicos, produtos e parceiros 201
Figura 115 – Reunião com produtor interessado no Programa P52 202

Figura 116 – Atendimento a produtores interessados no Programa P52 202
Figura 117 – Ex-presidente do CBH-Pontões e Lagoas do Doce usando o boné durante entrevista.. 205
Figura 118 – Bonés produzidos para o CBH-Suaçuí 206
Figura 119 – Conselheiros do CBH-Suaçuí usando boné durante evento 207
Figura 120 – Medalhas produzidas para o CBH-Santo Antônio 208
Figura 121 – Membros do CBH-Caratinga usando a camisa durante Seminário promovido pelo Comitê 209
Figura 122 – Camisas produzidas para evento apoiado pelo CBH-Manhuaçu 210
Figura 123 – Conselheiros do CBH-Pontões e Lagoas do Doce com a bandeira do Comitê durante evento 211
Figura 124 – Bandeira produzida para o CBH-Manhuaçu 212
Figura 125 - Bonés produzidos para a mobilização do Rio Vivo CBHs: Piranga, Piracicaba e Santo Antônio. 213
Figura 126 - Reunião da diretoria colegiada com participação da secretaria executiva do IBIO 218
Figura 127 - Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social 219
Figura 128 - VI Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce, em Linhares/ES 219
Figura 129 - Reunião do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova – Fevereiro de 2017. 220
Figura 130 - Reunião de Mobilização Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga 221
Figura 131 - 2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga 221
Figura 132 - Reunião do CBH-Piracicaba, realizada em maio de 2017 222
Figura 133 - Reunião da CTPP do CBH-Piracicaba 223
Figura 134 - Seminário de Educação Ambiental do CBH-Piracicaba – 26/04/2017 223
Figura 135 - Convite para seminário de Saneamento do CBH-Piracicaba 224
Figura 136 - Diretoria do CBH-Santo Antônio durante a reunião ordinária do comitê. 225
Figura 137 - Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos do CBH-Santo Antônio, Julho/2017. 225
Figura 138 - Convite comemoração 15 anos do CBH-Santo Antônio 226
Figura 139 - Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí 227
Figura 140 - CTPLAN do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-Suaçuí) 228
Figura 141 - Dia de Campo CBH-Suaçuí – Peçanha/MG 228
Figura 142 - Reunião Ordinária CBH-Caratinga - Santa Bárbara do Leste/MG 229
Figura 143 - Comemoração do Dia do Rio, promovida pelo CBH-Caratinga. 230
Figura 144 - Membros do CBH-Caratinga durante o Encontro de Integração 2017 230
Figura 145 - 33ª Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu - Simonésia/MG - 25/04/2017 231
Figura 146 - Membros do CBH-Manhuaçu durante o XXIV Fórum Regional de Educação Ambiental (Forea) 232
Figura 147 - Reuniões do CBH-Guandu, realizadas no dia 11/04/2017, em Afonso Cláudio/ES. 232
Figura 148 – Membros do CBH-Guandu em reunião conjunta realizada em 16/03/2017 233
Figura 149 - Membros e convidados do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce durante reunião realizada em Abril. 234
Figura 150 - Dia de Campo promovido pelo CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce em São Domingos do Norte/ES 235
Figura 151 - Reunião do CBH-Santa Maria do Doce realizada em João Neiva, no mês de outubro. .. 236
Figura 152 - Evento sobre o Programa Reflorestar em parceria com o Programa de Recomposição de Nascentes 237

Figura 153 - Reunião plenária do CBH-Barra Seca, realizada no mês de abril. 237
Figura 154 - Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do CBH-Barra Seca, realizada em julho. 238
Figura 155 - Cerimônia de apresentação do Projeto de Adequação Ambiental do CBH-Barra Seca, realizada em agosto. 239
Figura 156 - Reunião do CBH-Santa Joana, realizada em agosto de 2017. 239
Figura 157 - Reunião do Fórum Capixaba de comitês, realizada em agosto. 240
Figura 158 – Boletim de ações de Comunicação 244
Figura 159 – Boletim Fique Por Dentro 245
Figura 160 – Boletim IBIO Informa 246
Figura 161 - Peça de Divulgação do novo site do CBH-Doce 247
Figura 162 – Página novo site do CBH-Doce 248
Figura 163 – Fanpage CBH-Doce 249
Figura 164 - Template criado em comemoração ao “Dia do Rio”, celebrado em 24/11. 249
Figura 165 - Template para divulgação do processo eleitoral do CBH-Doce 250
Figura 166 – Arte para divulgação de Programa 250
Figura 167 - Arte criada para divulgar o 6º Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce 251
Figura 168 - Certificado criado para os participantes do Dia de Campo do CBH-Suaçuí. 251
Figura 169 - Folder criado para divulgar as ações do Rio Vivo 252
Figura 170 - Stand do CBH-Doce durante o Encob 2017 252
Figura 171 - Layout desenvolvido pela Prefácio para o stand do Encob 253
Figura 172 - Capa da Agenda 2018 253
Figura 173 – 3º Edição da Revista Rio Doce 254
Figura 174 - Presidente do CBH-Caratinga e representante da Prefácio durante entrevista à imprensa. 255
Figura 175 - Peça utilizada no Facebook com aplicação da logo da campanha 255
Figura 176 - Página principal do Site do CBH-Piranga 257
Figura 177 - E-mail marketing sobre os spots de rádio produzidos sobre os comitês 259
Figura 178 - 1º Seminário de Educação Ambiental do CBH Piracicaba 267
Figura 179 - 1º Seminário de Educação Ambiental do CBH Piracicaba 268
Figura 180 - 1º Seminário de Educação Ambiental do CBH Piracicaba 268
Figura 181 - Reunião com o professor Luiz Fontes, da UFV 269
Figura 182 - Representantes do CBH-Doce e CBHs afluentes no Encob 2017 – Aracaju/SE 275
Figura 183 - Conselheiros do CBH-Doce e CBHs afluentes em seminário, promovido pelo IBAMA – Brasília/DF. 275
Figura 184 - Membros dos comitês durante o VI Encontro de Integração, em 2017 278
Figura 185 - Lanche servido durante reunião do CBH-Doce, realizada em outubro/2017. 278
Figura 186 - Seminário de Saneamento do CBH-Piracicaba, realizado em Itabira 279
Figura 187 - Folders sobre os comitês e os programas distribuídos no Encob 2017 279
Figura 188 - Certificado de posse dos novos membros do CBH-Doce 280
Figura 189 - Reunião inicial de planejamento entre IBIO, Engecorps e ANA 284
Figura 190 - Reunião inicial de planejamento entre IBIO, Engecorps e ANA 285
Figura 191 - Reunião entre IBIO, Engecorps e COPASA 286
Figura 192 - Reunião entre IBIO, Engecorps e COPASA 286

Figura 193 - Visita de campo no SAA de Governador Valadares com representantes do SAAE, IBIO e Engecorps 287
Figura 194 - Visita de campo no SAA de Governador Valadares com representantes do SAAE, IBIO e Engecorps 287
Figura 195 - Reunião sobre andamento das visitas de campo entre IBIO e Engecorps 288
Figura 196 - Divulgação sobre o Atlas Brasil em rede social do CBH Doce 288
Figura 197 – Reunião do Produto 2 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA 289
Figura 198 - Reunião do Produto 2 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA 289
Figura 199 - Reunião do Produto 3 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA 290
Figura 200 - Reunião dos Produtos 4 e 5 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA 290
Figura 201 - Reunião dos Produtos 4 e 5 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA 291
Figura 202 – Reunião entre IBIO e ANA para alinhamento sobre as recomendações do TCU 295
Figura 203 – Reunião inicial referente ao Contrato de serviços de topobatimetria 297
Figura 204 – Reunião inicial referente ao Contrato de serviços de topobatimetria 298
Figura 205 – Campanha de fiscalização em campo no município de Piranga/MG 298
Figura 206 – Reunião da CTGEC, em 14/03/2017. 306
Figura 207 – Plenária CBH-Doce, em 24/03/2017. 306
Figura 208 – Reunião da CTFlor, em12/04/2017. 307
Figura 209 – Reunião da CTFlor, em12/04/2017. 307
Figura 210 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 08/06/2017. 308
Figura 211 – Reunião Plenária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, em 14/07/2017 309
Figura 212 – Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017. 310
Figura 213 – Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017. 310
Figura 214 - Reunião da CTPP do CBH Piranga, dia 25/10/2017, em Ponte Nova/MG, participação: Fundação Renova e Município de Coimbra. 311
Figura 215 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, participação: CBH, IBIO, Fundação Renova e Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas. 311
Figura 216 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, participação: CBH, IBIO, Fundação Renova e Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas. 311
Figura 217 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos 312
Figura 218 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos 313
Figura 219 - Reunião com representantes da Fundação Renova 313

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce 22
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos 26
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água 27
Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água 28
Tabela 5 – Deliberações aprovando o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2017 29
Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 30
Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP 30
Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP 32
Tabela 9 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP 32
Tabela 10 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos a serem arrecadados e repassados pela ANA 33
Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos a serem arrecadados e repassados pelo IGAM .. 35
Tabela 12 - Recursos Repassados pela ANA alocado ao P11 41
Tabela 13 - Recursos Repassados pelo IGAM alocado ao P11 42
Tabela 14 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo. 52
Tabela 15 – Lotes, número de municípios e cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo 53
Tabela 16 – Produtos componentes do escopo do Rio Vivo. 53
Tabela 17 – Processo Atos Convocatórios para contratação de Empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4. 54
Tabela 18 – Processo dos Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4. 55
Tabela 19 - Recursos Repassados pela ANA, alocados ao P12 67
Tabela 20 - Recursos Repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12 67
Tabela 21- Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P12 68
Tabela 22 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12 68
Tabela 23 – Quantitativos de produtos do Rio Vivo analisados pela equipe do IBIO. 80
Tabela 24 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no P22 91
Tabela 25 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado de Minas Gerais – P22 91
Tabela 26 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P22 92
Tabela 27 – Resultados do Programa por Comitê 99
Tabela 28 – Resultados Gerais do Programa 100
Tabela 29 - Recursos Repassados pela ANA, alocados ao P31 105
Tabela 30 – Municípios contemplados com o imageamento de satélite 107
Tabela 31 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41 129
Tabela 32 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (PMSB) 130
Tabela 33 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P41 (PMSB) . 131
Tabela 34 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (SAA) 131
Tabela 35 – Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (PMSB) 132
Tabela 36 - Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (SAA) 133
Tabela 37 - Recursos totais repassados pela ANA, alocados ao P42 160
Tabela 38 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42 161

Tabela 39 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P42 161
Tabela 40 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42..... 162
Tabela 41 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P52 183
Tabela 42 – Recurso Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P52 184
Tabela 43 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado do Espírito Santo – P52..... 185
Tabela 44 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P52 186
Tabela 45 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P61.2 214
Tabela 46 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado de Minas Gerais - P61.2 214
Tabela 47 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado do Espírito Santo - P61.2..... 215
Tabela 48 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2 216
Tabela 49 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71..... 263
Tabela 50 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P72 266
Tabela 51 - Proposta de Preços dos Concorrentes 296

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
BA	Bahia
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CIAAT	Centro de Informação e Assistência Técnica
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CT	Câmara Técnica
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
CTPP	Câmara Técnica de Programas e Projetos
DBO	Demanda biológica de oxigênio
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
DO1	Bacia Hidrográfica do Rio Piranga
DO2	Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba
DO3	Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio
DO4	Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
DO5	Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga
DO6	Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
FUNEC	Fundação Educacional de Caratinga
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado
MDE	Modelo Digital de Elevação
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas da ANA
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos da ANA
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINGERH	Sistema Integrado para Gestão de Recursos Hídricos
SEAMA	Secretaria de Meio ambiente e Recursos Hídricos

SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos da ANA
TCU	Tribunal de Contas da União
TDR	Termo de Referência
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Delegatária/Equiparada de Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão n° 072/ANA/2011 e as respectivas Instruções Normativas do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2017. Este Relatório visa prestar informações e permitir a visão sistêmica do desempenho e conformidade de execução das Metas do Contrato de Gestão mencionado.

O Instituto BioAtlântica (IBIO) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.

b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.

c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.

d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).

e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).

f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.

g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos

Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macroplanejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do IBIO.

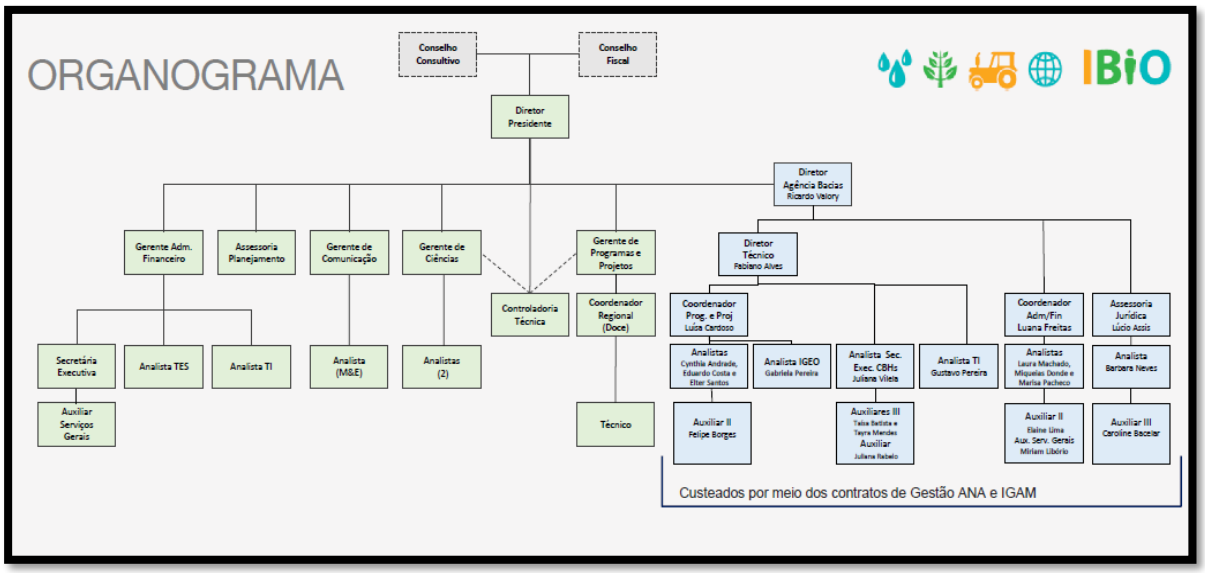


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO[1].

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Pontões e Lagoas do Rio Doce no Espírito Santo.

[1] A equipe apresentada do quadro de funcionários do IBIO contemplam funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana
- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do rio Doce; Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce;

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela *1* sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH DOCE

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos 10 (dez) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do Rio Piranga;
- CBH do Rio Piracicaba;
- CBH do Rio Santo Antônio;

- CBH do Rio Suaçuí;
- CBH do Rio Caratinga;
- CBH Águas do Rio Manhuaçu;
- CBH do Rio Guandu;
- CBH do Rio Santa Maria[2];
- CBH do Rio São José[3].

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH Doce, os CBH's de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBH's de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.

[2] Em 2016 foi criado um novo comitê na unidade de análise Santa Maria do Doce, que agora possui também o Comitê das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana.

[3] A partir de 2016, a unidade de análise São José passou a abranger dois CBHs: o Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce e o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PIRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

1.3. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce.

Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão.

Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH.

Neste documento estão apresentados:

- *Diagnóstico Sumário da UGRH*, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- *O Comitê de Bacia da UGRH*, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- *Os Objetivos e Metas projetados para a bacia*, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- *Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos*, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.

- *Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH*, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.4. O Contrato de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabeleceram os mecanismos e sugeriram os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela *2*.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovaram o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que fosse selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que fosse procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, CBH Santa Maria do Doce e Barra Seca do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei

Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no Contrato de Gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como Entidade Delegatária/Equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela *3*. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O **Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011** foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o Instituto BioAtlântica, foi celebrado em 22 de junho de 2015 e teve por objeto promover alteração do CNPJ do Instituto BioAtlântica, que passou de "05.112.703/0001-25", para "05.112.703/0002-06", em razão de abertura de filial; bem como indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho para custear as despesas no exercício de 2015.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, foi celebrado em 28 de dezembro de 2015 e teve por objeto promover alteração nas Cláusulas Terceira – Das Obrigações e Competências; Quarta – Dos Recursos Orçamentário e Financeiro; Quinta – Dos Recursos Humanos; Décima – Da Vigência; e no Programa de Trabalho.

Em 30 de junho de 2017 foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, tendo por objeto promover alterações nas Cláusulas quarta, nona e décima e no Programa de Trabalho. Com vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado pelo período de delegação aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O **Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011**, celebrado entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011, foi celebrado em 07 de agosto de 2012, e teve como objeto a inclusão do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015 e a adoção de novo Programa de Trabalho, bem como alteração da Cláusula Quarta – Dos Recursos Orçamentários e Financeiros.

O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 teve como objeto a alteração do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme deliberações nº 10/2014 do CBH-Piranga, nº 27/2014 do CBH-Piracicaba, nº 20/2014 do CBH-Santo Antônio, nº 45/2014 do CBH-Suaçuí, nº 03/2014 do CBH-Caratinga e nº 30/2014 do CBH-Manhuaçu.

O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 foi celebrado em 30 de dezembro de 2015, e teve como objeto a prorrogação do contrato por um período de 120 (cento e vinte) dias, contados de 01 de janeiro de 2016.

O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 foi celebrado em 29 de abril de 2016, e teve como objeto a prorrogação do contrato até 31 de dezembro de 2016.

Em 2015, o CBH-Doce através da Deliberação nº 46 de 25 de junho de 2015 propõe a prorrogação do Instituto BioAtlântica (IBIO) para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. E em 23 de setembro de 2015 através da Resolução nº 168 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova e prorroga até 31 de dezembro de 2020, a delegação de competência ao Instituto BioAtlântica para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, observadas as disposições da Lei nº 10.881, de 2004.

Em 2016, como pode ser visto na Tabela *4*, os Comitês Mineiros aprovam a indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica para exercer até 31 de dezembro de 2020, às funções de entidade equiparada à agência de bacia. E através da Deliberação nº 399 de 23 de novembro de 2016 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu.

Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 46, de 25 de junho de 2015
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 14, de 20 de setembro de 2016
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 32, de 21 de setembro de 2016
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 25, 27 de setembro de 2016
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 50, de 29 de setembro de 2016
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 22 de setembro de 2016
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 35, 28 de setembro de 2016

Em 11 de janeiro 2017, foi assinado o **Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica - IBIO, Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água.

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 26 de julho de 2017, e teve como objeto a inclusão do Plano Plurianual de Aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelos uso de recursos hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, e a integração ao Contrato de Gestão do Orçamento IBIO relativo ao ano de 2017 (Tabela 5), ambos, aprovados por cada um dos comitês dos rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações especificas.

Tabela 5 – Deliberações aprovando o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2017

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 18, de 21 de fevereiro de 2017
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 38, de 08 de fevereiro de 2017
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 29, 22 de fevereiro de 2017
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 56, de 10 de fevereiro de 2017
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 03 de fevereiro de 2017
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 38, 13 de março de 2017

1.5. Plano de Aplicação Plurianual – PAP DOCE

O Plano de Aplicação Plurianual, é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

PAP 2012/2015 - Para o período de 2012 a 2015 o Plano de Aplicação Plurianual teve como objetivo a implementação das metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012, definidos valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 6.

Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Santo Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; além da necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidiram por readequar alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO, ANA e IGAM. Na Tabela *7* abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP.

Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

PAP 2016/2020 - Para o exercício 2016/2020 o Plano de Aplicação Plurianual a ser executado com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce[4], se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas, estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH, nos Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de

[4] Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos;

- As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais[5] previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce e estudos complementares a serem realizados pelo IBIO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia.

São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual:

- Implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020;
- Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;
- Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo;
- Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

- Qualidade da Água/Enquadramento:
  - P11 – Programa de Saneamento da Bacia.
  - P12 – Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos.
- Disponibilidade de Águas/Balanço Hídrico:
  - P21 – Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica.
  - P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.
  - P24 – Programa Produtor de Água.
- Susceptibilidade a Enchentes:
  - P31 – Programa de Convivência com as Cheias.
- Universalização do Saneamento:
  - P41 – Programa de Universalização Saneamento.
  - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.
- Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:
  - P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes.
- Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:

[5] Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

- P61 – Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.

- <u>Implementação das Ações do PIRH Doce:</u>
  - P71 – Programa de Comunicação Social.
  - P72 – Programa de Educação Ambiental.
  - P73 – Programa de Treinamento e Capacitação.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os Comitês de Bacia Hidrográficas com atuação na Bacia do Rio Doce. A Tabela 8 apresenta as Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020.

Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 48, de 01 de dezembro de 2015
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 11, de 20 de outubro de 2015
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 29, de 21 de outubro de 2015
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 21, de 22 de outubro de 2015
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 47, de 29 de outubro de 2015
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 28 de outubro de 2015
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 31, de 27 de outubro de 2015

Na Tabela 9 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP 2016/2020.

Tabela 9 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 51, de 16 de junho de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 52, de 14 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 53, de 28 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 54, de 28 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 56, de 21 de novembro de 2016

Na Tabela 10 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos a serem arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP.

Tabela 10 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos a serem arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIALIZAÇÃO	VALORES (Mil R$)					
		2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO		**6.794**	**4.652**	**3.000**	**3.000**	**2.612**	**20.058**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:		**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**5.000**
Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).	Toda a bacia						
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:		**4.794**	**2.652**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**10.446**
Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Toda a bacia	3.270	1.017	0	0	0	4.287
Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).		1.524	1.635	1.000	1.000	1.000	6.159
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRHs	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**612**	**4.612**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS		**6.650**	**8.050**	**8.050**	**7.671**	**5.488**	**35.909**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	Para cada uma das 9 UGRHs	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	**10.175**
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	-	1.000	1.000	1.000	-	**3.000**
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	900	900	900	819	819	**4.337**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	Para cada uma das 9 UGRHs	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	**18.398**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		**4.015**	**5.535**	**5.600**	**3.600**	**2.600**	**21.350**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs			2.000	2.000			**4.000**
P31 - Programa de Convivência com as Cheias		**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**		**4.000**
Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	1.000	-				1.000
Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises/ Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação/ Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.							
Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta/ Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.			1.000	1.000	1.000		3.000
P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		**1.655**	**1.135**	**1.200**	**1.200**	**1.200**	**6.390**

Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração/ Planejamento anual das atividades dos comitês/ Encontro anual da bacia).	11 Comitês	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	6.040
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	Para Calha e as UGRHs 7 a 9	350					350
P71 - Programa de Comunicação Social							
Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.	Toda a bacia	**500**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.500**
Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.							
Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.							
P72 - Programa de Educação Ambiental							
Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs.	Toda a bacia	**460**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.460**
Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área.							
Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada.							
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação							
Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente.	Toda a bacia	**400**	**400**	**400**	**400**	**400**	**2.000**
Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação.							
Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.							
TOTAL		**17.459**	**18.237**	**16.650**	**14.271**	**10.700**	**77.317**

Na Tabela 11 são apresentados os valores alocados, referentes aos recursos a serem arrecadados e repassados pelo IGAM, após readequação do PAP 2016/2020.

Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos a serem arrecadados e repassados pelo IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.900**	**1.900**	**500**	**1.900**	**500**	**7.700**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	**2.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.300	700	-	700	-	**3.700**
Apoio na elaboração de PMSB.	1.100		-	-	-	1.100
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.200	700	-	700	-	2.600
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	500	500	500	500	**2.000**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**500**	**1.750**	**1.250**	**1.750**	**1.250**	**6.500**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	500	-	500	-	**1.000**
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	**1.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	1.000	1.000	1.000	1.000	**4.500**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**600**	**100**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 1	**4.000**	**3.750**	**1.850**	**3.750**	**1.850**	**15.200**
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.800**	**3.000**	**3.000**	**3.000**	**1.000**	**11.800**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	**3.500**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.300	1.000	1.000	1.000	-	**4.300**
Apoio na elaboração de PMSB.	400	-	-	-	-	400
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	1.000	1.000	1.000	1.000	**4.000**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**4.500**	**9.000**	**9.500**	**8.500**	**10.200**	**41.700**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	2.000	2.000	2.000	3.700	**9.700**
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	**2.000**

P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.000	6.500	6.500	6.500	6.500	**30.000**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**100**	**600**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 2	**6.400**	**12.600**	**12.600**	**11.600**	**11.300**	**54.500**
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**2.210**	**1.310**	**1.310**	**1.310**	**1.310**	**7.450**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.250	350	350	350	350	**2.650**
Apoio na elaboração de PMSB.	900	-	-	-	-	900
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	960	960	960	960	960	**4.800**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**960**	**960**	**960**	**960**	**960**	**4.800**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	960	960	960	960	960	**4.800**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**600**	**100**	**100**	**100**	**100**	**1.000**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	**500**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 3	**3.770**	**2.370**	**2.370**	**2.370**	**2.370**	**13.250**
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**800**	**-**	**-**	**-**	**-**	**800**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	500	-	-	-	-	**500**
Apoio na elaboração de PMSB.	500	-	-	-	-	500
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	300	-	-	-	-	**300**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**1.000**	**1.000**	**-**	**-**	**-**	**2.000**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	500	500	-	-	-	**1.000**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	500	-	-	-	**1.000**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**250**	**100**	**100**	**100**	**100**	**650**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	**150**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 4	**2.050**	**1.100**	**100**	**100**	**100**	**3.450**
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.350**	**150**	**650**	**150**	**650**	**2.950**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	**750**

P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	950	-	250	-	250	**1.450**
Apoio na elaboração de PMSB.	700	-	-	-	-	700
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	150	150	150	150	150	**750**
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**500**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.500**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	250	250	250	250	250	**1.250**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	250	250	250	250	250	**1.250**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**400**	**100**	**100**	**100**	**100**	**800**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	**300**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 5	**2.250**	**750**	**1.250**	**750**	**1.250**	**6.250**
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**1.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.000**
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.000	-	-	-	-	**1.000**
Apoio na elaboração de PMSB.	200	-	-	-	-	200
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**300**	**740**	**740**	**740**	**740**	**3.260**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	300	450	450	450	450	**2.100**
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	-	290	290	290	290	**1.160**
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**220**	**100**	**100**	**100**	**100**	**620**
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	**120**
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	**500**
SUBTOTAL 6	**1.520**	**840**	**840**	**840**	**840**	**4.880**
TOTAL MG	**19.990**	**21.410**	**19.010**	**19.410**	**17.710**	**97.530**

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

APRESENTAÇÃO

2. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia.

Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

Todos os contratos apresentados neste Relatório de Gestão podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um e a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas:

- As contratações realizadas e os resultados gerados em cada programa;
- Análise sobre os recursos financeiro inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previsto e realizados em 2017;
- As principais dificuldades que encontradas para executar cada programa para que seja possível entender como poderíamos melhorar a atuação do IBIO para o próximo ano;
- Algumas deficiências identificadas na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado;
- As providências adotadas pelo IBIO que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- Em cada programa, estão descritas as ações relacionadas à elaboração de documentação e processos administrativos para contratação de bens e serviços; articulação e mobilização realizada; processos seletivos realizados; e as providências adotadas durante a execução das contratações realizadas pelo IBIO.

As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce como um todo e não um programa ou subprograma específico. Para cada Programa e Subprograma do PIRH-Doce que for descrito neste relatório serão identificados o seu correspondente direto no Plano de Aplicação Plurianual. Ou seja, além da identificação das providências adotadas pelo IBIO no PIRH-Doce, também constará a identificação no PAP.



RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

QUALIDADE DA ÁGUA

(P11/P12)

3. QUALIDADE DA ÁGUA

3.1. Programa de Saneamento da Bacia (P11)

3.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos lançamentos de esgotos, nesse sentido, o Programa de Saneamento envolve ações de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais que causam impacto mais significativo sobre a qualidade das águas dos principais cursos d'água da bacia, considerando a população atingida e, principalmente, a vazão de diluição da carga orgânica lançada.

As UGRHs 1 e 2 representam metade da DBO produzida na bacia, seguidas em importância da UGRH4. As UGRHs com menor participação são as do Espírito Santo e, na parte mineira da bacia, a UGRH3. Além disso, em determinados trechos, a bacia apresenta altos índices de coliformes termotolerantes, indicando a contaminação por efluentes não tratados. Quanto à cobertura com sistemas de esgotamento sanitário, várias bacias apresentam índices inferiores à média estadual.

De maneira geral, o Programa é composto por projetos e implantação de estruturas de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos núcleos urbanos, com o de melhoria gradativa da qualidade da água na bacia, com redução de índices de DBO e de coliformes fecais e totais.

3.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2017 não houveram contratações para o Programa de Saneamento da Bacia – P11.

3.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Na Tabela 12 e Tabela 13 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 para o Programa de Saneamento na Bacia (P11).

Tabela 12 - Recursos Repassados pela ANA alocado ao P11

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Saneamento da Bacia (P11)						
Investimento Previsto no PAP	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**5.000**
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-

Tabela 13 - Recursos Repassados pelo IGAM alocado ao P11

Recursos Repassados pela IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	600	700	-	700	-	2.000
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	500	1.000	1.000	1.000	-	3.500
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	-	250	-	250	750
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	**1.350**	**1.700**	**1.250**	**1.700**	**250**	**6.250**
Total de Investimentos Realizados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Conforme apresentado nas tabelas acima, ainda não foi realizado nenhum investimento no âmbito do Programa P11. A implementação do referido programa, por meio da contratação da elaboração de projetos de esgotamento sanitário, se dará de forma conjunta com a contratação dos projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água, previstos no P41.

Conforme detalhado no item 3.6 - Ações do IBIO, no ano de 2017 foram realizadas as discussões com os CBHs acerca da estratégia de condução do Programa e da realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios. Em função de atrasos nessa etapa preliminar junto aos CBH Doce e também da necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público, não foi possível realizar o processo licitatório para contratação dos projetos ainda no ano de 2017, ficando referida contratação planejada para o ano de 2018.

3.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P11 - Programa de Saneamento na Bacia

Objeto: Projetos e obras de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais de toda a bacia.

Valor Estimado: R$ 916.592.923,00

3.6. Ações do IBIO

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2016-2020 prevê que os municípios a serem contemplados com a elaboração de projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários deverão atender alguns critérios obrigatórios e classificatórios, sendo que um dos critérios obrigatórios é o município ter o Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

Tendo em vista essa obrigatoriedade estabelecida no PAP, que para ser contemplado com o projeto o município precisa ter o PMSB aprovado, e que a maioria dos municípios da bacia ainda não atendia essa exigência em 2016, esse ano foi dedicado ao levantamento de informações, planejamento para a realização dos projetos e a finalização dos PMSB já contratados, conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016.

No ano de 2017, estava prevista a discussão com os CBH da estratégia de condução do Programa, a realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios que anseiem ser contemplados com projetos e a realização de processo licitatório para contratação de empresas especializadas para a elaboração de tais projetos.

Para tanto, logo na primeira reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce, em 23/03/17, o IBIO solicitou um ponto de pauta para definir algumas questões para a publicação do Edital de Chamamento Público, das quais podem ser destacadas:

- realizar um Edital único para toda a bacia, sem realizar processos separados em cada um dos CBHs afluentes e CBH Doce, considerando que o PAP já apresenta várias definições e otimizaria o processo;
- realizar um Edital único para os Programas P11 (projetos de esgoto) e P41 (projetos de água) já que possuem muitas similaridades;
- definir como será a atuação nos municípios em que serão realizados projetos e obras pela Fundação Renova, no Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos, previsto no TTAC.

Nessa reunião, um dos membros do CBH Doce trouxe a proposta de não investir mais em Programas de Saneamento e alocar o recurso para os Programas Hidroambientais, sendo necessária uma revisão do PAP. Além disso, foi pontuado o não repasse de recursos pelo IGAM, que poderia frustrar as expectativas dos municípios futuramente caso não regularizasse a situação.

Essa nova proposta gerou muitas discussões, que se estenderam nas reuniões seguintes do CBH Doce e de CBHs afluentes (Figura 4), conforme a seguir:

- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (março/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (abril/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Câmara Técnica de Integração - CTI do CBH Doce em (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.

- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH Piranga (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH Piracicaba (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária (julho/17) do CBH Santo Antônio: aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reunião da CTPP do CBH Suaçuí (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.



Figura 4 - Reuniões com o CBH Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41

O histórico de reuniões apresentado, em que o tema dos projetos de saneamento foi exaustivamente discutido, mas que por fim definiu-se pelo formato original aprovado no PAP, ocasionou em atraso para a publicação do Edital de Chamamento Público.

Vale ressaltar que os recursos alocados para os Programas P11 e P41 no PAP não são distribuídos para cada UGRH, como ocorre nos Programas Hidroambientais. Esse é um recurso da bacia do rio Doce como um todo, que deve ser destinado aos municípios que apresentam situações mais precárias quanto ao saneamento básico, independente de ser de uma UGRH ou outra.

Dessa forma, sem uma definição do CBH Doce, os CBHs estaduais não possuem como utilizar esses recursos. Com isso, CBHs que não possuem recursos próprios ou são escassos para realizar tais ações, como ocorre na região do médio e baixo Doce, não conseguem avançar com esses Programas.

Por fim, o Edital de Chamamento Público nº 01/2017 foi publicado no dia 22/08/2017 e teve seu encerramento em 06/10/2017, sendo um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes. Nesse período, o Edital foi amplamente divulgado aos municípios da bacia, por meio de envios constantes de e-mail (Figura 5), divulgação em redes sociais (Figura 6), entrevista em jornais da região (Figura 7) e durante todas as plenárias e reuniões junto aos CBHs, que ocorreram no período. No intuito de facilitar o envio de informações para os municípios, todo o envio de informações do Edital foi realizado de forma online (Figura 8).

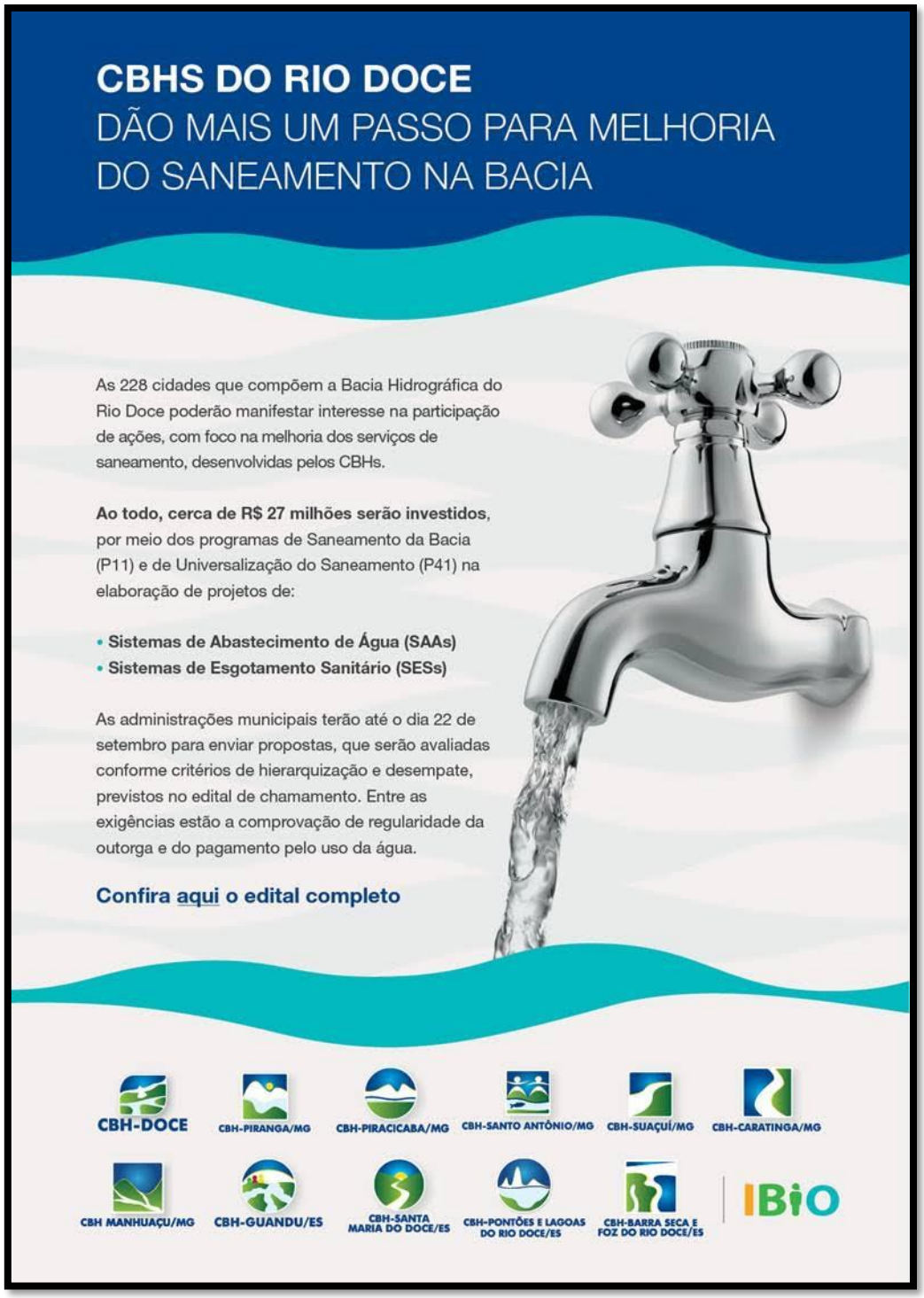


Figura 5 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail



Figura 6 - Divulgação do Edital de Projetos em rede social



Figura 7 - Divulgação do Edital de Projetos em entrevista no jornal MG-TV



Figura 8 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos

Os municípios apresentaram bastante interesse no Edital, sendo que ao todo 140 municípios enviaram os documentos para manifestação de interesse e 134 especificamente com interesse em Projetos de Esgotamento Sanitário.

A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Esgotamento Sanitário (P11) ao longo de toda a bacia pode ser observada na Figura 9.

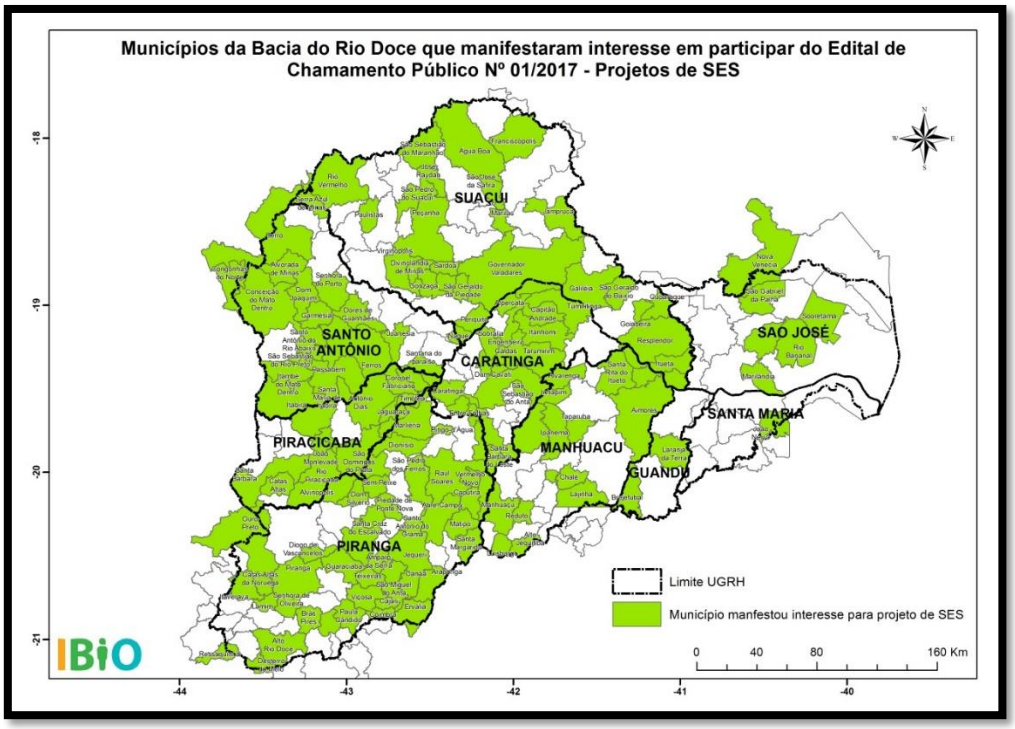


Figura 9 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P11

Após período de análise da grande quantidade de documentos enviados pelos Municípios e obtenção de informações junto à outras instituições, que influenciavam os critérios do Edital, como ANA, IGAM, FUNASA, Ministério das Cidades e Fundação Renova, no dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Projetos, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse. Em 2018 prevê-se a conclusão do Edital e contratação de empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

Além das atividades que envolveram a aprovação no CBH Doce e publicação do Edital, ressalta-se que ocorreram outras ações do IBIO quanto ao Programa P11 e P41, podendo ser destacadas:

- Discussões e alinhamentos realizados com a FUNASA (Figura 10) para a busca das melhores práticas de projetos de esgotamento sanitário e projetos de abastecimento de água e obter informações necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 10 - Reunião com a Funasa

- Obtenção de informações com o Ministério das Cidades e Fundação Renova (Figura 11) sobre projetos já em andamento, necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 11 - Reunião com a Fundação Renova

- Obtenção de informações junto ao IGAM e à ANA referentes a situação dos Municípios quanto à adimplência da cobrança pelo uso da água, para a publicação do resultado do Edital de Projetos.
- Realização dos Seminários de Saneamento Básico, que tiveram como objetivo apoiar os municípios na implantação dos Planos Municipais de Saneamento (PMSB), incluindo os serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água. Essas ações foram melhor detalhadas no item 7 – Universalização do Saneamento (7.6 – Ações do IBIO) deste Relatório.

3.7. Principais Deficiências e Dificuldades

As principais dificuldades encontradas durante o ano de 2017 para a realização do Programa de Saneamento na Bacia (P11) foram:

- A morosidade do CBH Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público;
- A necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público;
- A falta de repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM, que fragilizam e afetam todo o planejamento e andamento das atividades.

4. QUALIDADE DA ÁGUA

4.1. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)

4.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos sedimentos carregados para os corpos hídricos da bacia, relacionado ao tipo de uso do solo dominante na região. A bacia apresenta altos índices de sólidos suspensos ou depositados nos cursos d'água, além de processos importantes de erosão laminar e em sulcos. O arraste de solos para o leito dos rios reduz a capacidade de transporte, potencializando os riscos e os efeitos de cheias.

O transporte de sedimentos para os cursos de água inicia uma das primeiras formas de degradação do meio ambiente. Os sedimentos em suspensão tornam as águas lamacentas, afetando a penetração da luz e consequentemente, reduzem o crescimento de plantas aquáticas e organismos microscópicos dos quais peixes e insetos se alimentam. A entrada de nutrientes e resíduos de agrotóxicos junto com os sedimentos altera o equilíbrio do sistema, resultando, por exemplo, em altas taxas de desenvolvimento de algas, aumento do processo de eutrofização e morte ou má formação de peixes e outros organismos vinculados ao meio hídrico.

Os principais agentes causadores da erosão do solo são as chuvas e os ventos, sendo que esses fatores exercem maior ou menor ação erosiva, dependendo de uma série de fatores, além de ser função da sua intensidade. Os fatores influenciadores do processo erosivo são:

- Condições topográficas ou de relevo (comprimento da encosta; grau de declividade e área do terreno);
- Característica do solo (textura; estrutura; profundidade do solo e subsolo; permeabilidade); e
- Tipo de exploração ou uso do solo (mata; lavoura; pastagem, solo exposto).

A cobertura vegetal é fator muito importante no controle do desgaste do solo. A ausência da cobertura vegetal propicia o aumento do escoamento superficial, maior desagregação das partículas do solo e consequente acréscimo da erosão. Também ocorre uma redução substancial na taxa de infiltração da água que deveria realimentar o aquífero e promover a regularização da vazão dos cursos d'água, uma vez que o fluxo subterrâneo é bem mais lento que o superficial.

Na bacia do rio Doce, a dinâmica histórica de ocupação e as condições naturais da região são fatores importantes a considerar quando se pretende julgar sobre a adequabilidade de uso das terras. A alta declividade, associada à presença de solos altamente intemperizados (latossolos e argissolos) e usos inadequado do solo, acima de sua capacidade de uso, conduz ao surgimento de processos de erosão bastante intensos.

Foi estudada a susceptibilidade à erosão na bacia do rio Doce. Este estudo conclui que a maior parte da bacia se encontra na classe de susceptibilidade erosiva forte – 58% da área, ocupando principalmente a Depressão do rio Doce e várias sub-bacias – e 7% na classe de susceptibilidade muito forte. As bacias mais críticas quanto à susceptibilidade à erosão são a do rio Piracicaba, mais precisamente nas cabeceiras do afluente rio Santa Bárbara, e a do rio Suaçuí Grande. Esta

susceptibilidade está associada a diversos fatores: estiagens prolongadas, chuvas torrenciais, solos susceptíveis ou extensos depósitos superficiais friáveis que ocorrem em terraços fluviais e nas baixas vertentes. Outras áreas de menor dimensão ocorrem ao longo da bacia, conforme apresentado no mapa de susceptibilidade erosiva.

O Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) contempla ações de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais. As propostas de remediação consideradas são a correção de greide, a implantação de estruturas de drenagem, como bueiros e pontilhões, a proteção de taludes de corte e de aterro, com enleivamento, enrocamento ou plantio de vegetação em degraus, e de redução de velocidade de escoamento, como bacias de amortecimento, quedas, degraus, entre outros. No âmbito do PIRH, a implantação de tais estruturas será no nível de parcela demonstrativa e projeto-piloto.

4.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto.

A seguir, são apresentados os resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO no âmbito desses programas.

Principais Resultados:

À implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 se atribuiu o nome de **Rio Vivo**.

A primeira etapa do Rio Vivo consiste na contratação de empresas para realização de diagnósticos e projetos em imóveis rurais, para detectarem, no âmbito dos programas P12, P52 e P42, os pontos que necessitam de intervenção. As intervenções previstas estão citadas abaixo:

- P12: barraginhas e caixas-secas;
- P52: ações de recuperação de nascentes como cercamento e/ou plantio;
- P42: sistema de tratamento de esgoto e, em especifico para a UGRH 2 – Piracicaba, sistema de tratamento de água.

A segunda etapa do Rio Vivo consiste na execução dos projetos elaborados pelas empresas da primeira etapa. Inicialmente, a primeira etapa do Rio Vivo está sendo implementada na UGRH 1 – Piranga, UGRH 2 – Piracicaba, UGRH 3 – Santo Antônio e UGRH 4 – Suaçuí. Discussões sobre o escopo do Rio Vivo já estão sendo realizadas com os comitês das demais UGRHs.

A Figura 12 apresenta a localização dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo e que já passaram por processo de seleção ocorrido em 2016. A Tabela 14 apresenta a listagem destes municípios.

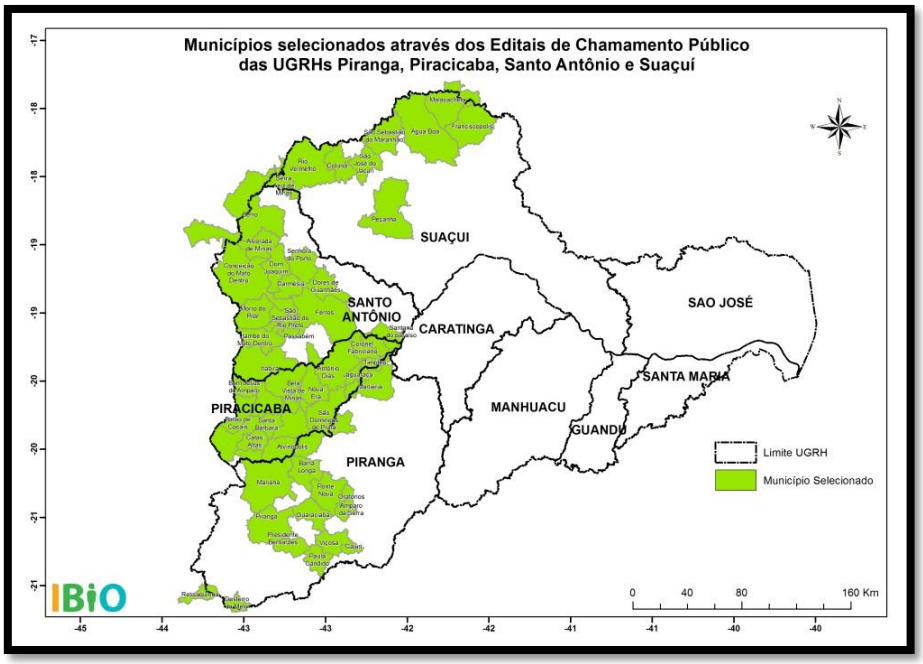


Figura 12 – Mapa dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.

Tabela 14 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.

UGRH 1 – Piranga	UGRH 2 – Piracicaba	UGRH 3 – Santo Antônio	UGRH 4 - Suaçuí
Ressaquinha	Mariana	Serro	Água Boa
Desterro do Melo	Catas Altas	Alvorada de Minas	Rio Vermelho
Mariana	Santa Bárbara	Conceição do Mato Dentro	São José do Jacuri
Barra Longa	Barão de Cocais	Itambé do Mato Dentro	Peçanha
Ponte Nova	São Gonçalo do Rio Abaixo	Passabém	Malacacheta
Oratórios	Rio Piracicaba	Senhora do Porto	Franciscópolis
Viçosa	João Monlevade	Dom Joaquim	Coluna
Amparo do Serra	São Domingos do Prata	Carmésia	Serra Azul de Minas
Guaraciaba	Bela Vista de Minas	Dores de Guanhães	São Sebastião do Maranhão
Piranga	Nova Era	Ferros	
Presidente Bernardes	Itabira	Santo Antônio do Rio Abaixo	
Paula Cândido	Alvinópolis	Morro do Pilar	
Cajuri	Antônio Dias	São Sebastião do Rio Preto	
	Jaguaraçu		
	Marliéria		
	Timóteo		
	Coronel Fabriciano		
	Ipatinga		
	Santana do Paraíso		
	Bom Jesus do Amparo		

Foi estabelecido por cada um dos comitês dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí a cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo. O número de municípios de cada UGRH foi dividido em lotes, quando assim foi necessário, de modo à garantir a contratação de uma ou

mais empresas com capacidade comprovada para assumir os serviços. A Tabela 15 apresenta como foram divididos os municípios por lote e qual a cota estabelecida por cada comitê.

Tabela 15 – Lotes, número de municípios e cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo.

UGRH	Lote	Nº de municípios a serem contemplados no lote	Cota de imóveis rurais por município	Nº de imóveis rurais por Lote
UGRH 1 - Piranga	Lote 1	8	120	960
	Lote 2	5		600
UGRH 2 - Piracicaba	Lote 1	7	150	1050
	Lote 2	6		900
	Lote 3	7		1050
UGRH 3 - Santo Antônio	Lote 1	6	100	600
	Lote 2	7		700
UGRH 4 - Suaçuí	-	9	60	540
			Total de cota de imóveis rurais	6400

O escopo do trabalho do Rio Vivo prevê a elaboração de produtos em quantitativos relacionados à abrangência espacial destes, conforme pode ser observado na Tabela 16, a qual se relaciona ao número de lotes, número de municípios e cota de número de imóveis rurais, já apresentados anteriormente na Tabela 15.

Tabela 16 – Produtos componentes do escopo do Rio Vivo.

Produtos	Conteúdos gerais	Abrangência
Produto 1 - Plano de Trabalho	Reuniões iniciais; mobilização; equipe; calendário de reuniões; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por lote
Produto 2 - Validação das microbacias de atuação	Coleta e conferência de coordenadas geográficas dos pontos de captação de água para abastecimento público do município; formação da Unidade Gestora de Projetos (UGP); ordem de prioridade das microbacias, quando mais de uma no município; situação das outorgas dos pontos de captação de água para abastecimento público.	Por município
Produto 3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental	Reuniões iniciais; mobilização; equipe de mobilização e educação ambiental; calendário de eventos; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por município

Produto 4.1 - Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural	Diagnósticos ambientais dos imóveis rurais no âmbito dos programas P12, P52 e P42; Fichas de Diagnóstico; Termos de Adesão.	Por imóvel
Produto 4.2 - Diagnósticos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 5 - Cadastro Ambiental Rural (CAR) do imóvel rural	Elaboração dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais.	Por imóvel
Produto 6.1 - Projeto de Adequação Ambiental do Imóvel Rural	Projetos de intervenção ambiental no âmbito dos programas P12, P52 e P42, conforme diagnóstico realizado; Termos de Anuência.	Por imóvel
Produto 6.2 - Projetos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 7 - Termos de Referência Temáticos para Execução de Projetos, Capacitação Técnica e Análise Inicial dos Parâmetros de Monitoramento	Termos de Referência para contratação de empresa(s) para execução de projetos, capacitação técnica e análise inicial dos parâmetros de monitoramento.	Por município
Produto 8 - Termo de Referência Temático para Monitoramento	Termo de Referência para contratação de empresa(s) para monitoramento posterior de parâmetros de quantidade e qualidade de água e do meio ambiente.	Por município

Para garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas contratadas nesta primeira etapa do Rio Vivo, realizou-se também processo de contratação de empresa fiscalizadora. O processo de contratação das empresas de diagnósticos e projetos, e das empresas de fiscalização ocorreu, em 2017, da maneira apresentada nas Tabela 17 e Tabela 18.

Tabela 17 – Processo Atos Convocatórios para contratação de Empresas de Diagnósticos e Projetos nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 04/2017 da UGRH 1 - Piranga	15/05/2017	21/06/2017	06/09/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 05/2017 da UGRH 2 - Santo Antônio	15/05/2017	22/06/2017	06/09/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 03/2017 da UGRH 3 - Piracicaba	24/05/2017	23/06/2017	31/08/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 06/2017 da UGRH 4 - Suaçuí	21/09/2017	17/10/2017	20/11/2017	20/11/2017

Tabela 18 – Processo dos Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 08/2017 das UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba e 3 - Santo Antônio	04/10/2017	24/10/2017	22/11/2017	27/11/2017
Ato Convocatório nº 09/2017 da UGRH 4 – Suaçuí	24/11/2017	12/12/2017	Em andamento	-

A seguir, são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito dos programas P12, P52 e P42. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

➢ Contrato nº 29/2017

Contrato 29/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	IGAM /
Alocação	CBH Piracicaba / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 2 – Piracicaba, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.					
Valor	R$ 3.981.363,47	**Contratado**	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 965.095,03	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 3.016.268,44	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 21,05% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 10,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 68,42% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

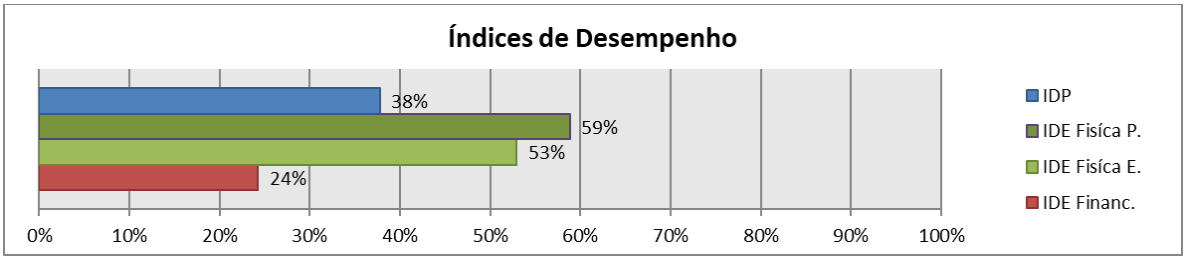
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



IDP – Índice de Desempenho de Prazo.
IDE Física P – Índice de Desempenho de Execução Física Planejado.
IDE Física E. – Índice de Desempenho de Execução Física Executado.
IDE Financ – Índice de Desempenho de Execução Financeira.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 30/2017

Contrato 30/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 1.176.691,50	**Contratado**	Consominas Engenharia Ltda.		
Pago	R$ 294.172,89	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 882.518,61	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 32,81% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 13,93% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 53,26% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

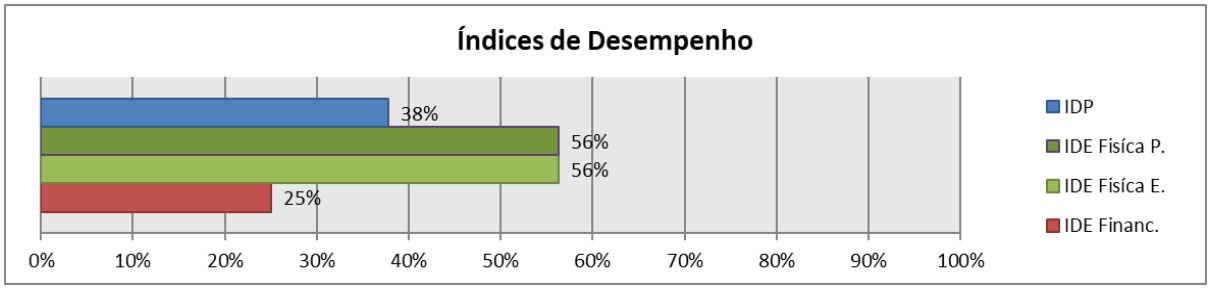
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 31/2017

Contrato 31/2017		Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	IGAM /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 855.336,42	**Contratado**	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 128.300,46	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 727.035,96	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 14,29% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 28,57% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 57,14% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

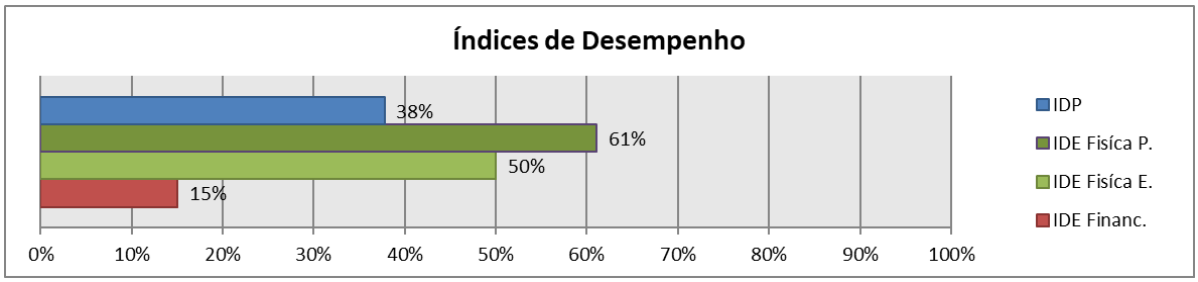
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 32/2017

Contrato 32/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 967.060,19	**Contratado**	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 241.765,05	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 725.295,14	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 57,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

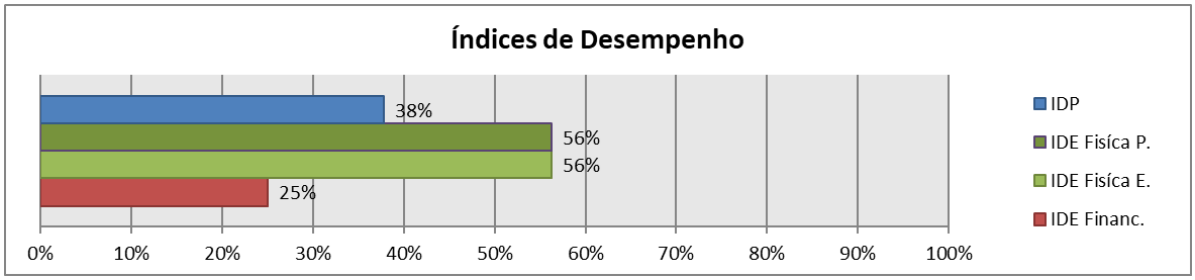
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

- **Contrato nº 33/2017**

Contrato 33/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 914.272,08	**Contratado**	Consominas Engenharia Ltda.		
Pago	R$ 228.568,01	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 685.704,07	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

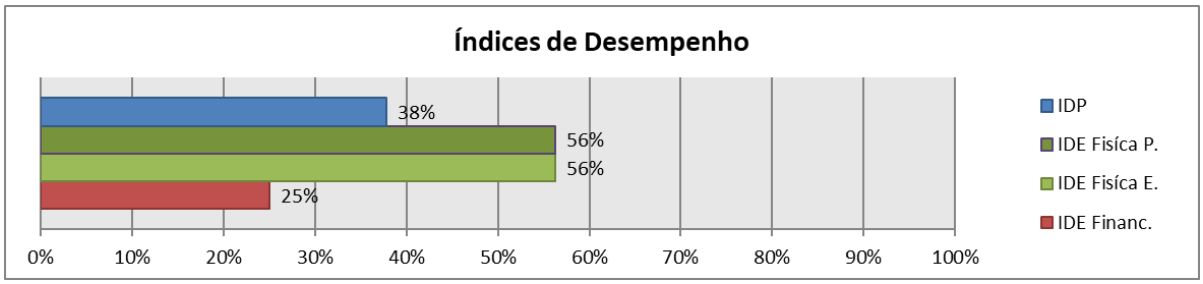
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 38/2017

Contrato 38/2017		**Programa**	P12 / P42 / P52	**Recurso**	ANA / IGAM
Alocação	CBH Suaçuí / /				
Objeto					
Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 4 – Suaçuí, em atendimento aos programas Hidroambientais: P12 – |Programa de controle das atividades geradoras de sedimento e P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes; e a ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural, consoante especificações técnicas constantes no Ato Convocatório n° 06/2017 e seus Anexos, e em especial as especificações técnicas constantes no ANEXO I – Termo de Referência, que é parte integrante do presente instrumento contratual, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA.					
Valor	R$ 770.408,73	**Contratado**	SAMENCO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA		
Pago	R$ 77.040,87	**Data**	20/11/2017	**Prazo**	20/08/2018
Saldo	R$ 693.367,86	**Gestor**	Eduardo	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Suaçuí
  Porcentagem de desembolso: ANA: 31,50%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Suaçuí
  Porcentagem de desembolso: ANA: 14,27%; IGAM: 13,04% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Suaçuí
  Porcentagem de desembolso: ANA: 54,23%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

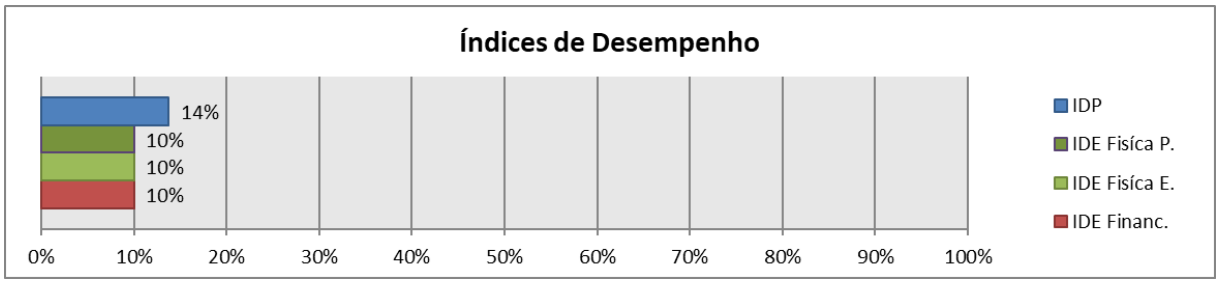
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: O processo de seleção das empresas ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 40/2017

Contrato 40/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 04/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 1 – PIRANGA, nos Municípios de Amparo do Serro, Barra Longa, Cajuri, Desterro do Melo, Guaraciaba, Mariana, Oratórios, Paula Cândido, Piranga, Ponte Nova, Presidente Bernardes, Ressaquinha e Viçosa, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.					
Valor	R$ 228.789,51	**Contratado**	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda		
Pago	R$ 28.598,69	**Data**	27/11/2017	**Prazo**	27/06/2018
Saldo	R$ 200.190,82	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 31,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 14,20% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 54,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

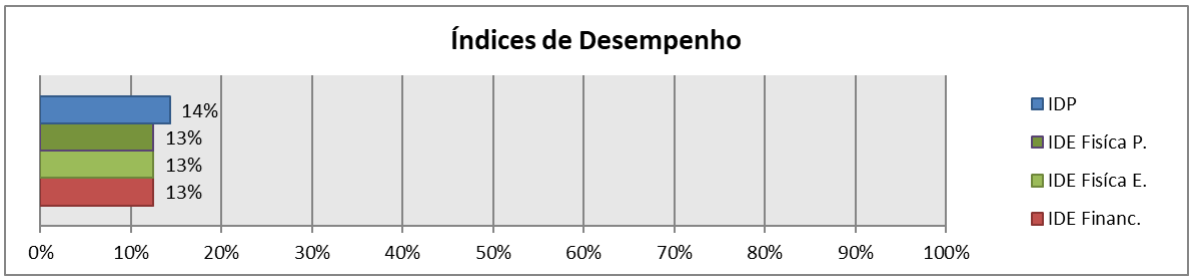
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

- **Contrato nº 41/2017**

Contrato 41/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piracicaba / /				
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 03/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 2 – PIRACICABA, nos Municípios de Mariana, Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Rio Piracicaba, João Molevade, São Domingos do Prata, Bela Vista de Minas, Nova Era, Itabira, Alvinópolis, Antônio Dias, Jaguaraçu, Marliéria, Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Santana do Paraiso, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.				
Valor	R$ 270.408,70	**Contratado**	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda		
Pago	R$ 33.801,09	**Data**	27/11/2017	**Prazo**	27/06/2018
Saldo	R$ 236.607,61	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 31,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 14,37% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 54,15% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

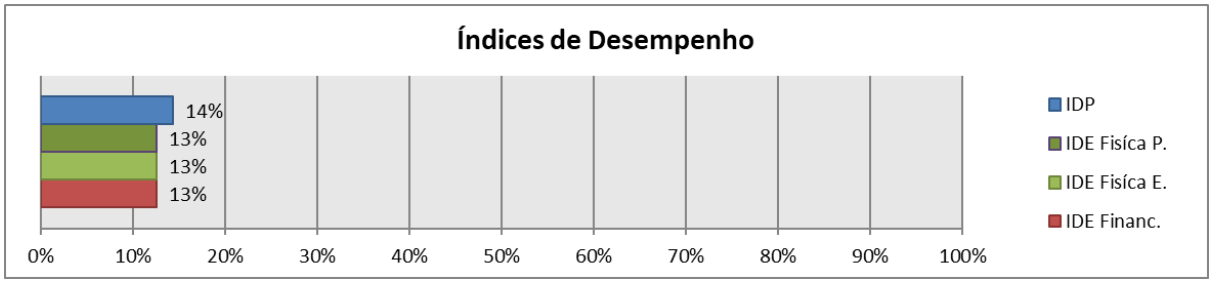
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

- **Contrato nº 42/2017**

Contrato 42/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 05/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 3 – SANTO ANTÔNIO, nos Municípios de Alvorada de Minas, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Dores de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabém, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto, Senhora do Porto e Serro, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.				
Valor	R$ 210.239,14	**Contratado**	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda		
Pago	R$ 26.279,89	**Data**	27/11/2017	**Prazo**	27/06/2018
Saldo	R$ 183.959,25	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

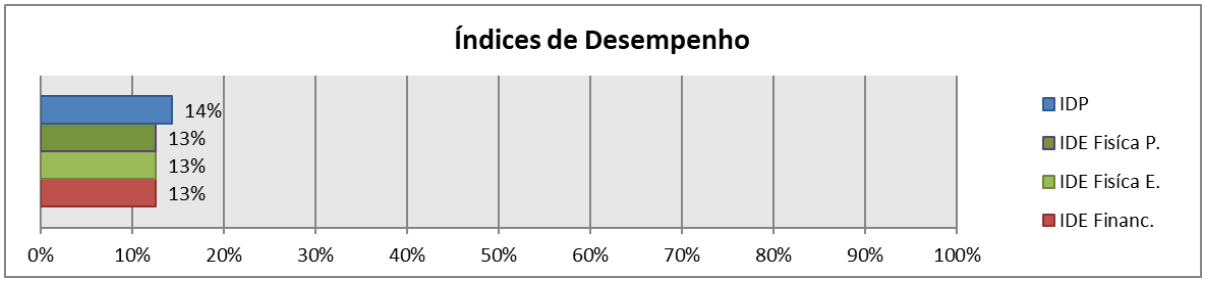
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

4.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais. Nas Tabela 19, Tabela 20, Tabela 21 e Tabela 22 encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o P12.

Tabela 19 - Recursos Repassados pela ANA, alocados ao P12

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)						
Investimento Previsto no PAP	**1.945**	**2.345**	**2.345**	**2.053**	**1.487**	**10.175**
Investimento Realizado	**-**	**278**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela 20 - Recursos Repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	242	292	292	-	-	826
Investimento Realizado	-	100	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	108	130	130	130	34	533
Investimento Realizado	-	10	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	204	246	246	246	-	942
Investimento Realizado	-	151	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	406	489	489	489	489	2.363
Investimento Realizado	-	17	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	200	241	241	241	17	941
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	217	262	262	262	262	1.263

Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	**1.377**	**1.660**	**1.660**	**1.368**	**802**	**6867**
Total de Investimentos Realizados	**-**	**278**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela 21- Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P12

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	132	159	159	159	159	767
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	146	176	176	176	176	852
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	290	350	350	350	350	1.688
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	**568**	**685**	**685**	**685**	**685**	**3.307**
Total de Investimentos Realizados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela 22 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12

Recursos Repassados pela IGAM	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	500	-	500	-	1.000
Investimento Realizado	-	20	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	2.000	2.000	2.000	3.700	9.700
Investimento Realizado	-	203	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500	500	-	-	-	1.000

Investimento Realizado	-	8	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	250	250	250	250	1.250
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	300	450	450	450	450	2.100
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	**1.050**	**3.700**	**2.700**	**3.200**	**4.400**	**15.050**
Total de Investimentos Realizados	**-**	**231**	**-**	**-**	**-**	**-**

Em 2017, foram iniciados os processos de contratação de empresas para implementação das ações do Rio Vivo. Entretanto, cabe ressaltar que processos de licitação de empresas podem despender tempo para serem concluídos e, devido à grandiosidade do Rio Vivo, que inclusive teve as áreas de atuação das UGRHs divididas em vários lotes, muitas empresas participaram da concorrência e a análise das propostas e conclusão dos processos demandou maior tempo.

Os primeiros processos de contratação de empresas para o Rio Vivo, referentes aos Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3, ocorreram de maio a setembro de 2017. Desse modo, os desembolsos com as contratações do Rio Vivo iniciaram apenas no quarto trimestre de 2017. Entretanto, com o planejamento do Rio Vivo, muitos municípios das UGRHs 1, 2, 3 e 4 estão sendo contemplados e prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções. O Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas já tem discussões em andamento e o processo de contratação de empresas está previsto para 2018.

As fontes de recurso a serem usadas para contratação de empresas de diagnósticos e projetos do Rio Vivo foram definidas para cada bacia da seguinte maneira:

- Piranga: ANA e IGAM.
- Piracicaba: totalmente IGAM, por ser uma bacia com elevada arrecadação estadual e sendo necessário investir os recursos disponíveis em caixa.
- Santo Antônio: ANA, por não ter sido previsto recurso IGAM para o P12.
- Suaçuí: ANA e IGAM.

Os contratos assinados com as empresas fiscalizadoras dos serviços das empresas de diagnósticos e projetos atuantes nas UGRHs 1, 2, 3 e 4 têm como fonte os recursos da ANA. Em 2017, foram pagos os produtos referentes à fiscalização do Rio Vivo nas UGRHs 1, 2 e 3.

4.5. Identificação no PIRH – Doce

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

Objeto: Identificação da erodibilidade potencial da bacia e da erosão real estimada por meio de análise de imagens de satélite e aplicação de modelagem numérica da elevação e da erodibilidade. Definição de áreas críticas e, sobre estas, realizar a localização de estradas vicinais e caminhos de serviço visíveis nas imagens. Sobre a imagem, identificação de processos erosivos reais, com delimitação de pontos de interesse. Visitas a campo para confirmação e caracterização dos processos erosivos (laminar, sulcos, voçorocas) e das medidas de correção ou de prevenção. Análise da viabilidade técnica de implantação das medidas propostas, orçamentação e execução das medidas selecionadas de controle de geração de sedimentos em áreas rurais. Implantação de projeto piloto e de áreas demonstrativas para análise e demonstração de resultados. Articulação com órgãos de assistência técnica e prefeituras municipais para realização de ações de multiplicação e capacitação de técnicos e operadores de máquinas e equipamentos.

Valor Estimado: R$ 6.010.000,00

4.6. Ações do IBIO

Ao final do ano de 2015, foram iniciadas discussões a respeito do desenvolvimento dos programas P12, P52 e P42 em conjunto e, em 2016, foram realizadas reuniões com os Comitês de Bacia Hidrográfica do rio Piranga (UGRH 1), Piracicaba (UGRH 2), Santo Antônio (UGRH 3) e Suaçuí (UGRH 4) para alinhar e definir as estratégias de atuação.

Ainda em 2016, foram elaborados pela equipe do IBIO e publicados os Editais de Chamamento Público nº 01/2016 das referidas bacias (UGRHs 1, 2, 3 e 4) para seleção dos municípios elegíveis a serem contemplados. Após a seleção dos municípios, iniciou-se o desenvolvimento dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais em atendimento aos programas P12, P52 e P42.

À esta implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 se deu o nome de RIO VIVO para facilitar a divulgação da atuação dos comitês atuantes na bacia do rio Doce. Esta nomenclatura foi aprovada pelos comitês, após exaustivas discussões ao longo de meses, e recebeu uma arte (Figura 13) para ser divulgada acompanhada da logo do CBH-Doce e das logos dos demais CBHs dos rios afluentes, quando for o caso.



Figura 13 – Arte elaborada para o Rio Vivo.

Em 2017, finalizou-se a elaboração dos Termos de Referência e dos Atos Convocatórios para contratação das Empresas de Diagnósticos e Projetos das UGRHs 1, 2, 3 e 4. Os Termos de Referência e orçamentos de mercado obtidos foram amplamente discutidos e aprovados em cada um dos CBHs envolvidos, por meio de reuniões de câmaras técnicas, plenárias e, no caso do CBH Piracicaba, reuniões junto à diretoria.

As figuras abaixo ilustram algumas das reuniões que ocorreram nos CBHs para discussão dos Termos de Referência.



Figura 14 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga



Figura 15 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga



Figura 16 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba



Figura 17 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba



Figura 18 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio



Figura 19 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio



Figura 20 - Reunião plenária do CBH Suaçuí



Figura 21 - Reunião plenária do CBH Suaçuí

Os Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3 foram publicados no mesmo período. Enquanto isso, a elaboração do Ato Convocatório da UGRH 4 estava sendo finalizado. A partir dos questionamentos recebidos pelo IBIO durante a publicação dos primeiros Atos, adequações foram sendo realizadas no Ato da UGRH 4, o qual foi publicado após finalizado todo o processo dos primeiros.

Ao final, 2 empresas foram consagradas vencedoras para atuarem nas UGRHs 1, 2 e 3 iniciando os trabalhos ainda em 2017. Uma terceira empresa foi consagrada vencedora da UGRH 4, entretanto, apenas seu Plano de Trabalho foi entregue em 2017, as ações para elaboração dos demais produtos serão iniciadas em janeiro de 2018.

Aproveitando-se do momento de assinatura dos contratos com as empresas de diagnósticos e projetos, foi elaborada pela equipe do IBIO uma apresentação detalhada sobre todo o escopo do trabalho do Rio Vivo e sobre o que os comitês e a agência esperam das empresas contratadas. As empresas tiveram a oportunidade de apresentar suas propostas de plano de trabalho e de tirar dúvidas. A Figura 22, Figura 23 e Figura 24 apresentam o momento dessas reuniões, tanto com as duas

empresas contratadas para prestarem serviços nas UGRHs 1, 2 e 3, em setembro, quanto com a empresa contratada para a UGRH 4, em novembro.



Figura 22 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.



Figura 23 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.



Figura 24 – Reunião realizada com a empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4.

Assim que foram consagradas as vencedoras dos Atos Convocatórios publicados em 2017 para contratação das Empresas de Diagnósticos e Projetos e assinados os contratos, o IBIO realizou uma reunião de mobilização inicial do Rio Vivo em cada uma das UGRHs 1, 2 e 3, onde o público alvo consistiu em representantes dos municípios a serem contemplados, dentre os quais estão representantes das prefeituras e de órgãos técnicos atuantes no município, como IEF, EMATER, COPASA, SAAE, dentre outros.

Para estes eventos de mobilização, o IBIO elaborou apresentações e folders didáticos para que os participantes, que seriam as pessoas envolvidas com o Rio Vivo em seu município, compreendessem todo o escopo dos trabalhos. Nas Figuras abaixo apresentam-se os registros das reuniões de mobilização inicial realizadas nas UGRHs 1, 2 e 3, bem como os folders.



Figura 25 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.



Figura 26 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.



Figura 27 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.



Figura 28 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.



Figura 29 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio



Figura 30 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio



Figura 31 – Folders confeccionados para as reuniões de mobilização inicial do Rio Vivo.

Para a UGRH 4 – Suaçuí, a reunião de mobilização inicial do Rio Vivo acontecerá em Janeiro de 2018.

Com o intuito de garantir qualidade dos produtos e serviços a serem adquiridos com o Rio Vivo, o IBIO elaborou também Atos Convocatórios para o processo de contratação de empresas fiscalizadoras dos serviços contratados de diagnósticos e projetos. Apenas uma empresa foi consagrada vencedora do Ato Convocatório para contratação de empresa de fiscalização nas UGRHs 1, 2 e 3. O processo de contratação da fiscalizadora da UGRH 4 encontra-se em andamento.

Mais uma vez, aproveitando-se do momento de assinatura dos contratos com as empresas, agora de fiscalização, foi elaborada pela equipe do IBIO uma apresentação detalhada sobre todo o escopo do trabalho do Rio Vivo e sobre o que os comitês e a agência esperam das empresas contratadas. As empresas tiveram a oportunidade de apresentar suas propostas de plano de trabalho e de tirar dúvidas. A Figura 32, apresenta o momento dessa reunião.



Figura 32 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3.

Até dezembro de 2017 as empresas de diagnósticos e projetos já haviam realizado a entrega dos seguintes produtos: Produtos 1 (P1 - Plano de Trabalho); Produtos 2 (P2 - Validação das microbacias de atuação), e; Produtos 3 (P3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental).

Esses Produtos despenderam grande esforço da equipe técnica do IBIO para suas análises e aprovação, tendo em vista que são essenciais para o planejamento e sucesso de todo o trabalho. Além disso, especificamente no Produto 3, eram previstas reuniões com as câmaras técnicas dos CBHs para validar a metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental. A Figura 33, Figura 34, e Figura 35 ilustram as reuniões realizadas junto às CTPPs dos CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Santo Antônio.



Figura 33 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental



Figura 34 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental



Figura 35 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental

No que se refere ao processo de contratação das empresas fiscalizadoras das UGRHs 1, 2 e 3, finalizou-se 2 meses e meio após a finalização do processo de contratação das empresas de diagnósticos e projetos. Os profissionais do IBIO realizaram a fiscalização dos Produtos 1, 2 e 3, nas quantidades apresentadas na Tabela 23, emitindo pareceres parciais e conclusivos e conferindo os produtos finais entregues nas vias impressas e digitais.

Tabela 23 – Quantitativos de produtos do Rio Vivo analisados pela equipe do IBIO.

UGRH	Produto analisado	Abrangência do produto	Quantidade analisada
UGRH 1 – Piranga	P1	1 para cada lote Total de 2 lotes	2
	P2	1 para cada município Total de 13 municípios	13
	P3	1 para cada município Total de 13 municípios	13
UGRH 2 – Piracicaba	P1	1 para cada lote Total de 3 lotes	3
	P2	1 para cada município Total de 20 municípios	20
	P3	1 para cada município Total de 20 municípios	20
UGRH 3 – Santo Antônio	P1	1 para cada lote Total de 2 lotes	2
	P2	1 para cada município Total de 13 municípios	13
	P3	1 para cada município Total de 13 municípios	13
		Total de produtos analisados	99

Vale ressaltar que, neste sentido, do contrato da empresa fiscalizadora das UGRHs 1, 2 e 3 foram suprimidas as análises dos Produtos 1, 2 e 3 das empresas de diagnósticos e projetos. O Plano de Trabalho das empresas fiscalizadoras foram entregues e aprovados pelo IBIO em dezembro de 2017. A partir de Janeiro de 2018 esta empresa irá realizar a análise e validação dos demais produtos das empresas de diagnósticos e projetos atuantes nas UGRHs 1, 2 e 3.

Também foi entregue e aprovado, em dezembro de 2017, o Plano de Trabalho da empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4 – Suaçuí. Com o processo de contratação de fiscalizadora para essa bacia em andamento, os trabalhos de diagnósticos e projetos e fiscalização caminharão juntos.

Para 2018, está previsto que, ao passo que os trabalhos de diagnóstico e projetos caminhem nas UGRHs 1, 2, 3 e 4, sejam desenvolvidos, também pelas empresas de Diagnósticos e Projetos, os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos projetos contratados e os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) no monitoramento dos parâmetros relacionados aos projetos contratados. Com base em tais Termos de Referência, a equipe do IBIO irá realizar as contratações das empresas que irão executar as intervenções nos imóveis rurais, bem como realizar o monitoramento.

A equipe do IBIO também providenciou, em dezembro de 2017, a confecção de bonés e folders com linguagem específica para o público alvo, para serem entregues aos produtores rurais a serem contemplados, para divulgação da atuação dos comitês com o Rio Vivo, conforme Figura 36 e Figura 37



Figura 36 – Bonés para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.



Figura 37 – Folders para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.

Ainda em 2017, foram iniciadas as discussões sobre a implementação do Rio Vivo nos CBHs Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Doce, e Pontões e Lagoas do rio Doce.

No CBH Caratinga foi aprovada toda a proposta do Rio Vivo, com a implementação em conjunto dos programas P12, P52 e P42. Já foram realizadas reuniões de discussões dos critérios de seleção das

áreas a serem beneficiadas, bem como a metodologia a ser utilizada para a sua hierarquização. A Figura 38 apresenta o registro da Plenária do CBH Caratinga onde foi aprovado o escopo do CBH Caratinga.



Figura 38 – Reunião Plenária do CBH Caratinga, momento da aprovação do Rio Vivo.

Foram realizadas apresentações em reuniões de plenárias e, após aprovação do Rio Vivo, o assunto foi encaminhado para discussões de sua implementação para a Câmara Técnica de Planejamento e Projetos (CTPP).

No CBH Manhuaçu, foi realizada uma reunião junto à diretoria executiva do comitê, que opinou por fazer a implementação apenas dos programas P12 e P42, deixando o P52 somente para a partir do ano de 2019, devido às ações similares estarem sendo implementados nesta bacia por outra instituição. Para os programas P12 e P42 já foram iniciadas as reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos. A Figura 39 e a Figura 40 retratam a reunião com a Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu e a Plenária onde o escopo aprovado pela diretoria foi apresentado.



Figura 39 – Reunião da Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu, junto ao IBIO



Figura 40 – Reunião Plenária do CBH Manhuaçu

Nos CBHs capixabas Guandu, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Rio Doce, foram apresentadas, nas reuniões de Câmaras Técnicas de Programas e Projetos (CTPP) e plenárias, todas as possíveis atividades que poderão ser desenvolvidas nas áreas de atuação dos comitês com a implementação do Rio Vivo. Durante as reuniões, surgiram questionamentos e sugestões que serão considerados no momento da elaboração do Termo de Referência dos comitês capixabas.

A implementação do Rio Vivo nos CBHs capixabas foi aprovada por unanimidade nas CTPPs e Plenárias específicas de cada comitê. Para 2018, está previsto a elaboração e publicação dos Editais de Chamamento Público para seleção dos municípios elegíveis a serem contemplados. Após a seleção dos municípios, a equipe do IBIO irá iniciar o desenvolvimento dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais, bem como das fiscalizadoras, a partir dos já elaborados para as UGRHs 1, 2, 3 e 4.

As Figuras (Figura 41, Figura 42, Figura 43, Figura 44, Figura 45, e Figura 46) apresentam as reuniões de plenária ocorridas nos CBHs capixabas em 2017.



Figura 41 – Reunião da CTPP do CBH Guandu



Figura 42 – Reunião Plenária do CBH Guandu



Figura 43 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce



Figura 44 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce



Figura 45 – Reunião Plenária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce.



Figura 46 – Reunião da CTPP do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce

4.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Com a troca de gestão de algumas prefeituras municipais selecionadas em 2016 para o Rio vivo, houve certo atraso na coleta dos Termos de Compromisso e Cooperação Mútua, pois os novos funcionários e autoridades não tinham conhecimento sobre o assunto, o que demandou alguns esclarecimentos via e-mail e telefone. Todavia, todas as prefeituras anteriormente selecionadas em 2016 enviaram os Termos de Compromisso e Cooperação Mútua assinados por seus respectivos prefeitos.

Este termo consistia em documento imprescindível para que o município fosse inserido como área de atuação dos Atos Convocatórios do Rio Vivo, e por isso a publicação destes Atos teve que aguardar o recebimento dos mesmos. Todo escopo do Rio Vivo foi amplamente discutido nas plenárias dos comitês das bacias do Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí para que fossem elaborados os Atos Convocatórios para contratação das empresas de diagnósticos e projetos. Entretanto, prestes a ser publicado o Ato Convocatório da UGRH 2 – Piracicaba, os membros de sua diretoria solicitaram que os valores de orçamentos de mercado coletados pelo IBIO fossem apresentados em plenária.

Ocorre que, um pré-orçamento adquirido no início de 2017, e com valor mais elevado do que os coletados posteriormente para composição do preço global do Ato, foi levado em plenária e, devido às inúmeras reuniões que ocorreram para se tratar exaustivamente a implementação dos P12, P52 e P42, os membros concordaram com a tentativa de se avançar com as ações e se tentar orçamentos mais baixos no mercado. Ou seja, os valores de mercado que se encontrassem abaixo do orçamento prévio estariam aprovados.

Enfim, o Ato do Piracicaba deixou de ser publicado juntamente com os Atos do Piranga e Santo Antônio no dia 15 de maio, e foi publicado em 24 de maio, após a plenária ocorrida no dia 23.

Devido ao trabalho grandioso e complexo que se consiste em implementação do Rio Vivo, foram necessários alguns meses para elaboração dos Atos Convocatórios de Contratação das empresas de diagnósticos e projetos.

A elaboração dos Atos das empresas fiscalizadoras, para análise dos serviços e produtos das empresas de diagnósticos e projetos, teve sua conclusão atrasada, devido ao grande volume de demandas. Com isso, os profissionais do IBIO tiveram que realizar a validação dos Produtos 1 (P1 - Plano de Trabalho), Produtos 2 (P2 - Validação das microbacias de atuação) e Produtos 3 (P3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental), com a emissão de pareceres parciais e conclusivos, além de realizarem a conferencia dos produtos finais entregues nas vias impressas e digitais.



RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

QUANTIDADE DE ÁGUA

(P22)

5. QUANTIDADE DA ÁGUA – BALANÇOS HÍDRICO

5.1. Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura (P22)

5.2. Descrição

Em todo o mundo, a irrigação é o uso mais importante de água. A possibilidade de implantar um processo de cobrança por este uso apresenta como dificuldades os elevados volumes a serem considerados e uma capacidade limitada de pagamento. Por outro lado, uma estratégia de cobrança bem elaborada contribui para a redução do consumo da água, seja por um uso mais eficiente, seja pela alteração do elenco de culturas explorado. Na bacia, o diagnóstico e o prognóstico apontam para um elevado consumo de água pela irrigação em algumas bacias, com possíveis conflitos entre os diversos usos ou usuários; possibilidade de esgotamento de mananciais superficiais e sub-superficiais de água, com reflexos na qualidade da água; e possibilidade de contaminação de aquíferos, considerados reservas estratégicas para atendimento de usos prioritários.

As demandas de irrigação constituem uma importante parcela da demanda total nas bacias de Minas Gerais (Caratinga, Manhuaçu e Suaçuí) e no Espírito Santo (Guandu, Santa Maria do Doce e São José, Pontões e Lagoas do Doce / Barra Seca do Rio Doce), abrangendo bacias onde o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se como desfavorável. Desta maneira, uma ação de incentivo ao uso racional da água neste setor mostra-se como uma importante ação para diminuir o impacto do mesmo sobre as vazões retiradas.

É importante frisar que a inexistência de uma base de dados consistente dificulta uma avaliação prospectiva destas demandas hídricas, visto que o cadastro das outorgas ainda é um instrumento que deve ser aprimorado para o conhecimento não só das retiradas efetivamente utilizadas, mas também dos tipos de culturas, áreas irrigadas e métodos de irrigação.

Não obstante, a irrigação constitui um segmento de uso em que o emprego de tecnologias modernas, aliada a processos de conservação da água, encontra a maior possibilidade de racionalização. Ou seja, a adoção de práticas de conservação de água na irrigação sempre tem encontrado um bom retorno em termos de diminuição de custos e do volume consumido, mantendo-se boas produções agrícolas. Neste sentido, a cobrança pelo uso da água pode vir a se tornar um eficiente indutor de difusão de tecnologias de racionalização do uso da água, ao penalizar os usos mais perdulários. Em uma ação vertical, este programa deverá agir desde a geração de uma informação mais qualificada a respeito das demandas de irrigação, bem como propor um sistema de cobrança que incentive ao uso racional da água na agricultura. Desta forma, alcançando a médio e longo prazo a melhoria gradativa da disponibilidade e da qualidade da água pela redução de demanda na irrigação; com vistas a uma redução de conflitos pelo uso da água entre este e outros usos.

Os recursos deste Programa foram igualmente aplicados em seis áreas selecionadas nas bacias afluentes, nas unidades da porção mineira correspondentes às UGRHs 04, 05 e 06 (Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e nas unidades da porção capixaba, UGRHs 07, 08 e 09 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José - Pontões e Lagoas do Doce / Barra Seca do Rio Doce).

5.3. Contratações e Resultados

Na Figura 47 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura - P22. A seguir são apresentados os resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

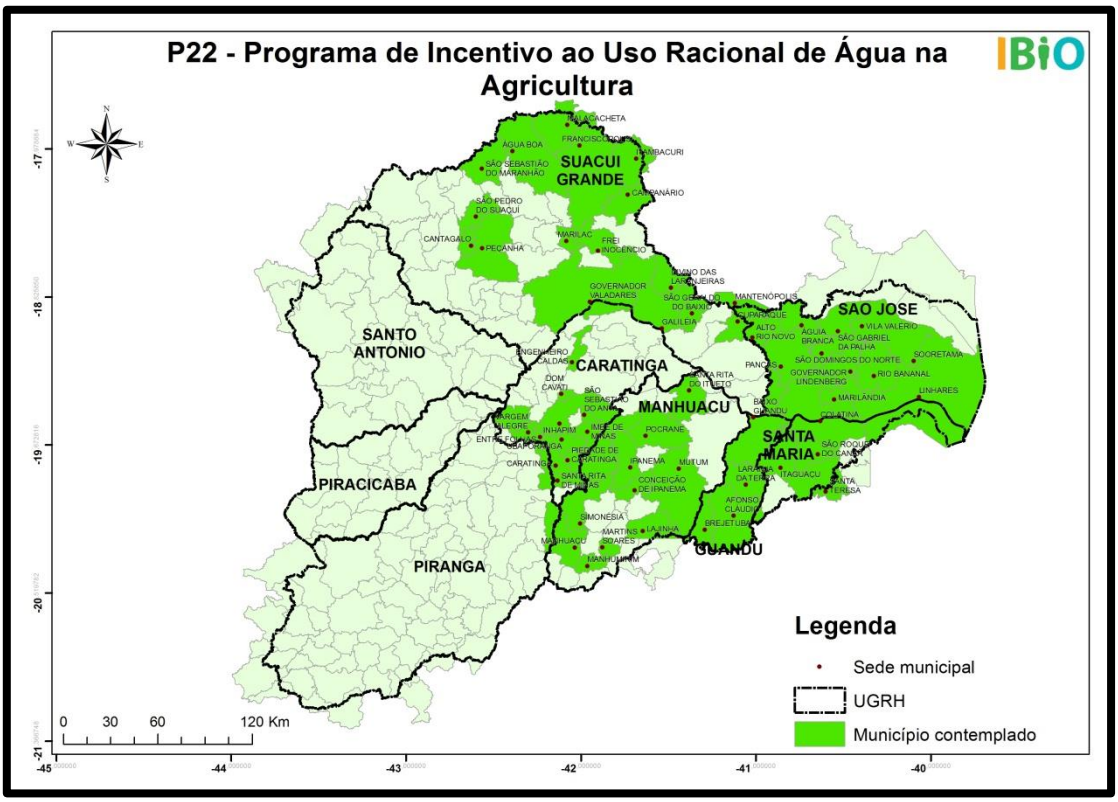


Figura 47 – Municípios atendidos pelo Programa P22.

➢ Contrato nº 10/2013

Contrato 10/2013		**Programa**	P22 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto Contratação de estudos e serviços para atendimento ao Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22): com a finalidade de identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas para o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água na agricultura na Bacia do Doce.					
Valor	R$ 1.662.086,07	**Contratado**	Fundação Arthur Bernardes - Funarbe		
Pago	R$ 1.662.086,07	**Data**	24/05/2013	**Prazo**	24/05/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Eduardo	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Quantidade de Água – Balanços Hídricos
Subprograma: Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura – P22

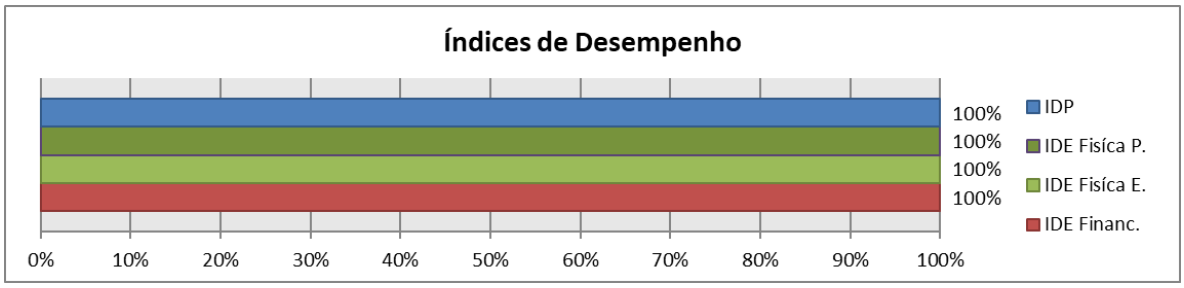
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P22 – CBH DOCE

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	4 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	36 meses	48 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Houve atrasos no prazo de entrega de alguns relatórios, tanto em 2016 como em anos anteriores, devido a vários fatores, tais como:

- Escolha inadequada dos produtores - Após todos os trabalhos de campo e instalação do aparelho Irrigâmetro, o participante desistiu de participar, onde tivemos que procurar outro produtor interessado e fazer a substituição do participante, atrasando em muito o nosso cronograma;
- Troca de especialistas da empresa contratada - Houve a troca de um especialista do programa e o novo demorou a ingressar no ritmo de trabalho;
- Atrasos devido a motivos de saúde por parte do Coordenador e um dos especialistas da equipe técnica da empresa FUNARBE.

5.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Na Tabela 24, Tabela 25 e Tabela 26, apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 para o Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura – P22.

Tabela 24 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no P22

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)						
Investimento Previsto PAP	**900**	**900**	**900**	**819**	**819**	**4.337**
Investimento Realizado	**654**	**226**	**0**	**0**	**0**	**880**

Tabela 25 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado de Minas Gerais – P22

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	81	81	81	-	-	244
Investimento Realizado	0	0	-	-	-	-
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	0	0	-	-	-	-
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	0	0	-	-	-	-
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	80	80	80	80	80	398
Investimento Realizado	256	106	-	-	-	362
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	105	105	105	105	105	524
Investimento Realizado	2	0	-	-	-	2
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	78	78	78	78	78	391
Investimento Realizado	67	12	-	-	-	79
Total de Investimentos Previstos	**344**	**344**	**344**	**262**	**262**	**1.556**
Total de Investimentos Realizados	**326**	**117**	**-**	**-**	**-**	**443**

Tabela 26 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P22

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)- UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	89	89	89	89	89	445
Investimento Realizado	9	0	-	-	-	9
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	161	161	161	161	161	807
Investimento Realizado	64	0	-	-	-	64
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) - UGRH09 Pontões e Lagoas do Doce						
Investimento Previsto no PAP	306	306	306	306	306	1.529
Investimento Realizado	256	108	-	-	-	364
Total de Investimentos Previstos	**556**	**556**	**556**	**556**	**556**	**2.781**
Total de Investimentos Realizados	**329**	**108**	**-**	**-**	**-**	**437**

Os Comitês de bacias hidrográficas definiram como prioridade para os anos de 2016 a 2020, a implantação do Rio Vivo, que correspondem aos programas P12, P42 e P52, motivo pelo qual não houve investimento realizado no programa P22. Somente nas 2 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), sendo uma no Estado de Minas Gerais – CBH Suaçuí e uma no Estado do Espirito Santo – São José, correspondente aos CBHs Pontões e Lagoas do Rio Doce e Barra Seca do Rio Doce, foram realizados investimentos, porém em contratação realizada no PAP 2012-2015.

- Não há valores no PAP 2016/2020 alocado pelo IGAM para o Programa P22.

5.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Quantidade de Água – Balanços Hídricos

Subprograma: P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura

Objeto: Identificação de áreas irrigadas em trechos críticos das bacias indicadas, com verificação das condições das estruturas de captação, da condução técnica das lavouras, do processo de outorga e licenciamento, e estimativa, via modelo hidrológico, da vazão outorgável nos pontos de captação. Definição de estratégias de cobrança e da divulgação de informações sobre as necessidades de água das culturas, análise de valores que gerem o incentivo ao aumento da eficiência do uso de água na irrigação pela tarifação. Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas pela análise das imagens de satélite, impactos não previstos na implantação da cobrança, situações de conflitos não identificados, entre outros.

Valor Estimado: R$ 4.000.000,00

5.6. Ações do IBIO

Para este programa, houve necessidade de um trabalho de mobilização e de divulgação de seus objetivos em cada um dos CBH´s com atuação nas UGRHs definidas no PAP para participar deste programa. A intenção seria que os CBH´s conhecessem melhor as ações a serem realizadas no programa e pudessem indicar as propriedades agrícolas a serem atendidas pelo programa. Estima-se que 240 propriedades rurais, indicadas pelos respectivos comitês, serão contempladas pelo programa, sendo:

- 2013/2014: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Caratinga e CBH Guandu;
- 2014/2015: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Manhuaçu e CBH Santa Maria do Rio Doce; e
- 2015/2017: 80 propriedades rurais, sendo 40 para cada comitê CBH Suaçuí e CBH São José–Pontões e Lagoas do Rio Doce / Barra Seca do Rio Doce.

Para iniciarmos o programa em cada comitê de bacia, foi apresentado o Plano de Trabalho detalhado, onde são informadas todas as atividades a serem realizadas, bem como o cronograma de execução. Depois o plano de trabalho ter sido aprovado, iniciam-se os desenvolvimentos dos trabalhos de implantação do programa, onde foram apresentados outros 04 (quatro) Relatórios.

O objetivo da contratação é a realização de estudos e diagnósticos das UGRHs a serem atendidas pelo programa, assim como a capacitação no manejo da irrigação das propriedades agrícolas atendidas pelo programa consistindo das seguintes atividades:

- Avaliar as condições das estruturas de captação e de condução de água, o sistema de irrigação, e a condução técnica das lavouras, além de averiguar o processo de outorga e licenciamento;
- Identificar áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas;
- Estabelecer estratégias de apoio e divulgação de informações sobre as necessidades de água das culturas, e da eficiência de aplicação de água na irrigação;
- Apresentar manejo de irrigação que vise o uso sustentável e eficiente da água na agricultura, conscientizando os usuários a realizar as irrigações no momento adequado e na quantidade certa, evitando-se desperdícios pela aplicação de água em excesso e perdas de nutrientes por lixiviação.

Para início dos trabalhos em cada comitê de bacia, é apresentado o Plano de Trabalho detalhado, onde são informadas todas as atividades a serem realizadas, bem como o cronograma de execução. Para todas as etapas, são entregues os seguintes produtos: 01 (um) Relatório Zero - Plano de Trabalho; 03 (três) Relatórios Técnicos Parciais e o Relatório Final. Dentre as atividades, para início da implantação do programa, destacamos:

- Mobilização das equipes: Os trabalhos começaram com a proposta de trabalho para implementação do programa aos membros dos comitês de bacia e à sociedade civil organizada, através de reuniões agendadas previamente pelos comitês participantes. Após estas reuniões, é repassada, pelos CBH participantes, a relação prévia sobre os 40 produtores rurais indicados para participar do programa.

- Lista de Participantes Indicados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica: Com as equipes da empresa contratada (FUNARBE) formadas, sendo uma equipe por UGRH a ser trabalhada, as listas dos participantes indicados são separadas por município. Após, começavam os trabalhos de

análise dos cadastros, referente a dados do proprietário e de sua propriedade, qual a sua localização dentro do município, qual a cultura trabalhada, sistema de irrigação utilizada, dentre outras informações.

- Amostragem de solos e avaliação dos sistemas de irrigação: Em visita aos imóveis indicados, na propriedade participante é confirmado o interesse em participar do programa, sendo positivo, inicia-se com a realização das amostras de solos, da área irrigada e avaliando o sistema de irrigação utilizado. Todos os dados coletados são analisados posteriormente, para que seja repassada a empresa Irrigacerto Irrigação Ltda., para que possa padronizar o irrigâmetro para o imóvel participante.



Figura 48 – Retirada de amostras de solos, das áreas participantes do programa, para determinação da densidade do solo (Ds, a capacidade de campo (Cc) e o ponto de murcha permanente(PM))



Figura 49 – Coleta de água para caracterização do sistema de irrigação



Figura 50 – Coleta de água para caracterização do sistema de irrigação

- Instalação de irrigâmetros e treinamento dos operadores do sistema de irrigação**:** Depois de realizado os passos acima, cada aparelho irrigâmetro é customizado por imóvel participante e posteriormente instalado na propriedade, já começando o treinamento dos operadores do irrigâmetro. Este treinamento é feito de modo individual por imóvel participante, treinando o proprietário e/ou os responsáveis pelo sistema de irrigação, que em alguns casos são a própria família do participante. Posteriormente são realizadas visitas periódicas, por técnicos da empresa, aos imóveis para condução dos trabalhos de leitura do irrigâmetro, onde são realizados novos treinamento, caso necessário.

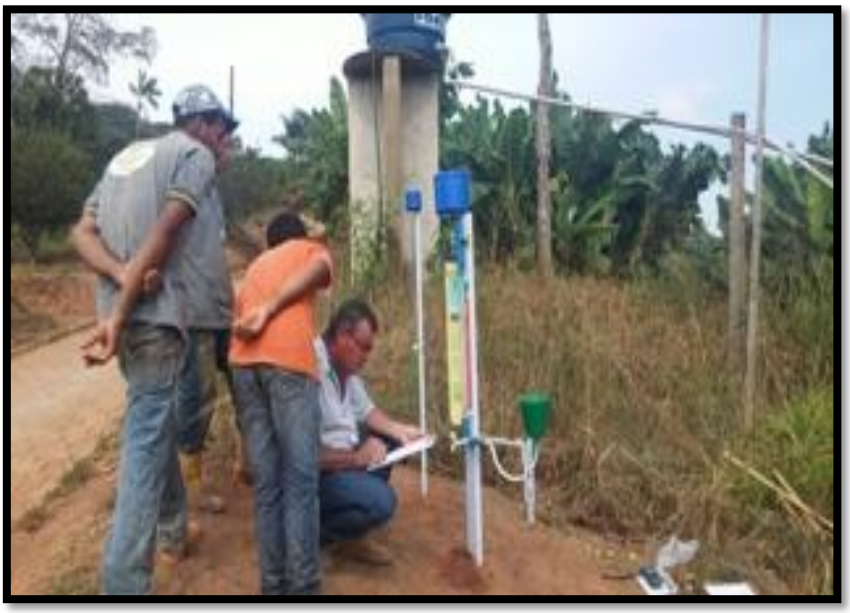


Figura 51 – Instalação do aparelho Irrigâmetro



Figura 52 – Treinamento do Participante

- Acompanhamento do manejo de irrigação: Toda nova tecnologia, quando introduzida, demanda acompanhamento sistemático. Para fazer este acompanhamento, uma planilha foi entregue a cada participante, onde deveria ser registrado:
  - A hora da leitura;
  - A face da Régua de Manejo;
  - A leitura do nível de água no Tubo de Alimentação;
  - Em que face de cor da Régua de Manejo;
  - A quantidade de chuva;
  - Se decidir irrigar ou não;
  - Se for necessário irrigar, qual o tempo de operação;
  - Qual o nível de água que deveria ser reposto no Tubo de Alimentação, após a uma chuva ou uma irrigação.

- Realização de Dia de Campo: Em cada comitê de bacia participante, foram realizados Dia de Campo, para divulgação do programa e repasse de informações de manejo da utilização da irrigação. Em cada Dia de Campo, eram convidados, além dos produtores participantes e outros produtores da região:
  - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
  - Sindicatos de Trabalhadores e Produtores Rurais;
  - Instituições de Pesquisa;
  - Empresas de Consultoria Ambiental;
  - Empresas de Comercialização de Produtos para Irrigação;
  - Membros dos Comitês de bacia e demais interessados.

  Os Dias de Campo foram realizados nos imóveis rurais de participantes do programa, sempre com os temas envolvidos com a irrigação, tais como:
  - Manejo da Irrigação;
  - Relação do espaçamento dos emissores de água na qualidade da irrigação;
  - Dosagem e maneira correta de realizar a adubação via irrigação;
  - Utilização de filtros de água para a irrigação, etc.

Em cada região, de acordo com a sua predominância de plantio eram realizadas palestras, voltadas a esses fins: Produção de silagem com milho hídrico; Irrigação da cultura do café, melhor produtividade x manejo, etc.



Figura 53 - Convite do Dia de Campo, realizado na data de 06 de abril de 2017, município de Peçanha-MG, na Fazenda Ribeirão do Sujo, zona rural, de propriedade do participante Elbes Carvalho, pelo comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí.



Figura 54 – Parte do Público presente, no Dia de Campo, realizado na data de 07 de abril de 2017, no município de Cuparaque-MG, no sítio Pedra do Galho Zona Rural, de propriedade do participante José de Tarso Lemos

- Divulgação do Programa: Foram instaladas placas indicativas, nas propriedades participantes, em alusão ao programa.



Figura 55 - Placa Indicativa do programa, fixada nos imóveis rurais participantes, com descriminação do nome do participante, nome da propriedade e município

- Resultados obtidos: Vamos demonstrar abaixo (Tabela 27), dividido por Comitê de Bacia Hidrográfica participante, dividindo por: Número de municípios participante; Principais Culturas Trabalhadas e a Área de Irrigação Manejada. Ao Final um quadro geral (Tabela 28) de todo o programa, na bacia hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 27 – Resultados do Programa por Comitê

CBH Caratinga - MG	
11 Municípios participantes	Conselheiro Pena, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Imbé de Minas, Inhapim, Santa Bárbara de Minas, Santa Rita de Minas, Tarumirim, Ubaporanga e Vargem Alegre.
Principais Culturas Trabalhadas	Pastagem, Capim Mombaça, Café Arábica, Tomate, Milho, Feijão, Banana, Inhame, Maracujá, Graviola, Goiaba, Morango e Alface.
Área de irrigação Manejada	**172,90 ha**
CBH Manhuaçu – MG	
10 Municípios participantes	Conceição de Ipanema, Ipanema, Lajinha, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Mutum, Pocrane, Santa Rita do Itueto e Simonésia.
Principais Culturas Trabalhadas	Pastagem, Forragem, Sorgo, Capim Mombaça, Café Comilona, Café Arábica, Campineira, Tomate, Milho, Feijão, Hortaliças, Vagem, Pimentão, Chuchu, Plantas Ornamentais, Cana, Manga Ubá, Cacau, Oleícolas, Banana, Feijão, Goiaba, Inhame, Limão, Pimenta, Uva e Pinha
Área de irrigação Manejada	**154,30 ha**
CBH Suaçuí – MG	
15 Municípios participantes	Água Boa, Campanário, Cantagalo, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Franciscópolis, Frei Inocêncio, Governador Valadares, Galileia, Itambacuri, Marilac, Malacacheta, Peçanha, São Pedro do Suaçuí e São Sebastião do Maranhão.
Principais Culturas Trabalhadas	Capim Mombaça, Abóbora, Quiabo, Mudas, Pimenta, Banana, Cenoura, Mandioca, Alface, couve, Abobrinha, Chuchu e Couve Flor.
Área de irrigação Manejada	**144,60 ha**
CBH Baixo Guandu - ES	
04 Municípios participantes	Baixo Guandu, Laranja da Terra, Afonso Cláudio e Brejetuba.
Principais Culturas Trabalhadas	Pastagem, Capim Mombaça, Café Arábica, Feijão, Banana, Inhame, Graviola e Goiaba.
Área de irrigação	165,20 ha
Manejada	
CBH Santa Maria do Rio Doce – ES	
04 Municípios participantes	Colatina, Santa Tereza, Itaguaçu e São Roque do Canaã.
Principais Culturas Trabalhadas	Pastagem, Forragem, Sorgo, Capim Mombaça, Café Comilona, Café Arábica, Campineira, Tomate, Milho, Feijão, Hortaliças, Vagem, Pimentão, Chuchu, Plantas Ornamentais, Cana, Manga Ubá, Cacau, Oleícolas, Banana, Feijão, Goiaba, Inhame, Limão, Pimenta, Uva e Pinha.
Área de irrigação Manejada	**176,41 ha**
CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce / Barra Seca do Rio Doce – ES	

14 Municípios participantes	Águia Branca, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Limdenberg, Linhares, Marilândia, Mantenópolis, Pancas, Rio Bananal, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, Sooretama e Vila Valério.
Principais Culturas Trabalhadas	Café Conilon, Cacau, Banana, Laranja, Pimenta, Uva, Açaí, Capim, coco e mamão.
Área de irrigação Manejada	**440,38 ha**

Tabela 28 – Resultados Gerais do Programa

Quadro Total Geral	
Número de Culturas Trabalhadas	31
Número de Municípios participantes	57
Número de imóveis participantes	240
Área Total de irrigação Manejada	1.253,79 Hectares

- **Conclusões:** Os trabalhos desenvolvidos mostram que a grande maioria dos participantes do Programa de Incentivo ao Uso racional da Água na Agricultura – P22 se adequaram ao manejo da irrigação, pelos benefícios econômicos que traz para o agricultor na forma de menores custos de produção, maior produtividade e melhor qualidade dos produtos. A maioria dos participantes se adaptaram ao programa, pois o manejo é realizado de forma simples e rápida. Alguns, não conseguiram utilizar o equipamento em sua plenitude, por causa da grande escassez de recursos hídricos superficiais, que tem assolado a região Norte Capixaba e o leste de Minas nos últimos três anos. O programa mostrou que efetuando o manejo da irrigação, tem se uma grande economia do volume de água, e redução; do volume de água, do consumo de água; de energia elétrica, do tempo de trabalho, aliado ao aumento de produtividade; da qualidade e da resistência fitossanitária da cultura.

5.7. Principais Deficiências e Dificuldades

A falta de comprometimento dos produtores rurais indicados para participar do programa tem sido a maior dificuldade encontrada, visto que muitos, após receber treinamento e o equipamento, não permaneceram no projeto. Isto acontece devido a estes produtores não darem a importância necessária à leitura do aparelho Irrigâmetro, que deve ser realizada diariamente para a verificação correta do manejo da irrigação.

Outro grande desafio a ser vencido, será fazer com que os proprietários rurais oficializem o uso da água, através do pedido de outorga de direito e uso de recursos hídricos aos órgãos gestores competentes. Grande parte dos irrigantes não possui a outorga, muitos por desinteresse e outros alegam dificuldade para obtenção da mesma.



RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

SUSCETIBILIDADE A ENCHENTES

(P31)

6. SUSCETIBILIDADE A ENCHENTES

6.1. Programa de Convivência com as Cheias (P31)

6.2. Descrição

Em fevereiro de 1979 houve uma grande cheia. As cidades mais atingidas ao longo do rio Doce foram:

- Espírito Santo:
  - Linhares;
  - Colatina;
- Minas Gerais
  - Aimorés;
  - Conselheiro Pena;
  - Governador Valadares;
- Nos demais afluentes as cidades mais atingidas foram:
  - Rio Piracicaba;
  - Nova Era;
  - Timóteo;
  - Coronel Fabriciano, ao longo do rio Piracicaba;
  - Caratinga do rio Caratinga;
  - Córrego São João;
  - Manhuaçu do rio Manhuaçu;
  - Ferros do rio Santo Antônio;
  - Mariana do rio do Carmo;
  - Frei Inocêncio do rio Suaçuí Grande; e
  - Itaguaçu do rio Santa Joana (Estado do Espírito Santo).

Além disso, foram inundados dez trechos do leito da estrada de ferro Vitória Minas, no médio rio Doce, num total de 36 quilômetros, por 72 horas, mas por questões de segurança o tráfego foi interrompido por duas semanas, interrompendo a extração do minério de ferro. O tráfego da BR-101 e outras rodovias também foi interrompido. Estima-se que a cheia deixou 47.776 desabrigados, 74 mortos e 4.424 residências danificadas ou destruídas.

A cheia de 1997 ocorreu na bacia do rio Doce logo após o Réveillon. As cidades mais atingidas por esta cheia encontram-se na calha do rio Doce a jusante da cidade de Governador Valadares. A partir desta cheia foi criado o sistema de alerta na bacia, o qual é operado através de uma parceria entre a CPRM-Serviço Geológico do Brasil, Agência Nacional de Águas-ANA e Instituto Mineiro de Gestão das Águas-IGAM. Estima-se que a cheia deixou 57.705 desabrigados, 2 mortos e 7.225 residências danificadas ou destruídas. Em janeiro de 2003 houve uma intensificação das chuvas na região, principalmente convectivas devido à formação da ZCAS. Em vários municípios foram registradas precipitações intensas, de curta duração, que provocaram grandes inundações em pequenas bacias. As principais cidades atingidas foram: Caratinga, Manhuaçu, Ponte Nova e Resplendor e outras localizadas nas bacias dos rios Caratinga, Manhuaçu e Guandu. Na bacia do Rio Caratinga as principais cidades

atingidas foram: Caratinga, Ubaporanga, Inhapim e Dom Cavati. Em Caratinga, 1900 casas foram danificadas ou destruídas, 2 prédios foram destruídos, 2800 pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas, 120 deslizamentos de terra foram registrados, 6 pontes foram destruídas e houve 4 vítimas fatais. Em Ubaporanga 10 casas foram destruídas e 350 pessoas ficaram desalojadas ou desabrigadas. Em Dom Cavati 420 casas foram atingidas, 1200 ficaram desalojadas e 100 ficaram desabrigadas. Em Manhuaçu a BR 116 foi interrompida, houve inundações nas residências e no centro comercial e registrada uma vítima fatal.

Em janeiro de 2004 foram registradas inundações principalmente devido a chuvas convectivas. Em Manhuaçu, 685 pessoas ficaram desalojadas e 298 desabrigadas. Em Caratinga foram contabilizados prejuízos da ordem de 72 milhões de reais. A cheia de 2008 ocorreu no mês de dezembro e foi a máxima registrada na cidade de Ponte Nova, onde o nível do rio Piranga subiu mais de 6 metros. Na cidade Piranga, o rio de mesmo nome subiu mais de 8 metros.



Figura 56 – Colatina (01/1997)



Figura 57 – Caratinga (01/2003)



Figura 58 – Ponte Nova (12/2008)



Figura 59 – Governador Valadares (12/2008)

O programa de convivência com as cheias – P31 contempla levantamento de dados físicos; a aquisição de imagens satélite; a modelagem hidrológica; e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais (tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações) e não estruturais (tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os comitês de bacia e a Defesa Civil, diretrizes para planos diretores municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem) na bacia. Dentre as principais ações do Programa estão:

- Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões;
- Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias;

- Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo;
- Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados fluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico;
- Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais; e
- Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.

6.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2017 não houveram contratações para o Programa de Convivência com as Cheias – P31.

6.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em linhas gerais, os recursos previstos no PAP 2012/2015 para o P31 e não investidos, seriam transportados para o PAP 2016/2020 para implementação das ações ainda não executadas, como a contratação das seções topobatimétricas. A Tabela 29 apresenta os valores alocados para o P31 no PAP 2016/2020.

Tabela 29 - Recursos Repassados pela ANA, alocados ao P31

Recursos Repassados pela ANA	**2016** (mil R$)	**2017** (mil R$)	**2018** (mil R$)	**2019** (mil R$)	**2020** (mil R$)	**Total** (mil R$)
Programa de Convivência com as Cheias (P31)						
Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	1.000	-	-	-	-	1.000
Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000
Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.						
Investimento Previsto	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**-**	**4.000**
Investimento Realizado	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Com o rompimento da barragem de rejeitos da mineração da Samarco, no município de Mariana, no dia 05 de novembro de 2015, houve a necessidade de se repensar as ações voltadas para o P31. Pelo impacto do desastre na calha do Rio Doce e alguns de seus afluentes, algumas ações previstas para o programa P31 tiveram que ser suspensas. A exemplo, o Edital de contratação das seções

topobatimétricas, aberto em 2015 e com início das atividades previsto para 2016, teve que ser suspenso, uma vez que a calha do rio foi significativamente alterada o que compromete o levantamento das seções, que serão utilizadas posteriormente para se criar a modelagem hidráulica e hidrológica da bacia do rio Doce.

Em agosto de 2016, o IBIO retornou a trabalhar no Ato Convocatório para contratação dos serviços de topobatimetria, entretanto, agora com recursos adicionais da ANA. Conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011, tais recursos foram repassados pela ANA, em virtude da gravidade e da abrangência do evento ocorrido na bacia do rio Doce, a partir do rompimento da barragem. Sendo assim, a descrição da ação relacionada aos serviços de topobatimetria está apresentada no item 14.3 deste Relatório, que trata especificamente dos estudos estratégicos voltados à mitigação do desastre do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana.

6.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Suscetibilidade a Enchentes

Subprograma: P31 - Programa de Convivência com as Cheias

Objeto: Modernização e ampliação do sistema de alerta contra enchentes da bacia do rio Doce; orientações para os municípios de cabeceiras e com problemas com deslizamentos de encostas para criação de sistema de alerta próprio simplificado; definição de áreas inundáveis; desenvolvimento de estudos de modelagem hidrológica; avaliação da viabilidade do uso de reservatórios para a minimização dos efeitos das enchentes; avaliação da viabilidade do uso de soluções localizadas como: diques, canalização e retificação de cursos d'água, pequenas barragens para controle de cheias, desassoreamento de cursos d'água; zoneamento territorial; ações de Defesa Civil; ações Políticas; saneamento ambiental; recomposição da cobertura vegetal; divulgação de informações e Educação ambiental.

Valor Estimado: R$ 6.503.060,00

6.6. Ações do IBIO

Em atendimento ao trabalho de monitoramento do programa P31, que prevê o uso de imagens de satélite para acompanhamento da ocupação de áreas de risco, os Comitês da Bacia do rio Doce, através do IBIO, realizaram a aquisição de imagens digitais de satélite de alta resolução espacial e respectivos modelos digitais do terreno e curvas de nível, dentre os anos de 2012 a 2015.

Neste primeiro momento, 26 áreas urbanas dispostas ao longo da calha principal do Rio Doce foram imageadas. Vale ressaltar que as áreas imageadas foram selecionadas por se tratarem de áreas urbanas suscetíveis a ocorrência de cheias. Desse modo, com o intuito de divulgar as ações dos comitês de bacias hidrográficas e de compartilhar os produtos acima citados com os municípios que foram contemplados, no ano de 2016, o IBIO trabalhou na elaboração de materiais, tais como folders, DVDs, pen drives e imagens de satélite impressas, através do Programa de Comunicação Social - P71, para serem entregues aos mesmos.

Os materiais foram entregues aos municípios em 2017, durante as reuniões de plenária ou outro evento realizado nos CBHs dos rios afluentes ao Doce. Para a ocasião, também foi preparada pela

equipe do IBIO, apresentação sobre o programa P31 e todo o processo de aquisição dos produtos. Os municípios contemplados encontram-se na Tabela 30 com a respectiva indicação da UGRH a que pertence.

Tabela 30 – Municípios contemplados com o imageamento de satélite

UGRH	Municípios	UGRH	Municípios
Piranga	Guaraciaba/MG Piranga/MG Ponte Nova/MG* Porto Firme/MG	Caratinga	Caratinga/MG* Conselheiro Pena/MG Dom Cavati/MG Inhapim/MG Santa Bárbara do Leste/MG Santa Rita de Minas/MG Tumiritinga/MG Ubaporanga/MG
Piracicaba	Antônio Dias/MG Coronel Fabriciano/MG* Ipatinga/MG* Nova Era/MG Rio Piracicaba/MG Timóteo/MG*	Manhuaçu	Aimorés/MG Resplendor/MG
Santo Antônio	Distrito Cachoeira Escura (Belo Oriente/MG)	Guandu	Baixo Guandú/ES
Suaçuí	Galiléia/MG Governador Valadares/MG*	Santa Maria	Colatina/ES*
		São José	Linhares/ES*

** municípios com mais de 50 mil habitantes.*

A seguir, as figuras (Figura 60, Figura 61, Figura 62, Figura 63, Figura 64, Figura 65, Figura 66) apresentam alguns dos momentos de entrega dos produtos aos municípios contemplados.



Figura 60 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Caratinga, realizada no dia 03 de fevereiro, em Santa Bárbara do Leste/MG.



Figura 61 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Suaçuí, realizada no dia 16 de fevereiro, em Governador Valadares/MG.



Figura 62 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Santo Antônio, realizada no dia 22 de fevereiro, em Itabira/MG.



Figura 63 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Manhuaçu, realizada no dia 13 de março, em Manhumirim/MG.



Figura 64 - Entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Barra Seca e Foz, realizada no dia 26 de abril, em Linhares/ES



Figura 65 - Entrega dos produtos do P31 durante Seminário de Saneamento do CBH-Piracicaba, em João Monlevade/MG



Figura 66 - Entrevista concedida sobre a entrega dos produtos do P31 na reunião ordinária do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova/MG

Compartilhar desses produtos com os municípios contemplados possibilita que os mesmos tenham em mãos produtos que permitam a geração de dados de entrada necessários para modelagem hidrológica de previsão e acompanhamento de cheias. Além disso, as imagens de satélite permitem o monitoramento das expansões urbanas, a identificação de áreas susceptíveis a inundações, mapeamento de ruas, entre outras finalidades, o que vem a auxiliar no planejamento urbano para a provisão de infraestrutura e a regulação do uso do espaço. Sobretudo, a disponibilização dos produtos exerce a função de divulgar os programas e ações dos comitês de bacias hidrográficas atuantes na bacia do rio Doce, difundindo a imagem dos mesmos.

6.7. Principais Deficiências e Dificuldades

A ação relacionada à contratação dos serviços de topobatimetria, previamente definida para o P31, está sendo implementada através dos recursos adicionais repassados pela ANA, conforme 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 72/ANA/2011. Desse modo, as principais deficiências e dificuldades dessa ação estão descritas no item 14.3.4 deste Relatório, que trata especificamente dos estudos estratégicos voltados à mitigação do desastre do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana.



RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

(P41/P42)

7. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

7.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

7.2. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a bacia do rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade.

O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras. A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, consequentemente, da qualidade de vida da população. A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam o PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB. Conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016, ao longo do PAP 2012-2015 foram abertos Editais de Chamamento Público e elaborados os PMSB de diversos municípios ao longo da bacia.

Nesse período do PAP, nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSB e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSB, então o PAP 2016-2020 também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios. No ano de 2016, 156 PMSB já haviam sido concluídos e foi iniciada a elaboração do PMSB de mais 9 municípios, intitulados como “remanescentes”.

Durante o ano de 2017 foram realizadas as atividades de elaboração dos PMSB desses 9 municípios, estando em fase de conclusão. Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBIO na bacia hidrográfica do rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, estão sendo elaborados dois projetos para o município de Viçosa-MG e foi aberto Edital de Chamamento Público para a contração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água em outros municípios.

7.3. Contratações e Resultados

Na Figura 67 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Universalização do Saneamento – P41. A seguir são apresentados os resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO.

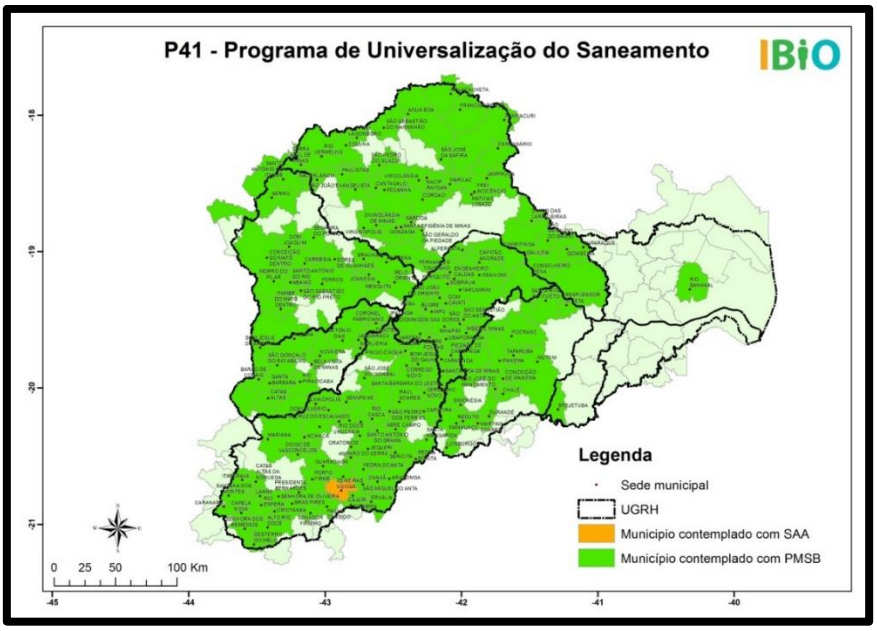


Figura 67 – Municípios atendidos pelo Programa P41.

Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

Principais Resultados: As contratações deste programa estão relacionadas à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água para os municípios contemplados.

Para a contratação das empresas para elaboração dos PMSB, o IBIO agrupou os municípios contemplados em lotes, com a finalidade de diminuir os custos por município, tornar as contratações mais atrativas para os interessados e alcançar maior eficiência no processo de gerenciamento. Até o momento, 165 municípios foram contemplados com PMSB e 1 município com Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água.

No ano de 2017, totalizou-se 156 municípios com PMSB finalizados, aprovados e quitados, tendo seus Contratos já encerrados. Os 9 municípios remanescentes contemplados com PMSB estão com os PMSB em andamento, com previsão de conclusão em maio de 2018.

Os projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água de Viçosa-MG estão em elaboração, com previsão de conclusão para março de 2018. A seguir são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito do programa P41.

➢ Contrato nº 06/2014

Contrato 06/2014		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /
Aloçãoção	CBH Piracicaba / /				
Objeto Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba - UGRH 2 Piracicaba, que integra a bacia hidrográfica do Rio Doce, em atendimento ao programa de universalização do saneamento (P41). Lote 3: Barão de Cocais; Catas Altas; Santa Bárbara; Bom Jesus do Amparo; Itabira; Coronel Fabriciano; Timóteo; Antônio Dias; Bela Vista de Minas; Jaguaraçu; Marliéria; Nova Era; Rio Piracicaba.					
Valor	R$ 44.542,26	**Contratado**	Telma Procópio Guerra		
Pago	R$ 44.542,26	**Data**	20/05/2014	**Prazo**	20/08/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Fabiano	**Aditivos**	6

***5 aditivos e 1 Termo de Apostilamento**

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piracicaba

Modalidade de Aplicação: Indireta

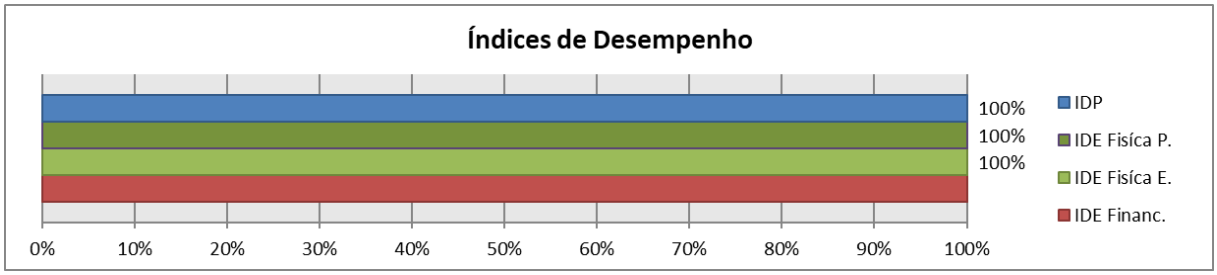
Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana

Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	12 meses	27 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: A consultora Telma Guerra Procópio, vencedora do Lote 3 do Ato Convocatório nº 07/2014, iniciou no dia 20/05/2014 a prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, trabalho esse que já vinha sendo executado com dificuldade pelos próprios municípios, visto que, em sua maioria, não possuem corpo técnico qualificado e com a dedicação necessária para acompanhamento das atividades previstas durante a elaboração do PMSB, principalmente em relação à análise e validação dos produtos entregues.

Como os contratos de elaboração dos PMSB dos referidos municípios com a empresa foram assinados em setembro e novembro de 2013 e a consultora somente iniciou suas atividades maio de 2014, ocorreram significativos atrasos no andamento do cronograma inicialmente pactuado.

Vale ressaltar ainda a dificuldade encontrada pela consultora em cumprir o cronograma de realização das reuniões para análise de produtos e emissão de pareceres com os Comitês Executivo e de Coordenação devido à falta de colaboração dos representantes municipais, especificamente em Itabira, Coronel Fabriciano, Timóteo e Marliéria.

Considerando os fatos citados, verificou-se a necessidade de prorrogação de prazo do contrato por quatro vezes, cujas vigências são respectivamente: 20/08/2015; 20/11/2015; 20/02/2016 e 20/08/2016.

Conforme disposto no item 20.1 do Ato Convocatório nº 07/2014, os preços poderão ser reajustados entre as partes, por meio de aditivo, observando-se o limite legal e interstício mínimo de 12 meses a contar da sua assinatura, sendo firmado baseando-se na aplicação do índice IGP-M. Sendo assim, em resposta à solicitação da consultora, foi elaborado o 1º Termo de Apostilamento, datado de 02/09/2015, reajustando o valor dos produtos 3, 4, 5, 6, 7 e 8, visto que não foram validados e pagos dentro dos 12 primeiros meses de contrato.

No ano de 2015 os PMSB dos municípios Barão de Cocais, Catas Altas, Santa Bárbara, Bom Jesus do Amparo, Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Jaguaraçu, Nova Era, Rio Piracicaba, incluindo o município de Itabira foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues. No ano de 2016 os PMSB dos municípios de Coronel Fabriciano, Timóteo e Marliéria foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues. Em 2017 ocorreu o último pagamento referente a este contrato, sendo o mesmo encerrado.

➢ Contrato nº 02/2015

Contrato 02/2015		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA / IGAM
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de: Lote 1: Açucena, Braúnas, Dores de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto. Lote 2: Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro.					
Valor	R$ 1.615.544,23	**Contratado**	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 1.615.544,23	**Data**	25/03/2015	**Prazo**	27/02/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	2

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Santo Antônio

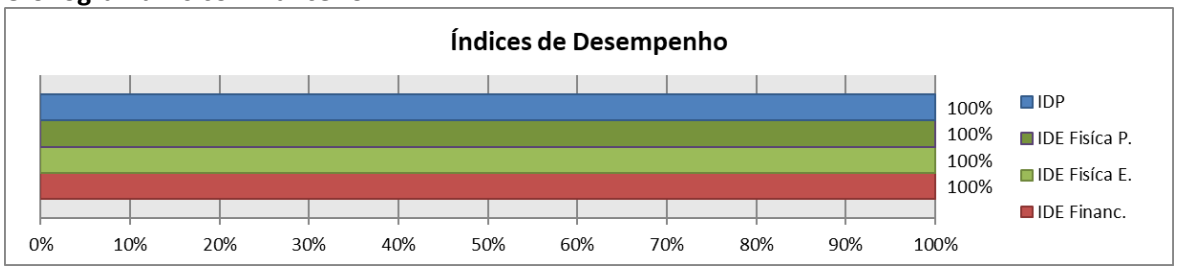
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	3 meses
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	23 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 02/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO e emissão da Ordem de Serviço. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma Cláusula, os produtos deverão ser entregues pela contratada dentro da vigência do contrato, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante a sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios constantes dos Lotes 01 e 02, e/ou do IBIO, sem qualquer reajustamento ou correção dos valores.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSB e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos. Os vencedores da licitação para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSB foram a consultora Vera Christina Vaz Lanza, para o Lote 01, e o consultor Marle José Ferrari Junior, para o Lote 02, que iniciaram suas atividades aproximadamente 6 (seis) meses após a empresa.

Conforme informado na solicitação para a primeira prorrogação de prazo da empresa, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Outro fator de atraso foi a ocorrência de enchentes nos municípios de Ferros, Açucena e Carmésia, impossibilitando o andamento das atividades neste período. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Posteriormente, foi solicitada a elaboração do 2º Termo Aditivo, devido a atrasos por parte dos consultores no retorno com os pareceres parciais e conclusivos do Produto 5, o que consequentemente, gerou atrasos na entrega dos produtos seguintes, conforme informado pela empresa. O período eleitoral também ocasionou atrasos, pois a empresa teve dificuldades na marcação das reuniões para os Produtos 6 e 7, com sua devida capacitação, junto aos municípios. No ano de 2016 os PMSB dos municípios pertencentes a este contrato foram corrigidos, aprovados e finalizados, com todos os produtos entregues. Como os Produtos 8 do Lote 02 chegaram ao IBIO no dia 08 de dezembro de 2016 não foi possível incluí-los nos pagamentos do mês, ficando para o próximo ano. No mês de janeiro de 2017 os Produtos 8 do Lote 02 foram devidamente pagos, sendo o contrato encerrado no dia 03 de janeiro deste mesmo ano.

- **Contrato nº 14/2015**

Contrato 14/2015		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA / IGAM
Alocação	CBH Suaçuí / /				
Objeto Contratação de serviços de consultoria especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios do Lote 01: Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas e Lote 02: Campanário, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Frei Inocêncio, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, Sardoá, Virginópolis e Virgolândia, pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH 4) do Suaçuí					
Valor	R$ 3.780.697,43	**Contratado**	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 3.780.697,43	**Data**	29/05/2015	**Prazo**	30/12/2016
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	1

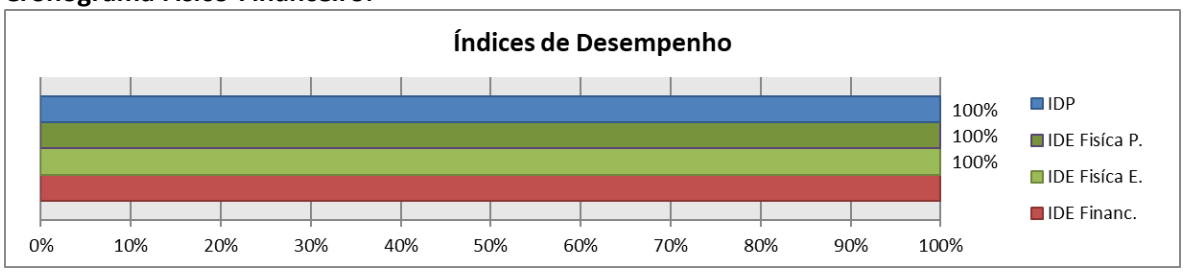
Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Suaçuí
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	Imediato
Início das Atividades	Imediato	1 mês
Entrega dos Produtos	12 meses	19 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 14/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO e emissão da Ordem de Serviço. Conforme ainda a mesma cláusula, os produtos deverão ser entregues pela contratada dentro da vigência do contrato, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante a sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios constantes dos Lotes 01 e 02, e/ou do IBIO, sem qualquer reajustamento ou correção dos valores.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSB e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos. Os vencedores da licitação para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSB foram a consultora Vera Christina Vaz e o consultor Marle José Ferrari Junior, que iniciaram suas atividades aproximadamente 4 (quatro) meses após a empresa.

Conforme informado na solicitação para a primeira prorrogação de prazo da empresa, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias por parte dos municípios, bem como pela COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

No ano de 2016 os PMSB dos municípios pertencentes a este contrato foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues. Como a maior parte dos Produtos 8 chegaram ao IBIO no dia 13 de dezembro de 2016 não foi possível incluí-los nos pagamentos do mês, ficando para o ano de 2017. No mês de janeiro de 2017 os Produtos 8 foram devidamente pagos, sendo o contrato encerrado no dia 03 de janeiro deste mesmo ano.

➢ Contrato nº 26/2015

Contrato 26/2015		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da bacia hidrográfica do Rio Santo Antônio – UGRH 3 Santo Antônio. Lote 04. Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro					
Valor	R$ 76.000,00	**Contratadc**	Marle José Ferrari Junior		
Pago	R$ 76.000,00	**Data**	02/09/2015	**Prazo**	03/02/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Santo Antônio

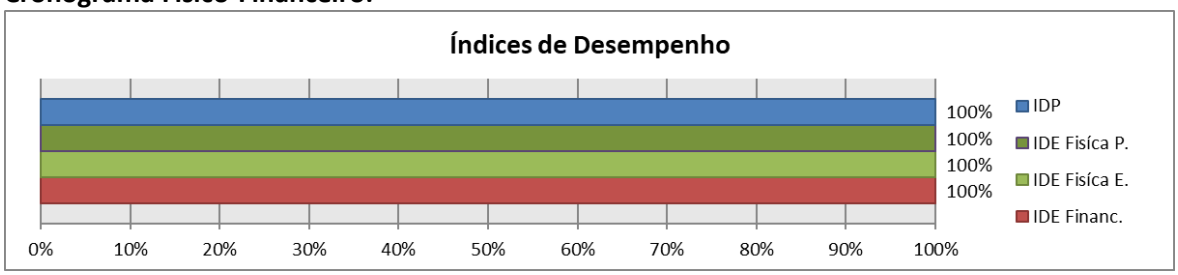
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	16 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 26/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado no caso de prorrogação dos prazos de execução dos Planos de Saneamento Básico a que esteja a atender o contratado. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma cláusula, o contrato poderá também ser prorrogado desde que devidamente para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Conforme informações da FUNEC, empresa contratada para elaboração dos PMSB na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio, ao qual o Contrato nº 26/2015 do profissional Marle está vinculado, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população,

bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Outro fator de atraso foi a ocorrência de enchente no município de Carmésia, impossibilitando o andamento das atividades neste período. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais e atrasos devido ao período eleitoral, pois a empresa teve dificuldades na marcação das reuniões para os Produtos 6 e 7 com sua devida capacitação junto aos municípios.

Considerando os fatos citados, o consultor Marle solicitou prorrogação do prazo do contrato por mais 05 (cinco) meses, sendo então celebrado o 1º Termo Aditivo. No ano de 2016 todos os produtos dos PMSB referentes aos municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados, restando apenas a entrega dos Pareceres físicos do consultor, referentes aos Produtos 8, bem como seus respectivos pagamentos, para serem realizados em 2017. No dia 09 de janeiro de 2017 o consultor Marle entregou as versões impressas dos pareceres pendentes. Após conferência da documentação, foi efetuado o último pagamento deste contrato, sendo o mesmo encerrado no dia 16 de janeiro de 2017.

- ✓ **Contrato nº 27/2015**

Contrato 27/2015		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /		
Alocação	CBH Suaçuí / /						
Objeto Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da bacia hidrográfica do Rio Suaçuí – UGRH 4 Suaçuí. Lote 05. Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas							
Valor	R$ 128.600,00	**Contratado**	Marle José Ferrari Junior				
Pago	R$ 128.600,00	**Data**	02/09/2015	**Prazo**	03/02/2017		
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Cynthia			**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Suaçuí

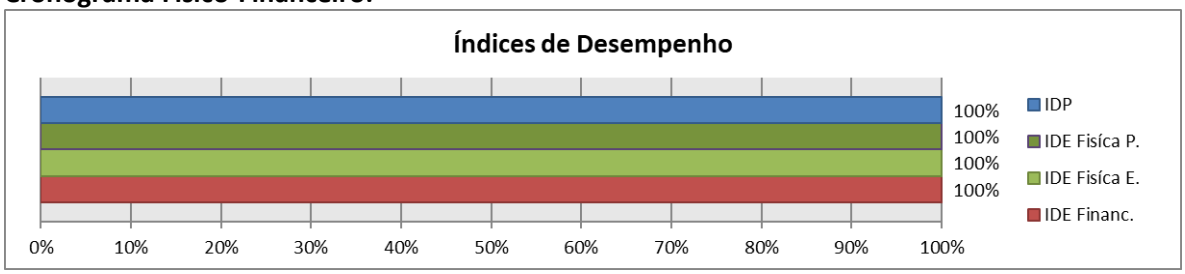
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	16 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 27/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado no caso de prorrogação dos prazos de execução dos Planos de Saneamento Básico a que esteja a atender o contratado. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma cláusula, o contrato poderá também ser prorrogado desde que devidamente para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Conforme informações da FUNEC, empresa contratada para elaboração dos PMSB na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, ao qual o Contrato nº 27/2015 do profissional Marle está vinculado, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Considerando os fatos citados, o consultor Marle solicitou prorrogação do prazo do contrato por mais 05 (cinco) meses, sendo então celebrado o 1º Termo Aditivo. No ano de 2016 todos os produtos dos PMSB referentes aos municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados, restando apenas a entrega dos Pareceres físicos do consultor, referentes aos Produtos 8, bem como seus respectivos pagamentos, para serem realizados em 2017.

No dia 09 de janeiro de 2017 o consultor Marle entregou as versões impressas dos pareceres pendentes. Após conferência da documentação, foi efetuado o último pagamento deste contrato, sendo o mesmo encerrado no dia 16 de janeiro de 2017.

- **Contrato nº 28/2015**

Contrato 28/2015		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Suaçuí / /				
Objeto Prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios, componentes da bacia hidrográfica do Rio Suaçuí – UGRH 4 Suaçuí. Lote 06. Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, Sardoá, Virginópolis					
Valor	R$ 107.602,00	**Contratado**	Marle José Ferrari Junior		
Pago	R$ 107.602,00	**Data**	02/09/2015	**Prazo**	03/02/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Suaçuí

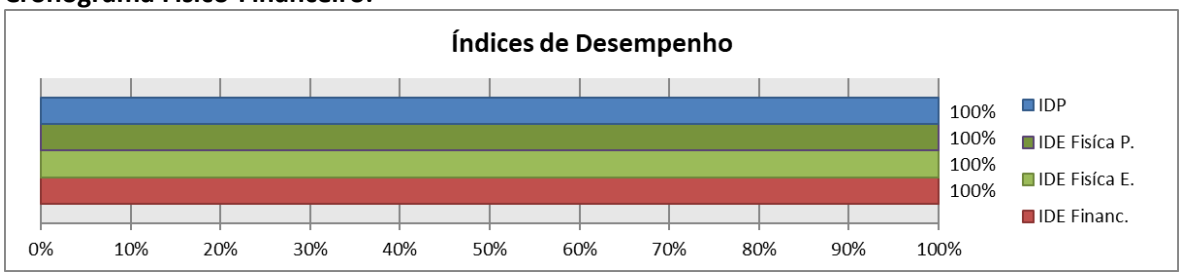
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	16 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 28/2015, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado no caso de prorrogação dos prazos de execução dos Planos de Saneamento Básico a que esteja a atender o contratado. Conforme o Parágrafo Primeiro da mesma cláusula, o contrato poderá também ser prorrogado desde que devidamente para atender excepcionalidades, como a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução.

Conforme informações da FUNEC, empresa contratada para elaboração dos PMSB na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí, ao qual o Contrato nº 28/2015 do profissional Marle está vinculado, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Considerando os fatos citados, o consultor Marle solicitou prorrogação do prazo do contrato por mais 05 (cinco) meses, sendo então celebrado o 1º Termo Aditivo. No ano de 2016 todos os produtos dos PMSB referentes aos municípios pertencentes a este Lote foram corrigidos e finalizados, restando apenas a entrega dos Pareceres físicos do consultor, referentes aos Produtos 8, bem como seus respectivos pagamentos, para serem realizados em 2017.

No dia 09 de janeiro de 2017 o consultor Marle entregou as versões impressas dos pareceres pendentes. Após conferência da documentação, foi efetuado o último pagamento deste contrato, sendo o mesmo encerrado no dia 16 de janeiro de 2017.

➢ Contrato nº 35/2016

Contrato 35/2016		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços para a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água no município de Viçosa/MG.					
Valor	R$ 401.384,80	**Contratado**	TECISAN - Técnica de Engenharia Civil e Sanitária Ltda		
Pago	R$ 160.553,92	**Data**	24/11/2016	**Prazo**	11/03/2018
Saldo	R$ 240.830,88	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	2

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga

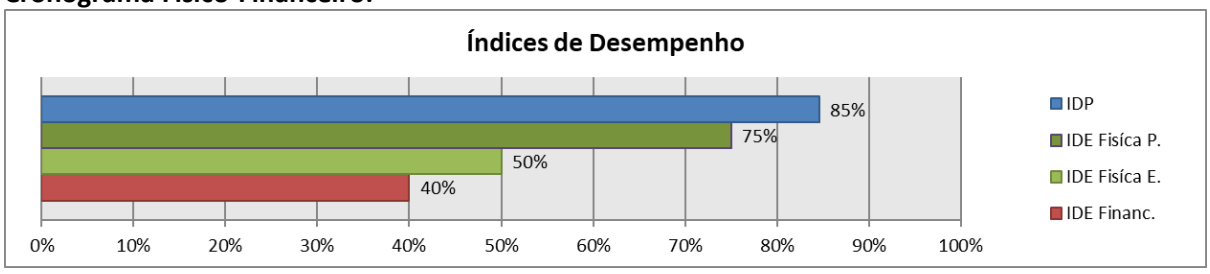
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 35/2016, o prazo de duração é de 07 (sete) meses com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da

legislação normativa vigente, sempre mediante Termo Aditivo, não sendo admitida em hipótese alguma a forma tácita.

Ainda conforme a CLÁUSULA SÉTIMA, no Parágrafo Primeiro os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA, observados os prazos previstos na Tabela da Cláusula Quarta, que começarão a correr a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de **suspensões temporárias durante sua execução** e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte do Município de Viçosa/MG e/ou do IBIO, observado, ainda, o disposto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda, relativamente à vedação de qualquer reajustamento ou correção de valores.

Considerando que a vigência inicial do Contrato se encerraria no dia 24 de junho de 2017, o Sr. Rodrigo Teixeira Bicalho, Diretor Presidente do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa/MG encaminhou ao IBIO documento justificando a necessidade de suspensão temporária do Contrato nº 35/2016, fundamentado nos seguintes fatos:

- Atraso nas análises dos produtos por parte da Equipe Gestora do Contrato, composta por representantes da Prefeitura Municipal de Viçosa/MG, do SAAE Viçosa, CISAB - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e da Universidade Federal de Viçosa - UFV, considerando a importância de uma análise criteriosa para que os projetos sejam aprovados com conteúdo de qualidade;
- Atraso no repasse de informações à empresa TECISAN por parte do SAAE Viçosa/MG;
- No “Estudo de Concepção” do Projeto de ampliação do sistema de abastecimento existente foram apresentadas algumas alternativas, sendo que a mais econômica para a implantação abrange o terreno da Universidade Federal de Viçosa/MG. Neste caso, se fazia necessária uma discussão junto ao Conselho da Universidade para verificar a viabilidade e autorização para as intervenções no terreno, sendo que a resposta da instituição era essencial para se avançar para a etapa de “Projeto Básico” com esta alternativa.

Sendo assim, foi celebrado no dia 13 de junho de 2017 o 1º Termo de Suspensão do Contrato nº 35/2016, cujo objeto é a suspensão temporária, em comum acordo, pelo prazo de 90 (noventa) dias. Neste período, as informações técnicas solicitadas pela TECISAN ao SAAE – Viçosa foram devidamente disponibilizadas. Neste período, as informações técnicas solicitadas pela TECISAN ao SAAE – Viçosa foram devidamente disponibilizadas e o SAAE – Viçosa conduziu tentativas de conseguir uma definição da UFV para a escolha da alternativa técnica. No dia 01 de setembro de 2017 foi assinado o 1º Termo de Interrupção da Suspensão, para retirada da suspensão e aditamento do contrato por mais seis meses, atendendo à solicitação do SAAE – Viçosa e da empresa TECISAN, respectivamente. Devido à falta de retorno da UFV, a empresa prosseguiu com as atividades enfatizando outras alternativas apresentadas. Atualmente o Contrato encontra-se na fase de elaboração do Produto 3 – Projeto Básico.

➢ Contrato nº 36/2016

Contrato 36/2016		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto					
Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços para a implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água no município de Viçosa/MG, conforme disposto no Lote 02:					
Valor	R$ 514.000,00	**Contratado**	Belba Engenheiros Consultores Ltda		
Pago	R$ 205.600,00	**Data**	24/11/2016	**Prazo**	25/03/2018
Saldo	R$ 308.400,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga

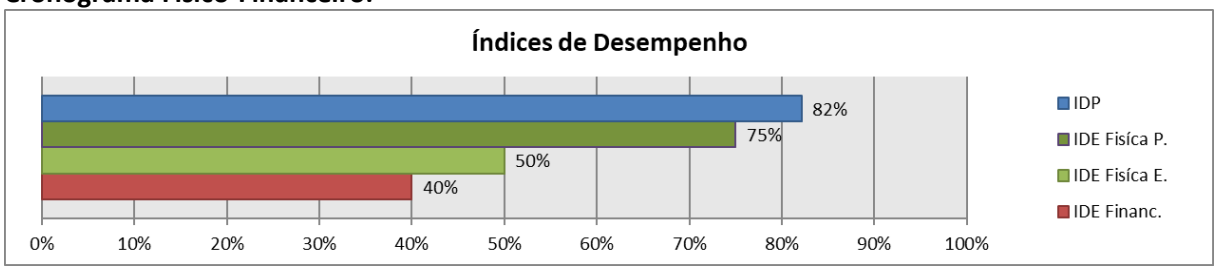
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	10 meses	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 36/2016, o prazo de duração é de 10 (dez) meses com vigência a partir da data de sua assinatura, publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação normativa vigente, sempre mediante Termo Aditivo, não sendo admitida em hipótese alguma a forma tácita. Ainda conforme a mesma cláusula, os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA, observados os prazos previstos na Tabela da Cláusula Quarta, que começarão a correr a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte do Município de Viçosa/MG e/ou do IBIO.

Conforme solicitação de aditivo de prazo da Belba Engenheiros Consultores Ltda, empresa contratada para elaboração de estudos e projetos para a implantação de novo sistema de abastecimento de água no município de Viçosa - MG ocorreram dificuldades relacionadas a:

- Obtenção de cotação de equipamentos e materiais, que não constam das planilhas de custo;
- Obtenção informações sobre outorgas já concedidas para os cursos d'água estudados;
- Mudança, no curso do Estudo de Concepção, sobre o tipo de ETA a considerar;
- Prazos de análise de documentos produzidos pela Belba, ou seja, Plano de Trabalho e Estudo de Concepção, consumiram cerca de 45 dias corridos e não estavam previstos no Cronograma de desenvolvimento dos estudos e projetos considerado no Edital Ato Convocatório nº 07/2016.

Atendendo à solicitação da referida empresa, no dia 22 de setembro de 2017 foi celebrado o 1º Termo Aditivo, sendo o Contrato nº 36/2016 prorrogado por mais seis meses. Atualmente o Contrato encontra-se na fase de elaboração do Produto 3 – Projeto Básico.

➢ Contrato nº 37/2016

Contrato 37/2016		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Sto Antônio / CBH Caratinga				
Objeto Este Contrato tem por objeto prestação de serviços de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios de Córrego Novo, Itaverava, Pingo D'água, São Gonçalo do Rio Abaixo, Belo Oriente, Joanésia, Santo Antônio do Itambé, Entre Folhas e Ipaba, em atendimento ao Programa de Universalização do Saneamento (P41).					
Valor	R$ 763.500,00	**Contratadc**	SHS Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda EPP		
Pago	R$ 534.450,00	**Data**	28/11/2016	**Prazo**	29/05/2018
Saldo	R$ 229.050,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga

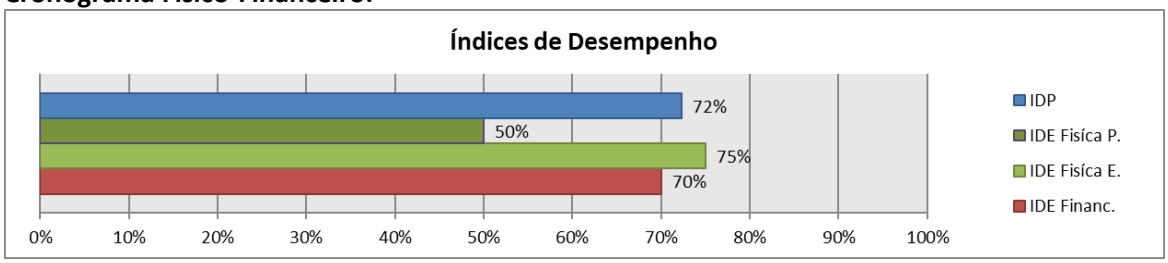
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	45 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: As Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 37/2016, o prazo de duração é de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura, publicação no endereço eletrônico do IBIO, podendo ser prorrogado pelas partes, por igual ou menor prazo, nos termos da legislação normativa vigente, sempre mediante Termo Aditivo, não sendo admitida em hipótese alguma a forma tácita. Ainda conforme a mesma cláusula, os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA, observados os prazos previstos na Tabela 01 da Cláusula Quarta, que começarão a correr a partir da emissão da Ordem de Serviço, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios e/ou do IBIO.

Com o objetivo de prorrogação de prazo, a empresa SHS Consultoria e Projetos de Engenharia LTDA apresentou as seguintes considerações:

- O fato de o contrato ter sido assinado apenas alguns dias antes do recesso de fim de ano de 2016;
- A mudança dos governos municipais em janeiro de 2017, devido às eleições municipais de 2016, que demandou um tempo maior do que o normal para que os gestores começassem a "despachar";
- A dificuldade encontrada quando pessoas de diversas áreas do conhecimento e dotadas de diferentes motivações precisam discutir, avaliar e complementar um grande volume de informações como as tratadas nos Produtos 3, 4 e 5;
- A dificuldade encontrada na conciliação de datas para a realização de reuniões dos gestores com a consultoria de avaliação feita pelo IBIO, entre outras dificuldades.

Atendendo à solicitação da referida empresa, foi celebrado o 1º Termo Aditivo, sendo o Contrato nº 37/2016 prorrogado por mais seis meses. Atualmente o Contrato encontra-se na fase de finalização do Produto 6 - Plano de Investimentos e elaboração do Produto 8 - Relatório Final do PMSB.

➢ Contrato nº 04/2017

Contrato 04/2017		**Programa**	P41 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Sto Antônio / CBH Caratinga /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços, por Profissional Autônomo, de assessoria técnica especializada presencial, análise e validação dos 09 (nove) Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos seguintes Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.					
Valor	R$ 127.800,00	**Contratado** Ana Raquel Teixeira Torchetti Resende			
Pago	R$ 76.680,00	**Data**	26/01/2017	**Prazo**	26/01/2018
Saldo	R$ 51.120,00	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Universalização do Saneamento - P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga

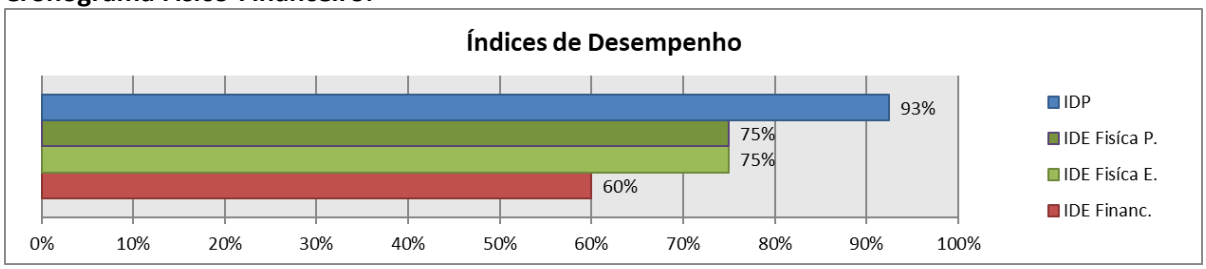
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P41 – CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Santo Antônio / CBH Caratinga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	45 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: As atividades do Contrato se iniciaram no mês de janeiro de 2017. Devido a mudança dos governos municipais neste período, em função das eleições municipais de 2016 e de dificuldades para a realização de algumas reuniões relacionadas aos produtos do PMSB, ocorreu certo atraso na execução das atividades. Entretanto, não comprometeu o andamento dos serviços até o momento.

7.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. O PAP é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2.

Na Tabela 31 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA).

Tabela 31 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - PMSB						
Investimento Previsto no PAP	3270	1017	0	0	0	4287
Investimento Realizado	4.392	1.322	0	0	0	4392
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - Projeto SAA						
Investimento Previsto no PAP	1524	1635	1000	1000	1000	6159
Investimento Realizado	-	355	-	-	-	-

No ano de 2017, para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), referente à elaboração de PMSB, o investimento realizado com o recurso da união foi de R$ 1.322 mil. Com esse investimento foi realizado o pagamento dos Produtos dos PMSB de diversos municípios da bacia hidrográfica do rio Doce, conforme já descrito no item anterior.

O valor realizado foi superior ao previsto no PAP, pois alguns pagamentos que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2016 foram efetivamente realizados em 2017, conforme já relatado nos itens anteriores, que apresentam os atrasos ocorridos nos Contratos.

A mesma situação foi verificada no ano de 2016, em que o investimento realizado também supera o investimento previsto no PAP para aquele ano. Isso ocorreu em função de parte dos pagamentos realizados nos anos de 2016 e 2017 serem ainda referentes aos valores alocados no PAP 2012-2015. Para o período 2012-2015, o valor total alocado no P41 (Elaboração de PMSB) foi R$ 7.847 mil, sendo que, até o final do ano de 2015, apenas R$ 1.597 mil foram gastos. Isso ocorreu em função de atrasos nos contratos de elaboração de PMSB celebrados nos anos de 2014 e 2015.

Já no que se refere à elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (Projetos SAA), houve um investimento de R$ 355 mil no ano de 2017. Tal investimento refere-se a pagamentos de produtos referentes aos contratos de dois projetos para o município de Viçosa.

Apresentamos na Tabela 32 logo abaixo o detalhamento dos Recursos ANA alocado para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado de Minas Gerais. E na Tabela 33 os Recursos ANA alocado para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado do Espírito Santo.

Tabela 32 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (PMSB)

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	128	234	-	-	-	362
Investimento Realizado	142	157	0	0	0	299
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	55	122	-	-	-	177
Investimento Realizado	32	79	0	0	0	111
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	170	399	-	-	-	569
Investimento Realizado	108	274	0	0	0	381
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	1.550	-	-	-	-	1.550
Investimento Realizado	2.239	632	0	0	0	2871
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	587	262	-	-	-	849
Investimento Realizado	1.112	174	0	0	0	1286
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	393	-	-	-	-	393
Investimento Realizado	458	5	0	0	0	462
Total de Investimentos Previstos	**2.883**	**1.017**	**-**	**-**	**-**	**3.900**
Total de Investimentos Realizados	**4.090**	**1.321**	**0**	**0**	**0**	**5.411**

Tabela 33 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P41 (PMSB)

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	83	-	-	-	-	83
Investimento Realizado	136	2	0	0	0	138
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH09 Pontões e Lagoas do Doce						
Investimento Previsto no PAP	304	-	-	-	-	304
Investimento Realizado	166	0	0	0	0	166
Total de Investimentos Previstos	**387**	**-**	**-**	**-**	**-**	**387**
Total de Investimentos Realizados	**302**	**2**	**0**	**0**	**0**	**303**

Na Tabela 34 apresentamos o recurso ANA alocado para elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).

Tabela 34 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (SAA)

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	424	635	0	0	0	1.059
Investimento Realizado	0	355	0	0	0	355
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - DOCE						
Investimento Previsto no PAP	1100	1000	1000	1000	1000	5100
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	**1524**	**1635**	**1000**	**1000**	**1000**	**6159**
Total de Investimentos Realizados	**0**	**355**	**0**	**0**	**0**	**355**

Na Tabela 35 é apresentada a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), para a elaboração de PMSB, nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 35 – Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (PMSB)

Recursos Repassados pelo IGAM	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	1.100	-	-	-	-	1.100
Investimento Realizado	1.350	0	0	0	0	1.350
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	400	-	-	-	-	400
Investimento Realizado	933	0	0	0	0	933
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	900	-	-	-	-	900
Investimento Realizado	1.126	166	0	0	0	1.292
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500	-	-	-	-	500
Investimento Realizado	275	231	0	0	0	506
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	700	-	-	-	-	700
Investimento Realizado	750	0	0	0	0	750
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	200	-	-	-	-	200
Investimento Realizado	378	0	0	0	0	378
Total de Investimentos Previstos	**3.800**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.800**
Total de Investimentos Realizados	**4.812**	**398**	**0**	**0**	**0**	**5.209**

Conforme verifica-se na Tabela acima, no ano de 2017, apesar de não haver previsão no PAP para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos PMSB, foi investido um total de R$ 397 mil, sendo R$ 166 mil na UGRH Santo Antônio e R$ 231mil na UGRH Suaçuí.

Tal situação ocorreu pelo fato de alguns pagamentos, referentes aos últimos produtos dos PMSB de municípios das duas UGRH, que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2016, foram efetivamente realizados no início do ano de 2017, conforme já relatado nos itens anteriores, que apresentam os atrasos ocorridos nos Contratos.

Na Tabela 36 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), para a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA), nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 36 - Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (SAA)

Recursos Repassados pelo IGAM	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	1.200	700	-	700	-	2.600
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	350	350	350	350	350	1.750
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	-	250	-	250	750
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	800	-	-	-	-	800
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	**3.500**	**2.050**	**1.600**	**2.050**	**600**	**9.800**
Total de Investimentos Realizados	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	0

Conforme apresentado na Tabela acima, ainda não foi realizado nenhum investimento no âmbito do Programa P41 referente à elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água. A implementação se dará de forma conjunta com a contratação dos projetos de sistema de esgotamento sanitário, previstos no P11. Conforme detalhado no item 3.6 - Ações do IBIO, no ano de 2017 foram realizadas as discussões com os CBHs acerca da estratégia de condução do Programa e da realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios. Em função de atrasos nessa etapa preliminar junto aos CBH Doce, não foi possível realizar o processo licitatório para contratação dos projetos ainda no ano de 2017, ficando referida contratação planejada para o ano de 2018.

7.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P 41 - Programa de Universalização do Saneamento

Objeto: Atendimento universal da população urbana com água, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e estudos sobre alternativas para a drenagem urbana.

Valor: R$ 182.627.150,00

7.6. Ações do IBIO

Para uma melhor compreensão das ações realizadas pelo IBIO, no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), as mesmas foram divididas em ações referente:

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Projetos de Abastecimento de Água.

7.6.1. Planos Municipais de Saneamento Básico

Ao longo de 2017, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), tendo em vista os vários municípios contemplados com PMSB. Ao todo, já foram contratados 165 PMSB na bacia do rio Doce, sendo 156 já finalizados e 9 em elaboração. Ao longo de todo o ano de 2017 ocorreu efetivamente a elaboração dos PMSB de 9 municípios, sendo que os demais 156 já tinham sido concluídos ou estavam em fase de encerramento no início do ano.

Algumas atividades principais relacionadas a esses PMSB podem ser destacadas, como reuniões para acompanhamento da elaboração dos PMSB; acompanhamento de consultores; estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB; realização de seminários de saneamento; relação com o Ministério Público de Minas Gerais.

Reuniões e alinhamentos para acompanhamento da elaboração dos PMSB e acompanhamento de consultores

Ao longo do ano de 2017 foram realizados alinhamentos com a empresa que estava elaborando os 9 PMSBs remanescentes, bem como com a consultora contratada (Figura 68), por meio de reuniões, e-mails e telefonemas. Além disso, buscou-se sempre entrar em contato com representantes dos

municípios para ter feedback sobre o trabalho realizado pela empresa e consultora, além de sanar dúvidas que surgiram ao longo das atividades.



Figura 68 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel

Buscou-se também, sempre manter os CBHs envolvidos na contratação dos PMSBs remanescentes, informando as datas de eventos, realizando reuniões de alinhamentos e sugestões, informando o andamento das atividades nas reuniões de plenárias e câmaras técnicas. Além disso, ao longo do contrato alguns municípios precisaram de apoio junto ao Ministério Público para esclarecimentos referentes aos serviços de saneamento. Dessa forma, foram elaborados ofícios informando a situação dos PMSBs e até acompanhando os municípios em reuniões com Promotores.

Estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB e Seminários de Saneamento Básico

Como já informado, ao final de 2016, 156 municípios tinham seus PMSBs aprovados e 9 em elaboração. Diante disso, já durante o ano de 2016, foi discutido como continuar apoiando os municípios na implantação dos seus PMSBs nos próximos anos. Foram realizadas diversas reuniões para discussões das estratégias no CBH Piranga e CBH Piracicaba ainda naquele ano. Em 2017 as discussões também foram realizadas nas Câmaras Técnicas e Plenárias dos CBH Santo Antônio, CBH Suaçuí, CBH Caratinga e CBH Manhuaçu, conforme ilustrado na Figura 69 e na Figura 70.



Figura 69 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí



Figura 70 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí

Nos CBH em que os PMSBs haviam sido elaborados há mais tempo, que são os CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Manhuaçu, foi aprovada a estratégia de primeiramente enviar um questionário online para os municípios, que levantariam as reais dificuldades para a implantação das ações previstas nos PMSBs, para que a partir delas fossem previstos treinamentos e discussões. O questionário abrangia perguntas sobre a elaboração e aprovação do PMSB, prestação dos serviços, saneamento rural, regulação, sustentabilidade econômica, controle social, execução e acompanhamento de ações.

Além de divulgar os questionários nas reuniões dos CBH's, os mesmos foram enviados juntamente com um ofício explicativo, por e-mail, para cada um dos municípios. Diversas tentativas foram efetivadas por e-mail e ainda realizadas ligações para ressaltar a importância da resposta aos questionários. A Figura 71 ilustra o questionário enviado.



Figura 71 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios

Foi obtida uma grande adesão dos municípios nas respostas aos questionários, sendo:

- CBH Piranga: de 42 municípios que receberam o questionário, 32 responderam.
- CBH Piracicaba: de 17 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.
- CBH Manhuaçu: de 23 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram interessantes, pois demonstraram que, no geral, as maiores necessidades dos municípios estavam associadas a três grandes áreas: saneamento rural, fontes de recursos e regulação dos serviços. A título de ilustração, a Figura *72* apresenta o resultado da pergunta “Há cobrança pelo serviço de abastecimento de água no município?”, constante do questionário do CBH Piranga.

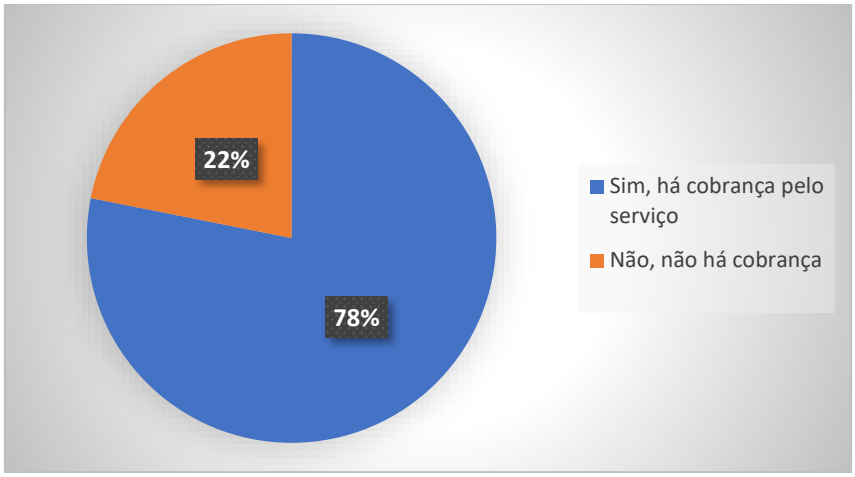


Figura 72 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga

Dessa forma, a partir dessas principais dificuldades foram convidadas instituições e profissionais para apresentarem nos Seminários de Saneamento Básico realizados nas bacias. A seguir são descritos cada um dos Seminários de Saneamento realizados, sendo que em 2017 ocorreram nas bacias do rio Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí e Caratinga.

Vale comentar que todos os Seminários foram organizados pelo IBIO, incluindo a divulgação, convite e mobilização dos participantes, infraestrutura dos eventos, convite dos palestrantes, entre outros. Além disso, em alguns Seminários o IBIO também participou como palestrante, tendo em vista o conhecimento sobre o saneamento da bacia.

- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piranga**: ocorreu no dia 03/05/2017, em Ponte Nova e contou com apresentações de representantes da Funasa, Cisab Zona da Mata, ARSAE, Emater, IBIO e CBH. A Figura 73 e a Figura 74 ilustram a realização do Seminário.



Figura 73 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga



Figura 74 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga

- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba**: ocorreu nos dias 28 e 29/03/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Caixa Econômica, Ministério Público, ARSAE, UFMG, UNIFEI, IBIO e CBH. A Figura 75 e a Figura 76 ilustram a realização do Seminário.



Figura 75 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba



Figura 76 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio**: ocorreu no dia 31/08/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Emater, IBIO e CBH. A Figura 77 e a Figura 78 ilustra a realização do Seminário.



Figura 77 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio



Figura 78 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí**: ocorreu no dia 12/07/2017, em Governador Valadares e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsae, Ardoce, IBIO e CBH. A Figura 79 e a Figura 80 ilustram a realização do Seminário.



Figura 79 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí



Figura 80 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Caratinga**: ocorreu no dia 01/06/2017, em Caratinga e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsae, SAAE-GV, IBIO e CBH. A Figura 81 e a Figura 82 ilustram a realização do Seminário.



Figura 81 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga



Figura 82 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga

Relação com o Ministério Público de Minas Gerais

Ainda em 2015, a Coordenadoria Regional das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce do Ministério Público de Minas Gerais solicitou informações sobre o conteúdo dos PMSBs, no que se refere aos serviços de limpeza urbana e manejo e resíduos sólidos. Mais especificamente, a requisição consistiu em informar se o PMSB apresentava o conteúdo mínimo necessário de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e se esse conteúdo havia sido objeto de contratação.

Considerando que os Atos Convocatórios para a contratação do PMSB previam que o conteúdo dos produtos dos PMSBs deveriam contemplar os requisitos mínimos exigidos no artigo 19 da Lei nº 12.305/2010 e no artigo 51 do Decreto nº 7.404/2010, que corresponde ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), foram iniciadas diversas análises, pareceres e reuniões junto ao Ministério Público, empresas e consultores envolvidos para definir uma complementação dos PMSBs.

A partir disso, as empresas Engecorps Engenharia S.A. e Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda elaboraram produtos complementares para os municípios de Bom Jesus do Amparo e Rio Casca, respectivamente, intitulados como “Produto 9 – Plano simplificado de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos”. Ao todo, 55 Municípios receberão o Produto 9 com as complementações necessárias.

Em 2017, foram concluídos os Produtos 9 de 10 municípios ao todo, estando o restante em suas revisões finais. Vale ressaltar que os consultores que haviam sido contratados na época do PMSB também foram acionados e envolvidos na validação dos Produtos 9.

Além dos questionamentos realizados sobre o conteúdo de resíduos sólidos, o Ministério Público solicitou informações sobre diversos municípios da bacia do rio Doce, principalmente aqueles que elaboraram os PMSBs por meio dos CBH’s e IBIO, como prazos, abrangência na área rural, andamento dos Produtos, entre outros. Vale comentar ainda que o Ministério Público esteve presente em alguns dos Seminários de Saneamento Básico realizados na bacia do rio Doce, na mesa de abertura e em palestras.

7.6.2. Projetos de Abastecimento de Água

Ao longo de 2017, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, tendo

em vista os contratos já celebrados e o Edital de Chamamento Público para novos projetos que foram abertos em 2017, já detalhado no item 3.6 - Ações do IBIO, deste Relatório.

Como mencionado nos itens anteriores, encontra-se em elaboração dois projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água no Município de Viçosa-MG. Para o acompanhamento e validação dos Produtos foi formada a Equipe Gestora do Contrato, composta por representantes da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, SAAE Viçosa, CISAB - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e da Universidade Federal de Viçosa – UFV, além do IBIO.

Durante o ano de 2017 diversas reuniões foram realizadas entre o IBIO, as empresas e a Equipe Gestora do Contrato para discussão e aprovação do conteúdo dos Produtos, alinhamento com as empresas e apreciação da população, visando a transparência e controle social do processo de elaboração dos projetos.

Ressalta-se que todos os Produtos elaborados pela empresa são aprovados pela Equipe Gestora de Contratos e apreciados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG. As Figura 83, Figura 84, Figura 85, Figura 86, e Figura 87 ilustram algumas das reuniões realizadas.



Figura 83 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato



Figura 84 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 85 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 86 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 87 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG

Ainda no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, é importante comentar sobre o Edital de Chamamento Público nº 01/2017, publicado em 22/08/2017, após um longo período de discussões junto ao CBH Doce e CBHs afluentes para aprovação do Edital. O Edital foi um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes, para contemplar os municípios com Projetos de Abastecimento de Água, no âmbito do P41, e Projetos de Esgotamento Sanitário, no que se refere ao P11.

Todas as informações referentes à aprovação do Edital junto aos CBHs, divulgação aos municípios, principais resultados, alinhamentos com outras instituições, entre outros, foram detalhados item 3.6 - Ações do IBIO, deste Relatório.

Ao todo, 140 Municípios manifestaram interesse no Edital, sendo que 106 pleitearam projetos de abastecimento de água. A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Abastecimento de Água (P41) ao longo de toda a bacia pode ser observada na Figura 88.

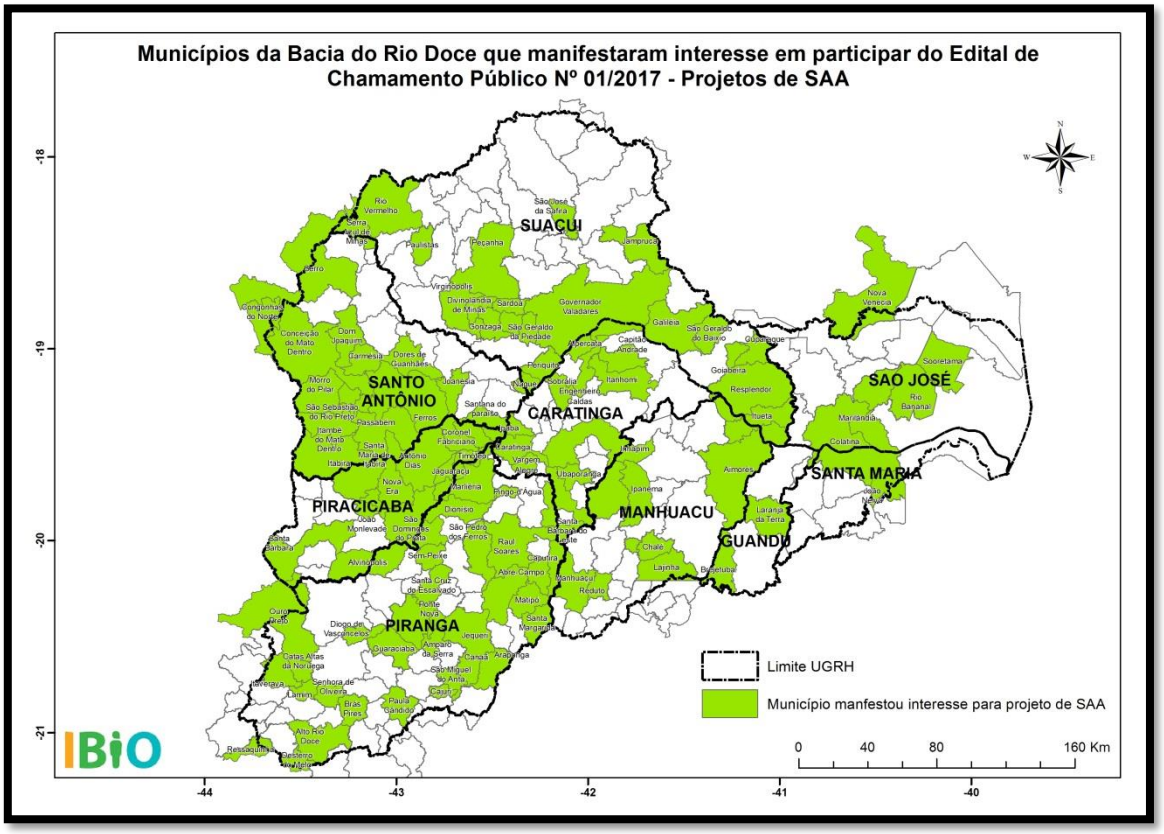


Figura 88 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P41

Após período de análise da grande quantidade de documentos enviados pelos Municípios e obtenção de informações junto à outras instituições, que influenciavam os critérios do Edital, como ANA, IGAM, FUNASA, Ministério das Cidades e Fundação Renova, no dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Projetos, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse. Em 2018 prevê-se a conclusão do Edital e contratação de empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

7.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa de Universalização de Saneamento (P41) foi possível elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico para 165 municípios, do total de 211 municípios com sede na bacia do rio Doce, sendo que dentre esses, 156 já tiveram o PMSB concluído. Já os outros 9 estão em elaboração. Além da elaboração de Projetos de SAA, com um município sendo contemplado e abertura de Edital de Chamamento Público para contemplar mais municípios. Acredita-se que até em 2018, com a conclusão dos 165 PMSB com recursos da cobrança, todos os municípios da bacia do rio Doce tenham seu PMSB, que é um instrumento imprescindível para continuidade da implementação dos Programas de Saneamento (P11 e P41).

A principal dificuldade encontrada no âmbito dos PMSB remanescentes em elaboração é com relação às prefeituras, que possuem limitada capacidade técnica, sendo um obstáculo para a compreensão e validação dos Produtos. De maneira geral, os envolvidos na elaboração do PMSB, por parte das prefeituras, não têm dedicação exclusiva a tal tarefa.
Dessa forma, muitas vezes as atividades relacionadas ao PMSB não são tratadas com a devida importância. Além disso, a deficiência na integração entre as secretarias e departamentos, a não disponibilização de dados ou até mesmo a sua ausência durante as atividades de elaboração do PMSB são também desafios a serem vencidos. O envolvimento da sociedade nos eventos que ocorrem durante a elaboração do PMSB e a sua divulgação são pontos de fragilidade encontrados. A questão do saneamento ainda é muito incipiente e a sociedade não dá o devido valor ao tema.

No que se refere aos projetos de abastecimento de água em elaboração no Município de Viçosa-MG, as principais dificuldades foram nos entraves junto à UFV para definição do traçado do projeto; a dificuldade das empresas adequarem os Produtos nas exigências do Termo de Referência; e a demora no repasse de informações do SAAE às empresas e na análise dos Produtos.

Já quanto ao Edital de Chamamento Público nº 01/2017, para contratação de novos projetos de abastecimento de água, as principais dificuldades foram a morosidade do CBH Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público; a necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público; a falta de repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM, que fragilizam e afetam todo o planejamento e andamento das atividades.

8. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

8.1. Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42)

8.2. Descrição

O saneamento deve ser estendido às populações rurais, tanto como forma de elevação da qualidade de vida e prevenção de doenças, como na redução da contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Enquanto o atendimento domiciliar com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos na zona rural pode contar com a participação das concessionárias destes serviços nos municípios da bacia, o saneamento rural deve envolver principalmente os órgãos de extensão rural e as prefeituras municipais. Para o presente programa, considerou-se o atendimento aos domicílios para fins de determinação dos investimentos, uma vez que a informação a respeito da cobertura da extensão rural não permite a proposição de um objetivo minimamente possível de ser alcançado. A sensibilização para este tema deve ser inserida no Programa de Educação Ambiental.

Pelo prognóstico, a bacia do rio Doce apresentará vários trechos com águas de classe 4, em parte devido aos altos índices de DBO. Sendo uma bacia com extensa área rural, a preocupação com os resíduos gerados por esta população é coerente, pois também contribuem para a alteração da qualidade da água e na incidência de doenças de veiculação hídrica. Além disto, a disposição inadequada de resíduos sólidos pode favorecer a processos erosivos.

O Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) visa à definição da viabilidade da implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados. Seu objetivo versa a melhoria gradativa da qualidade de vida no meio rural; redução de material contaminante ou redutor da qualidade da água arrastado para os rios; redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.

O escopo deste programa consiste na análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades. Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas. Implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

8.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto.

Atendendo está recomendação os Programas P12, P52 e P42 estão sendo implementados em conjuntos e todo o detalhamento e informações sobre o mesmo podem ser observadas no item 4.3 (Contratações e Resultados – P12) deste Relatório.

A seguir, são apresentados os andamentos e resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO relacionados à implementação do P42. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

➢ Contrato nº 29/2017

Contrato 29/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	IGAM /
Alocação	CBH Piracicaba / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 2 – Piracicaba, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.					
Valor	R$ 3.981.363,47	**Contratado**	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 965.095,03	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 3.016.268,44	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 10,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 21,05% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 68,42% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

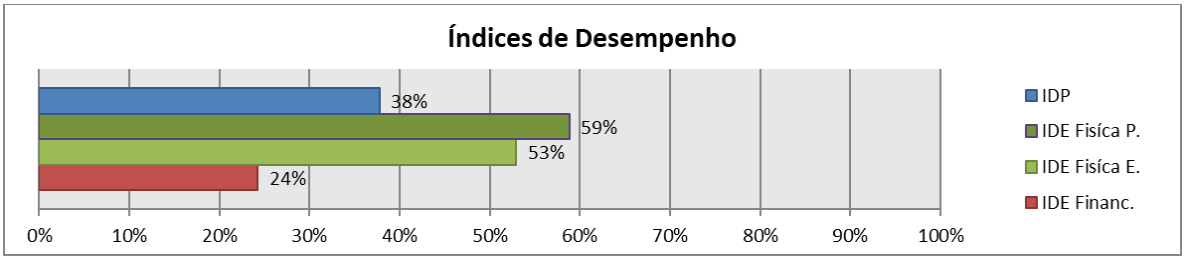
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 30/2017

Contrato 30/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 1.176.691,50	**Contratado**	Consominas Engenharia Ltda.		
Pago	R$ 294.172,89	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 882.518,61	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 13,93% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga

Porcentagem de desembolso: 32,81% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 53,26% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

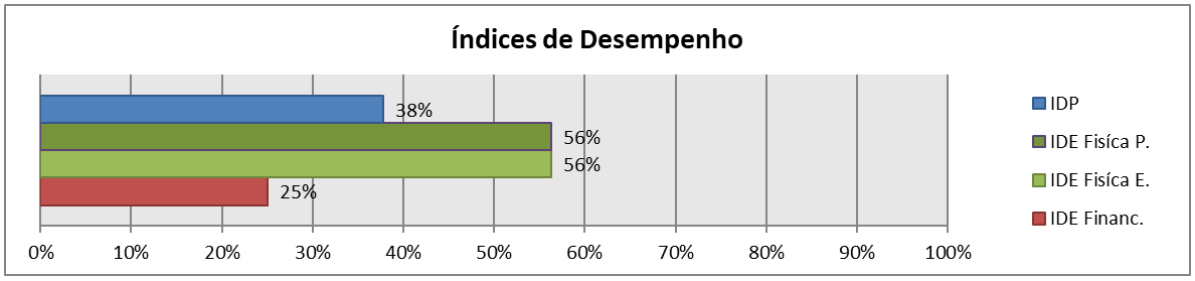
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 31/2017

Contrato 31/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	IGAM /		
Alocação	CBH Piranga / /						
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural							
Valor	R$ 855.336,42	**Contratado**	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC				
Pago	R$ 128.300,46	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018		
Saldo	R$ 727.035,96	**Gestor**	Cynthia			**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 28,57% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 14,29% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 57,14% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

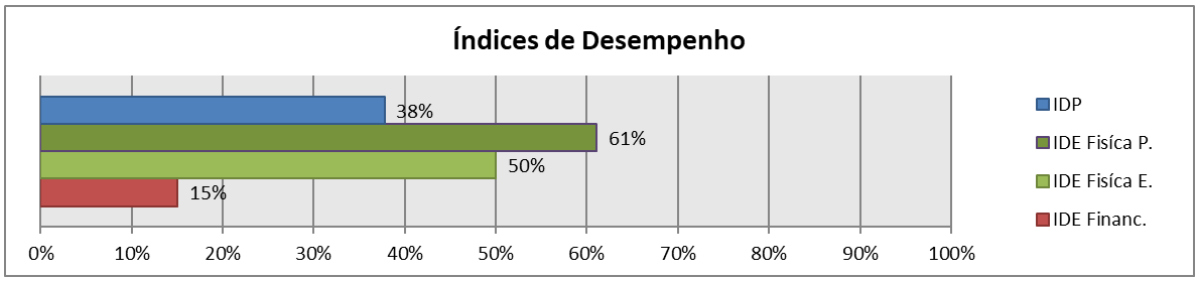
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 32/2017

Contrato 32/2017	Programa P12 / P52 / P42	Recursos ANA /
Alocação CBH Sto Antônio / /		
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural		
Valor R$ 967.060,19	**Contratado** Fundação Educacional Caratinga - FUNEC	
Pago R$ 241.765,05	**Data** 15/09/2017	**Prazo** 15/06/2018
Saldo R$ 725.295,14	**Gestor** Elter	**Aditivos** 0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 57,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

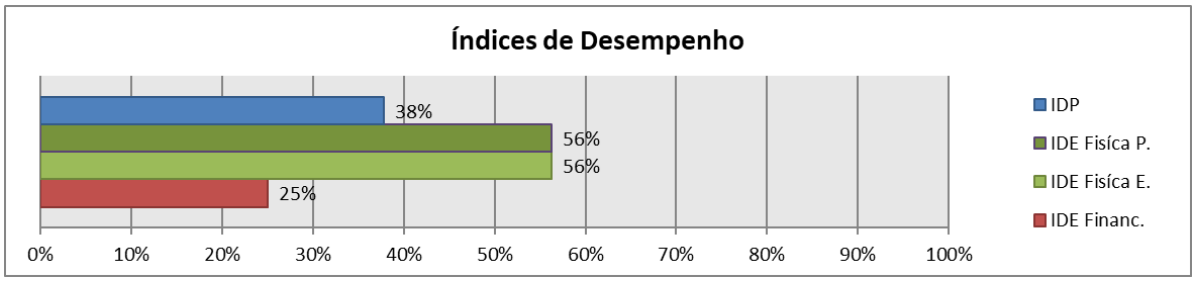
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 33/2017

Contrato 33/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 914.272,08	**Contratado**	Consominas Engenharia Ltda.		
Pago	R$ 228.568,01	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 685.704,07	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

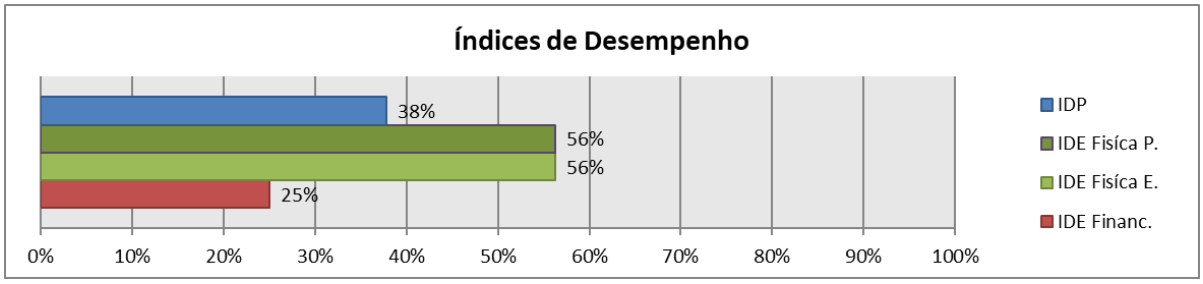
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 38/2017

Contrato 38/2017		**Programa**	P12 / P42 / P52	**Recurs**	ANA / IGAM
Alocação	CBH Suaçuí / /				
Objeto					
Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 4 – Suaçuí, em atendimento aos programas Hidroambientais: P12 – |Programa de controle das atividades geradoras de sedimento e P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes; e a ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural, consoante especificações técnicas constantes no Ato Convocatório n° 06/2017 e seus Anexos, e em especial as especificações técnicas constantes no ANEXO I – Termo de Referência, que é parte integrante do presente instrumento contratual, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA.					
Valor	R$ 770.408,73	**Contratado**	SAMENCO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA		
Pago	R$ 77.040,87	**Data**	20/11/2017	**Prazo**	20/08/2018
Saldo	R$ 693.367,86	**Gestor**	Eduardo	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Suaçuí
  Porcentagem de desembolso: ANA: 14,27%; IGAM: 13,04% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Suaçuí

Porcentagem de desembolso: ANA: 31,50%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Suaçuí
  Porcentagem de desembolso: ANA: 54,23%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

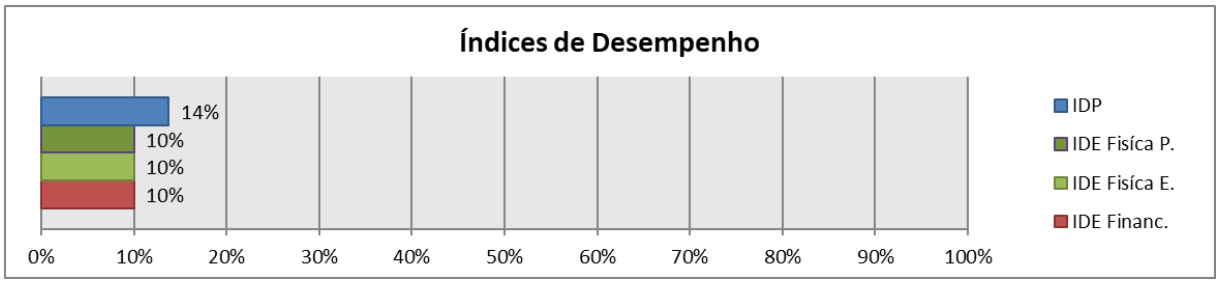
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: O processo de seleção das empresas ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 40/2017

Contrato 40/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 04/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 1 – PIRANGA, nos Municípios de Amparo do Serro, Barra Longa, Cajuri, Desterro do Melo, Guaraciaba, Mariana, Oratórios, Paula Cândido, Piranga, Ponte Nova, Presidente Bernardes, Ressaquinha e Viçosa, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.				
Valor	R$ 228.789,51	**Contratado**	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda		
Pago	R$ 28.598,69	**Data**	27/11/2017	**Prazo**	27/06/2018
Saldo	R$ 200.190,82	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 14,20% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 31,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 54,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

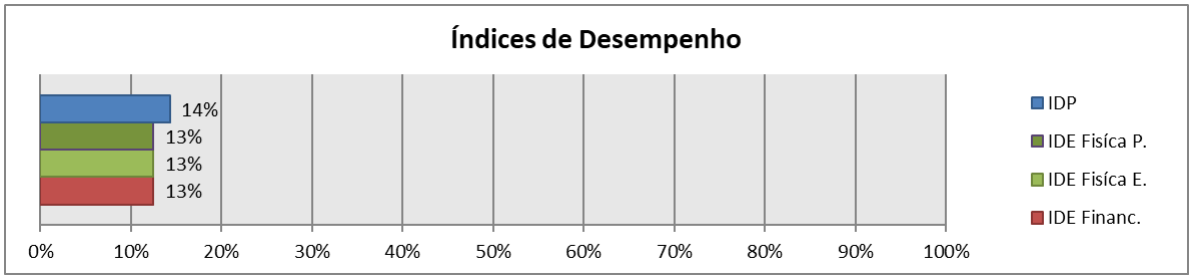
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

➢ Contrato nº 41/2017

Contrato 41/2017	Programa P12 / P52 / P42	Recursos ANA /
Alocação CBH Piracicaba / /		
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 03/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 2 – PIRACICABA, nos Municípios de Mariana, Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Rio Piracicaba, João Molevade, São Domingos do Prata, Bela Vista de Minas, Nova Era, Itabira, Alvinópolis, Antônio Dias, Jaguaraçu, Marliéria, Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Santana do Paraiso, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.		
Valor R$ 270.408,70	**Contratado** Samenco Engenharia e Consultoria Ltda	
Pago R$ 33.801,09	**Data** 27/11/2017	**Prazo** 27/06/2018
Saldo R$ 236.607,61	**Gestor** Cynthia	**Aditivos** 0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 14,37% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 31,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 54,15% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

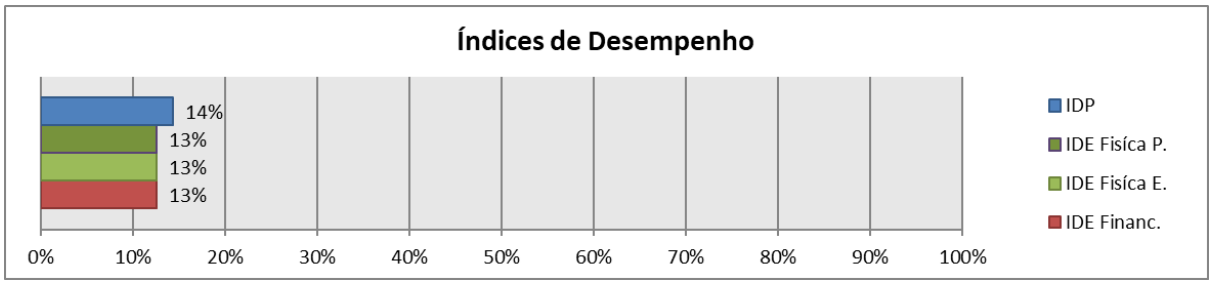
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

- **Contrato nº 42/2017**

Contrato 42/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 05/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 3 – SANTO ANTÔNIO, nos Municípios de Alvorada de Minas, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Dores de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabém, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto, Senhora do Porto e Serro, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.				
Valor	R$ 210.239,14	**Contratado**	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda		
Pago	R$ 26.279,89	**Data**	27/11/2017	**Prazo**	27/06/2018
Saldo	R$ 183.959,25	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

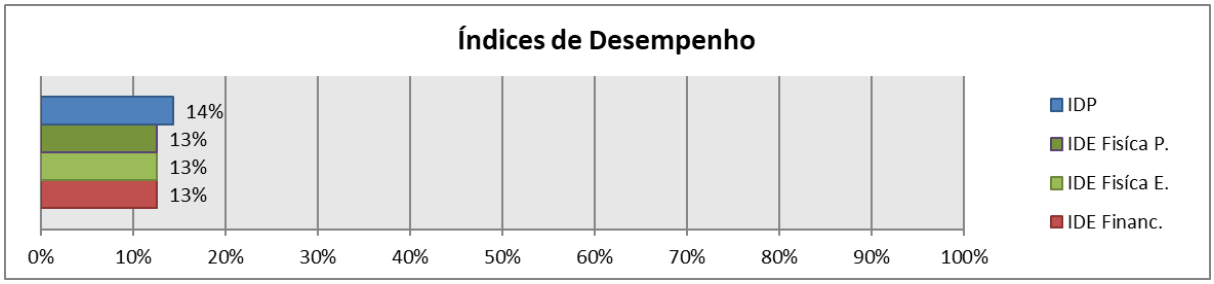
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

8.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Nas tabelas (Tabela 37, Tabela 38, Tabela 39, Tabela 40) abaixo encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o P42.

Tabela 37 - Recursos totais repassados pela ANA, alocados ao P42

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	**Total**
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	**(mil R$)**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42)						
Investimento Previsto no PAP	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**1.000**	**612**	**4.612**
Investimento Realizado	**0**	**122**	**0**	**0**	**0**	**122**

Tabela 38 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	**Total**
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	**(mil R$)**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	124	124	124	124	-	**498**
Investimento Realizado	0	43	0	0	0	**43**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	56	56	56	56	-	**222**
Investimento Realizado	0	5	0	0	0	**5**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	105	105	105	105	-	**420**
Investimento Realizado	0	67	0	0	0	**67**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	209	209	209	209	209	**1.043**
Investimento Realizado	0	8	0	0	0	**8**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	103	103	103	103	-	**412**
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	**0**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	112	112	112	112	112	**558**
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	**0**
Total de Investimentos Previstos	**708**	**708**	**708**	**708**	**320**	**3.152**
Total de Investimentos Realizados	**0**	**122**	**0**	**0**	**0**	**122**

Tabela 39 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P42

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	**Total**
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	**(mil R$)**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	68	68	68	68	68	**339**
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	**-**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	75	75	75	75	75	**376**

Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	149	149	149	149	149	**745**
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	**292**	**292**	**292**	**292**	**292**	**1.460**
Total de Investimentos Realizados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Tabela 40 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42

Recursos Repassados pela IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	**Total**
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	**(mil R$)**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	500	500	500	500	**2.000**
Investimento Realizado	0	34	0	0	0	**34**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	1.000	1.000	1.000	1.000	**4.000**
Investimento Realizado	0	95	0	0	0	**95**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	960	960	960	960	960	**4.800**
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	**0**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	300	-	-	-	-	**300**
Investimento Realizado	0	2	0	0	0	**2**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	150	150	150	150	150	**750**
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	**0**
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	**-**
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	**0**
Total de Investimentos Previstos	**1.410**	**2.610**	**2.610**	**2.610**	**2.610**	**11.850**
Total de Investimentos Realizados	**0**	**132**	**0**	**0**	**0**	**132**

Em 2017, foram iniciados os processos de contratação de empresas para implementação das ações do Rio Vivo. Entretanto, cabe ressaltar que processos de licitação de empresas podem despender tempo para serem concluídos e, devido à grandiosidade do Rio Vivo, que inclusive teve as áreas de atuação das UGRHs divididas em vários lotes, muitas empresas participaram da concorrência e a análise das propostas e conclusão dos processos demandou maior tempo.

Os primeiros processos de contratação de empresas para o Rio Vivo, referentes aos Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3, ocorreram de maio a setembro de 2017. Desse modo, os desembolsos com as contratações do Rio Vivo iniciaram apenas no quarto trimestre de 2017.

Entretanto, com o planejamento do Rio Vivo, muitos municípios das UGRHs 1, 2, 3 e 4 estão sendo contemplados e prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções. O Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas já tem discussões em andamento e o processo de contratação de empresas está previsto para 2018.

As fontes de recurso a serem usadas para contratação de empresas de diagnósticos e projetos do Rio Vivo foram definidas para cada bacia da seguinte maneira:

- Piranga: ANA e IGAM.
- Piracicaba: totalmente IGAM, por ser uma bacia com elevada arrecadação estadual e sendo necessário investir os recursos disponíveis em caixa.
- Santo Antônio: ANA, por não ter sido previsto recurso IGAM para o P12.
- Suaçuí: ANA e IGAM.

Os contratos assinados com as empresas fiscalizadoras dos serviços das empresas de diagnósticos e projetos atuantes nas UGRHs 1, 2, 3 e 4 têm como fonte os recursos da ANA. Em 2017, foram pagos os produtos referentes à fiscalização do Rio Vivo nas UGRHs 1, 2 e 3.

8.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural

Objeto: Análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades. Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas. Implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

Valor Estimado: R$ 4.000.000,00

8.6. Ações do IBIO

O P42 vem sendo implementado em conjunto com os programas P12 e P52. A princípio esta implementação conjunta vem sendo iniciada nas UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba, 3 - Santo Antônio e 4 - Suaçuí. Maiores detalhes desta implementação conjunta se encontram no item 4.6 (Ações do IBIO – P12) deste Relatório.

8.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P42 em conjunto com os programas P12 e P52, ver item 4.7 (Principais Deficiências e Dificuldades – P12) deste Relatório.



RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

(P52)

9. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

9.1. Programa de Recomposição de APPS e Nascentes (P52)

9.2. Descrição

A bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

O programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:

- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas;
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação;
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

Para o programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, serão atendidos com os seguintes critérios:

- Áreas onde há intensa erosão do solo;
- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público;
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz;
- Áreas no entorno de unidades de conservação;
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia;
- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa;
- Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

9.3. Contratações e Resultados

O Programa de Recomposição de APP's e Nascentes – P52 vem sendo implementado na bacia do rio Doce de duas maneiras. Uma dessas maneiras consiste na implementação do P52 de maneira isolada nas UGRHs 3, 5, 7, 8 e 9. A Figura 89 apresenta os municípios onde está ação está em andamento.

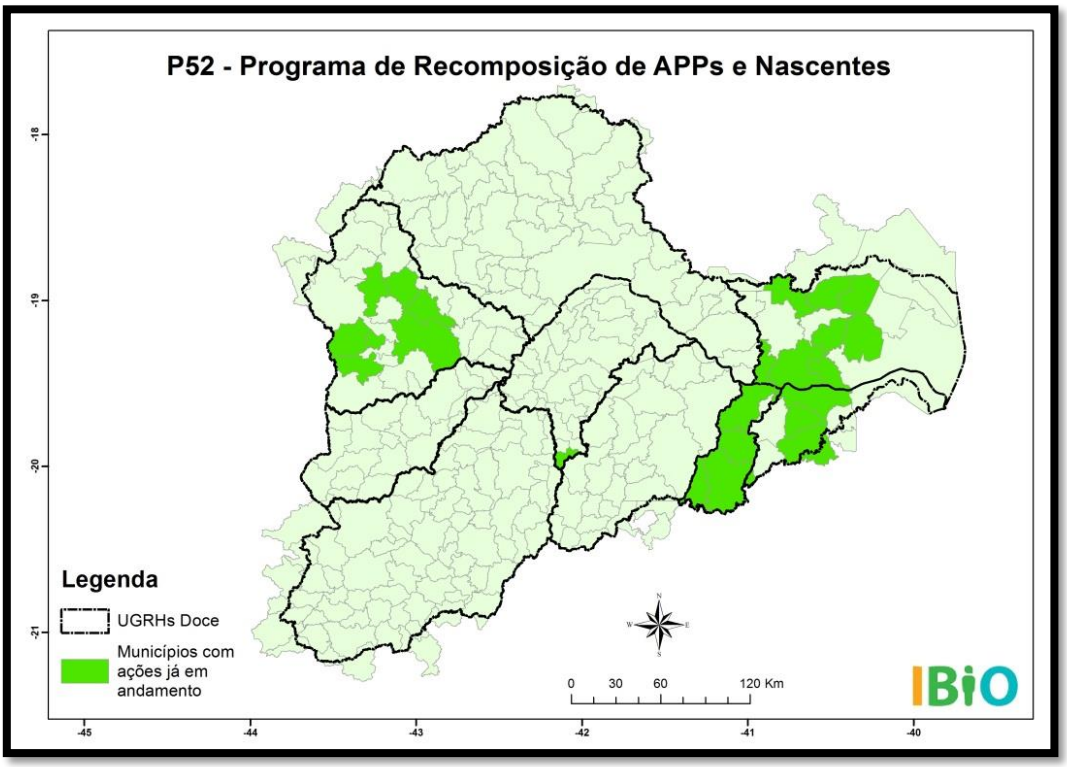


Figura 89 – Municípios atendidos pelo Programa P52.

A segunda maneira de implementação do P52 está de acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, onde consta que, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto.

Maiores detalhes sobre a implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 podem ser observados no item 4.3 (Contratações e Resultados - P12) deste Relatório.

A seguir, são apresentados os andamentos e resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO relacionados à implementação do P52, tanto de maneira conjunta ou isolada. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

➢ Contrato nº 34/2015

Contrato 34/2015		**Programa**	P52 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Guandu / CBH São José / CBH Santa Maria do Doce				
Objeto Prestação de serviços de elaboração de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de projetos de plantio de espécies florestais para fins de conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis.					
Valor	R$ 945.971,40	**Contratado**	V & S Florestas e Sustentabilidade Ltda – ME		
Pago	R$ 597.144,44	**Data**	01/09/2015	**Prazo**	04/04/2018
Saldo	R$ 348.826,97	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	4

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Incremento de Áreas Legalmente Protegidas.
Subprograma: Programa de Recomposição de APP´s e Nascentes – P52 CBH Guandu / CBH São José / CBH Santa Maria do Doce.

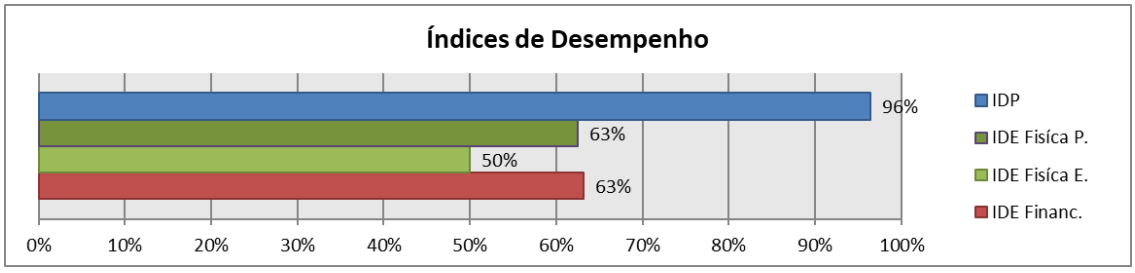
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Guandu / CBH São José / CBH Santa Maria do Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	1 mês
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	28 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Na data de 04/05/2016 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 001/2016, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº 34/2015. O primeiro Termo Aditivo teve início em 02/06/2016 e termo final em 02/12/2016, ficando o contrato prorrogado por um período de 06 (seis) meses.

Na data de 28/10/2016 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 003/2016, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº

34/2015. O segundo Termo Aditivo teve início em 03/12/2016 e termo final em 03/06/2017, ficando o contrato prorrogado por um período de 06 (seis) meses.

Na data de 15/05/2017 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 001/2017, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº 34/2015. O Terceiro Termo Aditivo teve início em 04/16/2017 e termo final em 04/01/2018, ficando o contrato prorrogado por um período de 07 (sete) meses.

Na data de 28/09/2017 a empresa V & S solicitou por meio do Ofício nº 003/2017, encaminhado ao IBIO, a prorrogação da vigência e alteração do cronograma de entrega dos produtos do Contrato nº 34/2015. O objetivo do Quarto Termo Aditivo foi a alteração do 3º Termo Aditivo, promovendo a prorrogação da vigência do Contrato por mais 04 (quatro) meses, além dos 07 (sete) meses já previstos no referido 3º Termo Aditivo, passando o contrato a ter como termo final o dia 04/04/2018.

Os atrasos nos prazos previamente acordados ocorreram devido às limitações estruturais das instituições envolvidas. Uma das principais dificuldades ocorridas no início do contrato foi em função da complexidade do importante e pioneiro arranjo institucional do qual o contrato faz parte, que envolve o IBIO, o Estado do Espírito Santo, através do programa Reflorestar, e os Comitês de Bacia Hidrográfica Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São José. Nesse arranjo, o Governo do Estado do Espírito Santo (SEAMA), por meio do Programa Reflorestar, financiará os insumos necessários para as intervenções nas propriedades rurais, bem como os mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) inseridos no Programa. Em função de atrasos na emissão dos contratos de PSA, o cronograma de entrega dos produtos pela empresa contratada ficou comprometido, havendo necessidade de readequação do cronograma e, consequentemente, de prorrogação do prazo do contrato. Com a mudança da instituição responsável pela emissão dos contratos, houve maior agilidade no processo.

É importante mencionar que alguns problemas de ordem gerencial e estrutural, por parte da empresa contratada, colaboraram para que o prazo da execução do contrato não ocorresse conforme previsto. Após ter ciência desses problemas, o IBIO adotou algumas providências administrativas para solucioná-los.

Destaca-se que, o maior atraso vem ocorrendo na entrega do Produto 2. Alguns fatores dificultam significativamente para que as metas preestabelecidas não sejam atingidas, tais como: desistência de alguns produtores no momento da assinatura dos contratos, falta de adesão ao programa de produtores em algumas regiões e pendências nas documentações dos produtores que já haviam previamente se cadastrados.

Ressalta-se que não houve qualquer acréscimo, reajustamento ou correção de valores, em relação ao preço originalmente previsto. Até o presente momento foram entregues o Plano de trabalho, 425 CAR e 425 projetos do Reflorestar aprovados e validados com seus respectivos contratos de Pagamento por Serviços Ambientais, firmados entre a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA e os proprietários rurais, devidamente assinados e protocolados junto à SEAMA.

➢ Contrato nº 33/2016

Contrato 33/2016		**Programa**	P52 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria para a elaboração de projetos de proteção de nascentes na UGRH 3 Santo Antônio - compreendendo os municípios de Dom Joaquim, Dores de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo e Senhora do Porto, em atendimento ao Programa de Recomposição de APPS e Nascentes (P52),					
Valor	R$ 430.000,00	**Contratado**	Agroplant Consultoria Ltda		
Pago	R$ 430.000,00	**Data**	12/12/2016	**Prazo**	10/10/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Luisa	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Incremento de Áreas Legalmente Protegidas.
Subprograma: Programa de Recomposição de APP's e Nascentes – P52 CBH Santo Antônio.

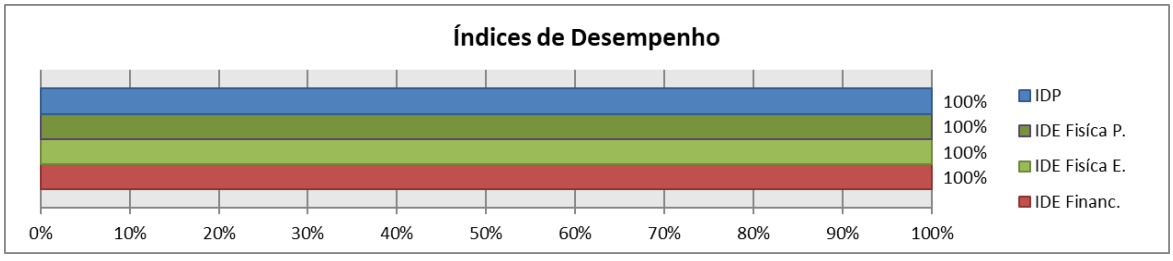
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Santo Antônio.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	4 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	4 meses	10 meses (finalizado)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: No dia 03 de maio de 2017, a empresa Agroplant Consultoria LTDA encaminhou ao IBIO, por meio de Ofício, solicitação de aditamento do prazo de vigência do Contrato nº 33/2016 e de adequação do cronograma de entrega dos produtos. A contratada justificou que, por se tratar de uma etapa delicada, a identificação dos proprietários e verificação das informações contidas no cadastro acabou demandando mais tempo que o previsto. Houve diversos casos em que as nascentes pré-cadastradas estavam localizadas nas divisas de propriedades, sendo necessário realizar novos cadastros, uma espécie de sub-cadastro de cada confinante.

Ressalta-se que todas as situações adversas encontradas em campo eram objeto de relato e consulta ao IBIO, por meio dos relatórios semanais de andamento das atividades, enviados pela empresa. No município de Dores de Guanhães, por exemplo, haviam 06 cadastros de abastecimento público que estavam em nome da Prefeitura Municipal. No entanto, todas as nascentes estavam localizadas em propriedades particulares, o que gerou a realização de, pelo menos, 12 sub-cadastros. Dessa forma, diante da solicitação da empresa e da impossibilidade de cumprimento do Contrato dentro do prazo estabelecido, procedeu-se ao aditamento do contrato por mais 150 dias, iniciando-se em 12 de maio de 2017, com termo final em 10 de outubro de 2017.

- **Contrato nº 34/2017**

Contrato 34/2017		**Programa**	P52 / /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Caratinga / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de execução de projeto de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, pertencente à UGRH 5 Caratinga, em atendimento ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52).					
Valor	R$ 244.000,00	**Contratado**	GOS FLORESTAL Ltda		
Pago	R$ 109.800,00	**Data**	26/10/2017	**Prazo**	26/04/2019
Saldo	R$ 134.200,00	**Gestor**	Eduardo	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso

Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Caratinga

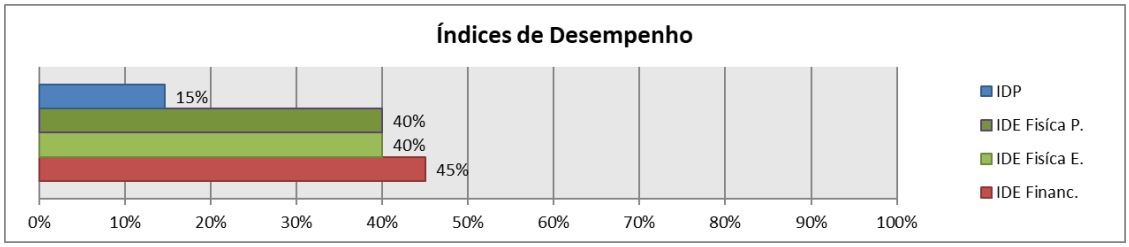
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Caratinga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	18 meses	2 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Até o momento não há atrasos no andamento do contrato.

Segue abaixo os Contratos referente aos Programas P12, P42 e P52 – Rio Vivo

➢ Contrato nº 29/2017

Contrato 29/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	IGAM /
Alocação	CBH Piracicaba / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 2 – Piracicaba, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.					
Valor	R$ 3.981.363,47	**Contratado**	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 965.095,03	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 3.016.268,44	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 68,42% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 10,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 21,05% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

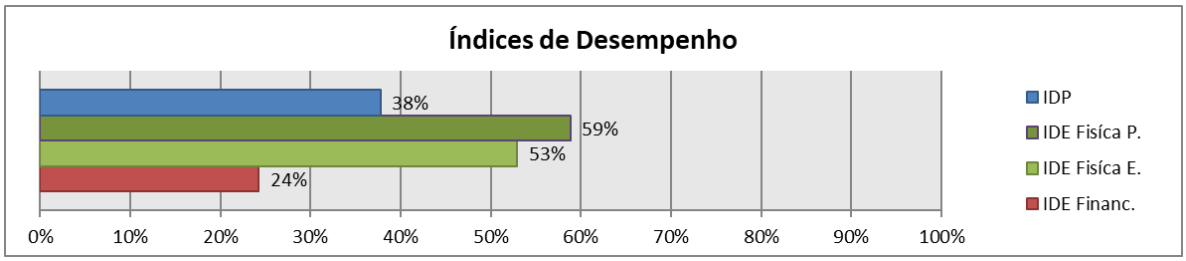
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	2 semanas
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 30/2017

Contrato 30/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 1.176.691,50	**Contratado**	Consominas Engenharia Ltda.		
Pago	R$ 294.172,89	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 882.518,61	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 53,26% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 13,93% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 32,81% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

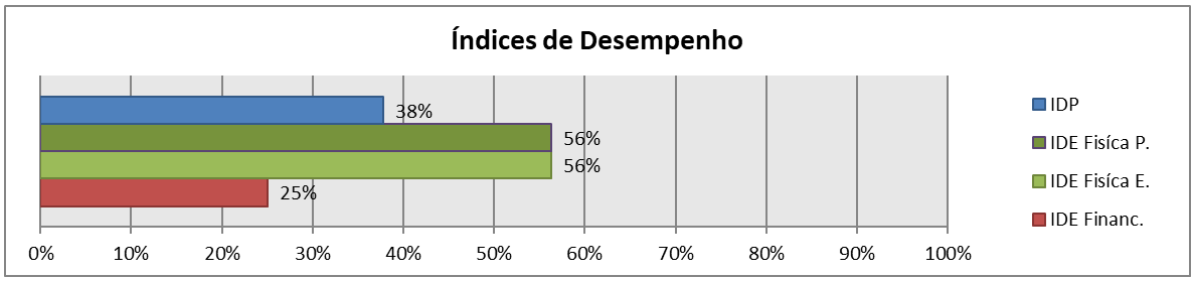
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 31/2017

Contrato 31/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	IGAM /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 855.336,42	**Contratado**	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC		
Pago	R$ 128.300,46	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 727.035,96	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 57,14% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga

Porcentagem de desembolso: 28,57% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 14,29% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

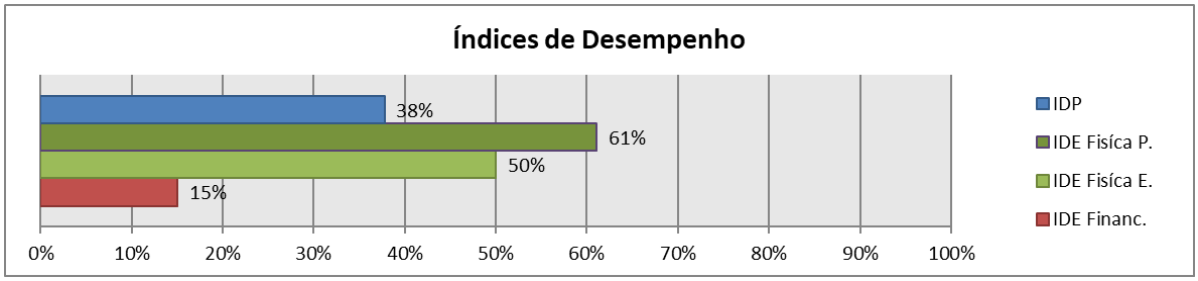
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 32/2017

Contrato 32/2017	Programa P12 / P52 / P42	Recursos ANA /
Alocação CBH Sto Antônio / /		
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural		
Valor R$ 967.060,19	**Contratado** Fundação Educacional Caratinga - FUNEC	
Pago R$ 241.765,05	**Data** 15/09/2017	**Prazo** 15/06/2018
Saldo R$ 725.295,14	**Gestor** Elter	**Aditivos** 0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 57,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

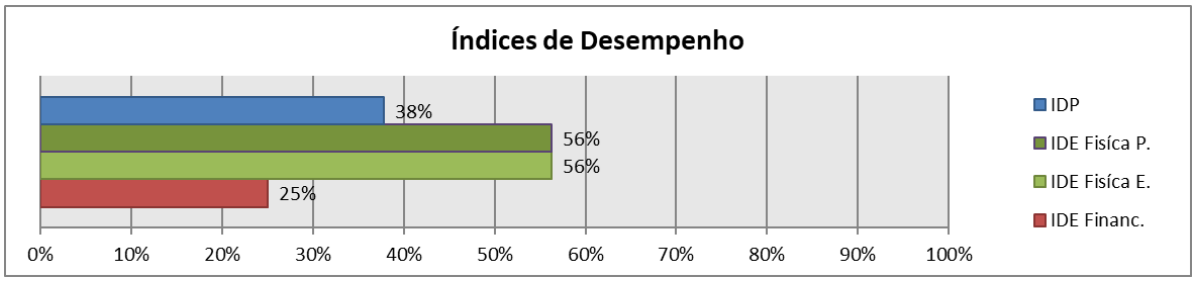
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 33/2017

Contrato 33/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 3 – Santo Antônio, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural					
Valor	R$ 914.272,08	**Contratado**	Consominas Engenharia Ltda.		
Pago	R$ 228.568,01	**Data**	15/09/2017	**Prazo**	15/06/2018
Saldo	R$ 685.704,07	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

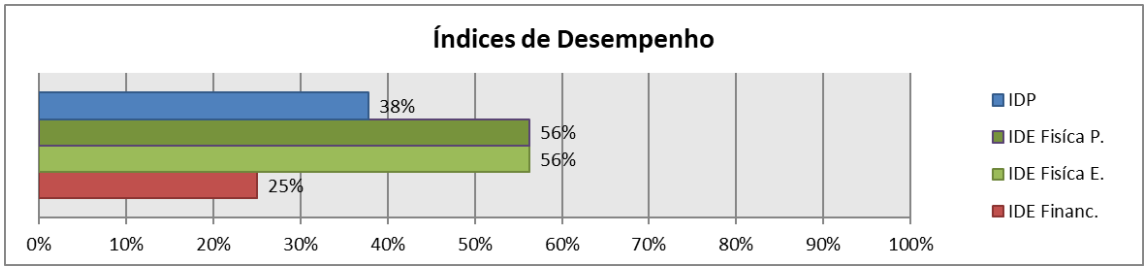
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 38/2017

Contrato 38/2017		**Programa**	P12 / P42 / P52	**Recurs**	ANA / IGAM
Alocação	CBH Suaçuí / /				
Objeto					
Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 4 – Suaçuí, em atendimento aos programas Hidroambientais: P12 – |Programa de controle das atividades geradoras de sedimento e P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes; e a ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural, consoante especificações técnicas constantes no Ato Convocatório n° 06/2017 e seus Anexos, e em especial as especificações técnicas constantes no ANEXO I – Termo de Referência, que é parte integrante do presente instrumento contratual, bem como nos termos da proposta apresentada pela CONTRATADA.					
Valor	R$ 770.408,73	**Contratado**	SAMENCO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA		
Pago	R$ 77.040,87	**Data**	20/11/2017	**Prazo**	20/08/2018
Saldo	R$ 693.367,86	**Gestor**	Eduardo	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Suaçuí
  Porcentagem de desembolso: ANA: 54,23%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Suaçuí

Porcentagem de desembolso: ANA: 14,27%; IGAM: 13,04% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Suaçuí
  Porcentagem de desembolso: ANA: 31,50%; IGAM: 43,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

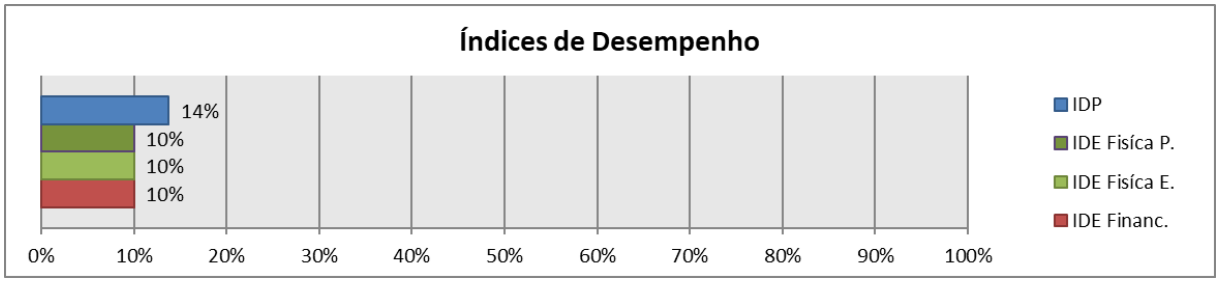
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: O processo de seleção das empresas ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, consequentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

➢ Contrato nº 40/2017

Contrato 40/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 04/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 1 – PIRANGA, nos Municípios de Amparo do Serro, Barra Longa, Cajuri, Desterro do Melo, Guaraciaba, Mariana, Oratórios, Paula Cândido, Piranga, Ponte Nova, Presidente Bernardes, Ressaquinha e Viçosa, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.					
Valor	R$ 228.789,51	**Contratado**	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda		
Pago	R$ 28.598,69	**Data**	27/11/2017	**Prazo**	27/06/2018
Saldo	R$ 200.190,82	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 54,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 14,20% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
  Porcentagem de desembolso: 31,53% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

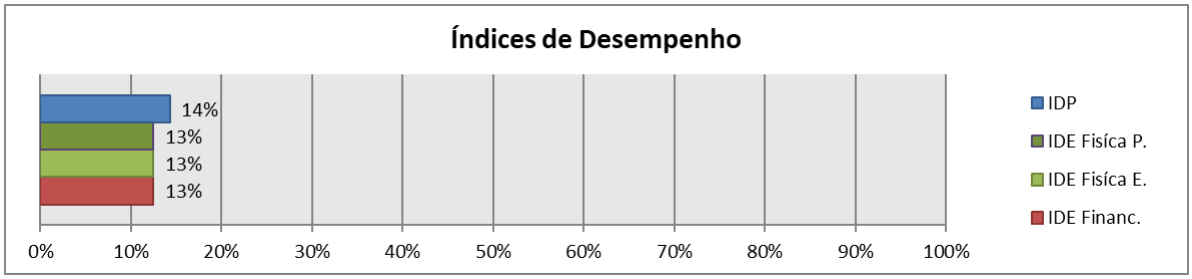
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

➢ Contrato nº 41/2017

Contrato 41/2017	Programa P12 / P52 / P42	Recursos ANA /
Alocação CBH Piracicaba / /		
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 03/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 2 – PIRACICABA, nos Municípios de Mariana, Catas Altas, Santa Bárbara, Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Rio Piracicaba, João Molevade, São Domingos do Prata, Bela Vista de Minas, Nova Era, Itabira, Alvinópolis, Antônio Dias, Jaguaraçu, Marliéria, Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Santana do Paraiso, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.		
Valor R$ 270.408,70	**Contratado** Samenco Engenharia e Consultoria Ltda	
Pago R$ 33.801,09	**Data** 27/11/2017	**Prazo** 27/06/2018
Saldo R$ 236.607,61	**Gestor** Cynthia	**Aditivos** 0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 54,15% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 14,37% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piracicaba
  Porcentagem de desembolso: 31,48% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

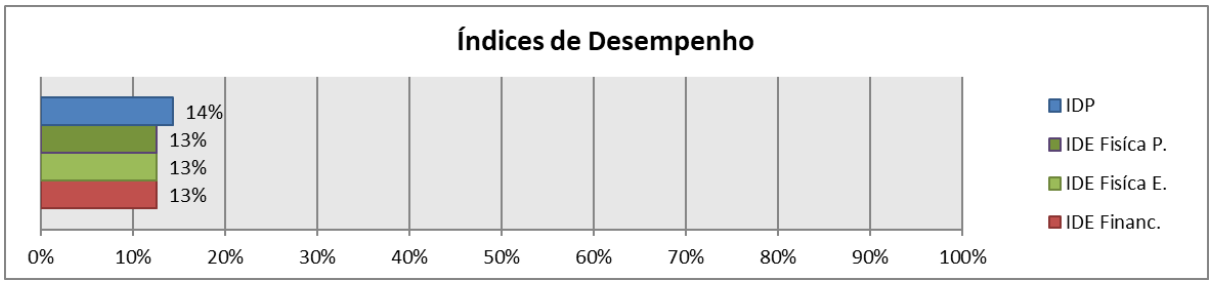
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Piracicaba

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

- **Contrato nº 42/2017**

Contrato 42/2017		**Programa**	P12 / P52 / P42	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de fiscalização, análise e validação de serviços e produtos desenvolvidos e elaborados por empresa(s) já contratada(s) pelo Instituto BioAtlântica por meio do Ato Convocatório nº 05/2017, relativo à elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais nas UGRH 3 – SANTO ANTÔNIO, nos Municípios de Alvorada de Minas, Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Dores de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Passabém, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto, Senhora do Porto e Serro, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural.				
Valor	R$ 210.239,14	**Contratado**	Samenco Engenharia e Consultoria Ltda		
Pago	R$ 26.279,89	**Data**	27/11/2017	**Prazo**	27/06/2018
Saldo	R$ 183.959,25	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
  Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 54,21% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Universalização do Saneamento
  Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 14,27% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

- Programa: Qualidade de Água
  Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Santo Antônio
  Porcentagem de desembolso: 31,52% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2016/2017/2018)

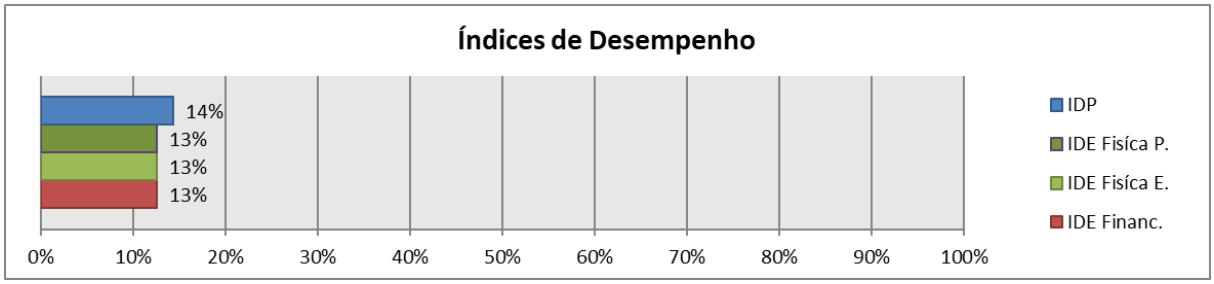
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P52 – CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	49 dias
Assinatura do Contrato	1 mês	5 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	1 mês (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária.

9.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Na Tabela 41, Tabela 42 e Tabela 43 temos a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), com a fonte de recurso federal.

Tabela 41 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P52

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)						
Investimento Previsto no PAP	**3.805**	**3.805**	**3.805**	**3.799**	**3.183**	**18.398**
Investimento Realizado	**355**	**1152**	**0**	**0**	**0**	**1507**

No ano de 2017, para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) o investimento realizado com o recurso da união foi de R$ 1.152.000,00 (Um milhão cento e cinquenta e dois mil reais). Com esse investimento foram realizados pagamentos de produtos referentes aos contratos 34/2015, 33/2016, 30/2017, 32/2017, 33/2017, 34/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017 e 42/2017.

Os contratos 34/2015 e 33/2016 estão relacionados à implementação do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) de maneira isolada. Já os contratos 30/2017, 32/2017, 33/2017, 34/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017 e 42/2017 são referentes a implementação do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes em conjunto com os programas P12 e P42 (Rio Vivo).

Ressalta-se que, os contratos 40/2017, 41/2017 e 42/2017 são referentes à fiscalização do Rio Vivo nas UGRHs 1, 2 e 3.

Os primeiros processos de contratação de empresas para o Rio Vivo, referentes aos Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3, ocorreram de maio a setembro de 2017. Desse modo, os desembolsos com as contratações do Rio Vivo iniciaram apenas no quarto trimestre de 2017. Com o planejamento do Rio Vivo, muitos municípios das UGRHs 1, 2, 3 e 4 estão sendo contemplados e prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções.

O Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas já tem discussões em andamento e o processo de contratação de empresas está previsto para 2018.

Tabela 42 – Recurso Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P52

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	474	474	474	468	-	1.889
Investimento Realizado	0	164	0	0	0	164
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	211	211	211	211	211	1.057
Investimento Realizado	0	17	0	0	0	17
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	399	399	399	399	251	1.847
Investimento Realizado	0	684	0	0	0	684
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	794	794	794	794	794	3.969
Investimento Realizado	1	29	0	0	0	31
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	392	392	392	392	392	1.958

Investimento Realizado	0	110	0	0	0	110
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	424	424	424	424	424	2.122
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	**2.694**	**2.694**	**2.694**	**2.688**	**2.072**	**12.842**
Total de Investimentos Realizados	**1**	**1004**	**0**	**0**	**0**	**1006**

Tabela 43 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado do Espírito Santo – P52

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	258	258	258	258	258	1.289
Investimento Realizado	158	35	0	0	0	193
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH08 Santa Maria do Doce						
Investimento Previsto no PAP	286	286	286	286	286	1.431
Investimento Realizado	83	48	0	0	0	131
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	567	567	567	567	567	2.836
Investimento Realizado	113	64	0	0	0	177
Total de Investimentos Previstos	**1.111**	**1.111**	**1.111**	**1.111**	**1.111**	**5.556**
Total de Investimentos Realizados	**353**	**148**	**0**	**0**	**0**	**501**

Na Tabela 42, nota-se que o valor do investimento realizado em 2017 foi maior que o valor previsto no PAP para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) na UGRH03 Santo Antônio deste ano. Este valor se justifica levando em consideração o valor previsto também no ano de 2016. Vale ressaltar que em dezembro de 2016 houve uma contratação para iniciar as atividades do programa. O IBIO recebeu e aprovou o plano de trabalho elaborado pela empresa Contratada. No ano de 2017 foram realizados todos os serviços e pagamentos dos produtos referentes ao contrato iniciado em 2016, totalizando um montante de R$ 430.000,00.

Na UGRH06 Manhuaçu não houve investimento para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), mesmo sendo previsto no PAP um investimento de R$424.000,00. Foram discutidas algumas propostas de implementação do P52 nas reuniões do comitê, tanto de maneira isolada ou conjunta com os programas P12 e P42. No entanto, o comitê decidiu por não implementar o programa no ano de 2017, pois haviam algumas propostas de ações envolvendo parcerias com outras instituições.

Na Tabela 44 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 44 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P52

Recursos Repassados pelo IGAM (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	500	1000	1000	1000	1000	4.500
Investimento Realizado	0	69	0	0	0	69
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	4000	6500	6500	6500	6500	30.000
Investimento Realizado	0	620	0	0	0	620
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	960	960	960	960	960	4.800
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500	500	0	0	0	1.000
Investimento Realizado	0	8	0	0	0	8
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	250	250	250	250	1.250
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	0	290	290	290	290	1.160
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	**6.210**	**9.500**	**9.000**	**9.000**	**9.000**	**42.710**
Total de Investimentos Realizados	**0**	**696**	**0**	**0**	**0**	**696**

De acordo com a Cláusula Quarta do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão IGAM nº 001/2011 que entre si celebram o Instituto Mineiro de Gestão das Aguas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, ficou vedada a realização de novos contratos e a assunção de novos compromissos que não estavam previstos no PAP 2012/2015, sendo permitido apenas a realização de pagamentos decorrentes de contratos já firmados e que necessitem ser prorrogados para conclusão dos serviços vinculados ao plano de trabalho vigente e a manutenção das estruturas físicas e operacionais da Entidade Equiparada e dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Mineiros do Rio Doce. Também ficou definido neste aditivo que os contratos firmados pelo IBIO deveriam ter vigência até 31/12/2016.

Em função da situação do contrato de gestão IGAM/IBIO, que tornou inviável ao IBIO assumir novas contratações que ultrapassassem o exercício de 2016, não foram utilizados os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce para as contratações do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes - P52 no ano de 2016, uma vez que as atividades e ações previstas no Programa

ultrapassariam o período de vigência do Contrato. Dessa maneira, os planejamentos com recursos repassados pelo IGAM foram retomados em 2017.

Na Tabela 44, nota-se que em 2017 não houve investimento proveniente do recurso repassado pelo IGAM nas UGRHs Santo Antônio, Caratinga e Manhuaçu. No entanto, o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) foi implementado de maneira isolada e conjunta com os Programas P12 e P42 na UGRH03 Santo Antônio e de forma isolada na UGRH05 Caratinga, através de recursos repassados pela ANA.

Ressalta-se que na UGRH03 Santo Antônio as discussões, aprovação e assinatura do contrato para implementação isolada do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) ocorreram em 2016. Devido a situação do contrato de gestão IGAM/IBIO, não foram utilizados os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce na contratação da empresa responsável pela execução do programa.

Na UGRH06 Manhuaçu não houve investimento para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), mesmo sendo previsto no PAP um investimento de R$290.000,00. Foram discutidas algumas propostas de implementação do P52 nas reuniões do comitê, tanto de maneira isolada ou conjunta. No entanto, o comitê decidiu por não implementar o programa no ano de 2017, pois haviam algumas propostas de ações envolvendo parcerias com outras instituições.

9.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Incremento de Áreas Legalmente Protegidas

Subprograma: P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes

Objeto: Análise simultânea das informações geradas em outros programas, com definição de trechos críticos. Dentre estes, seleção dos trechos viáveis de serem recuperados e que possam ser utilizados como unidades demonstrativas. Implantação de dez unidades demonstrativas ao longo da bacia, com instrumentação para a caracterização de alteração dos processos de geração e arraste de sedimentos. Manutenção das unidades demonstrativas e monitoramento e avaliação pelo período mínimo de cinco anos. Na conservação das nascentes, será realizada a seleção de uma sub-bacia piloto, com posterior mapeamento, identificação e caracterização das principais nascentes, considerando-se as mais conhecidas pela população local e as de maior vazão; visita a campo para avaliação das condições e proposta de recuperação; seleção das áreas demonstrativas e execução de projeto e orçamentação; implantação das unidades demonstrativas; monitoramento e avaliação dos resultados obtidos; análise de eficiência e de eficácia das medidas adotadas; definição de estratégias de divulgação dos resultados; apoio às iniciativas individuais de recuperação das nascentes.

Valor Estimado: R$ 8.640.000,00

9.6. Ações do IBIO

As ações do IBIO referentes ao Rio Vivo (P12, P42 e P52 em conjunto) encontram-se detalhadas no item 4.6 (Ações do IBIO - P12) deste Relatório.

Ações do IBIO quanto a implementação do P52 de forma isolada: Em 2017, foram realizadas reuniões nos comitês de bacias hidrográficas que foram contemplados com ações do Programa de

Recomposição de APPs e Nascentes (P52). O objetivo dessas reuniões foi discutir e definir estratégias para resolver as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento do programa. Participaram dessas reuniões representantes do IBIO e dos Comitês de Bacia Hidrográficas do Santo Antônio (UGRH 3), Caratinga (UGRH 5), Guandu (UGRH 7), Santa Maria do Doce (UGRH 8) e Pontões e Lagoas (UGRH 9). Ressalta-se que todas as discussões e decisões foram realizadas nos Grupos de Trabalhos (GT) e Câmaras Técnicas de Programas e Projetos (CTPP) dos comitês e apresentadas em reunião de plenária para aprovação. Segue a descrição, especifica de cada comitê, sobre o andamento do Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52):

Pelos comitês Mineiros

- **CBH Caratinga:**

No ano de 2016, a Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan), do CBH Caratinga, elegeu que o programa seria implantado na Comunidade Rural do Córrego do Pião de Cima e Pião de Baixo, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, e apresentada em reunião de plenária para sua aprovação. Nesta comunidade já existe conflito pelo uso da água e também está localizada a nascente do rio Caratinga.

Neste mesmo ano, foi formalizada uma parceria do IBIO, CBH Caratinga e o Instituto Estadual de Florestas – IEF, agência do município de Caratinga, foram realizadas vistorias de campo pelos técnicos do IEF e repassadas ao analista de programas e projetos do IBIO. Nestas visitas, foi informado ao produtor, sobre o programa P52, seus objetivos e suas ações. Foram realizados os cadastros dos produtores interessados em participar do programa, assinatura dos termos de compromisso, e a vistoria completa dos imóveis onde foi realizado o georreferenciamento das áreas a serem trabalhadas.

Pelo levantamento realizado em campo, foram cadastradas para participar do programa 13 (treze) propriedades rurais, distribuídos em 24 (vinte e quatro) áreas, que foram, georreferenciadas, correspondente ao total de 14,5519 ha (quatorze hectares cinquenta e cinco ares e dezenove centiares). Deste montante serão construídos 6.707 (seis mil setecentos e sete) metros lineares de cerca de arame farpado e efetuado o plantio de 2.606 (dois mil seiscentos e seis) mudas florestais e frutíferas. O programa, ainda prevê a execução de tratos culturais (capina manual, roçada, combate a formiga e replantio de mudas não sobreviventes).

Para cada propriedade rural, foi elaborado um projeto, já especificando a área a ser cercada e posteriormente restaurada, com distribuição das espécies de mudas florestais e nativas já distribuídas em 02 grupos e quantidade de isca formicida / adubação / porcentagem de replantio em cada área a ser trabalhada. A cada atividade implantada na propriedade rural, o proprietário assina um documento certificando que a atividade foi realizada de modo satisfatório.

De posse de todos os projetos, realizados pelo IEF, o IBIO elaborou o Ato Convocatório, para contratação dos serviços de implantação do programa. Na data de 18 de setembro de 2017, foi realizada a sessão Pública do Ato Convocatório de nº 07/2017, com o objetivo de a prestação de serviços de execução de projeto de recomposição (plantios de espécies florestais e frutíferas) e proteção (construção de cercas) de nascentes, no município de Santa Bárbara do Leste/MG, pertencente à UGRH 5 Caratinga, em atendimento ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), tendo como vencedora a empresa GOS Florestal Ltda. Na data de 02 de outubro de 2017, foi

assinado o Contrato de nº 034/2017, no valor de total de R$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais).

Na Figura 90 temos registrado o momento da assinatura do Contrato nº 34/2017, onde estiveram presentes, Fabiano Henrique da Silva – Diretor Técnico do IBIO, Ronevon Huebra da Silva – Presidente do CBH Caratinga e Ricardo Alcântara Valory – Diretor Geral do IBIO (esquerda para direita).



Figura 90 - Assinatura do Contrato nº 034/2017

Durante a implantação do programa, deverão ser entregues os seguintes produtos:

- Produto 1 - Plano de Trabalho
- Produto 2 – Relatório Técnico de Proteção
- Produto 3 – Relatório Técnico de Recomposição
- Produto 4 – Monitoramento I
- Produto 5 – Monitoramento II e Relatório Final

No ato convocatório, consta o conteúdo de cada um dos produtos, de acordo com o desenvolvimento do programa.

Na data de 02 de outubro de 2017, foi realizada pelo IBIO e a empresa GOS Florestal, uma reunião de alinhamento, para início de implantação do programa, na comunidade rural do córrego do Pião de Cima e Pião de Baixo, no município de Santa Bárbara do Leste. Como pode visto na Figura 91, com a presença do Sr. Ronevon Huebra da Silva – Presidente do CBH Caratinga; Eduardo de Freitas Costa – Analista de Programas e Projetos do IBIO; Luísa Poyares Cardoso – Coordenadora de Programas e Projetos do IBIO; e Ângelo Giovani Vieira – Sócio Diretor da GOS Florestal



Figura 91 - Reunião de alinhamento entre IBIO e GOS Florestal

- **Produtos já entregues:**

  - **Produto 1 – Plano de Trabalho:**

Neste produto, que foi entregue no dia 03 de dezembro de 2017, constam em seu conteúdo: planejamento técnico e físico dos trabalhos, contextualização das ações, indicação das equipes, seu perfil, responsabilidades de cada profissional, a descrição das atividades com sua organização, a metodologia de trabalho a serem empregados, os equipamentos a serem utilizado, organograma para os trabalhos, fluxograma, prazos previstos e insumos necessários.

  - **Produto 2 – Relatório Técnico de Proteção**

Neste produto, que foi entregue no dia 15 de dezembro de 2017, consiste à construção de 6.707 (seis mil setecentos e sete) metros lineares de cerca de arame farpado, com balancins entre os mourões de eucalipto tratado. Neste produto também constam em seu conteúdo: informações sobre a bacia hidrográfica do Rio Caratinga; o município de Santa Bárbara do Leste, citando: população, instituições atuantes, agropecuária, meio ambiente, agricultura, economia, aspectos gerais; a Comunidade do Córrego do Peão de Cima e Peão de Baixo, citando: número de imóveis rurais, moradores, principais atividades econômicas, dentre outros aspectos ambientais e sociais. Deverá, também, conter descrição sobre a importância da proteção das áreas de preservação permanente e nascentes, principalmente contra o pisoteio de gado e interferência humana.



Figura 92 - Início da construção de cercas, para a proteção das áreas no entorno das nascentes



Figura 93 - Início da construção de cercas, para a proteção das áreas no entorno das nascentes



Figura 94 - Área selecionada no programa, antes da construção das cercas, para proteção



Figura 95 - Área selecionada, após a construção das cercas

Na data de 08 de dezembro de 2017, foi realizada a 2ª reunião de alinhamento com a empresa GOS Florestal, para observações e orientações sobre o próximo relatório a ser entregue. Houve a participação do Sr. Alessandro Vanini Amaral de Souza – Diretor da GOS Florestal; Eduardo de Freitas Costa – Analista de Programas e Projetos do IBIO; Anderson Theodoro Siqueira e Eduardo Miranda – Servidores do IEF, Núcleo de Caratinga.

- **Produtos a serem entregues:**

  - **Produto 3 – Relatório Técnico de Recomposição**

Neste produto, que consiste no plantio de mudas florestais e frutíferas, a empresa deverá, além da comprovação das atividades de recomposição, fazer constar o seguinte conteúdo: trabalhos a serem realizados para recomposição de nascentes, com ênfase na regeneração natural e no plantio de mudas nas modalidades de enriquecimento e plantio total; descrição sobre a importância, funções e benefícios oriundos da vegetação no entorno das áreas de preservação permanente, especialmente áreas de nascentes.

  - **Produto 4 – Relatório Técnico de Monitoramento I**

Após o cercamento e plantio, será efetuado o primeiro monitoramento, com a execução de tratos culturais em todas as áreas trabalhadas e o replantio das mudas não sobreviventes. Neste relatório, além da comprovação das atividades de monitoramento deverá conter uma descrição dos trabalhos realizados para o replantio e a importância da realização dos tratos culturais, a serem executados nas áreas trabalhadas pelo Programa.

  - **Produto 5 – Relatório Técnico de Monitoramento II e Relatório Final**

Este produto contempla a segunda execução de tratos culturais em todas as áreas trabalhadas e o replantio das mudas não sobreviventes, bem como uma síntese de todos os trabalhos executados de proteção e recomposição, durante todo o programa, destacando a importância para a recuperação ambiental da bacia.

❖ **CBH Santo Antônio:**

No ano de 2015 houve uma discussão das ações do programa P52, e ficou deliberado pelo comitê a participação no programa através da realização de cercamento de nascentes. Embasados no mapa de vulnerabilidade, foi elaborado o edital de chamamento, com pontuação, para participação dos municípios inseridos ou não na área prioritária para recuperação ambiental, sendo que os municípios inseridos na área prioritária tinham uma pontuação maior. Após o recebimento das propostas, foram selecionados 05 municípios inseridos na área prioritária (Morro Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro e Senhora do Porto) e 02 municípios fora da área prioritária (Dores de Guanhães e Ferros). Foram entregues 307 cadastros, referentes aos 7 municípios selecionados para participar do programa, que foram hierarquizados para atendimento. A hierarquização dos cadastros foi baseada em informações obtidas pelos proprietários rurais, em critérios de hierarquização do programa e alguns novos critérios inseridos pelo CBH.

No primeiro semestre de 2016 foram realizadas discussões que culminaram na elaboração do Termo de Referência. No mês de julho do mesmo ano o Termo para a contratação da empresa especializada na elaboração de projetos de proteção de nascentes foi aprovado pela CTPP. Ainda no mês de julho de 2016, foi realizado a solicitação de orçamento, e em setembro publicado o Ato Convocatório.

Em outubro de 2016, aconteceram as sessões públicas para julgamento das propostas e habilitação das empresas. Foram recebidas proposta de três empresas: CONSOMINAS ENGENHARIA LTDA, SANEAMB ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA ME, e AGROPLANT CONSULTORIA LTDA. A empresa AGROPLANT CONSULTORIA LTDA foi a vencedora do certame, e em novembro de 2016 houve a contratação da empresa para iniciar as atividades do programa de Recomposição de APPS e Nascentes na UGRH Santo Antônio, no estado de Minas Gerais. Em dezembro, o IBIO recebeu e aprovou o plano de trabalho elaborado pela empresa AGROPLANT.

No ano de 2017 a empresa AGROPLANT realizou, em 10 meses, todos os serviços previstos no Termo de Referência. Foi realizado o georreferenciamento e piquetagem das áreas e a elaboração dos projetos de cercamento de nascentes em todos os 7 municípios contemplados (Figura 96, Figura 97, Figura 98, Figura 99). No período em que os serviços estavam sendo executados, ocorreram reuniões no comitê de bacias hidrográficas do rio Santo Antônio para discutir sobre o andamento do programa.



Figura 96 – Reunião da equipe para divisão dos cadastros



Figura 97 – Medição e Piquetagem



Figura 98 – Detalhes dos piquetes



Figura 99 – Equipe de campo em reunião com os parceiros da Prefeitura de Dom Joaquim

Ainda em 2017, foi discutido e aprovado pela câmara técnica de Programas e Projetos - CTPP (Figura 100) o Termo de Referência para a contratação de serviços especializados para execução de projetos de proteção (construção de cercas) de nascentes, na UGRH 3 Santo Antônio.



Figura 100 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio, realizada em Itabira-MG.

❖ **CBH Piranga – CBH Piracicaba – CBH Santo Antônio – CBH Suaçuí:**

Como já mencionado, além dessas ações do P52 de forma isolada, o P52 vem sendo implementado em conjunto com os programas P12 e P42. A princípio esta implementação conjunta vem sendo iniciada nas UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba, 3 - Santo Antônio e 4 - Suaçuí. Maiores detalhes desta implementação conjunta se encontram no item 4.6 (Ações do IBIO - P12) deste Relatório.

Pelos comitês Capixabas

❖ **CBH Guandu – CBH Santa Maria do Rio Doce – CBH Pontões e Lagoas do Doce:**

Em 2015, no âmbito do Programa P52, nas UGRHs 7, 8 e 9, foi celebrado entre IBIO e a empresa V & S FLORESTAS E SUSTENTABILIDADE o contrato para a realização do CAR e elaboração de projetos técnicos de plantios de espécies florestais para fins de conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis em 600 propriedades rurais.

A referida contratação faz parte de um arranjo institucional, em que os comitês de bacia hidrográfica, por meio do IBIO, apoiam a contratação do CAR e dos projetos técnicos, enquanto o Governo do Estado do Espírito Santo (SEAMA), por meio do Programa Reflorestar, financiará os insumos necessários para as intervenções nas propriedades rurais, bem como os mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) inseridos no Programa.

Nesse contexto, a empresa V&S tem a obrigatoriedade de entregar ao IBIO, como produtos, o material relativo à realização do CAR, bem como os projetos técnicos aprovados pelo Programa Reflorestar e

os contratos de PSA assinados pelos proprietários rurais. Em outubro de 2015, a empresa contratada iniciou suas atividades referentes ao programa.

No ano de 2017 deu-se continuidade às atividades e ações previstas no programa de Recomposição de APPS e Nascentes. Foram realizadas reuniões especificas em cada comitê para discutir as estratégias de mobilização com os produtores, e assim, atingir as metas estipuladas por município conforme o Termo de Referência. Nos municípios de Águia Branca, Marilândia, São Roque do Canaã e Santa Teresa, foram necessárias reuniões de mobilizações com produtores para incentivar à participação no programa P52. Participaram dessas reuniões de mobilização: representantes dos comitês, do IBIO, do Programa Reflorestar, da empresa V & S; e produtores rurais.



Figura 101 – Apresentação sobre o andamento do P52 no CBH Guandu



Figura 102 – Reunião Plenária do CBH Guandu



Figura 103 – Reunião Plenária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce



Figura 104 – Apresentação sobre o andamento do P52 no CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce



Figura 105 – Reunião CTPP do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce



Figura 106 – Reunião Plenária do CBH Santa Maria do Doce

No dia 09 de junho de 2017 foi realizada uma cerimônia em Santa Teresa/ES, para entrega simbólica do pagamento por serviços ambientais (PSA) que é destinado à compra de insumos para intervenções de adequação ambiental. Em 2017, 360 proprietários rurais participantes do arranjo P52/Reflorestar receberam a primeira parcela do PSA. O evento reuniu participantes do programa, autoridades municipais e estaduais, representantes dos comitês de bacias hidrográficas do rio Doce, representantes da *The Nature Conservancy* (TNC) e do IBIO (Figura 107, Figura 108, Figura 109, Figura 110).



Figura 107 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar



Figura 108 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar.



Figura 109 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar.



Figura 110 - Cerimônia de entrega simbólica do PSA aos produtores participantes do arranjo P52/Reflorestar

9.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P52 em conjunto com os programas P12 e P42, ver item 4.7 (Principais Deficiências e Dificuldades - P12) deste Relatório.

Segue abaixo as principais deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P52 de forma isolada:

As principais dificuldades estão relacionadas ao Contrato nº 34/2015, devido a desistência de alguns produtores no momento da assinatura dos contratos, falta de adesão ao programa de produtores em algumas regiões e pendências nas documentações dos produtores que já haviam previamente se cadastrados. Ressalta-se que devido as dificuldades supracitadas, houve a necessidade de potencialização dos esforços por parte dos comitês de bacias hidrográficas no processo de mobilização.

As mobilizações de produtores interessados em aderir ao Programa P52 se deram através de diversas parcerias junto as Prefeitura Municipais através das Secretarias de Meio Ambiente, Escritórios Regionais e Central do IDAF, e demais segmentos como Sindicato dos Produtores Rurais e lideranças comunitárias. A parceria junto às instituições citadas se deu tanto no sentido de divulgar o programa a possíveis interessados, mobilizando antigos e novos interessados, mas também no auxílio ao atendimento aos produtores para coleta de documentação.

Assim, foram realizadas reuniões diversas com os produtores e parceiros do P52, tanto no sentido de apresentar o programa, bem como reunir os possíveis interessados para coleta de documentação e início das atividades de campo. A maior dificuldade de adesão de produtores ao programa está na Unidade de Análise Santa Maria do Doce. Com o intuito de preencher as vagas previstas nesta unidade, foi realizada uma reunião do CBH Santa Maria do Doce onde foi deliberada a abertura de vagas para o município de Colatina-ES.



Figura 111 – Reuniões de mobilização com parceiros do P52



Figura 112 – Reuniões de mobilização com produtores



Figura 113 – Reuniões de mobilização com produtores



Figura 114 – Reuniões de mobilização com técnicos, produtos e parceiros



Figura 115 – Reunião com produtor interessado no Programa P52



Figura 116 – Atendimento a produtores interessados no Programa P52



RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

(P61.2)

10. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

10.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

10.2. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos.

Entre 2012 e 2017 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

10.3. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos. Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do IBIO. São contratos relacionados à aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc.

Outro tipo de serviço contratado está relacionado ao fortalecimento da imagem dos Comitês com ações de divulgação e comunicação. As contratações listadas abaixo referem-se, principalmente às ações institucionais, cujo objetivo principal é fortalecer e consolidar a identidade dos Comitês. Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

➢ Contrato nº 03/2017

Contrato 03/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Pontões e Lagoas				
Objeto Este contrato tem por objeto a confecção de 100 (cem) bonés; em microfibra. Cor branca com a aba azul; logo do Comitê na frente; Site do Comitê lado direito; e-mail do Comitê lado esquerdo; frete incluso.					
Valor	R$ 600,00	**Contratadc**	Norma Gomes Pinheiro - ME (UNIKEP)		
Pago	R$ 600,00	**Data**	12/01/2017	**Prazo**	17/01/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Pontões e Lagoas.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Pontões e Lagoas

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 117 – Ex-presidente do CBH-Pontões e Lagoas do Doce usando o boné durante entrevista

➢ Contrato nº 07/2017

Contrato 07/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Suaçuí / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a confecção de 100 (cem) bonés, conforme descrição: Boné modelo ciclista em microfibra na cor branca; Regulador de plástico; Silk 3 cores na frente (logo do CBH - Suaçuí); Silk 3 cores na lateral esquerda (logo Ibio); Silk 3 na lateral direita (logo do CBH-Doce); Frete incluso.					
Valor	R$ 600,00	**Contratado**	Norma Gomes Pinheiro - ME (UNIKEP)		
Pago	R$ 600,00	**Data**	23/03/2017	**Prazo**	23/04/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Suaçuí.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 118 – Bonés produzidos para o CBH-Suaçuí

➢ Contrato nº 09/2017

Contrato 09/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Suaçuí / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a confecção de 100 (cem) bonés, conforme descrição: Boné modelo ciclista em microfibra na cor branca; Regulador de plástico; Silk 3 cores na frente (logo do CBH - Suaçuí); Silk 3 cores na lateral esquerda (logo Ibio); Silk 3 na lateral direita (logo do CBH-Doce); Frete incluso.					
Valor	R$ 600,00	**Contratado**	Norma Gomes Pinheiro - ME (UNIKEP)		
Pago	R$ 600,00	**Data**	10/04/2017	**Prazo**	10/05/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Suaçuí.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Suaçuí

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 119 – Conselheiros do CBH-Suaçuí usando boné durante evento

➢ Contrato nº 12/2017

Contrato 12/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Sto Antônio / /				
Objeto O presente contrato tem por objeto a aquisição de 10 (dez) medalhas de acrílico personalizadas para o CBH Santo Antônio/MG					
Valor	R$ 350,00	**Contratado**	Acril Sinalização Eirell - EPP		
Pago	R$ 350,00	**Data**	28/04/2017	**Prazo**	17/05/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Santo Antônio.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Santo Antônio

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 120 – Medalhas produzidas para o CBH-Santo Antônio

➢ Contrato nº 15/2017

Contrato 15/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Caratinga / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a confecção de 100 (cem) camisas, para o CBH Caratinga, conforme descrição abaixo: Camisa em malha 100% algodão; cor branca; gola redonda; silk 4 cores na frente; silk 6 cores nas costas; tamanho P (10 unid.); tamanho M (35 unid.); tamanho G (50 unid.); tamanho GG (5 unid.); frete incluso.					
Valor	R$ 1.980,00	**Contratado**	Norma Gomes Pinheiro - ME (UNIKEP)		
Pago	R$ 1.980,00	**Data**	22/05/2017	**Prazo**	22/06/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Caratinga.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Caratinga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 121 – Membros do CBH-Caratinga usando a camisa durante Seminário promovido pelo Comitê

➢ Contrato nº 19/2017

Contrato 19/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Manhuaçu / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a confecção de 250 camisas para CBH Manhuaçu					
Valor	R$ 3.000,00	**Contratado** 2 R Comércio de Confecções Ltda			
Pago	R$ 3.000,00	**Data**	04/07/2017	**Prazo**	04/08/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Manhuaçu.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Manhuaçu

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 122 – Camisas produzidas para evento apoiado pelo CBH-Manhuaçu

➢ Contrato nº 22/2017

Contrato 22/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Pontões e Lagoas ,				
Objeto Este contrato tem por objeto a confecção de 01 bandeira personalizada para o CBH Pontões e Lagoas.					
Valor	R$ 259,00	**Contratado**	Confecções de Bandeiras Bandemar Ltda - ME		
Pago	R$ 259,00	**Data**	28/07/2017	**Prazo**	28/08/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Pontões e Lagoas.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Pontões e Lagoas

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 123 – Conselheiros do CBH-Pontões e Lagoas do Doce com a bandeira do Comitê durante evento

➢ Contrato nº 35/2017

Contrato 35/2017		**Programa**	P61.2 / /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Manhuaçu / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a confecção de 02 (duas) bandeiras personalizadas para o Comitê Manhuaçu.					
Valor	R$ 518,00	**Contratado**	Bandeiras Bandemar Ltda ME		
Pago	R$ 518,00	**Data**	20/10/2017	**Prazo**	20/12/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Manhuaçu.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Manhuaçu

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	30 dias

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 124 – Bandeira produzida para o CBH-Manhuaçu

➢ Contrato nº43/2017

Contrato 43/2017		**Programa**	P61.2 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Piranga / CBH Piracicaba / CBH Sto Antônio				
Objeto Este Contrato tem por objeto a confecção de 2.400 (dois mil e quatrocentos) bonés, conforme arte constante do ANEXO I – Arte dos Bonés, e descrição contida na Tabela 01, sendo 1200 unidades CBH-Piracicaba, 650 unidades CBH-Piranga, e 550 unidades CBH-Santo Antônio.					
Valor	R$ 9.120,00	**Contratado**	Norma Gomes Pinheiro - ME		
Pago	R$ 0,00	**Data**	01/12/2017	**Prazo**	21/12/2017
Saldo	R$ 9.120,00	**Gestor**	Elter	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos.
Subprograma: Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos - P61.2 - CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Santo Antônio.

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P61.2 - CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Santo Antônio.

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	Produto Entregue

Cronograma Físico-Financeiro: Não se aplica.

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.



Figura 125 - Bonés produzidos para a mobilização do Rio Vivo CBHs: Piranga, Piracicaba e Santo Antônio.

10.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês, elaborado com apoio do IBIO e das demandas que surgem ao longo do ano. Desta forma, todo o recurso desembolsado em 2017 foi fruto de demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Plenárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, etc. Ações que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos demais programas do PAP, tendo em vista que custeiam as reuniões em que os comitês deliberam sobre as ações que serão realizadas em prol da revitalização da Bacia.

Nas tabelas (Tabela 45, Tabela 46, Tabela 47, Tabela 48) apresentamos a comparação entre o previsto no PAP 2016/2020 e o realizado pelo IBIO.

Tabela 45 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P61.2

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2)						
Investimento Previsto no PAP	**1.305**	**1.135**	**1.200**	**1.200**	**1.200**	**6.040**
Investimento Realizado	**1.173**	**842**	**0**	**0**	**0**	**2.015**

Tabela 46 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado de Minas Gerais - P61.2

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Doce						
Investimento Previsto no PAP	240	200	200	200	200	1.040
Investimento Realizado	230	179	0	0	0	409
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	120	80	100	100	100	500
Investimento Realizado	117	67	0	0	0	184
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	98	94	0	0	0	192
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	125	75	100	100	100	500
Investimento Realizado	104	95	0	0	0	200
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí						

Investimento Previsto no PAP	120	80	100	100	100	500
Investimento Realizado	107	87	0	0	0	194
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	99	75	0	0	0	174
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	98	57	0	0	0	154
Total de Investimentos Previstos	**905**	**735**	**800**	**800**	**800**	**4.040**
Total de Investimentos Realizados	**854**	**653**	**0**	**0**	**0**	**1507**

Tabela 47 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado do Espírito Santo - P61.2

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Guandu						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	99	39	0	0	0	138
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santa Maria do Doce						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	100	26	0	0	0	125
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Pontões e Lagoas do Doce, CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	200	200	200	200	200	1.000
Investimento Realizado	120	124	0	0	0	244
Total de Investimentos Previstos	**400**	**400**	**400**	**400**	**400**	**2.000**
Total de Investimentos Realizados	**319**	**189**	**0**	**0**	**0**	**508**

Tabela 48 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2

Recursos Repassados pela IGAM	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	**500**
Investimento Realizado	19	50	0	0	0	**69**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	**500**
Investimento Realizado	1	27	0	0	0	**27**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	**500**
Investimento Realizado	6	17	0	0	0	**23**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	**500**
Investimento Realizado	16	40	0	0	0	**56**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	**500**
Investimento Realizado	7	42	0	0	0	**49**
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	**500**
Investimento Realizado	10	29	0	0	0	**39**
Total de Investimentos Previstos	**600**	**600**	**600**	**600**	**600**	**3000**
Total de Investimentos Realizados	**58**	**206**	**0**	**0**	**0**	**264**

10.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: P61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia Segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Objeto: Ações de fortalecimento dos comitês de bacia junto à sociedade e às instituições, visando a consolidação do sistema nacional e dos sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos.

Valor Estimado: R$ 6.000.000,00

10.6. Ações do IBIO

O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da Bacia do Rio Doce, dá apoio aos CBHs na realização de reuniões plenárias dos Comitês, reuniões de Câmaras Técnicas, realização e participação em eventos e as demais atividades realizadas pelos CBHs. Tal suporte demanda do IBIO uma série de contratações e gerenciamento destas, como serviços de realização e apoio a eventos, reserva e compra de passagens aéreas, locação de veículos, etc.

A seguir são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela secretaria executiva de apoio aos CBHs, setor da agência que acompanha diretamente as atividades dos comitês. É importante destacar que a equipe foi ampliada em 2016, visando aprimorar o atendimento às demandas dos CBH. Diante disso, em 2017, houve significativa celeridade e aumento da qualidade da prestação do serviço.

- Elaboração de ata das diversas reuniões, ofícios diversos de acordo com as solicitações;
- Auxílio ao IBIO e Comitês de Bacias Hidrográficas em reuniões, eventos e demais demandas como apoio técnico e organizacional;
- Análise, redação e revisão de processos, correspondências e documentos diversos; controlar arquivos de documentos em geral dos comitês;
- Monitoramento e apoio à organização das agendas dos comitês;
- Participação em processos de compras de materiais e serviços demandas pelo comitê, bem como suporte apoio nos processos de licitações, compras, contratos administrativos ou outras atividades relacionadas à área administrativa, financeira e contábil; acompanhamento destes contratos deliberados;
- Atendimento ao público interno e externo em geral.
- Conferência de documentação relacionada às empresas de eventos, locação de veículos e aquisição de passagens aéreas;
- Apoio na elaboração de prestação de contas;
- Confecção, pagamento e juntada de toda a documentação relacionada às diárias de viagens dos membros e convidados de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes - CBHs, assim como dos funcionários e convidados do IBIO;
- Auxílio no controle de documentação administrativa do IBIO e CBH;
- Auxílio nas logísticas das viagens realizadas pelos CBHs e IBIO;
- Desenvolvimento de projetos de comunicação integrada dos CBHs e do IBIO;
- Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de assessoria de imprensa, relações públicas, media training, organização de eventos e produção de conteúdos e mídias customizadas como: jornais, revistas institucionais, boletins, jornal mural e newsletters.
- Composição de comissões de trabalho, para as quais tenha sido nomeado por ato administrativo;
- Identificação, proposição e implementação de melhoria contínua nos processos administrativos;

Abaixo, seguem as principais reuniões e os eventos realizados pelos comitês em 2017. Todas as atividades tiveram o suporte do IBIO.

- **CBH DOCE**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões Ordinárias
24/03/2017	Governador Valadares/MG	23ª Reunião Ordinária do CBH-Doce
Data	**Município**	**Reuniões Extraordinárias**
15/08/2017	Governador Valadares/MG	32ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
15/08/2017	Governador Valadares/MG	33ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
31/10/2017	Governador Valadares/MG	34ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
07/12/2017	Governador Valadares/MG	35ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce

Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2017:

Data	Município	Diretoria Colegiada
17/02/2017	Governador Valadares/MG	5ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
23/03/2017	Governador Valadares/MG	6ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
18/04/2017	Governador Valadares/MG	7ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
12/06/2017	Governador Valadares/MG	8ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
14/08/2017	Governador Valadares/MG	9ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce



Figura 126 - Reunião da diretoria colegiada com participação da secretaria executiva do IBIO

Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê, realizadas no ano de 2017:

Data	Município	Câmara Técnica
16/02/2017	Gov. Valadares	Reunião do GACG + Dir. Executiva do CBH-Doce
16/02/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
29/06/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
14/09/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
14/03/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC)
22/03/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
06/07/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
28/07/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
29/06/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Integração (CTI)



Figura 127 - Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social

Eventos promovidos pelo CBH Doce em 2017:

Data	Município	Evento
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Eventos com participação de membros do CBH Doce em 2017:

Data	Município	Evento
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
11 e 12/04/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião da CTFlor do Comitê Interfederativo (CIF)
29/09/2017	Mariana/MG	Visita a Mariana (Renova +CBHs)
05/07/2017	Belo Horizonte/ MG	Conselho Consultivo – Renova
04/09/2017	Mariana/MG	Conselho Consultivo – Renova
06/10/2017	Belo Horizonte/ MG	Conselho Consultivo – Renova



Figura 128 - VI Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce, em Linhares/ES

- **CBH – PIRANGA**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
21/02/2017	Ponte Nova/MG	15° Reunião Ordinária do CBH-Piranga
04/05/2017	Ponte Nova/MG	16° Reunião Ordinária do CBH-Piranga
11/07/2017	Ponte Nova/MG	17ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
05/09/2017	Ponte Nova/MG	18ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
Reuniões Extraordinárias		
21/02/2017	Ponte Nova/MG	10° Reunião Extraordinária do CBH-Piranga
06/11/2017	Ponte Nova/MG	11ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga



Figura 129 - Reunião do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova – Fevereiro de 2017.

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piranga em 2017:

Data	Município	Reuniões
20/02/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH - Piranga
20/02/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTCEI do CBH-Piranga
10/07/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
04/09/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
24/10/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTOC do CBH-Piranga
25/10/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
07/11/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga

Reuniões promovidas pelo CBH-Piranga em 2017:

Data	Município	Reuniões
03/05/2017	Ponte Nova/MG	2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga
20/09/2017	Viçosa/MG	Mobilização inicial para implementação do Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga

Reuniões com a participação do CBH-Piranga em 2017:

Data	Município	Reuniões
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 130 - Reunião de Mobilização Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga



Figura 131 - 2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga

- **CBH – PIRACICABA**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piracicaba no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
08/02/2017	João Monlevade/MG	71ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
23/05/2017	João Monlevade/MG	72ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
25/07/2017	João Monlevade/MG	73ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
12/09/2017	João Monlevade/MG	74ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
08/11/2017	João Monlevade/MG	75ª Reunião Ordinária do CBH-Piracicaba
Reuniões Extraordinárias		
08/02/2017	João Monlevade/MG	15ª Reunião Extraordinária CBH Piracicaba



Figura 132 - Reunião do CBH-Piracicaba, realizada em maio de 2017

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piracicaba em 2017:

Data	Município	Reuniões
07/02/2017	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
04/07/2017	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
12/09/2017	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
07/11/2017	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
06/06/2017	João Monlevade/MG	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal
01/08/2017	João Monlevade/MG	Reunião da Comissão Eleitoral do CBH-Piracicaba
08/11/2017	João Monlevade/MG	Reunião dos segmentos do CBH-Piracicaba



Figura 133 - Reunião da CTPP do CBH-Piracicaba

Reuniões promovidas pelo CBH-Piracicaba em 2017:

Data	Município	Reuniões
26/04/2017	Ipatinga/MG	Seminário de Educação Ambiental do CBH-Piracicaba
28 e 29/03/2017	João Monlevade/MG	2º Seminário de Saneamento Básico da Bacia do Rio Piracicaba
Dez/2017	João Monlevade/MG	Reuniões de Mobilização inicial para implementação do Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba

Reuniões com a participação do CBH-Piracicaba em 2017:

Data	Município	Reuniões
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 134 - Seminário de Educação Ambiental do CBH-Piracicaba – 26/04/2017



Figura 135 - Convite para seminário de Saneamento do CBH-Piracicaba

- **CBH – SANTO ANTÔNIO**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Santo Antônio no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
22/02/2017	Itabira-MG	47ª Reunião Ordinária do CBH- Santo Antônio
24/05/2017	Itabira-MG	48ª Reunião Ordinária do CBH- Santo Antônio
31/08/2017	Itabira-MG	49ª Reunião Ordinária do CBH- Santo Antônio
Reuniões Extraordinárias		
22/02/2017	Itabira-MG	16ª Reunião Extraordinária do CBH- Santo Antônio
25/09/2017	Itabira-MG	17ª Reunião Extraordinária do CBH- Santo Antônio



Figura 136 - Diretoria do CBH-Santo Antônio durante a reunião ordinária do comitê.

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Santo Antônio em 2017:

Data	Município	Reuniões
05/01/2017	Itabira-MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
22/02/2017	Itabira-MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
20/07/2017	Itabira-MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
18/08/2017	Itabira-MG	Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
25/09/2017	Itabira-MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos
09/11/2017	Itabira-MG	Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos



Figura 137 - Reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos do CBH-Santo Antônio, Julho/2017.

Reuniões promovidas pelo CBH-Santo Antônio em 2017:

Data	Município	Reuniões
25/09/2017	Itabira-MG	Mobilização inicial para implementação do Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio
25/10/2017	Itabira-MG	Reunião de Segmentos do CBH-Santo Antônio
24/05/2017	Itabira-MG	Comemoração de 15 anos do CBH-Santo Antônio

Reuniões com a participação do CBH- Santo Antônio em 2017:

Data	Município	Reuniões
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 138 - Convite comemoração 15 anos do CBH-Santo Antônio

- **CBH – SUAÇUÍ**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Suaçuí no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
27/04/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
13/07/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí,
20/09/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
Reuniões Extraordinárias		
10/02/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
01/11/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí



Figura 139 - Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Suaçuí em 2017:

Data	Município	Reuniões
07/03/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião CTPLAN CBH-Suaçuí
08/06/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião CTPLAN CBH-Suaçuí
07/07/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião CTPLAN CBH-Suaçuí
24/07/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião da Comissão Eleitoral do CBH-Suaçuí
25/07/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião CTPLAN CBH-Suaçuí
11/09/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião da Comissão Eleitoral do CBH-Suaçuí
16/10/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião CTOC CBH-Suaçuí



Figura 140 - CTPLAN do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-Suaçuí)

Reuniões promovidas pelo CBH-Suaçuí em 2017:

Data	Município	Reuniões
04/04/2017	Cuparaque/MG	Dia de Campo P22 do CBH-Suaçuí
06/04/2017	Peçanha/MG	Dia de Campo P22 do CBH-Suaçuí
12/07/2017	Gov. Valadares/MG	1º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Suaçuí

Reuniões com a participação do CBH- Suaçuí em 2017:

Data	Município	Reuniões
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 141 - Dia de Campo CBH-Suaçuí – Peçanha/MG

- **CBH – CARATINGA**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Caratinga no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
03/02/2017	Santa Bárbara do Leste/MG	Reunião Ordinária do CBH-Caratinga
30/03/2017	Caratinga/MG	Reunião Ordinária do CBH-Caratinga
25/05/2017	São Sebastião do Anta/MG	Reunião Ordinária do CBH-Caratinga
27/07/2017	Caratinga/MG	Reunião Ordinária do CBH-Caratinga
28/09/2017	Caratinga/MG	Reunião Ordinária do CBH-Caratinga
Reuniões Extraordinárias		
03/02/2017	Santa Bárbara do Leste/MG	Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga
01/06/2017	Caratinga/MG	Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga



Figura 142 - Reunião Ordinária CBH-Caratinga - Santa Bárbara do Leste/MG

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH- Caratinga em 2017:

Data	Município	Reuniões
16/02/2017	Caratinga/MG	Reunião da CTPlano do CBH-Caratinga
19/04/2017	Gov. Valadares	Reunião da CTIL do CBH-Caratinga
05/09/2017	Caratinga/MG	Reunião da CTPlano do CBH-Caratinga

Reuniões promovidas pelo CBH-Caratinga em 2017:

Data	Município	Reuniões
01/06/2017	Caratinga/MG	1º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Caratinga
24/11/2017	Caratinga/MG	Comemoração do Dia do Rio pelo CBH-Caratinga

Reuniões com a participação do CBH- Caratinga em 2017:

Data	Município	Reuniões
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 143 - Comemoração do Dia do Rio, promovida pelo CBH-Caratinga.



Figura 144 - Membros do CBH-Caratinga durante o Encontro de Integração 2017

- **CBH-Manhuaçu**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Manhuaçu no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
13/03/2017	Manhumirim/MG	32ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu
25/04/2017	Simonésia/MG	33ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu
01/06/2017	Mutum/MG	34ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu
01/08/2017	Taparuba/MG	35ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu
03/10/2017	São João do Manhuaçu/MG	36ª Reunião Ordinária do CBH-Manhuaçu
Reuniões Extraordinárias		
13/03/2017	Manhumirim/MG	4ª Reunião Extraordinária do CBH Manhuaçu



Figura 145 - 33ª Reunião Ordinária do CBH Manhuaçu - Simonésia/MG - 25/04/2017

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH Manhuaçu em 2017:

Data	Município	Reuniões
19/04/2017	Manhuaçu/MG	Reunião da CTPP – Câmara Técnica de Programas e Projetos do Comitê da Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu.
11/05/2017	Manhuaçu/MG	Reunião da CTPP – Câmara Técnica de Programas e Projetos do Comitê da Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu.

Reuniões com a participação do CBH-Manhuaçu em 2017:

Data	Município	Reuniões
04 a 09/062017	Aimorés/MG	10ª Descida Ecológica do Rio Capim
13 e 14/07/2017	Luisburgo/MG	XXIV Fórum Regional de Educação Ambiental (Forea)
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 146 - Membros do CBH-Manhuaçu durante o XXIV Fórum Regional de Educação Ambiental (Forea)

- **CBH-Guandu**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Guandu no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
01/02/2017	Afonso Cláudio/ES	Reunião Ordinária do CBH-Guandu
11/04/2017	Afonso Cláudio/ES	Reunião Ordinária do CBH-Guandu
07/06/2017	Aimorés/MG	Reunião Ordinária do CBH-Guandu
02/08/2017	Afonso Cláudio/ES	Reunião Ordinária do CBH-Guandu
22/11/2017	Brejetuba/ES	Reunião Ordinária do CBH-Guandu
Reuniões Extraordinárias		
11/04/2017	Afonso Cláudio/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Guandu
04/10/2017	Laranja da Terra/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Guandu



Figura 147 - Reuniões do CBH-Guandu, realizadas no dia 11/04/2017, em Afonso Cláudio/ES.

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Guandu em 2017:

Data	Município	Reuniões
28/09/2017	Aimorés/MG	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Guandu
05/12/2017	Afonso Cláudio/ES	Grupo de Trabalho para Implementação da Cobrança

Reuniões com a participação do CBH-Guandu em 2017:

Data	Município	Reuniões
16/03/2017	Vitória/ES	Reunião Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
08/05/2017	Colatina/ES	Posse Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
09/06/2017	Santa Teresa/ES	Evento Reflorestar + P52
05/07/2017	Vitória/ES	Encontro Estadual de Comitês/ES – Enecob
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
27/10/2017	Baixo Guandu/ES	17° Encontro Cafeicultores de Baixo Guandu
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês



Figura 148 – Membros do CBH-Guandu em reunião conjunta realizada em 16/03/2017

- **CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Pontões no ano de 2017.

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
02/02/2017	Marilândia/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
06/04/2017	Sooretama/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
08/06/2017	São Gabriel da Palha/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
30/08/2017	Baixo Guandu/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
28/11/2017	Colatina/ES	Reunião Ordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
Reuniões Extraordinárias		
18/01/2017	Gov. Lindenberg/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
04/05/2017	São Domingos do Norte/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
14/07/2017	São Domingos do Norte/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce
27/09/2017	São Domingos do Norte/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce



Figura 149 - Membros e convidados do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce durante reunião realizada em Abril.

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Pontões em 2017:

Data	Município	Reuniões
09/05/2017	Linhares/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
14/07/2017	São Domingos do Norte/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
31/07/2017	Colatina/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
10/08/2017	São Domingos do Norte/ES	Reunião de Grupo de Trabalho sobre a implantação da cobrança
30/08/2017	Aimorés/MG	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
26/10/2017	São Domingos do Norte/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas
16/11/2017	Marilândia/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Pontões e Lagoas

Reuniões com a participação do CBH-Pontões em 2017:

Data	Município	Reuniões
14/02/2017	Linhares/ES	Dia de Campo sobre uso racional de água (P22)
15/02/2017	São Domingos do Norte/ES	Dia de Campo sobre uso racional de água (P22)
16/03/2017	Vitória/ES	Reunião Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
08/05/2017	Colatina/ES	Posse Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
09/06/2017	Santa Teresa/ES	Evento Reflorestar + P52
05/07/2017	Vitória/ES	Encontro Estadual de Comitês/ES – Enecob
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês



Figura 150 - Dia de Campo promovido pelo CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce em São Domingos do Norte/ES

- **CBH-Santa Maria do Doce**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Santa Maria no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
07/02/2017	Colatina/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
23/02/2017	Colatina/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
28/06/2017	João Neiva/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
05/09/2017	Colatina/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
24/10/2017	João Neiva/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
28/11/2017	Colatina/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Maria do Doce
Reuniões Extraordinárias		
20/04/2017	Santa Teresa/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Santa Maria do Doce
26/04/2017	Santa Teresa/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Santa Maria do Doce
16/05/2017	São Roque do Canaã	Reunião Extraordinária do CBH-Santa Maria do Doce
23/08/2017	Santa Teresa/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Santa Maria do Doce
26/09/2017	Colatina/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Santa Maria do Doce



Figura 151 - Reunião do CBH-Santa Maria do Doce realizada em João Neiva, no mês de outubro.

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Santa Maria em 2017:

Data	Município	Reuniões
05/09/2017	Colatina/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Santa Maria
10/10/2017	Santa Teresa/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Santa Maria
24/10/2017	João Neiva/ES	Câmara Técnica de Programas e Projetos do CBH-Santa Maria

Reuniões com a participação do CBH-Santa Maria em 2017:

Data	Município	Reuniões
16/03/2017	Vitória/ES	Reunião Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
08/05/2017	Colatina/ES	Posse Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
09/06/2017	Santa Teresa/ES	Evento Reflorestar + P52
05/07/2017	Vitória/ES	Encontro Estadual de Comitês/ES – Enecob
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês



Figura 152 - Evento sobre o Programa Reflorestar em parceria com o Programa de Recomposição de Nascentes

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Barra Seca no ano de 2017.

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
22/02/2017	Sooretama/ES	Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
09/05/2017	Linhares/ES	Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
20/06/2017	Vila Valério/ES	Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
23/08/2017	Jaguaré/ES	Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
02/10/2017	São Gabriel da Palha/ES	Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
06/12/2017	Regência/ES	Reunião Ordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce
Reuniões Extraordinárias		
26/01/2017	Linhares/ES	Reunião Extraordinária do CBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce



Figura 153 - Reunião plenária do CBH-Barra Seca, realizada no mês de abril.

Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Barra Seca em 2017:

Data	Município	Reuniões
26/01/2017	Linhares/ES	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)
09/05/2017	Linhares/ES	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)
20/06/2017	Vila Valério/ES	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)
27/07/2017	Jaguaré/ES	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
02/08/2017	Linhares/ES	Reunião da Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP)
05/09/2017	Jaguaré/ES	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)



Figura 154 - Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do CBH-Barra Seca, realizada em julho.

Reuniões com a participação do CBH-Barra Seca em 2017:

Data	Município	Reuniões
16/03/2017	Vitória/ES	Reunião Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
08/05/2017	Colatina/ES	Posse Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
09/06/2017	Santa Teresa/ES	Evento Reflorestar + P52
05/07/2017	Vitória/ES	Encontro Estadual de Comitês/ES – Enecob
24/08/2017	Sooretama/ES	Cerimônia de apresentação do Projeto de Adequação Ambiental
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês



Figura 155 - Cerimônia de apresentação do Projeto de Adequação Ambiental do CBH-Barra Seca, realizada em agosto.

- **CBH-Santa Joana**

Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH-Santa Joana no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
05/06/2017	Itaguaçu/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Joana
08/08/2017	Itarana/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Joana
03/10/2017	Itaguaçu/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Joana
05/12/2017	Itarana/ES	Reunião Ordinária do CBH-Santa Joana



Figura 156 - Reunião do CBH-Santa Joana, realizada em agosto de 2017.

Reuniões com a participação do CBH-Santa Joana em 2017:

Data	Município	Reuniões
16/03/2017	Vitória/ES	Reunião Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
08/05/2017	Colatina/ES	Posse Conjunta dos CBHs Capixabas do Doce
05/07/2017	Vitória/ES	Encontro Estadual de Comitês/ES – Encob
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Capixaba de Comitês



Figura 157 - Reunião do Fórum Capixaba de comitês, realizada em agosto.

10.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Entendemos que a insuficiência dos recursos alocados para despesas administrativas (7,5% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos) para custeio das sedes dos Comitês, assim como para arcar com despesas equipe de apoio e de escritório é a principal deficiência e limitação para implementar as ações de fortalecimento dos comitês. É sabido que os Comitês, em sua maioria, entendem que o processo de fortalecimento passa pela estruturação de uma sede para que seja mais fácil realizar algumas atividades de divulgação, mobilização e apoio às Reuniões Plenárias e de Câmaras Técnicas, assim como na realização de alguns eventos. Com a limitação financeira vivenciada pela Entidade Delegatária/Equiparada, não há possibilidade de realizarmos tais investimentos, o que compromete, em alguns casos, o fortalecimento dos Comitês. Desta forma, as ações de fortalecimento têm como foco de investimento o custeio de despesas de viagem dos membros e convidados dos comitês, ações de comunicação e realização de Reuniões Plenárias, de Câmaras Técnicas e alguns eventos demandados pelos Comitês. Após o ano de 2016, em que a equipe da entidade delegatária foi ampliada, houve melhora na agilidade e qualidade do atendimento nas ações relacionadas ao fortalecimento dos comitês. No entanto a equipe ainda tem a capacidade operacional limitada frente ao volume de demandas apresentado pelos comitês.

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH-DOCE

(P71/72)

11. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

11.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

11.2. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade às ações implementadas no âmbito do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH) e seus respectivos planos de ação (PARHs), sobretudo no que se refere aos programas hierarquizados no plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia (PAP-Doce).

A execução eficiente do programa de comunicação cria um ambiente favorável, que permite a ampliação da visibilidade e o consequente fortalecimento institucional dos comitês e do IBIO, reforçando a importância destes na sociedade e possibilitando a formação de importantes parcerias para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

11.3. Contratações e Resultados

Contrato 06/2013

Contrato 06/2013		**Programa**	P71 /	**Recursos**	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /				
Objeto Contratação de empresa especializada para planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.					
Valor	R$ 1.440.608,13	**Contratado**	Prefácio Comunicação Ltda.		
Pago	R$ 1.330.691,28	**Data**	25/03/2013	**Prazo**	29/03/2018
Saldo	R$ 109.916,85	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	6

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

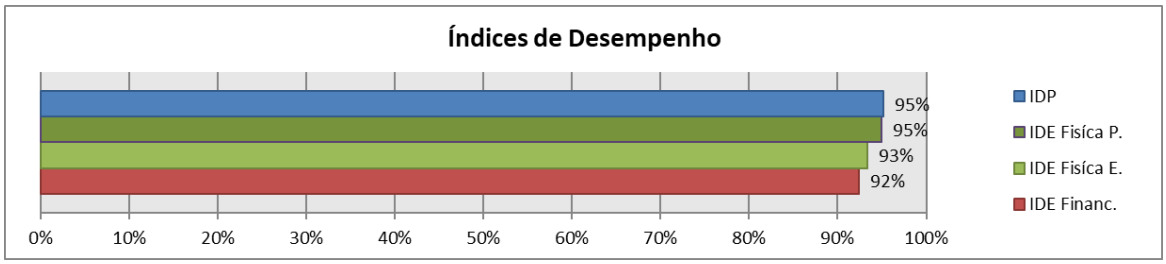
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	3 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	57 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



A seguir são apresentados os principais resultados gerado a partir da contratação da empresa especializada em planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Releases: Para divulgar as ações dos comitês, realizadas ao longo do ano, foram elaborados diversos releases, encaminhados aos conselheiros, imprensa, parceiros, órgãos gestores e postados nos sites dos CBH's e IBIO. Segue abaixo link no site do CBH-Doce para acesso aos principais releases produzidos ao longo do ano de 2017: http://www.cbhdoce.org.br/category/releases

Estruturação e manutenção de mailing list: A Prefácio reuniu e manteve os contatos de e-mail atualizados a fim de assegurar a disseminação da informação. Estão estruturados para envio de informações, conforme a demanda, os seguintes *mailings.*

- ✓ Membros dos comitês por comitê.
- ✓ Membros de Câmaras Técnicas por comitê.
- ✓ Comunidade – pessoas chave (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Órgãos gestores.
- ✓ Prefeituras (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Usuários (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Escolas (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa mineira.
- ✓ Imprensa capixaba.
- ✓ Imprensa regional (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa Estadual e Nacional
- ✓ Outras listas de acordo com a necessidade e a estratégia.

Clipping: A fim de repercutir as aparições na imprensa são divulgados os clippings de todo o conteúdo publicado relacionado aos Comitês e ao IBIO. Segue abaixo exemplo de clipping encaminhado para a lista de contatos que a empresa de comunicação mantém atualizada. Todo o material também está publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: http://www.cbhdoce.org.br/category/clipping

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Boletim Comunique-se*:* newsletter com informações a respeito do trabalho de comunicação executado para os Comitês e IBIO. O boletim é enviado mensalmente ao mailing atualizado. Todas as edições podem ser acessadas no site do CBH-Doce: http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-comunique-se

Abaixo segue exemplo de boletim “Comunique-se”, veiculado em 2017



Figura 158 – Boletim de ações de Comunicação

Fique Por Dentro: newsletter com ações dos Comitês e da agência, voltada para membros de todos os CBH’s, parceiros, órgãos gestores e colaboradores do IBIO. O link contendo todos os boletins Fique Por Dentro está disponível no site do CBH-Doce: http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-fique-por-dentro

Na figura abaixo está ilustrada parte do boletim Fique por Dentro, veiculado em abril/2017.



Figura 159 – Boletim Fique Por Dentro

IBIO Informa: newsletter com informações acerca das ações do IBIO, no exercício das funções de agência de água. O conteúdo é destinado a todos os comitês, órgãos gestores, parceiros e colaboradores do IBIO. Neste link estão disponíveis todas as do boletim. http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-ibio-agb-informa

Na figura abaixo está exemplo de parte de um boletim IBIO Informa produzido no ano de 2017.



IBIO

Setembro de 2017

Informa

IBIO e ANA acompanham serviços de topobatimetria na Bacia do Rio Doce

A coordenadora de programas e projetos do IBIO, Luísa Poyares Cardoso, juntamente com técnicos da Agência Nacional de Água (ANA), acompanhou durante o dia 27 de setembro o levantamento de seções topobatimétricas na zona urbana do município de Piranga.

A Consominas Engenharia foi a vencedora do processo licitatório aberto pelo IBIO - agência delegatária e equiparada às funções de agência de água - e está realizando o levantamento de seções fluviais transversais, marcas de cheias, linha d'água e georreferenciamento de estações fluviométricas na Bacia do Rio Doce. Os CBHs investiram aproximadamente R$ 950 mil nessas ações e a expectativa é que os produtos sejam entregues em até sete meses.

SAIBA MAIS

Figura 160 – Boletim IBIO Informa

Sites: Em 2013 foram criados os sites para os nove Comitês afluentes. Já em 2014 foram reformulados os sites do CBH-Doce e IBIO. Ao longo de 2017, as páginas virtuais foram atualizadas periodicamente conforme demanda, sendo inserido, além das notícias, todo o conteúdo legal exigido nos Contratos de Gestão e documentos diversos relacionados à gestão de recursos hídricos.

O site do CBH-Doce foi modernizado e novamente reformulado no ano de 2017, com o objetivo de facilitar o acesso às informações, que foram organizadas de forma dinâmica e mais atrativa para leitor. Também foi criado um novo layout, mais moderno e responsivo.



Figura 161 - Peça de Divulgação do novo site do CBH-Doce

Seguem abaixo os links de acesso aos sites:

- www.cbhdoce.org.br
- www.cbhpiranga.org.br
- www.cbhpiracicabamg.org.br
- www.cbhsantoantonio.org.br
- www.cbhsuacui.org.br
- www.cbhcaratinga.org.br
- www.cbhmanhuacu.org.br
- www.cbhguandu.org.br
- www.cbhsantamariadodoce.org.br
- www.cbhpontoeselagoas.org.br
- www.ibioagbdoce.org.br

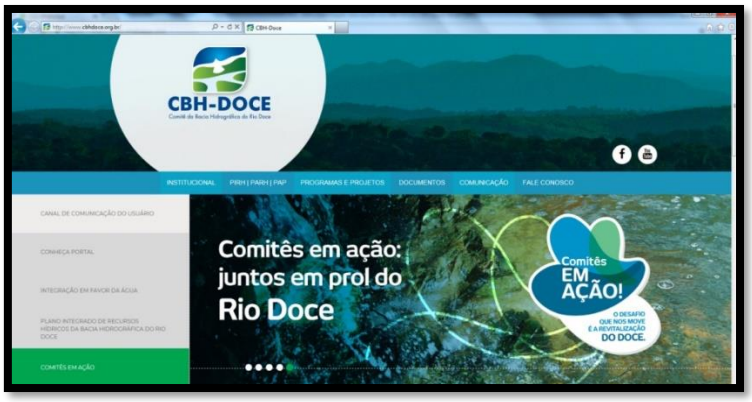


Figura 162 – Página novo site do CBH-Doce

Redes Sociais*:*

Fan page ou página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus respectivos públicos na rede social. As páginas são atualizadas periodicamente com informações referentes aos comitês e assuntos relacionados aos recursos hídricos e ao meio ambiente.

Seguem abaixo os links de acesso às *fan pages.*

- CBH-Doce: https://www.facebook.com/cbhdoce/?ref=ts&fref=ts
- CBH-Piranga: https://www.facebook.com/cbhpiranga/?fref=ts
- CBH-Piracicaba: https://www.facebook.com/cbhpiracicabamg/?fref=ts
- CBH-Santo Antônio: https://www.facebook.com/cbhsantoantonio/?fref=ts
- CBH-Suaçuí: https://www.facebook.com/cbhsuacui/?fref=ts
- CBH-Caratinga: https://www.facebook.com/CBH-Caratinga-680323438671587/?fref=ts
- CBH-Manhuaçu: https://www.facebook.com/cbhmanhuacu/?fref=ts
- CBH-Guandu: https://www.facebook.com/CBH-Guandu-687098081361213/?fref=ts
- CBH-Santa Maria do Doce: https://www.facebook.com/cbhsantamariadodoce/?fref=ts
- CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce: https://www.facebook.com/CBH-Pont%C3%B5es-e-Lagoas-do-Rio-Doce-812558378799999/?fref=ts
- CBH-Barra Seca: https://www.facebook.com/CBHBSFRD/?ref=ts&fref=ts

Abaixo, como exemplo, *print* de parte da *fanpage* do CBH-Doce.

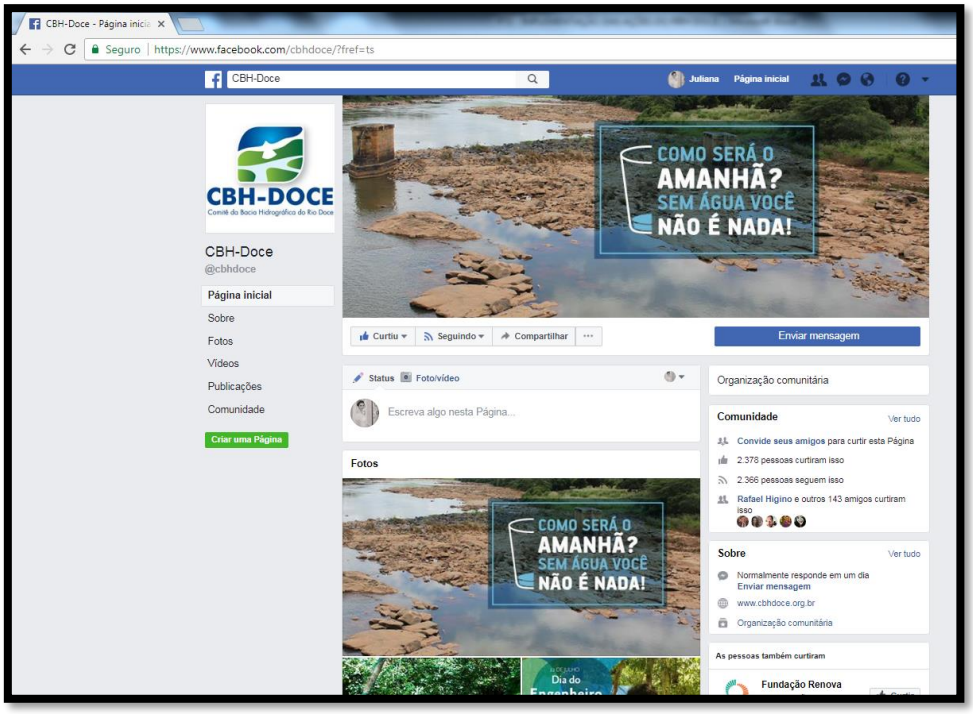


Figura 163 – Fanpage CBH-Doce

Criação de Templates: A fim de dinamizar e tronar mais atrativas as postagens, especialmente aquelas relacionadas a alguma data ou evento especial, foram desenvolvidos diversos *templates.* Também foram criadas peças para incentivo ao uso racional da água e para divulgar a história das cidades que integram a região. O material foi periodicamente publicado nos sites e nas *fan pages*, conforme figuras abaixo:



Figura 164 - Template criado em comemoração ao "Dia do Rio", celebrado em 24/11.



Figura 165 - Template para divulgação do processo eleitoral do CBH-Doce

Divulgação dos programas: A fim de divulgar os programas que estão sendo desenvolvidos pelo IBIO, por meio dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água foram criadas artes especiais para publicação nos sites e nas redes sociais, além de envio de e-mail marketings. Segue abaixo, como exemplo, arte criada para divulgar edital de chamamento relacionado ao Programa de Universalização do Saneamento (P41).



Figura 166 – Arte para divulgação de Programa

Artes para eventos:

Ao longo do ano, os Comitês demandaram a criação de diversas artes para peças relacionadas aos eventos realizados em 2017. Foram desenvolvidas artes para crachás, blocos, canetas, canecas, banners, certificados, entre outros. Todas as peças foram criadas levando em consideração a temática dos eventos e visando dar visibilidade à imagem dos CBHs. Seguem abaixo alguns exemplos de materiais produzidos pela Prefácio ao longo do exercício.



Figura 167 - Arte criada para divulgar o 6º Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce



Figura 168 - Certificado criado para os participantes do Dia de Campo do CBH-Suaçuí.

Arte e textos para materiais institucionais: Foram desenvolvidas artes e elaborados textos para materiais institucionais produzidos pelos comitês, tais como: banners institucionais, folders institucionais, folders sobre os programas que estão sendo implementados na bacia, entre outras peças. Segue como exemplo parte da arte de folder produzido para divulgar as ações do "Rio Vivo".

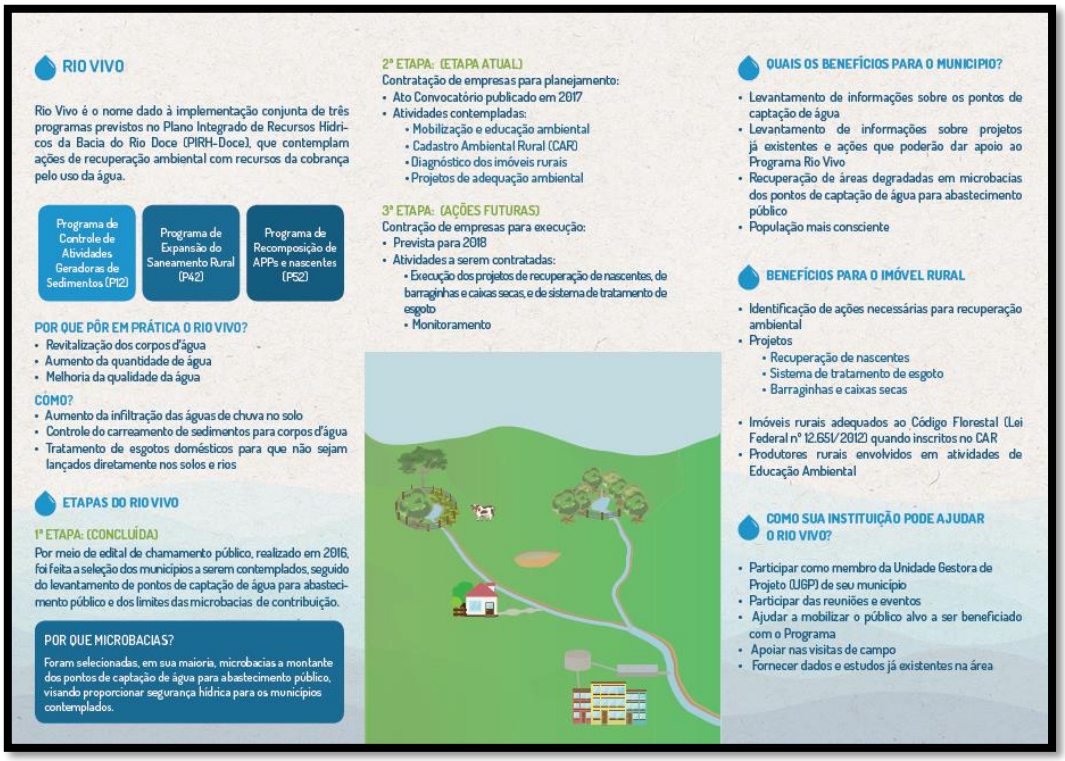


Figura 169 - Folder criado para divulgar as ações do Rio Vivo

Stand ENCOB: A Prefácio desenvolveu o layout da do stand do CBH-Doce durante o XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado no mês de novembro de 2017, em Aracaju/SE. O evento, que reuniu mais de 1.000 participantes de todo o país, sendo uma excelente oportunidade para divulgar a marca e as ações dos comitês em âmbito nacional. A Prefácio também realizou a cobertura e divulgação das informações sobre a participação dos representantes dos CBHs da Bacia do Rio Doce no evento.



Figura 170 - Stand do CBH-Doce durante o Encob 2017

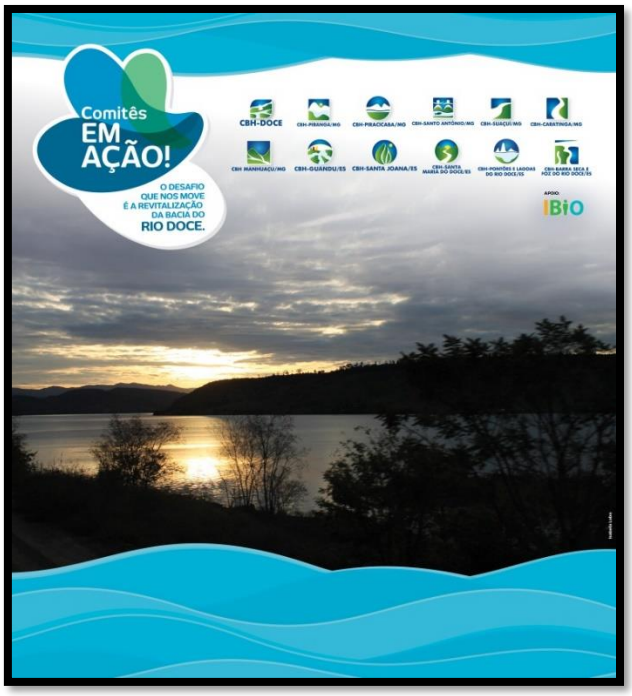


Figura 171 - Layout desenvolvido pela Prefácio para o stand do Encob

Arte para Agenda 2018: A empresa elaborou a arte da agenda diária para os comitês e o IBIO para o ano de 2018. A agenda é unificada para os comitês e traz, a cada mês um pouco sobre cada um dos CBHs que integram a bacia. Este ano também foram incluídos depoimentos sobre os resultados referentes aos programas que estão sendo executados. Abaixo, a capa da agenda, que será distribuída aos conselheiros e demais públicos de interesse.



Figura 172 - Capa da Agenda 2018

Revista Rio Doce – 3ª Edição: Em 2017 foi lançada a terceira edição da revista rio Doce. A publicação, criada com o objetivo de discutir e divulgar os principais assuntos, projetos e programas de interesse na gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, teve como tema principal os projetos em execução e os benefícios que os mesmos trarão às comunidades da região. Abaixo, como ilustração, a capa da 3ª Edição da Revista Rio Doce.



Figura 173 – 3º Edição da Revista Rio Doce

Assessoria de imprensa: A Prefácio também realizou o trabalho de assessoria de imprensa, através da elaboração de estratégias de divulgação das informações dos Comitês e do IBIO junto à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa consiste em fazer a ponte entre os comitês, o IBIO e a imprensa, por meio da divulgação de informações importantes e estratégicas e do relacionamento com os jornalistas, produtores e editores de rádio, televisão, jornais, revistas, sites e blogs. O objetivo é lançar mão da credibilidade que o jornalismo possui para formar a opinião do público. Os principais instrumentos são: sugestão de pauta, releases, contato com a imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas e clipagem. Em 2017, a fim de estreitar o relacionamento com a imprensa e impulsionar a divulgação das ações foram feitas visitas *in loco* a órgãos de imprensa dos CBHs: Piranga, Piracicaba e Caratinga. Abaixo, segue foto de representante do CBH-Caratinga durante entrevista acompanhada pela equipe de comunicação.



Figura 174 - Presidente do CBH-Caratinga e representante da Prefácio durante entrevista à imprensa.

Coberturas de eventos e reuniões: A equipe da Prefácio esteve presente nos principais eventos e reuniões promovidas pelos CBHs. Foi feita a cobertura fotográfica e jornalística dos encontros e redigidos textos que foram encaminhados aos membros, imprensa, parceiros, colaboradores do IBIO e postados no site e nas fan pages. O conteúdo encontra-se publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: http://www.cbhdoce.org.br/categoria/noticias-2/releases/

Campanha Comitês em Ação: Em 2017 foi lançada a campanha "Comitês em Ação", com o slogan: "O desafio que nos move é a revitalização do Doce". O objetivo é falar dos projetos, valorizar o trabalho dos comitês em prol do rio, mostrar os investimentos que estão sendo feitos. Segue abaixo peça criada como parte das ações da campanha, cuja logo foi aplicada em diversas peças.

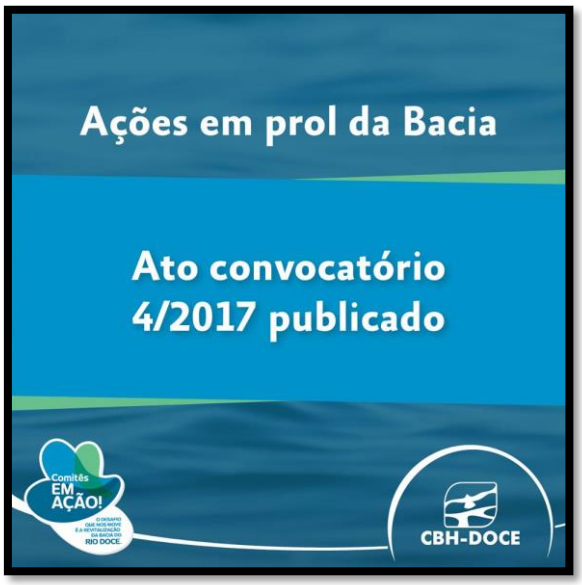


Figura 175 - Peça utilizada no Facebook com aplicação da logo da campanha

Atualização de mailling: A Prefácio também é responsável por organizar o *mailling* dos contatos da imprensa. Manter esses dados sempre sistematizados e organizar é fundamental para o relacionamento com os jornalistas e a ampliação da visibilidade dos CBHs na mídia.

Em suma, a Prefácio é responsável pelo planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, produção de conteúdo para os comitês que compõem a bacia hidrográfica do rio doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

➢ Contrato nº 11/2014

Contrato 11/2014		**Programa**	P71 / Custeio	**Recurs**	ANA / IGAM
Aloçãoção	Transversal / /				
Objeto Criação, implantação e suporte dos sites do IBIO AGB Doce e dos comitês da Bacia do Rio Doce, conforme as especificações técnicas contidas no Ato Convocatório n° 010/2014, que deu origem a presente contratação, da seguinte forma: a) Criação dos sites do IBIO AGB – DOCE e CBH – DOCE; b) Hospedagem dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS; c) Implantação dos sites do IBIO – AGB DOCE e COMITÊS; d) Suporte dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS.					
Valor	R$ 72.599,61	**Contratado**	Prefácio Comunicação Ltda		
Pago	R$ 61.484,94	**Data**	01/07/2014	**Prazo**	02/08/2017
Saldo	R$ 11.114,67	**Gestor**	Gustavo	**Aditivo**	3

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

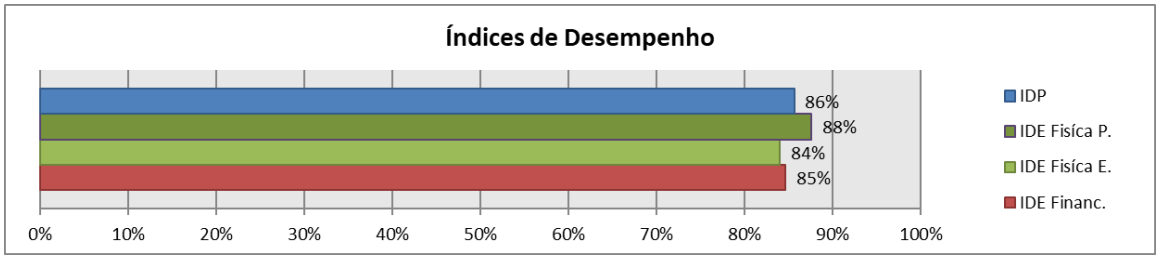
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	49 meses	41 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Os sites, criados a partir do Contrato nº 11/2014, constituem importantes ferramentas para a divulgação das ações dos comitês, informações sobre a gestão de recursos hídricos e, sobretudo, dão transparência a todos os processos realizados com recursos da cobrança pelo uso da água. Segue abaixo, como modelo, *print* do site do CBH-Piranga:



Figura 176 - Página principal do Site do CBH-Piranga

- **Contrato nº 40/2015**

Contrato 40/2015		**Programa**	P71 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto Criação Spots – pequenas chamas institucionais sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica, para veiculação nas rádios e também disponibilização online.					
Valor	R$ 15.540,00	**Contratado**	Aocubo Filmes Ltda – ME		
Pago	R$ 15.540,00	**Data**	25/01/2015	**Prazo**	26/04/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	1

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

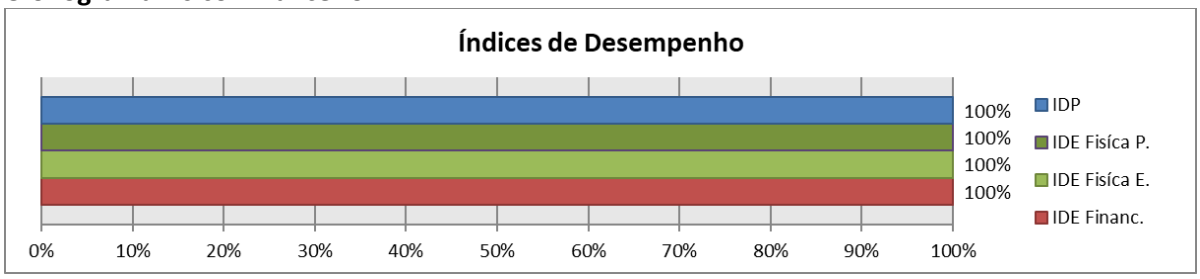
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	27 meses	finalizado

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Informações sobre o contrato e produtos gerados*:* Os “spots” de rádio são pequenas chamadas institucionais sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica. Os materiais são veiculados nas rádios e também disponibilizados online. Esta ferramenta tem como objetivo ampliar ao alcance das informações sobre os comitês, com o objetivo de atingir àqueles que não têm acesso à internet, o principal meio de divulgação das ações. O contrato, ao todo, contemplou a produção de 36 (trinta e seis) spots. Em 2016 foram gravadas 24 (vinte e quatro) chamadas e as outras 12 (doze) ao longo do ano de 2017. A fim de ampliar o acesso às chamadas, foram feitas campanhas de divulgação nas redes sociais, conforme imagem abaixo. Os spots estão disponíveis no site do CBH-Doce, no seguinte link: http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/spots



Figura 177 - E-mail marketing sobre os spots de rádio produzidos sobre os comitês

Contrato nº 24/2017

Contrato 24/2017		**Programa**	P71 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto	Este contrato tem por objeto a confecção de 5.000 revistas para o CBH Doce.				
Valor	R$ 10.300,00	**Contratado**	EGL Editores Gráficos Ltda		
Pago	R$ 10.300,00	**Data**	28/07/2017	**Prazo**	13/09/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

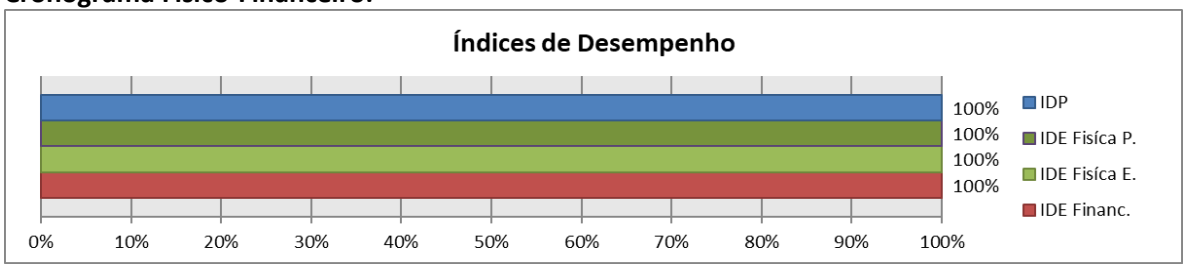
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	2 meses	Finalizado

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

➢ Contrato nº 36/2017

Contrato 36/2017		**Programa**	P71 / /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços de disponibilização e montagem de estande para exposição das atividades do CBH-Doce durante o XIX ENCOB - Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e veiculação da logomarca do Comitê na identidade visual do evento, que será realizado entre os dias 07 e 10 de novembro de 2017, no Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju, em Aracaju/SE					
Valor	R$ 15.000,00	**Contratado**	BJ Empreeendimentos e Serviços Ltda - ME		
Pago	R$ 15.000,00	**Data**	01/11/2017	**Prazo**	11/11/2017
Saldo	R$ 0,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

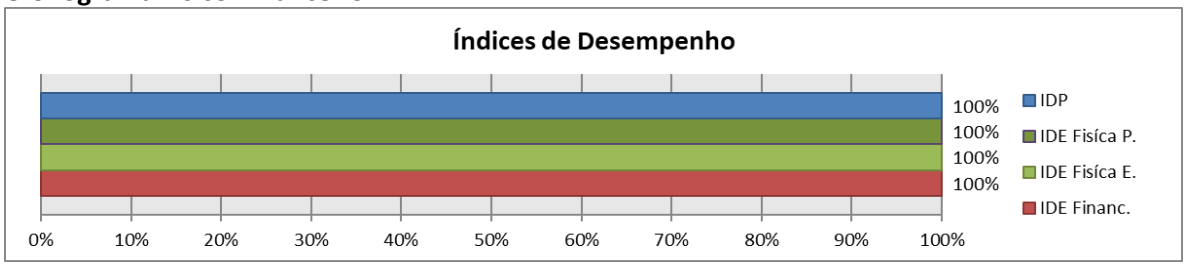
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	10 dias	Finalizado

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

- **Contrato nº 44/2017**

Contrato 44/2017		**Programa**	P71 /	**Recursos**	ANA /
Alocação	CBH Doce / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação do serviço de confecção/produção de 2.500 (duas mil e quinhentas) agendas personalizadas para os comitês que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ser realizado nos termos, condições e especificações dispostas na Cláusula Terceira.					
Valor	R$ 48.150,00	**Contratado**	Rona Editora Ltda		
Pago	R$ 0,00	**Data**	19/12/2017	**Prazo**	19/01/2018
Saldo	R$ 48.150,00	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	0

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.
Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

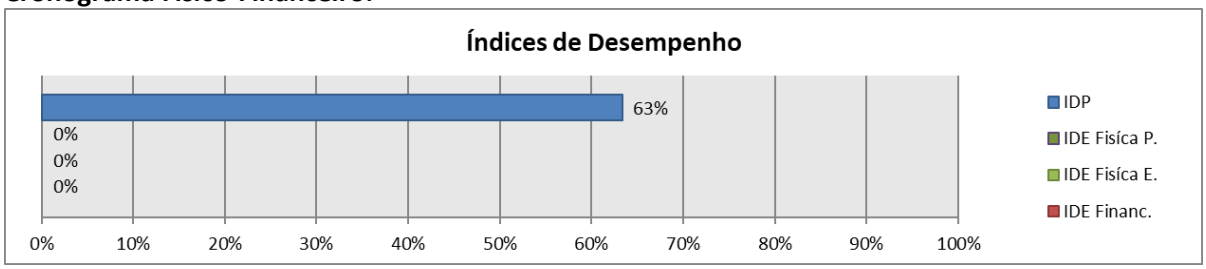
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	25 dias	25 dias
Processo de Seleção	Não se aplica	Não se aplica
Assinatura do Contrato	Imediato	Imediato
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	30 dias	Em andamento

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: O prazo de entrega das agendas é até 19 de janeiro de 2018, até o presente momento não existe atraso.

11.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A maior parte do recurso alocado no Programa de Comunicação (P71) foi utilizada para o pagamento da empresa contratada para assessoria e consultoria de comunicação, a Prefácio Comunicação, e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês. O início do contrato de comunicação foi marcado pela produção do diagnóstico e elaboração do planejamento, visando dar mais visibilidade aos comitês e estruturar os

canais de comunicação. Em 2017 foi possível realizar um trabalho mais especializado focando, por exemplo, no aprimoramento dos sites e redes sociais, ferramentas essenciais para dar visibilidade às ações do comitê. Ao longo do ano foram feitos textos e materiais institucionais dando ênfase aos programas que vem sendo desenvolvidos a partir dos recursos arrecadados com a cobrança, com ênfase no Rio Vivo e nas ações de saneamento. Também foram realizadas ações visando o estreitamento da relação com a imprensa, sendo que, na região, o comitê já está consolidado como fonte de informações sobre assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. A Tabela 49 apresenta os valores alocados com o Programa P71 no PAP 2016/2010.

Tabela 49 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)	(mil R$)
Programa de Comunicação Social (P71)						
Investimento Previsto no PAP	**500**	**500**	**500**	**500**	**500**	**2.500**
Investimento Realizado	**508**	**434**	**0**	**0**	**0**	**943**

11.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: P71 - Programa Comunicação do Programa de Ações

Objeto: Concepção e discussão do Plano de Comunicação Social do PIRH do rio Doce. Elaboração, implementação e manutenção do sítio eletrônico do PIRH. Estruturação e atualização do cadastro de públicos alvo. Segmentação do cadastro e estabelecimento de estratégias próprias para cada segmento. Estruturação e operação da Ouvidoria. Produção e divulgação de peças de comunicação (folder impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais, etc.). Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH. Elaboração de pesquisa de opinião. Sistema de Avaliação Sistemática do PIRH através de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos do Plano

Valor Estimado: R$ 2.500.000,00

11.6. Ações do IBIO

Para a implementação do Programa de Comunicação Social (P71), o IBIO contratou a Prefácio Comunicação, selecionada através do Ato Convocatório nº 14/2012. A empresa, que iniciou as atividades em 2013, elaborou um Diagnóstico de Comunicação com o objetivo de mapear e compreender os gargalos existentes nos Comitês no que diz respeito ao trabalho de Comunicação, a fim de propor um planejamento alinhado com as expectativas e as necessidades de cada Comitê e do IBIO, e em consonância com as metas traçadas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus respectivos Planos de Ação (PARHs). A empresa também é responsável pelo planejamento das ações de comunicação interna e externa e relacionamento estratégico com seus respectivos públicos. Para atendimento ao contrato, a Prefácio disponibiliza dois funcionários que respondem exclusivamente às demandas dos comitês e do IBIO, além do apoio dos demais profissionais da equipe técnica. O IBIO,

através de um gestor designado para o acompanhamento do contrato, monitora e avalia os produtos elaborados pela Prefácio Comunicação.

A empresa encaminha mensalmente um relatório contendo a síntese das principais atividades desenvolvidas durante o mês, divididas por comitê. A Prefácio e o IBIO estão em constante articulação visando aprimorar sistematicamente o atendimento às demandas de comunicação.

11.7. Principais Deficiências e Dificuldades

Tornar os Comitês de Bacias Hidrográficas conhecidos pela sociedade em geral é um dos principais desafios dentro do Programa de Comunicação. Por se tratar de um modelo recente, grande parte da população desconhece o papel destes órgãos na gestão de recursos hídricos. A empresa contratada para realizar as atividades de comunicação na bacia juntamente com o IBIO têm traçado estratégias para ampliar a visibilidade dos comitês e suas ações através do estreitamento da relação com a imprensa, elaboração e distribuição de materiais institucionais, inserção dos mesmos nas redes sociais, reformulação dos sites, entre outras ações.

Outra dificuldade encontrada é encontrar empresas especializadas a desenvolver certos tipos de serviço ou de fornecer determinados tipos de produto, o que dificulta o andamento dos atos de dispensa ou atos convocatórios, atrasando a produção dos materiais.

12. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

12.1. Programa de Educação Ambiental (P72)

12.2. Descrição

No âmbito de um Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), a Educação Ambiental é compreendida como um conjunto de ações voltadas a mobilizar e contribuir para um comportamento mais adequado para a preservação dos recursos hídricos através da preparação e disseminação de conhecimentos e informações que permitem compreender e refletir sobre aspectos dos ciclos hidrológicos que não são evidentes para os atores sociais e produtivos. A partir destes conhecimentos e novas experiências, desenvolvem-se novas percepções acerca do ambiente de maneira geral e dos recursos hídricos em particular, interferindo não apenas na mudança de comportamento individual do público atingido diretamente por estas ações, mas também contribuindo para uma mudança de comportamento coletivo, seja pelo exemplo, seja pela sinergia que o confronto de diferentes posturas proporciona.

Este programa está de acordo com o estabelecido pela Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto nº. 4.281/02. De maneira geral, o Programa consiste na efetivação de um programa com produção de informações, estratégias e materiais diversos, coordenados com ações e projetos de educação ambiental em execução e voltados à preservação dos recursos hídricos da bacia.

12.3. Contratações e Resultados

No ano de 2016, foram realizadas discussões junto aos comitês, no âmbito das Câmaras Técnicas e Plenárias, para definição da melhor estratégia para trabalhar a educação ambiental nas bacias. Com isso, foi estabelecido que a educação ambiental deveria ser realizada de forma integrada aos demais Programas do PIRH, de forma a garantir maior apropriação social e maior efetividade em seus resultados.

Para isso definiu-se expandir o diálogo na bacia, por meio de um conjunto de seminários, visando compreender com maior profundidade as ações de educação ambiental em curso e nivelar com os atores locais a complexidade do tema educação ambiental, bem como definir diretrizes e público alvo. Como piloto, foi iniciada a realização dos seminários na UGRH1 Piranga. Ao todo foram realizados 4 Seminários locais e 1 Seminário final de consolidação.

Na UGRH2 Piracicaba a estratégia também foi aprovada em 2016, sendo que em 2017 foi realizado o Seminário na bacia.

A estratégia também foi discutida e aprovada na UGRH3 – Santo Antônio e UGRH4 – Suaçuí. A intenção era levar a estratégia para apreciação também das demais UGRHs, porém o CBH Doce iniciou a discussão de outras estratégias para a educação ambiental e não houve novas definições até o momento. Dessa forma, os demais Seminários e discussões em outras UGRHs ficaram suspensos em 2017.

Os recursos utilizados nessas ações já realizadas, como contratação do lanche, equipamento de som, moderação e relatoria foram executados por meio do Contrato nº 19/2013, firmado com a empresa Completa Consultoria Política Ltda., que é um Contrato transversal que também atende às demandas do Programa P61.2.

12.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espirito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais. Na Tabela 50 consta a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Educação Ambiental (P72). No que se refere aos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água estadual, não houve alocação para esse Programa.

No ano de 2017, apesar de não terem sido realizadas contratações específicas desse Programa, foram utilizados produtos e serviços previstos no Programa P71 (Contrato nº 19/2013), que dá suporte à realização de eventos em geral. O investimento de R$ 5.720 (cinco mil setecentos e vinte reais), realizado em 2017, foi referente ao Seminário realizado na UGRH2 Piracicaba, onde foram contratados moderador, relatoria, lanche e equipamentos de som. Não houve avanços com os Seminários em outras UGRH, devido à falta de definição do CBH Doce sobre a estratégia de atuação com o Programa.

Vale ressaltar que os CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio e CBH Suaçuí aprovaram que as contratações referentes às ações de educação ambiental devem ser realizadas de forma integrada aos Programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42). As ações de tais Programas já foram licitadas em 2017, conforme detalhado neste Relatório nos itens:

- 4. Qualidade da Água;
- 8. Universalização do Saneamento;
- 9. Incremento de Áreas Legalmente Protegidas.

Tabela 50 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P72

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R$)	2017 (mil R$)	2018 (mil R$)	2019 (mil R$)	2020 (mil R$)	Total (mil R$)
Programa de Educação Ambiental (P72)						
Investimento Previsto no PAP	460	500	500	500	500	2460
Investimento Realizado	24	7	-	-	-	31

12.5. Identificação no PIRH Doce

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: P 72 - Programa de Educação Ambiental

Objeto: Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia, bem como prospecção de ações de educação ambiental e atualização do cadastro; avaliação do perfil e das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH na programação de educação ambiental na bacia; realização de parcerias e convênios com órgãos de governo responsáveis pela política de educação ambiental na bacia, bem como com instituições não governamentais atuantes nesta área; elaboração da estratégia e da proposta de desenvolvimento de materiais e métodos do PEA para o PIRH; realizar workshop de validação das diretrizes dos materiais e métodos a serem desenvolvimentos para o PEA do PIRH; elaborar diretrizes de elaboração dos materiais e métodos do PEA do PIRH; realizar oficinas de apresentação e discussão dos materiais e métodos produzidos nas UPGRH e workshop de avaliação.

Valor: R$ 4.400.000,00

12.6. Ações do IBIO

Como já mencionado, a discussão da estratégia de educação ambiental foi iniciada em 2016 nas UGRH1 – Piranga e UGRH2 – Piracicaba, sendo que na bacia do rio Piranga os seminários ocorreram ainda no ano de 2016. A UGRH2 – Piracicaba abrange 21 municípios, sendo possível ter adesão de participantes de toda a bacia com a realização de apenas um seminário. Dessa forma, no dia 26/04/2017, em Ipatinga-MG, ocorreu o 1º Seminário de Educação Ambiental da bacia do rio Piracicaba. A Figura 178, Figura 179, e Figura 180 apresentam alguns registros do evento.



Figura 178 - 1º Seminário de Educação Ambiental do CBH Piracicaba



Figura 179 - 1º Seminário de Educação Ambiental do CBH Piracicaba



Figura 180 - 1º Seminário de Educação Ambiental do CBH Piracicaba

A equipe do IBIO, além de organizar o Seminário, participou do evento de forma a compreender as necessidades apontadas ao longo da bacia e suas diferenças.

O seminário contou com dinâmicas participativas, especialistas para a condução das atividades e palestra de especialistas locais. Ao final do Seminário, foi produzido um relatório contendo toda a metodologia e resultados alcançados com as atividades. As diretrizes, público alvo e critérios para projetos levantados estão sendo utilizados como orientadores das atividades que envolvem educação ambiental nos Programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42), já discutidos em itens anteriores.

Nos CBHs Santo Antônio e Suaçuí, a mesma estratégia adotada nos CBH Piranga e CBH Piracicaba também foi discutida e aprovada em 2017, inclusive a intenção era levar a proposta para apreciação também dos demais CBHs, visando levantar as boas práticas e diretrizes para toda a bacia do rio Doce, mas compreendendo que a educação ambiental deve ser trabalhada localmente. Entretanto, o CBH

Doce iniciou a discussão de outras estratégias para a educação ambiental e não houve novas definições até o momento. Dessa forma, os demais Seminários e discussões em outras UGRHs ficaram suspensos em 2017.

Vale ressaltar que os recursos alocados para o Programa de Educação Ambiental no PAP não são distribuídos para cada UGRH, como ocorre nos Programas Hidroambientais. Esse é um recurso da bacia do rio Doce como um todo, que deve ser trabalhado localmente, mas com uma estratégia macro da bacia. Além disso, somente o CBH Doce possui recursos alocados para o Programa no PAP. Dessa forma, não havendo definições do CBH Doce, os CBH estaduais não conseguem avançar com suas ações, mesmo que tenham a intenção e que compreendam melhor a realidade local.

No que tange à educação ambiental, vale comentar, ainda, que nas contratações dos Programas P12, P52 e P42, referentes à Elaboração de Diagnósticos e Projetos em Imóveis Rurais, já relatadas anteriormente, há um grande viés de educação ambiental, sendo utilizado como base pelas empresas contratadas os relatórios dos Seminários de Educação Ambiental já realizados.

Por fim, vale comentar que após a realização dos Seminários de Educação Ambiental nos CBHs Piranga e Piracicaba, o tema ficou em destaque nas bacias e algumas instituições e profissionais procuraram o CBH e IBIO para apresentar ideias e trabalhos já realizados, como exemplo o projeto Mapa da Mina de Ipatinga, o Fórum Regional de Educação Ambiental (FOREA) e o professor Luiz Fontes, da UFV (Figura 181).



Figura 181 - Reunião com o professor Luiz Fontes, da UFV

12.7. Principais Deficiências e Dificuldades

A principal dificuldade encontrada durante o ano de 2017 foi a falta de definição do CBH Doce para avançar com a estratégia, já em andamento, para as demais UGRH que não haviam recebido os Seminários. Além disso, não foi possível avançar plenamente com as diretrizes do Seminário para o Programa de Educação Ambiental nas UGRH Piranga e Piracicaba, ficando as ações restritas até o momento às ações realizadas junto aos Programas Hidroambientais. Ressalta-se que os CBH estaduais dependem das definições do CBH Doce para avançar com o Programa de Educação Ambiental, já que não possuem recursos alocados em seus PAP especificamente para esse Programa.

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

AÇÃO TRANSVERSAL

13. AÇÃO TRANSVERSAL

13.1. Locação de Veículos (com e sem motorista)

13.1.1. Descrição

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce é um território amplo e diversificado, que abrange 228 municípios e onde há a atuação de 12 (doze) Comitês de Bacia Hidrográfica, sendo 01 (um) Comitê Federal, 06 (seis) Comitês Estaduais em Minas Gerais e 05 (cinco) Comitês Estaduais no Espírito Santo, todos atendidos pelo IBIO, no exercício das funções de Agência de Água. Considerando a necessidade expressa pelos membros destes Comitês em realizar deslocamentos frequentes para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO em se deslocar para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, bem como as ações que envolvem os Comitês de Bacia, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviço de motorista, quando necessário.

13.1.2. Contratações e Resultados

- **Contrato nº 24/2016**

Contrato 24/2016		**Programa**	Transversal /	**Recursos**	ANA / ANA RA
Alocação	Transversal / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço.					
Valor	R$ 1.283.181,06	**Contratado**	Locadora de veículos Locavip Ltda		
Pago	R$ 552.803,39	**Data**	01/08/2016	**Prazo**	02/08/2018
Saldo	R$ 1.981.265,90	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	2

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

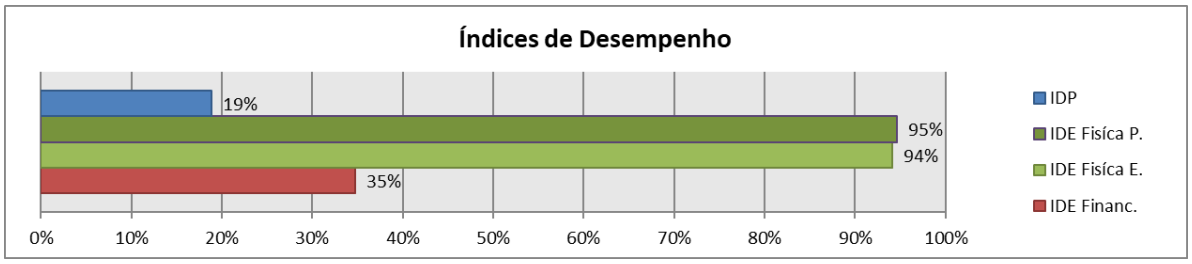
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	24 meses	16 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



O contrato celebrado com a empresa Locavip Locadora de Veículos têm por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO), entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce e prestadores de serviço. A partir dos veículos disponibilizados, é possível viabilizar a participação nas reuniões e demais eventos, essenciais para o efetivo desenvolvimento dos programas previstos no Plano de Recursos Hídricos.

O primeiro contrato referente à prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULO foi assinado em 2013, abrangendo os seguintes serviços:

- Veículo popular
- Veículo executivo
- Veículo mensal
- Van
- Motorista

No entanto, a partir de 2015, houve um aumento intenso da demanda de viagens, sobretudo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que impactou diretamente o trabalho dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Diante desse cenário, houve necessidade de ampliar emergencialmente o número de locações. Foi celebrado um contrato emergencial e, paralelamente, elaborado um novo termo de referência para a realização de uma nova licitação, em que foram alterados os quantitativos, a fim de atender à nova realidade. Além disso, foram inseridas novas modalidade de serviços, descritas abaixo:

- Veículo popular
- Veículo executivo
- Veículo intermediário
- Caminhonete
- Veículo mensal
- Van
- Motorista

Atualmente está vigente o Contrato nº 24/2016, cujo processo foi realizado através do Ato Convocatório nº 04/2016. Este contrato abrange todos os serviços acima listados, visando atender à atual demanda dos comitês e da agência.

13.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades

As dificuldades ligadas à locação de veículos começam desde a contratação da empresa para a prestação do serviço até o atendimento das demandas dos CBHs. Tendo em vista a extensão territorial da bacia e o número elevado de veículos que precisam estar à disposição, foi difícil conseguir empresas interessadas em participar do certame. Após a contratação, existe a dificuldade de gerenciamento do contrato, pois há grande volume de demanda e, muitas vezes, devido à urgência de realizar as atividades, os pedidos são recebidos com pouca antecedência. Soma-se isso à dificuldade de sublocação de veículos nas cidades de pequeno porte, o que torna a logística de atendimento ainda mais complexa e, ainda, a morosidade dos conselheiros em reunir os documentos comprobatórios e preencher corretamente os comprovantes de viagem. O processo de conferência após cada locação, visando dar transparência e garantir o bom uso do recurso público, é feito de forma detalhada, juntando toda a documentação necessária à correta prestação de contas.

13.2. Emissão de Passagens Aéreas

13.2.1. Descrição

Eventualmente, os conselheiros que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, assim como os funcionários da agência e convidados, precisam realizar viagens de longa distância, sendo, em muitos casos, necessária a aquisição de passagens aéreas. Estas viagens ocorrem para a participação em eventos como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado anualmente; reuniões com órgãos gestores (ANA, IGAM e AGERH); participação em eventos do Comitê Interfederativo – instância criada após o rompimento da Barragem de Fundão; entre outras atividades inerentes à gestão de recursos hídricos. Diante desta necessidade, foi realizado Ato Convocatório para contratação de empresa especializada, cujo objeto consiste em serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

13.2.2. Contratações e Resultados

- **Contrato nº 25/2016**

Contrato 25/2016		**Programa**	Transversal /	**Recursos**	ANA / ANA RA
Alocação	Transversal / /				
Objeto Este Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento presencial ou por atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e convidados do IBIO – AGB Doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce.					
Valor	R$ 620.203,49	**Contratado**	Leste Turismo Ltda		
Pago	R$ 340.896,93	**Data**	02/09/2016	**Prazo**	03/09/2018
Saldo	R$ 279.306,56	**Gestor**	Juliana	**Aditivo**	1

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

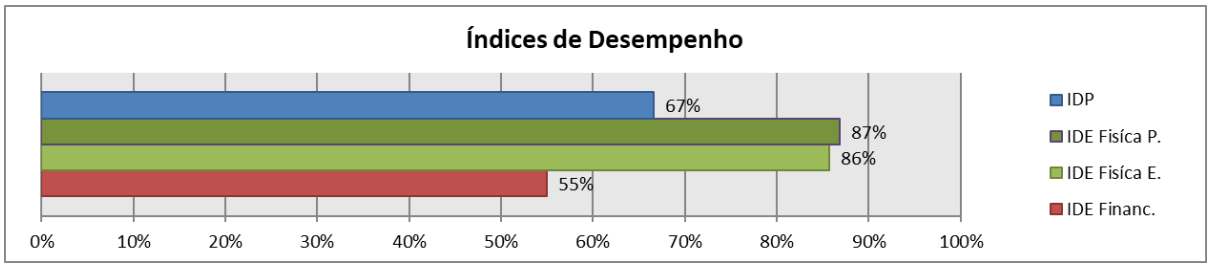
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	24 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



O primeiro contrato referente à emissão de passagens áreas foi firmado em 2012, época em que a agência e os comitês estavam iniciando a estruturação dos trabalhos. Em 2016, tendo em vista a necessidade de aprimoramentos e ajustes nos quantitativos, foi realizado um novo Ato Convocatório. Ambas as concorrências foram vencidas pela empresa LESTE TURISMO.

A aquisição de passagens possibilita o deslocamento dos membros de comitê, convidados e funcionários do IBIO para eventos importantes ligados às questões ambientais e hídricas, realizados em cidades mais distantes, como, por exemplo, o Encob, em 2017 realizado na cidade de Aracaju; Reuniões do Comitê Interfederativo e outros eventos envolvendo a Fundação Renova, realizados, na maioria das vezes, em Brasília; atividades na sede do IBIO Institucional, localizada Rio de Janeiro), reuniões com a ANA (Brasília), IGAM (Belo Horizonte), AGERH (Vitória) entre outras.

Abaixo, seguem fotos de conselheiros e convidados em eventos cuja compra das passagens aéreas foi feita pela Leste Turismo.



Figura 182 - Representantes do CBH-Doce e CBHs afluentes no Encob 2017 – Aracaju/SE



Figura 183 - Conselheiros do CBH-Doce e CBHs afluentes em seminário, promovido pelo IBAMA – Brasília/DF.

13.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades

Entre os principias entraves encontrados na gestão deste contrato, está a disponibilidade de voos, tendo em vista que muitas das cidades não possuem aeroporto e, aquelas que possuem, não dispõem de muitos horários. Desta forma, é necessária uma complexa logística para viabilizar o deslocamento da cidade de origem até o aeroporto mais próximo, compatibilizando os horários dos voos e eventos, de forma a garantir, ainda, o melhor custo benefício. Outro problema, que dificulta o atendimento, são as reuniões agendadas com pouco prazo, que demandam a aquisição de passagens imediatas, nem sempre disponíveis.

13.3. Organização e Execução de Eventos

13.3.1. Descrição

Esta ação está relacionada à contratação de empresa especializada na execução de organização de eventos demandados pelos comitês, assim como apoio à realização de plenárias, reuniões de câmaras técnicas ou qualquer outra demanda que surgir como na divulgação de um programa do PAP. O termo de referência é bastante amplo e foi feito a fim de contemplar quatro eixos principais:

- ITEM 1: Fornecimento de estrutura organizacional e de apoio;
- ITEM 2: Fornecimento de Hospedagem;
- ITEM 3: Fornecimento de alimentação;
- ITEM 4: Fornecimento de serviços gráficos.

São contemplados os seguintes produtos/serviços:

- Locação de espaço para eventos com capacidade para 200 e para 50 pessoas;
- Profissionais para fazer a moderação e relatoria do evento;
- Recepcionistas para eventos; Operador de som, que ficará responsável também pela gravação do evento em meio digital;
- Operador de equipamento de informática, que ficará responsável pela operação do equipamento audiovisual;
- Sistema de sonorização e gravação;
- Equipamento do tipo Datashow com resolução mínima de 1.500 lúmenes e microcomputador;
- Microcomputador a ser locado em eventos quando necessário;
- Serviços de degravação dos registros digitais (gravações) oriundas das discussões feitas durante o evento;
- Serviços de relatório consubstanciado feito pelo moderador;
- Diárias de stands compostos de tenda tipo Gazebo;
- Serviços de hospedagens para convidados dos comitês em eventos realizados;
- Serviços de alimentação, lanche ou almoço em eventos ou reuniões plenários e câmaras técnicas;
- Serviços gráficos relacionados à realização dos eventos como confecção de crachás, canetas, blocos de anotações, bolsas ecológicas, pastas, certificados de participação, folders, cartazes e banners.

13.3.2. Contratações e Resultados

Contrato nº 19/2013

Contrato 19/2013		**Programa**	Transversal /	**Recursos**	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /				
Objeto	Eventual aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce.				
Valor	R$ 5.285.206,39	**Contratado**	Completa Consultoria Política Ltda.		
Pago	R$ 1.625.345,64	**Data**	02/09/2013	**Prazo**	06/09/2018
Saldo	R$ 3.659.860,75	**Gestor**	Juliana	**Aditivos**	5

Identificação no PIRH-Doce:
Programa: Ação Transversal
Subprograma: Ação Transversal

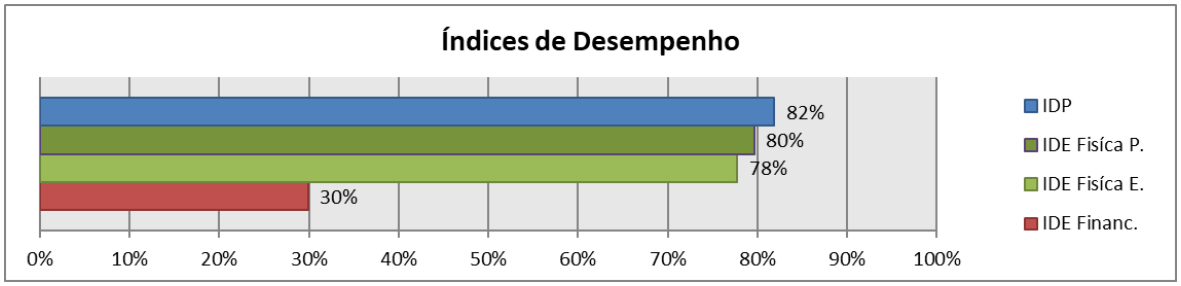
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	60 meses	51 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



O Contrato nº 19/2013, firmado entre o IBIO e a empresa Completa Consultoria Política, dá suporte aos eventos e reuniões realizados pelos comitês, ocasiões em que são deliberados temas relevantes relacionados à gestão de recursos hídricos e a utilização dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, conforme os programas previstos nos Planos de Recursos Hídricos. Os serviços são solicitados de acordo com as demandas apresentadas pelos comitês, em atendimento aos planos de trabalho anuais, cujo objetivo é deliberar assuntos pertinentes à execução dos programas do PAP. Após a prestação do serviço, o comitê atesta se o mesmo foi realizado de acordo as especificações do contrato

e a equipe da secretaria executiva de apoio aos comitês, providenciando os documentos e comprovações necessárias ao pagamento. Seguem abaixo exemplos e fotos de eventos realizados com o apoio da Completa, bem como materiais impressos pela empresa.

VI Encontro de Integração: Este evento é realizado anualmente e reúne todos os comitês que integram a Bacia do Rio Doce. Para a realização do encontro, a empresa de eventos é acionada e presta serviços como: fornecimento de lanche e almoço; locação de espaço físico; locação de computador e data show; disponibilização de sistema de sonorização e operador de som; impressão de banners, fornecimento de galões de água e café, entre outros serviços. Este ano o encontro foi na cidade de Linhraes, no mês de outubro e reuniu cerca de 80 participantes.



Figura 184 - Membros dos comitês durante o VI Encontro de Integração, em 2017

Reuniões plenárias: Ao longo do ano são realizadas diversas reuniões plenárias, oridinárias e extraordinárias. Nestes encontros, os conselheiros se reúnem para analiar e deliber sobre as ações que serão realizadas ao longo do ano. O suporte da empresa de eventos também é importante. As principais demandas são a infraestrutura para a realização dos encontros (computador, datashow, som) e o lanche, servido aos participantes.



Figura 185 - Lanche servido durante reunião do CBH-Doce, realizada em outubro/2017.

Reuniões diversas: Além das reuniões ordinárias, os comitês realizam diversas atividades, tais como: seminário de educação ambiental, seminários de saneamento, encontros de mobilização, reuniões de câmaras técnicas e grupos de trabalho.



Figura 186 - Seminário de Saneamento do CBH-Piracicaba, realizado em Itabira.

Materiais institucionais: A empresa também é responsável pela impressão de materiais como, por exemplo, folders e banners utilizados para a divulgação dos comitês e da agência. Além de certificados, convites e outras peças gráficas.



Figura 187 - Folders sobre os comitês e os programas distribuídos no Encob 2017



Figura 188 - Certificado de posse dos novos membros do CBH-Doce

13.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades

A proposta de uma única empresa de eventos para atendimento a toda a bacia apresenta vantagens e desvantagens. A existência de um contrato único facilita o gerenciamento do IBIO, porém dificulta a prestação do serviço nas cidades mais distantes de Governador Valadares, tendo em vista a extensão territorial da Bacia do Rio Doce.

Além disso, o contrato contempla uma ampla variedade de serviços. A fim de otimizar a prestação do serviço está prevista para o ano de 2018 a realização de novos atos convocatórios, distribuindo o gerenciamento de eventos em quatro contratações: infraestrutura, alimentação, brindes e serviços gráficos. Desta forma, será possível abranger mais serviços e buscar empresas especializadas, aprimorando a qualidade do atendimento prestado.



RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

ESTUDOS ESTRATÉGICOS VOLTADOS À MITIGAÇÃO DO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS EM MARIANA/MG

14. ESTUDOS ESTRATÉGICOS VOLTADOS À MITIGAÇÃO DO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS EM MARIANA/MG

14.1. Atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água

14.1.1. Descrição

Em 2011, foi lançado, pela ANA, o Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, uma consolidação de estudos desenvolvidos desde 2005, com o objetivo de analisar e aperfeiçoar a oferta de água para sistemas de abastecimento público das 5.565 sedes municipais brasileiras para o horizonte de 2015. Os sistemas cujos mananciais apresentaram disponibilidade hídrica insuficiente ou cujas unidades de produção de água (captação, adução, estações elevatórias e de tratamento de água) tinham necessidade de ampliação ou adequação foram considerados vulneráveis e para eles foram propostas alternativas técnicas para solução do problema. Os demais foram considerados satisfatórios. Para os sistemas com vulnerabilidade, os projetos existentes para solucionar o problema foram incorporados ao portfólio de soluções. Na ausência de projetos, alternativas em nível de preconcepção foram desenvolvidas, com o fim de atender a demanda de água prevista para o ano de 2025. O resultado desse trabalho indicou a necessidade de investimentos, estimados a preços de julho de 2010, de R$ 22,2 milhões para melhorar a oferta de água a 139 milhões de habitantes até 2025.

No projeto foi desenvolvido um sistema georreferenciado com a inclusão de dados relativos aos sistemas de abastecimento de água e às sedes municipais, o que agilizou a análise e a proposta de soluções. Foram também elaborados croquis representativos dos sistemas com informações das capacidades das unidades produtoras de água para cada sistema de abastecimento de água. Os resultados desse estudo estão disponíveis na Internet - site www.ana.gov.br/atlas, o que permite a consulta por qualquer cidadão e, principalmente, por técnicos e dirigentes que trabalham no setor.

Assim, o Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água disponibiliza informações sistematizadas e obtidas através de metodologia e referencial padronizados sobre a oferta e a demanda de água para abastecimento público de água das 5.565 sedes municipais do Brasil. Essa ferramenta vem sendo usada na tomada de decisões contextualizadas, no planejamento integrado (evitando a dispersão de esforços e a desarticulação entre as ações públicas voltadas para o abastecimento público), na proposição de políticas públicas em situações de normalidade ou de emergência (como o caso de eventos da seca no Nordeste e o caso do desastre com a barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, atingindo o abastecimento de vários municípios pelo rio Doce) e no estabelecimento das bases para o levantamento de recursos no sentido da necessidade de investir em produção de água. É por essa razão que mantê-lo atualizado é fundamental para a continuidade e ampliação de sua utilidade.

O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, mostrou a premência da atualização de dados sobre os sistemas públicos de abastecimento de água não somente no contexto do Atlas, mas com uma visão mais ampliada envolvendo a segurança hídrica desses sistemas. Muito mais ainda para aqueles sistemas que abastecem uma população de maior porte, cuja logística para abastecer emergencialmente requer soluções complexas e de difícil concretização num curto espaço de tempo.

Dentre as ações relacionadas ao rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, a contratação da atualização dos dados e croquis do Atlas Brasil foi priorizada pela ANA e pelo IBIO para o ano de 2016,

assim como a contratação dos serviços de topobatimetria. Dessa forma, a equipe técnica do IBIO trabalhou no ano de 2016, em conjunto com a equipe da ANA, para a viabilização das referidas contratações priorizadas. No ano de 2017 foi assinado o contrato e elaborada a maior parte dos Produtos.

O objeto da contratação realizada pelo IBIO foi a atualização dos dados e croquis do ATLAS Brasil - Abastecimento Urbano de Água das sedes municipais inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, assim como o incremento do conhecimento sobre segurança hídrica (qualitativa e quantitativa) e vulnerabilidade dos sistemas produtores de água para abastecimento público das sedes municipais inseridas nessa bacia.

14.1.2. Contratações e Resultados

No dia 20/10/2016 o Ato Convocatório para contratação da atualização Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água foi publicado. O valor máximo global estimado para a contratação foi de R$ 2.088.538,45 (dois milhões oitenta e oito mil quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e cinco centavos).

A sessão pública para abertura das propostas ocorreu no dia 08/11/2016. Na ocasião, apenas a empresa Engecorps Engenharia S/A. compareceu à sessão pública, sendo a única concorrente no Ato, uma vez que também não houve nenhuma proposta recebida via Correios. A sessão foi suspensa para análise da Proposta Técnica pela Comissão Gestora de Licitação e Contratos (CGLC). Após realizada a análise, a concorrente foi desclassificada do certame, por apresentar desconformidades com o Ato Convocatório. Porém, como todos os concorrentes (no caso, apenas uma empresa) foram desclassificados, foi concedido prazo para apresentação de nova proposta.

Dessa forma, a empresa apresentou uma nova proposta, que foi analisada pela CGLC e encontrava-se em conformidade com o Ato Convocatório, sendo a empresa declarada vencedora do certame. Tendo em vista que o certame ocorreu já no final do ano de 2016, a assinatura do Contrato nº 01/2017, entre o IBIO e a Engecorps, foi realizada no dia 03/01/2017.

Contrato nº 01/2017

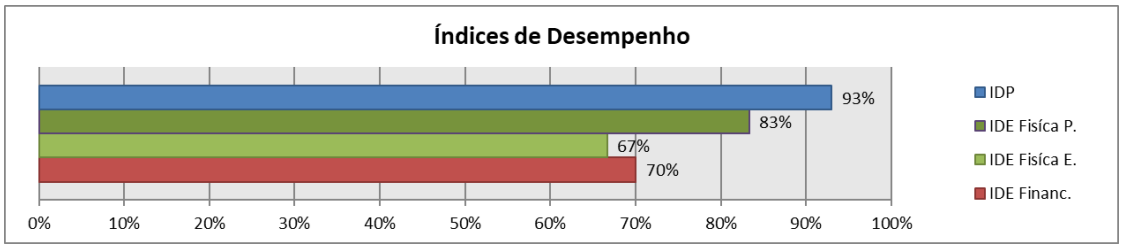
Contrato 01/2017		**Programa**	Atlas /	**Recursos**	ANA RA /
Alocação	SAE / 11milhões / /				
Objeto Prestação de serviços de atualização dos dados e croquis do ATLAS Brasil - Abastecimento Urbano de Água das sedes municipais inseridas na Bacia Hidrográica do Rio Doce.					
Valor	R$ 1.392.428,00	**Contratado**	Engecorps Engenharia S/A		
Pago	R$ 974.699,60	**Data**	03/01/2017	**Prazo**	04/02/2018
Saldo	R$ 417.728,40	**Gestor**	Cynthia	**Aditivos**	1

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	2 meses	4 meses
Processo de Seleção	45 dias	2 meses

Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	13 meses	11 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: As justificativas para os atrasos do contrato estão relacionadas à dificuldade de obtenção de informações sobre os sistemas de abastecimento de água junto à Copasa; ao grande número de visitas de campo (total de 107 Municípios), que dependiam de autorização das concessionárias em grande parte; além da espera de manifestação das equipes da ANA sobre o conteúdo dos Produtos, que no geral foram ágeis, mas por vezes geraram algum atraso na conclusão dos Produtos.

14.1.3. Ações do IBIO

Conforme já mencionado, o contrato com a empresa Engecorps foi assinado no dia 03/01/2017. Ao longo de 2017 foram realizadas diversas reuniões e atividades para o acompanhamento do contrato e validação dos Produtos. A seguir são descritas as principais atividades.

- **Reuniões iniciais de planejamento**

A reunião inicial de planejamento ocorreu no dia 02/02/2017, na sede da Engecorps, em São Paulo, e contou com a participação de representantes da Engecorps e IBIO, presencialmente, e da ANA, por vídeo conferência (Figura 189, Figura 190). De maneira geral, a reunião foi para apresentação dos atores envolvidos, explanação do conteúdo do Produto 1 e definição de conceitos.



Figura 189 - Reunião inicial de planejamento entre IBIO, Engecorps e ANA



Figura 190 - Reunião inicial de planejamento entre IBIO, Engecorps e ANA

No dia 16/02/2017, na ANA, em Brasília, foi realizada uma reunião entre os técnicos das áreas de tecnologia de informação e geoprocessamento do IBIO AGB Doce, Engecorps e ANA para alinhar o que as instituições possuem de bases de dados disponíveis e como seria a compatibilização das informações.

- **Articulação para obtenção de dados**

Para iniciar o diálogo e obter dados sobre os sistemas de abastecimento de água de cada um dos 228 municípios da bacia do rio Doce, o IBIO enviou ofícios para as 79 Prefeituras Municipais que possuem como prestador dos serviços de abastecimento de água, conforme o SNIS, um serviço municipal.

No que se refere aos 14 municípios atendidos pela CESAN, foi enviado um ofício para a concessionária solicitando as informações necessárias sobre cada um dos 14 municípios. No dia 13/03/2017 as informações solicitadas foram entregues ao IBIO. Durante o ano de 2017 informações revisadas e novos dados também foram solicitado e, de maneira geral, obtidos.

Para as informações dos 135 municípios que possuem a COPASA como prestadora dos serviços, foi realizada uma reunião, no dia 09/02/2017, na sede da concessionária, em Belo Horizonte, onde estiveram presentes representantes do IBIO, Engecorps e COPASA (Figura 191, Figura 192). Logo após a reunião, foi enviado ofício para a concessionária formalizando a solicitação dos dados necessários.



Figura 191 - Reunião entre IBIO, Engecorps e COPASA



Figura 192 - Reunião entre IBIO, Engecorps e COPASA

Ao longo de todo o ano de 2017 foram realizadas diversas solicitações junto à Copasa para obtenção de todas as informações necessárias, por meio de ligações, e-mails e ofícios, além de solicitação do apoio da ANA. As primeiras informações demoraram a serem fornecidas e até o momento, dos 135 municípios que possuem a COPASA como prestadora dos serviços, 120 já possuem informações atualizadas e todos os 28 que receberiam visitas em campo, tiveram a autorização dada.

A articulação com a Copasa foi uma grande dificuldade ao longo do trabalho, tendo em vista que a concessionária não se mostrou aberta a fornecer as informações com agilidade e qualidade necessária para a atualização do Atlas Brasil. Salienta-se que a dificuldade em obtenção de dados com a Copasa é também devido ao fato que a mesma é dividida em Distritos, sendo a disponibilização das informações realizada por dirigentes diferentes.

Além disso, foi necessária a articulação com outras instituições, com destaque para a ANA e o IGAM. Como há várias análises nos Produtos do Atlas Brasil que envolvem a qualidade e quantidade das águas dos cursos d'água, foi necessário solicitar estudos e informações às instituições para se ter os dados mais adequados e atuais a serem trabalhados.

- **Visitas em campo**

Foram previstas visitas em campo no sistema de abastecimento de água de 107 municípios da bacia. Todos os municípios já foram visitados, mesmo aqueles em que a Copasa era a concessionária dos serviços de abastecimento de água. No dia 06/04/2017 foi realizada a visita ao sistema de abastecimento de água de Governador Valadares, a qual foi acompanhada por representantes do SAAE, IBIO e da Engecorps (Figura 193, Figura 194).



Figura 193 - Visita de campo no SAA de Governador Valadares com representantes do SAAE, IBIO e Engecorps



Figura 194 - Visita de campo no SAA de Governador Valadares com representantes do SAAE, IBIO e Engecorps

No dia 07/04/2017, no IBIO, em Governador Valadares, ocorreu uma reunião entre representantes do IBIO e o Sr. Octávio Macedo, da Engecorps, que realizou diversas visitas de campo nos municípios da bacia do rio Doce. A reunião foi com o propósito de alinhar algumas pendências de liberação de visitas em municípios atendidos pela Copasa e relatar a percepção geral dos sistemas de abastecimento de água da bacia.



Figura 195 - Reunião sobre andamento das visitas de campo entre IBIO e Engecorps

- **Articulação com CBHs e divulgação**

Nas reuniões realizadas nos Comitês de Bacia e com municípios tem sido destacado o trabalho que está sendo realizado para elaboração da atualização do Atlas Brasil, com o intuito de facilitar a obtenção de dados e divulgar as ações. Além disso, nas redes sociais e sites dos Comitês de Bacia estão sendo veiculadas informações sobre o processo (Figura 196). Os Produtos já aprovados estão sendo publicados nos sites.



Figura 196 - Divulgação sobre o Atlas Brasil em rede social do CBH Doce

- **Reuniões para avaliação e discussão dos Produtos**

A atualização do Atlas Brasil para a bacia do rio Doce, é composta por 6 Produtos. Para cada um dos Produtos foram previstas reuniões entre IBIO, Engecorps e ANA para discussão do conteúdo e

alinhamento dos próximos passos. No ano de 2017 foram elaborados os Produtos de 1 a 5, restando apenas a elaboração do Produto 6 – Relatório Final, que consiste na consolidação de todos os Produtos anteriores. Dessa forma, a seguir são descritas as reuniões para avaliação de cada um dos Produtos.

No dia 10/05/2017, no IBIO, em Governador Valadares, ocorreu a reunião para discussão do Produto 2 - Estudo de Demandas e Oferta de Água do Atlas Brasil (Figura 197, e Figura 198). Estiveram presentes representantes do IBIO e Engecorps, além de representantes da ANA por videoconferência.



Figura 197 – Reunião do Produto 2 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA



Figura 198 - Reunião do Produto 2 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA

No dia 08/08/2017, na ANA, em Brasília, ocorreu a reunião para discussão do Produto 3 - Diagnóstico da Oferta Hídrica, da Infraestrutura e da Gestão Operacional do Sistema do Atlas Brasil (Figura 199).



Figura 199 - Reunião do Produto 3 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA

Nos dias 16 e 17/11/2017, na ANA, em Brasília, ocorreu a reunião para discussão dos Produto 4 - Proposta de intervenções e custos e Produto 5 - Proposta de melhoria do monitoramento dos mananciais atuais e futuros do Atlas Brasil (Figura 200, Figura 201). Estiveram presentes representantes do IBIO, Engecorps e ANA.



Figura 200 - Reunião dos Produtos 4 e 5 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA



Figura 201 - Reunião dos Produtos 4 e 5 do Atlas Brasil entre IBIO, Engecorps e ANA

- **Gestão do Contrato**

Além das atividades descritas anteriormente, há várias ações rotineiras que ocorrem para o adequado acompanhamento e gestão do trabalho, como diversas ligações e trocas de e-mails entre equipes técnicas do IBIO e Engecorps, para esclarecimentos, compartilhamento de informações, aprovação de formatos e metodologias, entre outros; elaboração de pareceres técnicos para aprovação ou solicitação de adequações nos Produtos; e ainda controles de produtos, documentos e financeiros.

A previsão de encerramento das atividades do contrato é de fevereiro de 2018.

14.1.4. Principais Deficiências e Dificuldades

A maior dificuldade enfrentada nesse processo de atualização do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água na bacia do rio Doce, refere-se a dificuldade em se obter as informações dos sistemas de abastecimento de água em que a COPASA é a prestadora dos serviços.

Além disso, esse é um estudo bastante específico e de atualização de banco de dados e imagens já existentes, que são administrados pela ANA e não pelo IBIO. Dessa forma, há a necessidade de constantes alinhamentos junto à ANA para a validação dos Produtos.

14.2. Modelagem Hidrológica; Hidráulica; Hidrossedimentológica e de ruptura de barragem, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana/MG

14.2.1. Descrição

Justificativa - Considerando os problemas relacionados à ruptura da barragem de rejeito de Fundão e os impactos atuais e futuros provocados, é premente o desenvolvimento de estudos de caracterização

do problema visando a subsidiar a definição de ações de redução dos impactos. Para a realização dos estudos técnicos, serão necessários levantamentos de dados em campo e estudos técnicos específicos de modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem.

Objetivo Geral - Contratação de empresa especializada em modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem para estudos na Bacia do Rio Doce e nos principais afluentes, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana. Observação: os principais afluentes afetados pelo rompimento da barragem.

Objetivos específicos

- Caracterizar as condições geomorfológicas atuais pós-desastre;
- Avalição das perspectivas futuras de recuperação;
- Avaliação do impacto provocado para os diferentes usos da água;
- Avaliação das alterações relacionadas aos riscos de inundações na região.

Macro Atividades Previstas - As seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

- Planejamento das atividades;
- Visita de reconhecimento de campo;
- Levantamento de dados de campo e ensaios geotécnicos;
- Modelagem hidrológica;
- Modelagem hidráulica;
- Modelagem de ruptura de barragem de Fundão;
- Modelagem hidrossedimentológica;
- Diagnóstico da situação atual;
- Diretrizes de ações para mitigação dos impactos;
- Prognóstico da situação futura.

Custo total estimado - A estimativa do valor global dos estudos é da ordem de R$ 4.000.000,00, com uma duração total de 450 dias.

14.2.2. Contratações e Resultados

Não foram realizadas contratações relacionadas a essa ação no ano de 2017. Isso se deve ao fato de que, dentre as ações e estudos estratégicos voltados à mitigação do desastre do rompimento da barragem Mariana, foram priorizados pela ANA e IBIO, a contratação da atualização do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água e dos serviços de topobatimetria.

14.2.3. Ações do IBIO

Em 2017 não foram realizadas ações específicas relacionadas às contratações de Modelagem Matemática para Simulação de Inundações Naturais e por Ruptura de Barragens e de Modelagem Hidrossedimentológica e de Qualidade da água. Conforme previsto no item VII da Nota Técnica Conceitual nº 03/2016/SOE/ANA, as minutas de termos de referência serão elaboradas pela ANA e enviadas ao IBIO, a quem caberá a sua adequação e licitação, assim como a gestão dos contratos homologados.

Nesse sentido, a equipe do setor de Programas e Projetos do IBIO está aguardando o recebimento da minuta de Termo de Referência para a próxima contratação, que será a modelagem relacionada a inundações naturais e por ruptura de barragens. Conforme alinhamento realizado entre IBIO e ANA

em reunião realizada no dia 08/12/2017, via *Skype*, a equipe da SOE/ANA está trabalhando na minuta do Termo de Referência referente a inundações naturais e ruptura de barragens e tem previsão de encaminhar o Termo ao IBIO até o final do mês de janeiro de 2018. De posse do Termo de Referência, o IBIO irá realizar a adequação do mesmo, elaborar o Ato Convocatório e iniciar o processo licitatório.

14.2.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Conforme relatado, essa ação ainda não foi iniciada efetivamente, portanto, ainda não cabe relatar deficiências e dificuldades.

14.3. Serviços de Topobatimetria

14.3.1. Descrição

A realização dos serviços de topobatimetria visa aprofundar o conhecimento físico da bacia sobre a conformação dos rios a serem estudados, as infraestruturas existentes e que interferem ou sofrem com a dinâmica das cheias, o levantamento de marcas de cheias passadas e de perfil de linha d'água, o que permite melhor calibração dos modelos e o georreferenciamento das estações fluviométricas na Bacia do Rio Doce. Fazem parte do trabalho as seguintes etapas:

- Levantamento de seções transversais, nos trechos de rios selecionados para a modelagem das cheias naturais e o caminhamento a jusante das barragens que serão escolhidas para rompimento;
- Medição de perfis de linha d´água nas seções transversais levantadas;
- Identificação de marcas de cheia notáveis;
- Georreferenciamento de estações fluviométricas nos cursos d´água investigados.

A definição da geometria da calha do rio e da área seca por meio do levantamento topobatimétrico permite o estabelecimento do modelo tridimensional do curso d'água, o qual é necessário para o desenvolvimento do modelo hidráulico de propagação de vazões. Este modelo é então utilizado para definir os perfis da linha d'água e as manchas de inundação para cada cenário de vazão. Assim, simulando-se este modelo para um conjunto de vazões associadas a diversas probabilidades de recorrência, obtém-se um conjunto de manchas de inundação para compor os mapas de risco.

Assim sendo, tem-se que os serviços de topobatimetria subsidiarão o estudo de modelagem matemática, previsto nos Planos de Trabalho Específicos constantes do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 072/ANA/2011.

14.3.2. Contratações e Resultados

Não foram realizadas contratações relacionadas a essa ação no ano de 2016. O Ato Convocatório foi publicado e foi realizado o certame, no entanto o mesmo acabou sendo frustrado. Todo o histórico relacionado a esse processo encontra-se detalhado nos itens 13.6.3 - Ações do IBIO; e 13.6.4 - Principais Deficiências e Dificuldades.

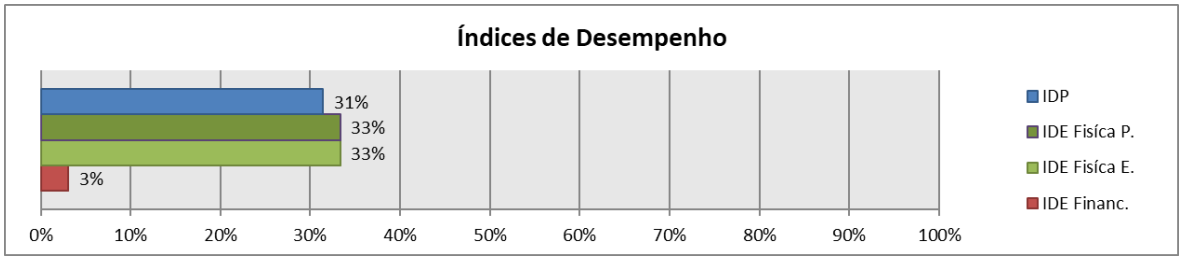
Contrato nº 20/2017

Contrato 20/2017		**Programa**	Topobatimetria /	**Recursos**	ANA RA /
Alocação	SAE / 11milhões / /				
Objeto Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de topobatimetria para o levantamento de 375 seções fluviais transversais, marcas de cheias, linha d´água georreferenciamento de estações fluviométricas na bacia do Rio Doce.					
Valor	R$ 944.999,83	**Contratado**	Consominas Engenharia Ltda		
Pago	R$ 28.350,00	**Data**	03/08/2017	**Prazo**	03/03/2018
Saldo	R$ 916.649,83	**Gestor**	Luisa	**Aditivos**	0

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração da Dispensa de Coleta de Preços	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	3 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	15 dias
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	7 meses	4 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Até o momento não houve atrasos na execução do contrato.

14.3.3. Ações do IBIO

No ano de 2016 foram iniciados os trabalhos referentes aos estudos relacionados ao rompimento da barragem de rejeitos em Mariana. Naquele ano, dentre as ações previstas, foram priorizados pela ANA e IBIO a contratação dos serviços de topobatimetria, assim como a contratação da atualização dos dados e croquis do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água.

Nesse sentido, a minuta do Termo de Referência para contratação dos serviços de topobatimetria foi encaminhada pela ANA em agosto de 2016. Após as devidas adequações, o Ato Convocatório foi publicado no dia 16/11/2016. A sessão pública para abertura das propostas ocorreu no dia 06/12/2016. Na ocasião, apenas a empresa BSM Serviços Cartográficos LTDA compareceu à sessão pública, sendo a única concorrente no Ato. Após realizada a análise, a concorrente foi desclassificada do certame, por apresentar desconformidades com o Ato Convocatório, tendo o Ato sido declarado frustrado.

Sendo assim, no início do ano de 2017, iniciaram-se revisões pela equipe técnica do IBIO, com o apoio da ANA. O objetivo foi rever alguns critérios que possam ter inviabilizado a participação de outras empresas no certame, como o número de atestados técnicos exigidos para o Profissional Coordenador Geral. Esse alinhamento resultou em uma nova versão do Ato Convocatório, que estava prevista para ser publicada em fevereiro de 2017. No entanto, durante esse período, o IBIO recebeu o Despacho TC 034.912/2016-9, do Tribunal de Contas da União – TCU, que trouxe uma série de entendimentos e recomendações que afetaram consideravelmente o Edital que estava sendo trabalhado.

Em função do Despacho TC 034.912/2016-9 do TCU, foi necessário um novo alinhamento com a equipe da Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE/ANA, em reunião realizada em Brasília, no dia 21/02/2017 (Figura 202). Posteriormente, a equipe do IBIO iniciou os trabalhos referentes ao novo Ato, revendo a estrutura do edital anterior por completo, alterando-o do tipo “Técnica e Preço” para o tipo “Menor Preço Global”.



Figura 202 – Reunião entre IBIO e ANA para alinhamento sobre as recomendações do TCU

A nova versão do Ato Convocatório foi publicada nos sites do IBIO e Comitês no dia 19/04/2017. O valor máximo global estimado para a contratação foi de R$ 1.660.500,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil e quinhentos reais), obtido pela média de 04 orçamentos obtidos no mercado.

A sessão pública para recebimento das propostas foi realizada no dia 10/05/2017. Compareceram à sessão as seguintes concorrentes:

- Consório STE – Microars;
- Datum Serviços Hidrográficos LTDA – EPP;
- Consominas Engenharia LTDA;
- Allyne Passos Garcia Marques Ribeiro EIRELI ME;
- Senografia Desenvolvimento e Soluções EIRELI;
- 3D Topografia e Locações de Equipamentos LTDA – EPP;
- Mirante Topografia LTDA.

Na ocasião, foram abertos os envelopes de preço das licitantes e todas as Propostas de Preço tiveram valores globais considerados exequíveis conforme Ato Convocatório. Após a verificação do Menor Preço Global ofertado, neste caso, o da empresa Senografia Desenvolvimento e Soluções Eireli, e

seguindo as disposições do Ato Convocatório, o Presidente da Comissão Gestora de Licitação e Contratos (CGLC) concedeu às empresas detentoras dos três menores preços globais a oportunidade de ofertarem lances verbais. A empresa Senografia Desenvolvimento e Soluções Eireli manteve-se como empresa detentora do Menor Preço Global após os lances verbais, com o valor de R$ 941.825,00 (novecentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais). A Tabela *51* apresenta os valores de proposta de preços dos concorrentes ao certame.

Tabela 51 - Proposta de Preços dos Concorrentes

NOME DA EMPRESA	VALOR GLOBAL PROPOSTA DE PREÇO	VALOR GLOBAL PROPOSTA DE PREÇO (APÓS LANCES VERBAIS)
SENOGRAFIA DESENVOLVIMENTO E SOLUÇÕES EIRELI	R$ 996.943,20	1º LANCE - R$ 945.500,00 2º LANCE - R$ 941.825,00 LANCE FINAL - R$ 941.825,00
MIRANTE TOPOGRAFIA LTDA	R$ 1.093.257,44	1º LANCE - R$ 950.440,00 2º LANCE - NÃO MANIFESTOU INTERESSE
CONSOMINAS ENGENHARIA LTDA	R$ 1.110.929,99	1º LANCE - R$ 956.943,20 2º LANCE - R$ 945.00,00 3º LANCE – NÃO MANIFESTOU INTERESSE
DATUM SERVIÇOS HIDROGRÁFICOS LTDA-EPP	R$ 1.195.560,00	-
CONSÓRCIO STE – MICROARS	R$ 1.245.208,95	-
3D TOPOGRAFIA E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA- EPP	R$ 1.312.118,00	-
ALLYNE PASSOS GARCIA MARQUES RIBEIRO EIRELI ME	R$ 1.394.820,00	-

Desta forma, tendo em vista que o valor ofertado pela empresa encontrava-se abaixo do limite de exequibilidade (abaixo de 60% do valor global máximo), conforme o Ato Convocatório, a sessão foi suspensa e abriu-se o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovação da viabilidade da proposta da empresa.

Após a suspensão da sessão, a concorrente Senografia Desenvolvimento e Soluções EIRELI, apresentou, dentro prazo estabelecido, sua Justificativa de Exequibilidade referente à proposta de preço apresentada na fase de lances verbais. A CGLC procedeu, então, à análise da Justificativa apresentada pela empresa, que resultou na negação de seu acolhimento. Foram consideradas insuficientes as justificativas e os documentos apresentados pela empresa para comprovar que os custos dos insumos, equipamentos e materiais são coerentes com os valores de mercado, bem como para comprovar a exequibilidade da proposta, com base nas exigências do Ato Convocatório.

No dia 08/06/2017 foi realizada a retomada da sessão pública, para dar prosseguimento ao certame. Na ocasião, a CGLC comunicou a sua decisão acerca da Justificativa de Exequibilidade apresentada pela empresa Senografia (primeira colocada).

Como a decisão da CGLC, a partir da análise da Justificativa da empresa, foi pelo não acolhimento da mesma, o certame foi novamente suspenso, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para a segunda colocada, cujo valor preço ofertado também foi abaixo do limite de 60% do valor global máximo, apresentar sua Justificativa de Exequibilidade. Após a suspensão da sessão, a concorrente Consominas

Engenharia LTDA, apresentou, dentro do prazo estabelecido, sua Justificativa de Exequibilidade. A CGLC procedeu, então, à analise da Justificativa, que resultou no acolhimento da mesma.

No dia 07/07/2017 foi realizada a retomada da sessão pública, para dar prosseguimento ao certame. Na ocasião, a CGLC comunicou a sua decisão acerca da Justificativa de Exequibilidade apresentada pela empresa Consominas Engenharia (segunda colocada).

Diante do acolhimento da comprovação de exequibilidade da proposta de preço da empresa Consominas Engenharia LTDA, passou-se para a abertura do envelope de Habilitação da referida empresa. Após análise da documentação, foi constatado pela CGLC que todos os documentos apresentados pela empresa estavam em conformidade com as exigências do Ato Convocatório. Sendo assim, a empresa Consominas Engenharia LTDA foi declarada vencedora do certame.

- **Assinatura do Contrato e Reunião Inicial**

O contrato entre IBIO e Consominas foi celebrado no dia 03/08/2017, em reunião realizada no IBIO (Figura 203, Figura 204). Na ocasião, estiveram presentes representantes da Consominas Engenharia, equipe técnica e Diretor Técnico do IBIO e também o Sr. Vinícius Roman, da SOE/ANA, que deu apoio técnico aos alinhamentos iniciais com a contratada. Outros técnicos da ANA também participaram da reunião por meio de videoconferência.



Figura 203 – Reunião inicial referente ao Contrato de serviços de topobatimetria



Figura 204 – Reunião inicial referente ao Contrato de serviços de topobatimetria

- **Campanha de fiscalização/ acompanhamento dos trabalhos em campo**

No intuito de acompanhar o trabalho de uma das equipes de campo da empresa Consominas Engenharia, foi realizada uma campanha de fiscalização em campo no dia 27 de setembro de 2017 (Figura 205). A equipe de fiscalização foi composta pelos seguintes profissionais: Geraldo José Lucatelli Dória de Araújo Júnior (Especialista em Geoprocessamento - ANA), Aldir José Borelli (Especialista em Geoprocessamento - ANA), Vinícius Roman (Especialista em Recursos Hídricos - ANA) e Luísa Poyares Cardoso (Coordenadora de Programas e Projetos – IBIO) e acompanhou os trabalhos na zona urbana do município de Piranga/MG.

Durante a fiscalização foi verificado o atendimento aos critérios metodológicos previstos no edital de contratação. Além disso, a visita teve o objetivo de dirimir dúvidas quanto ao levantamento topobatimétrico e adequar as necessidades de informações para utilizar os dados como um dos parâmetros para realização da modelagem hidrológica na Bacia do Rio Doce.



Figura 205 – Campanha de fiscalização em campo no município de Piranga/MG

- **Reunião de alinhamento sobre o Produto 2 - Relatório Parcial de Levantamento**

No dia 08/12/2017 a Consominas enviou ao IBIO, em caráter preliminar, o primeiro relatório parcial, referente ao levantamento de 84 seções topobatimétricas. O material foi encaminhado pelo IBIO à equipe da SOE/ANA que está apoiando o contrato. Após a verificação dos dados e análise de todo o material pela ANA, foi agendada uma reunião para alinhamento acerca do produto entregue. A reunião foi realizada no dia 18/12/2017, por meio de videoconferência. Participaram a equipe da Consominas, IBIO e os Srs. Geraldo Lucatelli e Aldir Borelli, da ANA. Foram apresentados pela ANA e IBIO os pontos do produto que necessitam de algum tipo de correção ou ajuste e alguns aspectos que geraram dúvida quando da análise dos dados. Algumas dessas questões foram explicadas pelos engenheiros da Consominas durante a reunião e, ao final, foi solicitado à contratada que providencie todos os ajustes apontados na análise, os quais são essenciais para a aprovação do Relatório. Sendo assim, a Consominas está trabalhando nas correções para a entrega da nova versão do Produto.

14.3.4. Principais Deficiências e Dificuldades

Algumas dificuldades foram enfrentadas no processo de contratação da empresa e também no acompanhamento do contrato até o momento. Tais dificuldades estão relacionadas ao fato de a equipe de Programas e Projetos do IBIO, composta por Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais e Engenheiros Ambientais, não possuir nenhum profissional com conhecimento e experiência relacionados à topobatimetria. Sendo assim, no que se refere aos aspectos técnicos, tanto teóricos quanto práticos do serviço, a equipe do IBIO acabou apresentando certa dependência em relação ao apoio técnico da ANA.

Primeiramente, houve dificuldades na compreensão do Termo de Referência, em função de a equipe não estar familiarizada com os termos e não conseguir vislumbrar facilmente a execução do serviço na prática. Dessa forma, o tempo que se levou para proceder às adequações no Termo de Referência, ajustando-o ao formato do IBIO e elaborar o Ato Convocatório foi maior do que o usualmente praticado pela equipe.

Outra dificuldade enfrentada pela equipe relaciona-se às dúvidas e esclarecimentos apresentados pelas empresas quanto a critérios técnicos exigidos no Termo de Referência. Esses questionamentos foram recebidos pelo IBIO tanto durante a fase de coleta de orçamentos quanto durante o período em que o edital esteve aberto e, na maioria das vezes, era necessário entrar em contato com a equipe da SOE/ANA para auxiliar nas respostas. Vale ressaltar que o volume de e-mails foi bastante elevado, além de várias empresas entrando em contato por telefone e a citada dependência nos impedia de dar retorno imediato às empresas.

Já no que se refere à execução do contrato, a empresa contratada vem demandando diversos alinhamentos técnicos, devido à necessidade de realizar ajustes em função das adversidades encontradas em campo. Em função da já mencionada dependência da equipe IBIO em relação ao apoio técnico dos especialistas da SOE/ANA, o acompanhamento do contrato fica comprometido. Assim, o retorno à empresa demanda um tempo maior do que o usual em outros contratos. Situação semelhante é observada na análise e validação dos produtos. Apesar de o IBIO ser o responsável pela validação dos mesmos, a equipe da SOE realiza toda a conferência dos dados e, posteriormente, repassa ao IBIO para consolidar a validação. Todo esse trâmite, com várias profissionais envolvidos, acaba por demandar um maior período de análise dos produtos.

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH DOCE

15. RECOMENDAÇÕES PARA ACELERAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PIRH-DOCE

15.1. Arranjo Institucional

O arranjo institucional atual, composto pelos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGERH previsto na Lei Federal nº 9.433/1997, poderia ser melhorado tanto com relação às competências previstas na Lei quanto da implementação de tais competências na prática. Por vezes os integrantes do SINGREH encontram dificuldades em tornar realidade tais competências e não conseguem atingir um nível de integração e inter-relacionamento favorável à implementação do PIRH. Ocorrência também verificada no nível político e administrativo.

A adequada implementação do PIRH requer não apenas uma Entidade Delegatária estruturada e eficiente, mas também um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos integrado em todos os níveis. A implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias hidrográficas, assim como toda a legislação sobre o assunto incluído legislações específicas para Entidades Delegatárias e Contratos de Gestão celebrados com os órgãos gestores, são relativamente recentes no país. E como todo novo desafio, a implementação do PIRH é uma ação que depende e necessita de integração e comprometimento de todos os integrantes do SINGERH. É necessário que todos ajam em sinergia quanto aos objetivos a serem alcançados e quais as formas de alcança-los. Na medida em que cada ente do sistema torne suas competências em realidade e façam isso de forma integrada e com cumplicidade, a transformação dos programas descritos no PIRH em realidade se torna uma ação mais viável e possível.

15.2. Unificação dos Contratos de Gestão

Das leis distintas que temos no país sobre a Política de Recursos Hídricos como a Lei Federal nº 9.433/1997, a Lei do Estado de Minas Gerais nº 13.199/1999 e a Lei do Estado do Espírito Santo nº 5.818/1998 originaram leis específicas que regulamento a celebração de contratos de gestão entre os órgãos gestores de recursos hídricos e as entidades delegatárias/equiparadas das funções de Agências de Águas. Como resultado, temos Contratos de Gestão celebrados entre órgãos gestores e entidades delegatárias/equiparadas distintos. No caso específico do IBIO – AGB Doce, temos dois contratos de gestão distintos celebrados com a ANA e com o IGAM para implementação de um mesmo PIRH. Contratos distintos quanto às competências, obrigações e metas a serem alcançadas representa ainda mais complexidade na implementação do PIRH.

Entendemos que um contrato de gestão unificado entre os órgãos gestores federal e estadual seria uma forma de reforçar a integração entre os entes participantes do SINGERH em pró do bem comum na recuperação das bacias hidrográficas. Contratos de Gestão distintos torna a rotina administrativa, jurídica, gerencial e estratégica das entidades delegatárias/equiparadas sobrecarregada e burocrática. Considerando que tal rotina é o papel principal de tais entidades, a distinção entre contratos de gestão tem um impacto significativo na produtividade e eficiência destas entidades.

15.3. Integração da Legislação específica para Entidades Delegatárias

Além da diferença citada anteriormente, as entidades delegatárias seguem regulamentações distintas que se referem à aquisição de bens e serviços e seleção de pessoal. Sendo a Resolução ANA 552/211 para aquisição de bens e serviços pela ANA, a Resolução ANA 306/2008 para seleção e recrutamento de pessoal e a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 1.044/2009 para aquisição e alienação de bens, para a contratação de obras, serviços e seleção de pessoal. São regras distintas a serem seguidas para um mesmo propósito, para o bem comum, para a recuperação ambiental da bacia hidrográfica.

A entidade delegatária encontra dificuldades e maior complexidade nas contratações e execução dos programas previstos no PIRH quando tem de lidar com legislações distintas. O Plano de Aplicação Plurianual - PAP elaborado para orientar a execução de projetos na bacia é um exemplo de integração. No PAP estão priorizados os projetos a serem executados na bacia, tanto com recursos da cobrança estadual como federal. A priorização é única para ambos os recursos financeiros e para ambos os contratos de gestão. Em praticamente todos os programas priorizados no PAP estão previstos a aplicação de ambas as fontes de recursos. Porém, para implementação de um destes programas, a entidade delegatária, por vezes, tem que atender a duas legislações distintas no processo seletivo, celebração e acompanhamento de um mesmo contrato.

Considerando um cenário diferente em que a contratação de empresas para execução de um determinado programa ou parte dele celebrando contratos distintos para atender a legislações distintas iria tornar ainda mais complexo a execução e acompanhamento destes programas. Pelo exposto, entendemos que a integração das legislações específicas para as entidades delegatárias ira tornar menos complexa e burocrática a implementação do PIRH.

Custeio Administrativo dos Comitês de Bacia Hidrográfica

Acreditamos que prevendo no P61.2 despesas com custeio administrativo dos comitês federal e estaduais que compões a bacia hidrográfica seria uma forma de fortalecer ainda mais os CBH's.

A Lei Federal 9.433/1997 estipula o limite de 7,5% de todos os recursos arrecadação com a cobrança de uso de recursos hídricos para custeio administrativo do SINGERH. Na prática, 7,5% destes recursos são utilizados para custeio das entidades delegatárias e dos CBH's.

Tal política não leva em consideração o número de comitês que integram cada bacia hidrográfica ou os valores arrecadados. Desta forma, o custeio administrativo de entidades delegatárias em bacias hidrográficas que possuem um número significativo de comitês, como o caso da bacia hidrográfica do rio Doce com nove comitês estaduais e um comitê federal, fica comprometido.

Custear administrativamente a própria entidade delegatária mais dez CBH's apenas com o limite estabelecido em Lei é um desafio a mais para a implementação do PIRH. O problema é agravado em bacias hidrográficas com baixa arrecadação pela cobrança do uso da água.

Sabendo que na prática e em geral, o custeio administrativo de um CBH é o mesmo, independente do valor arrecadado na bacia. Em bacias com baixa arrecadação tal custeio compromete uma fatia proporcionalmente maior dos recursos arrecadados. Ou seja, se considerarmos o custeio de um CBH como sendo R$ 100.000,00 anuais, em uma bacia hidrográfica com arrecadação anual de R$ 10.000.000,00 teria uma fatia menor da arrecadação comprometida com este CBH do que uma bacia com arrecadação anual de R$ 400.000,00. Estamos falando de uma despesa que não está diretamente

relacionada à arrecadação e sim ou número de CBH em uma bacia. Diferentemente do custeio de uma entidade delegatária que se adequada à arrecadação consolidada em uma bacia, o custeio dos CBH's desta bacia está relacionado diretamente à quantidade destes CBH's. Como, muitas vezes, a falta de recursos para o custeio pode dificultar a implementação do programa P61, subprograma P61.2 do PIRH de fortalecimentos destes CBH's. Entendemos que tais despesas poderiam estar previstas no próprio subprograma P61.2 do PIRH. Esta seria uma forma de impedir que limitações nos 7,5% comprometa o fortalecimento dos CBH's e faça com que o quantitativo de recursos alocados para custeio dos CBH's seja proporcional ao número de CBH existentes na bacia e não proporcional à arrecadação.

RELATÓRIO DE GESTÃO IBIO
EXERCÍCIO 2017

OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – TTAC

16. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – TTAC

O Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado em 2 de março de 2016, entre Samarco Mineração, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e Governo Federal, Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e outros órgãos governamentais em decorrência do rompimento da barragem de fundão, em Mariana.

A Fundação Renova, fruto do TTAC, foi constituída em 30 de junho de 2016 e iniciou suas operações em 2 de agosto do mesmo ano. O Termo define a Fundação como o ente responsável pela criação, gestão e execução dos programas socioambientais e socioeconômicos que têm o objetivo de reparar, restaurar e reconstruir as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Alguns Programas previstos no TTAC estão intrinsecamente relacionados aos CBHs e atividades desenvolvidas pelo IBIO, diante disso, ao longo de 2017 diversas atividades foram realizadas para dar apoio à atuação dos CBHs nos Programas desenvolvidos pela Fundação Renova. A seguir são descritas as principais atividades.

16.1. Programa de Recuperação de Nascentes

Dentre os Programas Socioambientais, previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), tem-se o Programa de Recuperação de Nascentes, inserido no eixo temático Restauração Florestal e Produção de Água. O Programa prevê a recuperação de 5000 nascentes em um período máximo de 10 anos, com uma taxa de 500 nascentes a serem recuperadas por ano.

Conforme Cláusula 163 do TTAC, o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Doce (CBH Doce) define as áreas a serem contempladas.

Conforme solicitado pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, o IBIO realizou a elaboração da Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO para subsidiar as definições deste CBH quanto ao Programa de Recuperação de Nascentes do TTAC, baseando-se em critérios técnicos e coerentes com a realidade da bacia.

Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO

A Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO, solicitada pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, apresenta uma análise multicriterial para subsidiar a tomada de decisão do CBH Doce quanto às áreas a serem contempladas pelo Programa de Recuperação de Nascentes, previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC.

Esta nota foi apresentada à CTGEC em reunião realizada no auditório da prefeitura municipal de Governador Valadares, no dia 14 de março de 2017 (Figura 206). Nesta reunião foi aprovada a simulação de distribuição, entre as UGRHs, do número de nascentes a serem recuperadas durante os anos estabelecidos para o programa, considerando ainda as informações levantadas pelos membros.



Figura 206 – Reunião da CTGEC, em 14/03/2017.

A NT Nº 01/2017/IBIO foi apresentada (Figura 207) e aprovada em Plenária do CBH Doce em 24 de março de 2017, no auditório da ARDOCE, em Governador Valadares, resultando assim na Deliberação de Nº 59.



Figura 207 – Plenária CBH-Doce, em 24/03/2017.

Em 12 de abril de 2017, a NT, até então aprovada pelo CBH Doce, foi apresentada, em Governador Valadares, em reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água – CTFlor, a qual solicitou adequações e anexo de memorial de cálculo. No dia 16 de maio de 2017, a NT com as devidas adequações foi apresentada mais uma vez à CTFlor, em reunião ocorrida em Brasília, onde foi aprovada e encaminhada para o Comitê Interfederativo – CIF.



Figura 208 – Reunião da CTFlor, em12/04/2017.

A reunião do CIF ocorreu nos dias 24 e 25 de maio em Brasília. A NT foi apresentada e a metodologia de distribuição das nascentes entre as UGRHs foi aprovada, sendo solicitado apenas realizar nova simulação do cronograma de distribuição anual de nascentes, considerando o horizonte dos próximos 9 anos e a taxa de recuperação de 500 nascentes/ano. A simulação ocorreu junto com os membros do CIF que aprovaram o cronograma para até o ano 5, com recuperação de nascentes nas 3 UGRHs mais vulneráveis, Suaçuí, São José e Piranga, concomitantemente, ficando a cargo da CTFlor discutir e propor a programação para os anos subsequentes.

A Deliberação CIF nº 68, de 25 de maio de 2017, aprova os critérios de distribuição, cronograma e recomendações para escolha das áreas para recuperação das 4500 nascentes dentre as 5000 previstas no Programa de Recuperação de Nascentes do TTAC e se encontra publicada no site do IBAMA (http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/comite-interfederativo-cif#deliberacoes).



Figura 209 – Reunião da CTFlor, em12/04/2017.

A NT considerou os seguintes critérios para análise: tamanho de área e área crítica/de vulnerabilidade ponderada das UGRHs e as captações alternativas para as localidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

A recuperação das nascentes irá contribuir para a recarga do lençol freático ao proporcionar o aumento da taxa de infiltração de água no solo, contribuirá também para o controle do carreamento de sedimentos para os corpos d'água. Essas ações contribuem para a melhoria da qualidade e o aumento da quantidade de água disponível para consumo humano. As ações de recuperação previstas pelo TTAC somarão forças com as ações prevista e já em andamento dos CBHs.

No ano de 2017, conforme consta na Deliberação do CIF nº 68 de 25 de maio de 2017, 250 nascentes receberão ações de recuperação na UGRH Suaçuí, 150 no São José e 100 no Piranga. Dentro das áreas das UGRHs a serem contempladas este ano, cabe ao CBH Doce, em articulação com os CBHs afluentes, considerarem as recomendações da NT Nº 01/2017/IBIO para definição dos locais a receberem as ações de recuperação de nascentes.

Diante disso, foram realizadas reuniões com os CBHs afluentes das UGRHs Suaçuí, São José e Piranga para definição das áreas, dentro de suas respectivas bacias, a receberem ações de recuperação de nascentes.

- **Definições do CBH-Suaçuí:**

A Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-Suaçuí), realizou nos dias 08 de junho e 07 de julho, em Governador Valadares/MG, reuniões para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 250 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH-Suaçuí que, no dia 13/07/2017, aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

- 40 nascentes nas bacias do ribeirão Saião e do córrego do Cemitério, para contribuir com a captação subterrânea alternativa do Distrito de Pedra Corrida, do município de Periquito/MG;
- 105 nascentes na bacia do ribeirão Santa Helena, para contribuir com a captação subterrânea alternativa do Distrito de São Vitor, município de Governador Valadares/MG;
- 105 nascentes nas bacias do Córrego São Tomé e do ribeirão Laranjeiras, para contribuir com a captação subterrânea alternativa da Sede do município de Galiléia/MG.



Figura 210 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 08/06/2017.

➢ **Definições do CBH-São José:**

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce (CBH- Pontões e Lagoas do Rio Doce), realizou no dia 14/07/17 no período da manhã, em São Domingos do Norte/ES, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 150 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH- Pontões e Lagoas do Rio Doce que, no dia 14/07/2017 no período da tarde, aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

- 50 nascentes na bacia do rio Liberdade, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação subterrânea alternativo do Distrito de Bonisenha, do município de Marilândia/ES;
- 50 nascentes na bacia do rio Graça Aranha, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Colatina/ES;
- 50 nascentes na bacia do Alto Ribeirão Panquinhas, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Colatina/ES



Figura 211 – Reunião Plenária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, em 14/07/2017

➢ **Definições do CBH-Piranga:**

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (CBH-Piranga), realizou no dia 10 de julho, em Ponte Nova/MG, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 100 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH-Piranga que, no dia 11/07/2017, aprovou a bacia do Córrego do Grama, no município de Coimbra, que é onde ocorre a captação de água do município, para ser contemplado com as 100 nascentes.

O município de Coimbra encontra-se à montante de alguns municípios da bacia do rio Piranga que são reconhecidos como mais vulneráveis ambientalmente e com maiores problemas quanto à segurança hídrica, como Viçosa-MG. Essa região de maior vulnerabilidade é a da Unidade Territorial Estratégica (UTE) do Rio Turvo.



Figura 212 – Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.



Figura 213 – Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.

Após a definição das áreas a serem abrangidas pelo Programa, a Fundação Renova realizou reuniões, em cada um dos comitês afluentes a receberem ações de cercamento de nascentes, para definir estratégias de mobilização para que as ações de campo pudessem ser iniciadas. As figuras (Figura 214, Figura 215, Figura 216) ilustram as reuniões.



Figura 214 - Reunião da CTPP do CBH Piranga, dia 25/10/2017, em Ponte Nova/MG, participação: Fundação Renova e Município de Coimbra



Figura 215 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, participação: CBH, IBIO, Fundação Renova e Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.



Figura 216 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, participação: CBH, IBIO, Fundação Renova e Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.

16.2. Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos previsto no TTAC

Dentre os Programas estabelecidos no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, há o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos. O Programa prevê a disponibilização de recursos financeiros no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) aos Municípios da Área Ambiental 2, com finalidade de custear ações de esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, que podem contemplar desde planos, até obras.

As Deliberações CIF nº 43/2017 e nº 75/2017 definam critérios para priorização de municípios destinatários dos recursos financeiros e aprovaram a priorização realizada, respectivamente. Ao todo, 39 Municípios serão contemplados com o Programa. No período para pleitos dos municípios ao Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos os Municípios tiveram diversas dúvidas e pediram auxílio aos CBH e IBIO, já que dos 39 Municípios, 29 elaboraram os PMSB com o apoio dos CBH e IBIO.

No que se refere aos investimentos em resíduos sólidos, ocorreram reuniões com os municípios da região, em que foram discutidas alternativas para a gestão dos resíduos, por meio de consórcio. As reuniões contaram com a participação de representantes da FEAM e SECIR. O IBIO também participou das reuniões, apoiando os Municípios e divulgando também as ações do CBH. A Figura 217 e Figura 218 ilustram as reuniões realizadas.



Figura 217 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos



Figura 218 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos

Além disso, diversas vezes esse Programa foi discutido nas reuniões junto aos CBH, já que impactam diretamente no Edital de Chamamento de Projetos de Água e Esgoto, que foi detalhado no item 3. Qualidade da Água, deste Relatório.

Para o Edital, também houve a necessidade de solicitar informações à Fundação Renova, de forma que não sejam aplicados recursos em duplicidade nos Municípios envolvidos. Por fim, vale comentar que a Fundação Renova, ciente da atuação dos CBH e IBIO junto aos municípios da bacia, no apoio à universalização dos serviços de saneamento básico, entrou em contato visando firmar uma parceria para dar apoio técnico e institucional aos Municípios a serem contemplados com o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos. Já ocorreram reuniões sobre o tema, como ilustrado na Figura 219, mas ainda sem uma definição.



Figura 219 - Reunião com representantes da Fundação Renova

Ilma. Sra.
Luciane Teixeira Martins
Presidente do CBH-Doce

OFÍCIO IBIO nº 122/2017 **Data:** 21/12/2017

Assunto: Proposta de revisão dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso de recursos hídricos

Senhora Presidente,

Em atendimento ao indicador 3B do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº072/ANA/2011, encaminhamos proposta de revisão dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Atenciosamente,

Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
IBIO

Rua Afonso Pena, nº 2590 - Centro - Governador Valadares - MG - CEP: 35010-000 – Brasil
+55 (33) 3212-4350 - www.ibioagbdoce.org.br / www.ibio.org.br

PROPOSTA DE VALORES A SEREM COBRADOS

Indicador 3B: Propor ao CBH-Doce os valores a serem cobrados.
Período: 2017-2020
Objetivo: Atender aos objetivos da cobrança e a sustentabilidade financeira da ED.
Deverá considerar, conforme exigência do Indicador 3B do CG:
- Necessidades de garantir a capacidade de investimento para financiar as ações do Plano de Aplicação;
- Necessidades de custeio da Entidade Delegatária;
- Estudos de aprimoramento dos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;
- Outros estudos utilizados para definição de valores e mecanismos de cobrança vigentes na bacia do rio Doce.

Premissas:
Para cálculo dos valores atualizados da cobrança, serão utilizados como referência os valores efetivamente arrecadados referentes ao exercício de 2016, sendo apresentados os valores referentes à parcela de custeio (7,5%) e de investimento (92,5%):

FONTE	Total R$	7,5%	92,5%
ANA	9.188.873	689.165	8.499.708
IGAM	20.685.619	1.551.421	19.134.198
Total	**29.874.492**	**2.240.587**	**27.633.905**

Fonte: Site ANA
http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/cobrancauso/cobranca/HistoricoCobrancaBrasil1996aDiasAtuais.xlsx

1 – SIMULAÇÃO DE CORREÇÃO DO PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO (PPU)

De 2011 a 2015 houve progressividade, conforme tabela abaixo:

Tipo de Uso	PPU	Unidade	Valor			
			2011/2012	2013	2014	2015
Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,018	0,021	0,024	0,030
Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,100	0,120	0,150	0,160
Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,022	0,027	0,031	0,040

* Os valores de PPU considerados nesta simulação são os valores atuais, ou seja, referentes à 2015.

Cenário 1.1 – Atualização monetária (2012 – 2017)

Abaixo segue quadro ilustrativo dos reflexos da atualização monetária, considerando todo o período da cobrança desde a sua aprovação e início efetivo (2012) até o exercício anterior (2017) à aprovação em 2018 pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

CORREÇÃO DA PARCELA 7,5% – Exercício 2018 a 2020 – Anos Calendário 2012 a 2017						
Índices	**Período***	**% Correção**	**Rec. Federal (R$)**	**Rec. Estadual (R$)**	**TOTAL (R$)**	**GANHO (R$)**
-	-	-	689.165	1.551.421	2.240.587	-
IGP-M	2012 a 2016	39,76%	963.178	2.168.267	3.131.444	890.857
IPCA	2012 a 2016	40,30%	966.899	2.176.644	3.143.543	902.957
IGP-DI	2012 a 2016	40,42%	967.726	2.178.506	3.146.232	905.645
Correção média		**40,16%**		**Ganho médio previsto**		**899.820**

* Simulação realizada para o período janeiro/2012 a dezembro/2016, considerando que na data desta simulação os índices não estavam disponíveis para o exercício 2017. Ademais, dos três índices utilizados, dois apresentaram deflação no exercício de 2017. O período a ser considerado será de 2012 a 2017. Simulação considerou apenas a parcela do 7,5%.

CORREÇÃO DA PARCELA 92,5,5% – Exercício 2018 a 2020 – Anos Calendário 2012 a 2017						
Índices	**Período***	**% Correção**	**Rec. Federal (R$)**	**Rec. Estadual (R$)**	**TOTAL (R$)**	**GANHO (R$)**
-	-	-	8.499.708	19.134.198	27.633.905	-
IGP-M	2012 a 2016	39,76%	11.879.191	26.741.955	38.621.146	10.987.241
IPCA	2012 a 2016	40,30%	11.925.090	26.845.279	38.770.369	11.136.464
IGP-DI	2012 a 2016	40,42%	11.935.289	26.868.240	38.803.530	11.169.624
Correção média		**40,16%**		**Ganho médio previsto**		**11.097.776**

* Simulação realizada para o período janeiro/2012 a dezembro/2016, considerando que na data desta simulação os índices não estavam disponíveis para o exercício 2017. Ademais, dos três índices utilizados, dois apresentaram deflação no exercício de 2017. O período a ser considerado será de 2012 a 2017. Simulação considerou apenas a parcela do 92,5%.

A tabela abaixo apresenta como ficarão os valores de PPU caso o Cenário 1.1 seja aprovado:

CORREÇÃO DO PPU – Exercício 2018 a 2020 – Anos Calendário 2012 a 2017						
Tipo de Uso	**PPU**	**Unidade**	**Valor**			
			2017	**2018**	**2019**	**2020**
Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,030	0,042	0,042	0,042
Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,160	0,224	0,224	0,224
Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,040	0,056	0,056	0,056

Cenário 1.2 Atualização monetária anual (a partir da aprovação).

CORREÇÃO DA PARCELA 7,5% – ANUAL						
Índices	**Período***	**% Correção**	**Rec. Federal (R$)**	**Rec. Estadual (R$)**	**TOTAL (R$)**	**GANHO (R$)**
-	-	-	689.165	1.551.421	2.240.587	-
IGP-M	2016	7,19%	738.716	1.662.969	2.401.685	161.098
IPCA	2016	6,29%	732.514	1.649.006	2.381.520	140.933
IGP-DI	2016	7,15%	738.441	1.662.348	2.400.789	160.202
Correção média		**6,88%**		**Ganho médio anual previsto**		**154.078**

* Simulação realizada considerando o período janeiro a dezembro/2016, no entanto será aplicado o índice referente ao respectivo exercício, anualmente. Simulação considerou apenas a parcela do 7,5%.

CORREÇÃO DA PARCELA 92,5% – ANUAL						
Índices	**Período***	**% Correção**	**Rec. Federal (R$)**	**Rec. Estadual (R$)**	**TOTAL (R$)**	**GANHO (R$)**
-	-	-	8.499.708	19.134.198	27.633.905	-
IGP-M	2016	7,19%	9.110.836	20.509.946	29.620.783	1.986.878
IPCA	2016	6,29%	9.034.339	20.337.739	29.372.078	1.738.173
IGP-DI	2016	7,15%	9.107.437	20.502.293	29.609.729	1.975.824
Correção média		**6,88%**		**Ganho médio anual previsto**		**1.900.292**

* Simulação realizada considerando o período janeiro a dezembro/2016, no entanto será aplicado o índice referente ao respectivo exercício, anualmente. Simulação considerou apenas a parcela do 92,5%.

A tabela abaixo apresenta como ficarão os valores de PPU caso o Cenário 1.2 seja aprovado:

CORREÇÃO DO PPU – ANUAL						
Tipo de Uso	**PPU**	**Unidade**	**Valor**			
			2017	**2018**	**2019**	**2020**
Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,030	0,032	0,034	0,037
Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,160	0,171	0,183	0,195
Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,040	0,043	0,046	0,049

Cenário 1.3 – Atualização monetária (2012 – 2017) + correção anual

Para esta simulação, serão aplicadas em conjunto as correções previstas para o período de 2012 a 2017 (Cenário 1.1) e a aplicação dos índices para correção monetária anualmente (Cenário 1.2).
Caso o Cenário 1.3 seja aprovado, temos os seguintes valores que seriam vigentes a partir de 2019, tendo como referência os índices do exercício de 2018:

CORREÇÃO DA PARCELA 7,5% – Anual – Exercício 2019 – Ano Calendário 2018						
Índices	**Período***	**% Correção**	**Rec. Federal**	**Rec. Estadual**	**TOTAL**	**GANHO**
IGP-M	Jan a dez/2016	7,19%	1.032.430	2.324.165	3.356.595	225.151
IPCA	Jan a dez/2016	6,29%	1.027.717	2.313.555	3.341.272	197.729
IGP-DI	Jan a dez/2016	7,15%	1.036.919	2.334.269	3.371.188	224.956
Correção média		**6,88%**	**Ganho médio anual previsto**			**215.945**
			Ganho médio sobre o valor atual do 7,5%			**1.115.765**

* Simulação realizada considerando o período janeiro a dezembro/2016, mas será aplicado o índice referente ao respectivo exercício, anualmente. Simulação considerou apenas a parcela do 7,5%.

CORREÇÃO DA PARCELA 92,5% – Anual – Exercício 2019 – Ano Calendário 2018						
Índices	**Período***	**% Correção**	**Rec. Federal**	**Rec. Estadual**	**TOTAL**	**GANHO**
IGP-M	Jan a dez/2016	7,19%	12.733.305	28.664.701	41.398.006	2.776.860
IPCA	Jan a dez/2016	6,29%	12.675.178	28.533.847	41.209.025	2.438.656
IGP-DI	Jan a dez/2016	7,15%	12.788.662	28.789.319	41.577.982	2.774.452
Correção média		**6,88%**	**Ganho médio anual previsto**			**2.663.323**
			Ganho médio sobre o valor atual do 92,5%			**13.761.099**

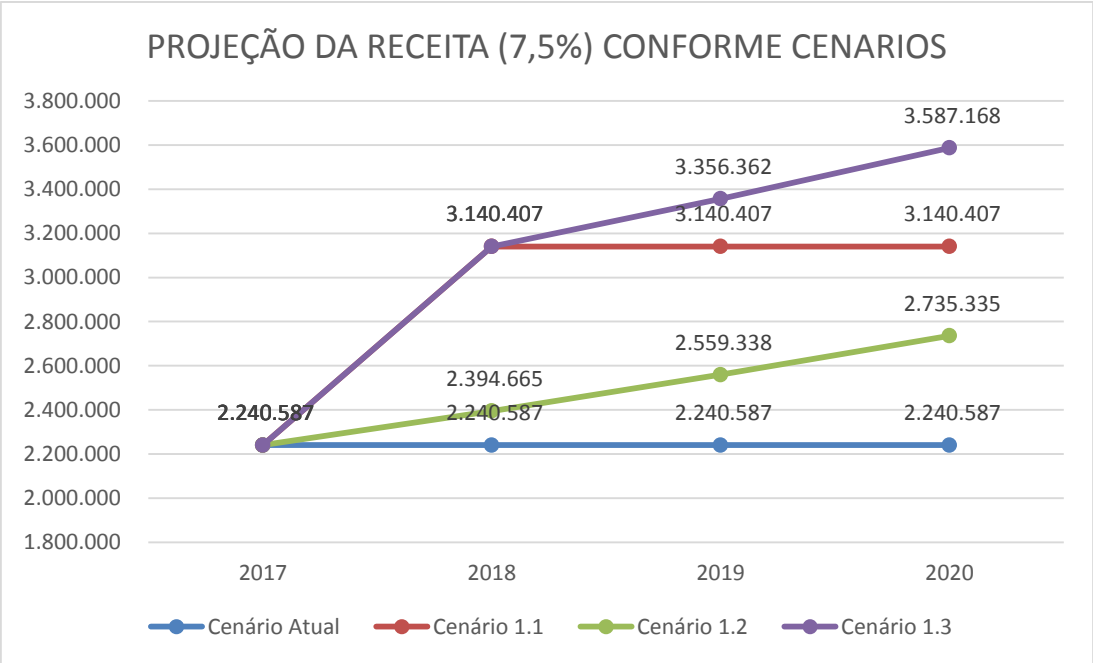
* Simulação realizada considerando o período janeiro a dezembro/2016, mas será aplicado o índice referente ao respectivo exercício, anualmente. Simulação considerou apenas a parcela do 92,5%.

A tabela abaixo apresenta como ficarão os valores de PPU caso o Cenário 1.3 seja aprovado:

CORREÇÃO DO PPU – Exercício 2018 a 2020 – Anos Calendário 2012 a 2017 + ANUAL						
Tipo de Uso	PPU	Unidade	Valor			
			2017	2018	2019	2020
Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,030	0,042	0,045	0,048
Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,160	0,224	0,240	0,256
Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,040	0,056	0,060	0,064

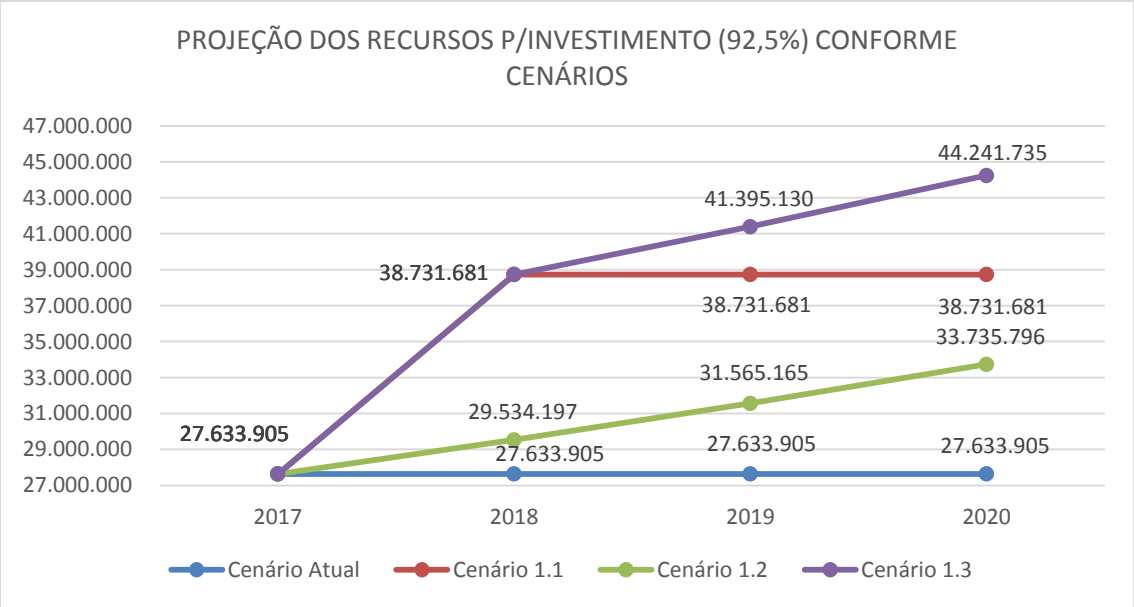
1.1 – Projeção da receida (7,5%) da Entidade Delegatária conforme Cenários:

Projeção da receida (7,5%) conforme Cenários				
Cenários	2017	2018	2019	2020
Cenário Atual	2.240.587	2.240.587	2.240.587	2.240.587
Cenário 1.1	2.240.587	3.140.407	3.140.407	3.140.407
Cenário 1.2	2.240.587	2.394.665	2.559.338	2.735.335
Cenário 1.3	2.240.587	3.140.407	3.356.362	3.587.168



1.2 – Projeção dos recursos para investimento (92,5%) conforme Cenários:

Projeção dos recursos p/ investimento (92,5%) conforme Cenários				
Cenários	2017	2018	2019	2020
Cenário Atual	27.633.905	27.633.905	27.633.905	27.633.905
Cenário 1.1	27.633.905	38.731.681	38.731.681	38.731.681
Cenário 1.2	27.633.905	29.534.197	31.565.165	33.735.796
Cenário 1.3	27.633.905	38.731.681	41.395.130	44.241.735



2 – VIABILIDADE FINANCEIRA DA ENTIDADE DELEGATÁRIA

Considerando a Nota Técnica nº 101/2010/SAG/ANA de 30 de novembro de 2010, a estrutura inicial da ED deveria contar com 19 profissionais, sendo com o tempo agregado outros 8, totalizando 27 na estrutura considerada completa, conforme quadro abaixo:

CARGO	QUANTIDADE		CARGO	QUANTIDADE
Diretor Geral	1		Diretoria de Gestão	1
Secretario	1		Coordenador de Projetos	6
Diretoria Adm. Financeira	1		Aux. Técnicos (Estagiários)	8
Coordenador de Finanças	2		Diretoria de Operações	1
Técnicos Administrativos	4		Coordenador Regional	2
			TOTAL	**27**

Considerando que a época foi previsto um custo total de R$ 2.992.040,00 para custeio desta estrutura completa e considerando o lapso temporal de 7 anos, o custo atualizado para a agencia no modelo completo seria próximo a R$ 4.400.000,00.

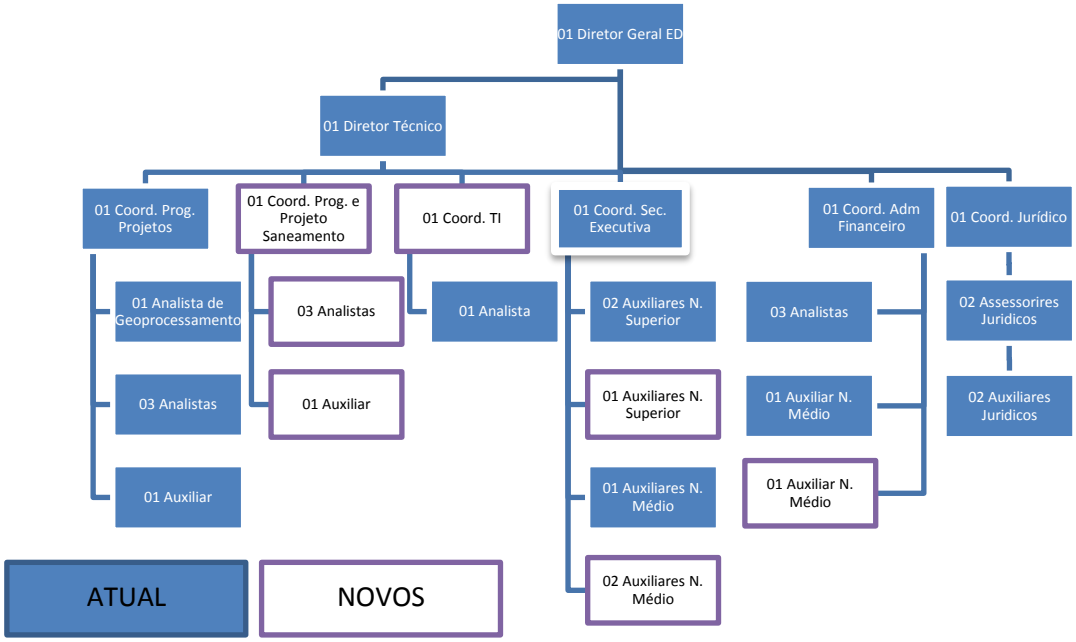
Tabela 39 – Custo da AGB-Doce - Estrutura Completa

AGB DOCE - SIMULAÇÃO DE ESTRUTURA E CUSTOS (TOTAIS)	R$ 2.992.040 (anual)
SALÁRIOS	R$ 1.579.200
ENCARGOS	R$ 1.105.440
MANUTENÇÃO	R$ 240.000
APOIO PLENÁRIAS	R$ 42.400
CONTRATAÇÕES	R$ 25.000
OUTROS	R$ -

Tabela de correção referente ao período de dezembro de 2010 a agosto de 2017:

CORREÇÃO DO CUSTO DA ED (2010)		
Índices	**% Correção**	**Vlr Corrigido**
Valor Base	**-**	**2.992.040**
IGP-M	44,09%	4.311.230
IPCA	52,81%	4.572.136
IGP-DI	44,11%	4.311.829
Custo médio atualizado		4.398.399

Em razão de atualmente praticarmos uma remuneração inferior à proposta pela simulação realizada em 2010, seria viável a entidade contratar mais funcionários que o previsto no plano inicial da ED, conforme estrutura apresentada abaixo:



Atualmente a ED da Bacia do Rio Doce, conta com 22 profissionais, quantidade inferior ao considerado ideal para atendimento aos comitês da bacia.

Face a necessidade de uma estrutura mais robusta para atendimento aos comitês e implantação do PIRH, descrevemos abaixo 06 cenários possíveis para a continuidade dos trabalhos:

Cenário 2.1 - Estrutura atual + correção (conforme Cenário 1.1) + outra(s) fonte(s) de recurso(s)

Considerando o orçamento atual da ED, que estabelece uma necessidade de receita na ordem R$ 3.300.000,00 e prevendo a correção dos valores do PPU conforme Cenário 1.1, constata-se que apesar do aumento de 40% na receita, os valores são insuficientes para a manutenção da ED.

Desta forma, há a necessidade de complementação com outra(s) fonte(s) de recurso(s), conforme apresentado no quadro abaixo.

Valor necessário para custeio da ED na estrutura considerada atual	R$ 3.300.000,00
Receita da Cobrança corrigida conforme Cenário 1.1	R$ 3.140.407,00
Necessidade de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s)	R$ 159.593,00

Cenário 2.2 - Estrutura atual + correção (conforme Cenário 1.2) + outra(s) fonte(s) de recurso(s)

Na impossibilidade de atualizar monetariamente os valores do PPU tendo como base o exercício de 2012, a ED teria como orçamento para execução de suas atividades, o valor total médio previsto no Cenário 1.2, apresentado anteriormente.
Considerando o valor necessário para manutenção da ED na atual estrutura, far-se-ia necessário um aporte adicional anual de outra(s) fonte(s) de recurso(s) em torno de **R$ 900.000,00** para viabilidade de todas as atividades.

Valor necessário para custeio da ED na estrutura considerada atual	R$ 3.300.000,00
Receita da Cobrança corrigida conforme Cenário 1.2 (2018)	R$ 2.394.665,00
Necessidade de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s) (2018)	R$ 905.335,00

Cenário 2.3 - Estrutura atual + correção (conforme Cenário 1.3) + outra(s) fonte(s) de recurso(s)

Considerando o Cenário 1.3 de atualização do valor da cobrança, a ED passaria a contar com uma receita de aproximadamente R$ 3.356.362,00 (2019). Conforme exposto anteriormente, o custo de manutenção da ED é de R$ 3.300.000,00, portanto, conclui-se que nesse cenário, a partir do segundo ano após a aprovação (2019), não haveria necessidade de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s) para complementação do orçamento. Segue abaixo quadro demonstrativo:

Valor necessário para custeio da ED na estrutura considerada atual	R$ 3.300.000,00
Receita da Cobrança corrigida conforme item 1.3 (2019)	R$ 3.356.352,00
Necessidade de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s) (2019)	R$ 0,00

Para o exercício de 2018, haveria necessidade de um aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s), de aproximadamente R$ 160.000,000. Com a atualização anual, a partir de 2019, como demonstrado do quadro acima, os recursos da cobrança seriam suficientes para o custeio da estrutura atual da ED.

Cenário 2.4 - Estrutura completa + correção (conforme Cenário 1.1) + outra(s) fonte(s) de recurso(s)

Considerando os valores apresentados para a estrutura completa e a correção prevista no Cenário 1.1, que corrige dos valores desde o início da cobrança, seria necessária uma complementação por meio de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s) no valor aproximado de **R$ 1.260.000,00**, conforme apresentado abaixo:

Valor necessário para custeio da ED na estrutura considerada completa	R$ 4.400.000,00
Receita da Cobrança corrigida conforme Cenário 1.1	R$ 3.140.407,00
Necessidade de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s)	R$ 1.259.593,00

Cenário 2.5 - Estrutura completa + correção (conforme Cenário 1.2) + outra(s) fonte(s) de recurso(s)

Considerando os valores apresentados para a estrutura completa e a correção prevista no Cenário 1.2, que corrige os valores anualmente a partir da aprovação pelo CNRH, seria necessária uma complementação por meio de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s) no valor aproximado de **R$ 2.000.000,00**, conforme apresentado abaixo:

Valor necessário para custeio da ED na estrutura considerada completa	R$ 4.400.000,00
Receita da Cobrança corrigida conforme item 1.2 (2018)	R$ 2.394.665,00
Necessidade de aporte adicional outra(s) fonte(s) de recurso(s) (2018)	R$ 2.005.335,00

Cenário 2.6 - Estrutura completa + correção (conforme Cenário 1.3) + outra(s) fonte(s) de recurso(s)

Considerando os valores apresentados para a estrutura completa e a correção prevista no Cenário 1.3, seria necessária uma complementação por meio de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s) no valor aproximado de **R$ 1.000.000,00**, conforme apresentado abaixo:

Valor necessário para custeio da ED na estrutura considerada completa	R$ 4.400.000,00
Receita da Cobrança corrigida conforme Cenário 1.3 (2019)	R$ 3.356.362,00
Necessidade de aporte adicional de outra(s) fonte(s) de recurso(s) (2019)	R$ 1.043.638,00

Foi considerado o valor referente ao ano de 2019, do Cenário 1.3, pois o valor de 2018 é o mesmo previsto para o Cenário 1.1, ou seja, a simulação ficaria a mesma do Cenário 2.4.

3 – VALORES DO PPU ATUALIZADOS CONFORME CENÁRIOS 1.1 a 1.3

	Tipo de Uso	PPU	Unidade	Valor			
				2011/2012	2013	2014	2015
ATUAL	Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,018	0,021	0,024	0,030
	Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,100	0,120	0,150	0,160
	Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,022	0,027	0,031	0,040
CENÁRIO 1.1	CORREÇÃO DO PPU – Atualização monetária – Anos Calendário 2012 a 2017						
	Tipo de Uso	PPU	Unidade	Valor			
				2017	2018	2019	2020
	Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,030	0,042	0,042	0,042
	Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,160	0,224	0,224	0,224
	Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,040	0,056	0,056	0,056

CENÁRIO 1.2	CORREÇÃO DO PPU – ANUAL (a partir da aprovação)						
	Tipo de Uso	PPU	Unidade	Valor			
				2017	2018	2019	2020
	Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,030	0,032	0,034	0,037
	Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,160	0,171	0,183	0,195
	Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,040	0,043	0,046	0,049
CENÁRIO 1.3	CORREÇÃO DO PPU – Exercício 2018 a 2020 – Anos Calendário 2012 a 2017 + ANUAL						
	Tipo de Uso	PPU	Unidade	Valor			
				2017	2018	2019	2020
	Captação de água superficial	PPU_{cap}	$R\$/m^3$	0,030	0,042	0,045	0,048
	Lançamento de carga orgânica	$PPU_{lanç}$	R$/Kg	0,160	0,224	0,240	0,256
	Transposição de água	PPU_{transp}	$R\$/m^3$	0,040	0,056	0,060	0,064

4 - REVISÃO DO K_t - COEFICIENTE QUE LEVA EM CONTA A NATUREZA DO USO E/OU AS BOAS PRÁTICAS DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA, PARA OS USOS AGROPECUÁRIOS

Propomos que o K_t passe de 0,025 para 0,05 logo no primeiro ano após a aprovação pelo CNRH, igualando o coeficiente de todos os CBHs com atuação na bacia do rio Doce aos valores propostos em 2011 e já em vigor em algumas bacias de rios afluentes ao rio Doce.

Cumpre informar, que o impacto desta alteração na arrecadação revela-se insignificante. Atualmente a arrecadação deste segmento na bacia é inferior a R$ 50.000,00, representando menos de 0,5% do total da arrecadação.

Contudo, considerando o disposto nos artigos 19 e 22 da Lei nº 9.433/97 e, em especial, os objetivos da cobrança, principalmente o reconhecimento da água com um bem econômico e o incentivo a racionalização do uso da água, propomos também uma progressividade no K_t para que o mesmo chegue a 0,1 (redutor de 10 vezes) em 2020.

	2017	**2018**	**2019**	**2020**
K_t	0,025	0,025	0,05	0,1

5 – VALORES PREVISTOS PARA INVESTIMENTO (92,5%) X VALORES NECESSÁRIOS

5.1 – Valores Previstos para investimento (92,5%)

Considerando o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da bacia do rio Doce, que prevê a utilização em conjunto dos recursos da cobrança pelo uso da água no âmbito da União e do Estado de Minas Gerais, temos a seguinte previsão de recursos para investimento até 2020:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	**16.854**	**11.012**	**8.460**	**9.360**	**6.072**	**51.758**
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:	2.350	2.700	2.250	2.700	1.250	11.250
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	12.094	4.702	2.600	3.050	1.600	24.046
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	2.410	3.610	3.610	3.610	3.222	16.462
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	**14.410**	**22.000**	**21.000**	**20.121**	**19.138**	**96.669**
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	2.995	6.045	5.045	5.253	5.887	25.225
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	900	900	819	819	4.337
P24 - Prograna Produtor de Água	500	750	1.250	250	250	3.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	10.015	13.305	12.805	12.799	12.183	61.108
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	**6.185**	**6.635**	**6.200**	**4.200**	**3.200**	**26.420**
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	-	2.000	2.000	-	-	4.000
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	1.000	1.000	1.000	-	4.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	1.920	500	-	-	-	2.420
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	1.905	1.735	1.800	1.800	1.800	9.040
P71 - Programa de Comunicação Social	500	500	500	500	500	2.500
P72 - Programa de Educação Ambiental	460	500	500	500	500	2.460
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	400	400	400	400	2.000
TOTAL	**37.449**	**39.647**	**35.660**	**33.681**	**28.411**	**174.847**

Como pode ser observado, as Metas, Programas e Ações priorizados foram enquadradas em três grandes áreas, sendo a primeira relacionada aos Programas de Saneamento, a segunda sobre os Programas Hidroambientais e a terceira sobre os Programas Transversais/Outros.

A atuação dos CBHs e do IBIO no período de 2016-2020 está focada nos Programas de Saneamento (P11 e P41) e na iniciativa chamada de Rio Vivo, que é a execução em conjunto de três programas, sendo dois Programas Hidroambientais (P12 e P52) e um Programa de Saneamento (P42), sendo que para esses programas foram alocados 80% dos recursos previstos no PAP 2016-2020.

Considerando o disposto e a priorização dada pelos CBHs, a correlação entre os recursos previstos no PAP 2016-2020 e os que estão comprometidos em função de editais publicados e/ou atividades planejadas cuja execução depende de etapa prévia, será realizada considerando apenas os programas de Saneamento (P11 e P41) e os programas agrupados na iniciativa Rio Vivo (P12, P42 e P52).

5.2 – Valores comprometidos

Conforme os valores previstos para investimento (92,5%), demostrados acima, apresentamos a seguir a estimativa de recursos comprometidos, necessários para executar de forma satisfatória os Programas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), priorizados no PAP 2016-2020.

Estima-se a necessidade de R$ 265,1 milhões para implementar os programas do PAP (P11, P41, P12, P42 e P52) no horizonte de planejamento do PAP 2016-2020, sendo que R$ 130,1 milhões estão previstos pela cobrança, sendo necessários mais R$ 135 milhões para completar as ações contratadas, com editais publicados e/ou atividades planejadas cuja execução depende de etapa prévia, em andamento. Essa estimativa será detalhada nos próximos itens.

5.2.1 – Valores comprometidos para os Programas de Saneamento (P11 e P41)

Conforme Art. 12, Capítulo VII, Anexo da Deliberação CBH-Doce nº 48/2015, os estudos, planos, projetos e ações decorrentes da implementação dos programas de saneamento P11 (Programa de Saneamento da Bacia) e P41 (Programa de Universalização do Saneamento) do PIRH/PARHs Doce deverão ser contratados por meio de edital de chamamento público. Portanto, foi publicado no dia 22 de agosto de 2017 o Edital de Chamamento nº 01/2017, com o objetivo de selecionar municípios interessados na elaboração de Projetos para Sistemas Municipais de Esgotamento Sanitário e Projetos para Sistemas Municipais de Abastecimento de Água.

Manifestaram interesse um total de 140 municípios, sendo 127 em MG e 13 no ES. Para os Programas de Saneamento (P11 e P41) estão previstos no PAP um montante de R$ 27,3 milhões (já retirados os valores para conclusão dos PMSBs). Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, com ao menos um projeto de água ou esgoto, seriam necessários o montante de R$ 38,3 milhões.

Portanto, os recursos da cobrança atualmente previstos para os Programas P11 e P41, **considerando também os recursos em conta para estes programas**, já estão, em sua totalidade, comprometidos para o atendimento ao Edital de chamamento nº 01/2017.

Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, seriam necessários recursos adicionais aos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R$ 11 milhões, como demonstrado no quadro abaixo:

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 - Programas P11 e P41	Número de municípios < 30 mil habitantes	Investimento necessário	Número de municípios > 30 mil habitantes	Investimento necessário	TOTAL
UGRH 1 - Piranga	4.600.000	39	9.750.000,00	3	1.500.000,00	11.250.000,00
UGRH 2 - Piracicaba	7.490.000	9	2.250.000,00	5	2.500.000,00	4.750.000,00
UGRH 3 - Santo Antônio	1.750.000	18	4.500.000,00	0	-	4.500.000,00
UGRH 4 - Suaçuí	0	23	5.750.000,00	1	500.000,00	6.250.000,00
UGRH 5 - Caratinga	1.500.000	17	4.250.000,00	1	500.000,00	4.750.000,00
UGRH 6 - Manhuaçu	800.000	13	3.250.000,00	1	500.000,00	3.750.000,00
UGRH 7, 8 e 9 - Doce ES	0	8	2.000.000,00	2	1.000.000,00	3.000.000,00
TOTAL MG	**16.140.000**	**127**	**31.750.000,00**	**13**	**6.500.000,00**	**38.250.000,00**
Recurso destinado à toda bacia	11.159.000					
RECURSO TOTAL	**27.299.000**					

5.2.2 – Valores comprometidos para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo

Para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo, estão previstos no PAP um montante de R$ 102,8 milhões, conforme quadro abaixo:

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 (P12, P42 e P52)	Número de imóveis rurais	Investimento contratado/comprometido 1ª Etapa - Diagnósticos e Projetos	Investimento contratado/comprometido Fiscalização 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa (%)	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)
UGRH1 Piranga	R$ 10.713.000	1560	R$ 2.032.028	R$ 285.987,00	R$ 2.318.015	22	R$ 8.394.985,08
UGRH2 Piracicaba	R$ 45.512.000	3000	R$ 3.981.363	R$ 338.011,20	R$ 4.319.375	9	R$ 41.192.625,33
UGRH3 Santo Antônio	R$ 12.809.000	1300	R$ 1.881.332	R$ 262.798,80	R$ 2.144.131	17	R$ 10.664.868,93
UGRH4 Suaçuí	R$ 9.675.000	540	R$ 770.408,73	R$ 324.000,00	R$ 1.094.409	11	R$ 8.580.591,27
UGRH5 Caratinga	R$ 6.561.000	600	R$ 1.640.250	R$ 360.000,00	R$ 2.000.250	30	R$ 4.560.750,00
UGRH6 Manhuaçu	R$ 7.203.000	600	R$ 1.800.750	R$ 360.000,00	R$ 2.160.750	30	R$ 5.042.250,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R$ 10.323.000	1500	R$ 2.580.750	R$ 465.000,00	R$ 3.045.750	30	R$ 7.277.250,00
	R$ 102.796.000	9100	R$ 14.686.882	R$ 2.395.797	R$ 17.082.679	17	**R$ 85.713.320,61**

* Em azul os valores efetivamente contratados. Em vermelho os valores comprometidos, conforme estimativa realizada baseando-se no quantitativo de imóveis e em serviços semelhantes já contratados.

1ª Etapa - Planejamento: Para a primeira etapa do Rio Vivo, cujo objetivo principal é a mobilização dos produtores rurais, elaboração de diagnósticos e projetos de adequação ambiental da propriedade rural, já estão contratadas empresas para as bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí. Para as bacias do rio Caratinga e afluentes do rio Doce Capixaba, estamos em fase de discussão interna nos CBHs, sendo que o Rio Vivo já foi aprovado em todos os CBHs, estando o detalhamento das ações em discussão nas câmaras técnicas, com previsão de licitação para o primeiro semestre de 2018. Com relação ao CBH-Manhuaçu, estamos em tratativas com o comitê para aprovação da proposta.

Nesta primeira etapa, considerando os contratos já firmados (Piranga, Piracicaba, Sto. Antônio e Suaçuí), o quantitativo de imóveis rurais a serem contemplados nas demais bacias, e a contratação de empresa fiscalizadora dos serviços, temos comprometidos um montante de R$ 17,1 milhões para conclusão desta etapa, sendo R$ 9,6 milhões já contratados (valores em azul no quadro acima).

2ª Etapa – Execução: O objetivo da segunda etapa é a contratação de empresas para executar os projetos oriundos da primeira etapa, prevendo a contratação de serviços de cercamento e plantio em nascentes (P52), construção de barraginhas e caixas secas (P42) e a construção de unidades de tratamento de água e esgoto de baixo custo de instalação e manutenção, dentre outros.

Considerando o montante previsto no PAP 2016-2020, para o Rio Vivo (R$ 102,8 milhões), e descontando os recursos necessários para a primeira etapa (R$ 17,1 milhões), temos o montante de R$ 85,7 milhões para executar a segunda etapa.

Abaixo apresentamos quadro com três exemplos de execução do Rio Vivo, de acordo com os recursos disponíveis:

UGRH	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 100% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 70% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 50% dos Projetos
UGRH1 Piranga	R$ 8.394.985,08	R$ 35.770.800,00	R$ 25.039.560,00	R$ 17.885.400,00
UGRH2 Piracicaba	R$ 41.192.625,33	R$ 68.790.000,00	R$ 48.153.000,00	R$ 34.395.000,00
UGRH3 Santo Antônio	R$ 10.664.868,93	R$ 29.809.000,00	R$ 20.866.300,00	R$ 14.904.500,00
UGRH4 Suaçuí	R$ 8.580.591,27	R$ 12.382.200,00	R$ 8.667.540,00	R$ 6.191.100,00
UGRH5 Caratinga	R$ 4.560.750,00	R$ 13.758.000,00	R$ 9.630.600,00	R$ 6.879.000,00
UGRH6 Manhuaçu	R$ 5.042.250,00	R$ 13.758.000,00	R$ 9.630.600,00	R$ 6.879.000,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R$ 7.277.250,00	R$ 34.395.000,00	R$ 24.076.500,00	R$ 17.197.500,00
	R$ 85.713.320,61	**R$ 208.663.000,00**	**R$ 146.064.100,00**	**R$ 104.331.500,00**

* Para o levantamento dos recursos comprometidos com a 2ª Etapa, consideramos os seguintes valores para cálculo dos projetos por imóvel rural: Custo estimado por imóvel rural: 3 barraginhas (R$ 1.800), 1 fossa séptica (R$ 2.200), e 2 nascentes. Para o cálculo das nascentes consideramos o seguinte percentual sobre o total estimado: 15% das nascentes com plantio total + cercamento (R$ 14.700/ha) / 35% das nascentes com enriquecimento + cercamento (R$ 10.600/ha) / 50% das nascentes só cercamento (R$7.100).

Como podemos observar, os recursos da cobrança atualmente previstos para o Rio Vivo (Programas P12, P41 e P52), **considerando também os recursos em conta para estes programas**, já estão, em sua totalidade, comprometidos para a execução dos projetos de adequação ambiental.

Para o atendimento com a execução de 100% dos projetos seriam necessários o montante de R$ 208,7 milhões, sendo necessário o aporte adicional aos recursos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R$ 123 milhões. Com os recursos da cobrança atualmente previstos, seria possível, no máximo, a execução de 50 % dos projetos de adequação ambiental.

5.3 – Relação entre os cenários apresentados e os valores necessários para implementação das ações do PAP

- Recursos da cobrança previstos para o período de 2016-2020 para implementação dos Programas de Saneamento (P11 e P41) e Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo: R$ 130,1 milhões.
- Recursos necessários para implementação dos mesmos programas, conforme planejamento em curso: R$ 265,1 milhões.
- Recursos adicionais necessários, aos atualmente previstos pela cobrança, para o período 2016-2020: R$ 135 milhões.

Obs.: As simulações a seguir consideram um horizonte de planejamento de 5 anos, ou seja, o mesmo período do PAP atual, mas a partir da aprovação no CNRH. A pesar de ser o mesmo período do PAP, as simulações extrapolarão o exercício de 2020, pois se considerássemos apenas os três anos restantes (2018 a 2020), os valores seriam maiores e mais onerosos aos usuários.

Para cálculo dos valores atualizados da cobrança, serão utilizados como referência os valores efetivamente arrecadados, referentes ao exercício de 2016:

- Rios de domínio da União: R$ 9.188.873

- Rios de domínio do Estado de Minas Gerais: R$ 22.318.737

5.3.1 – Valores necessários X Cenário 1.1

A seguir é apresentado tabela com os valores de PPU conforme Cenário 1.1:

	PPU	Cenários				
Finalidade	Atual	1.1				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		40,16%				
Captação	0,030	0,042				
Lançamento	0,160	0,224				
Transposição	0,040	0,056				

Valores para investimento conforme Cenário 1.1 x valores necessários para investimento:

	Arrecadação		Atualização conforme Cenários 1.1					
	Anual (2016)	5 anos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Doce	8.499.708	42.498.538	11.913.190					59.565.950
Piranga	3.634.150	18.170.751	5.093.625					25.468.124
Piracicaba	10.822.376	54.111.878	15.168.642					75.843.208
Sto. Antônio	2.368.883	11.844.413	3.320.226					16.601.129
Suaçuí	625.845	3.129.226	877.185					4.385.923
Caratinga	871.422	4.357.108	1.221.385					6.106.923
Manhuaçu	811.522	4.057.612	1.137.430					5.687.149
TOTAL	27.633.905	138.169.525	38.731.681					**193.658.407**
Recursos disponíveis p/ Prog. Saneamento e Rio Vivo (80% do total)			30.985.345					**154.926.725**
Recursos necessários p/ Programas Saneamento e Rio Vivo			**208.663.000**					
Diferença entre o valor previsto e o necessário R$			**-53.736.275**					
Acrescimo sobre a cobrança atual %			40%					40%
Acrescimo sobre a cobrança atual R$			11.097.776					55.488.881

5.3.2 – Valores necessários X Cenário 1.2

A seguir é apresentado tabela com os valores de PPU conforme Cenário 1.2:

	PPU	Cenários				
Finalidade	Atual	1.2				
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		6,88% (anual)***				
Captação	0,030	0,032	0,034	0,037	0,039	0,042
Lançamento	0,160	0,171	0,183	0,195	0,209	0,223
Transposição	0,040	0,043	0,046	0,049	0,052	0,056

*** Valor variável conforme índice do ano anterior

% de reajuste médio anual (IGP-M, IPCA e IGP-DI)
6,88%

Valores para investimento conforme Cenário 1.2 x valores necessários para investimento:

	Arrecadação		Atualização conforme Cenários 1.2					
	Anual (2016)	5 anos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Doce	8.499.708	42.498.538	9.084.487	9.709.500	10.377.514	11.091.487	11.854.581	52.117.569
Piranga	3.634.150	18.170.751	3.884.180	4.151.411	4.437.028	4.742.296	5.068.566	22.283.481
Piracicaba	10.822.376	54.111.878	11.566.955	12.362.761	13.213.319	14.122.396	15.094.017	66.359.448
Sto. Antônio	2.368.883	11.844.413	2.531.862	2.706.054	2.892.230	3.091.216	3.303.891	14.525.253
Suaçuí	625.845	3.129.226	668.903	714.924	764.111	816.682	872.869	3.837.489
Caratinga	871.422	4.357.108	931.375	995.454	1.063.941	1.137.140	1.215.376	5.343.287
Manhuaçu	811.522	4.057.612	867.355	927.029	990.809	1.058.976	1.131.834	4.976.004
TOTAL	27.633.905	138.169.525	29.535.118	31.567.134	33.738.953	36.060.193	38.541.134	**169.442.531**
Recursos disponíveis p/ Prog. Saneamento e Rio Vivo (80% do total)			23.628.094	25.253.707	26.991.162	28.848.154	30.832.907	**135.554.024**
Recursos necessários p/ Programas Saneamento e Rio Vivo			**208.663.000**					
Diferença entre o valor previsto e o necessário R$			**-73.108.976**					
Acrescimo sobre a cobrança atual %			7%	14%	22%	30%	39%	23%
Acrescimo sobre a cobrança atual R$			1.901.213	3.933.229	6.105.048	8.426.288	10.907.229	31.273.005

5.3.3 – Valores necessários X Cenário 1.3

A seguir é apresentado tabela com os valores de PPU conforme Cenário 1.3:

	PPU	Cenários				
		1.3				
Finalidade	**Atual**	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
		40,16% (inicial) + 6,88% (anual)***				
Captação	**0,030**	0,042	0,045	0,048	0,051	0,055
Lançamento	**0,160**	0,224	0,240	0,256	0,274	0,293
Transposição	**0,040**	0,056	0,060	0,064	0,068	0,073

*** Valor variável conforme índice do ano anterior

% de reajuste médio anual (IGP-M, IPCA e IGP-DI)
6,88%

Valores para investimento conforme Cenário 1.3 x valores necessários para investimento:

	Arrecadação		Atualização conforme Cenários 1.3					
	Anual (2016)	5 anos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Doce	8.499.708	42.498.538	11.913.190	12.732.818	13.608.835	14.545.123	15.545.828	68.345.794
Piranga	3.634.150	18.170.751	5.093.625	5.444.066	5.818.618	6.218.939	6.646.802	29.222.050
Piracicaba	10.822.376	54.111.878	15.168.642	16.212.244	17.327.646	18.519.789	19.793.950	87.022.271
Sto. Antônio	2.368.883	11.844.413	3.320.226	3.548.657	3.792.805	4.053.750	4.332.648	19.048.086
Suaçuí	625.845	3.129.226	877.185	937.535	1.002.037	1.070.978	1.144.661	5.032.396
Caratinga	871.422	4.357.108	1.221.385	1.305.416	1.395.228	1.491.220	1.593.816	7.007.065
Manhuaçu	811.522	4.057.612	1.137.430	1.215.685	1.299.324	1.388.718	1.484.261	6.525.418
TOTAL	27.633.905	138.169.525	38.731.681	41.396.421	44.244.495	47.288.516	50.541.966	**222.203.079**
Recursos disponíveis p/ Prog. Saneamento e Rio Vivo (80% do total)			30.985.345	33.117.137	35.395.596	37.830.813	40.433.573	**177.762.463**
Recursos necessários p/ Programas Saneamento e Rio Vivo			**208.663.000**					
Diferença entre o valor previsto e o necessário R$			**-30.900.537**					
Acrescimo sobre a cobrança atual %			40%	50%	60%	71%	83%	61%
Acrescimo sobre a cobrança atual R$			11.097.776	13.762.516	16.610.590	19.654.611	22.908.061	84.033.554

6 - COBRANÇA PELO LANÇAMENTO COM INSERÇÃO DE NOVOS PARÂMETROS, ALÉM DA DBO

Por meio da Deliberação nº 26/2011, o CBH-Doce estabeleceu os mecanismos e sugeriu ao CNRH os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. Da mesma forma fizeram os CBHs mineiros, estabelecendo os mecanismos e sugerindo ao CERH-MG os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais, na Bacia Hidrográfica do rio Doce.

O Art 8º da referida deliberação do CBH-Doce, determinou que no prazo de dois anos a partir do início da cobrança, o IBIO apresentasse ao comitê de bacia estudos visando a:

I. cobrança pelo lançamento com inserção de novos parâmetros, além da DBO, pelo consumo de água difuso e pela poluição difusa;
II. aperfeiçoamento do Kt, com reconhecimento das boas práticas de uso e conservação das águas;
III. avaliação dos reais impactos das transposições na bacia, em especial comparativamente aos demais usos visando à revisão futura do PPUtransp;
IV. implementação de mecanismos que possam universalizar o acesso aos recursos financeiros para todos os segmentos partícipes, não só o setor público;
V. implementação de mecanismos de financiamento com recursos da cobrança, com retorno financeiro;
VI. instituição de Mecanismo Diferenciado de Pagamento dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos com o intuito de incentivar ações de melhoria da qualidade, da quantidade de água e do regime fluvial, que resultem em sustentabilidade ambiental da bacia, conforme § 2º do art. 7º da Resolução CNRH nº 48, de 21 de março de 2005.

Essa determinação faz parte do Contrato de Gestão, através da Meta 3C. Em cumprimento a esta meta o IBIO realizou processo licitatório para contratação de empresa especializada para elaboração dos estudos. O processo seletivo ocorreu em dezembro de 2012 e a empresa contratada foi a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE.

A proposta aqui apresentada considerará parcialmente o trabalho elaborado pela FUNARBE, referente ao estudo sobre a “cobrança pelo lançamento com inserção de novos parâmetros”.

6.1 – Determinação das variáveis

O estudo da FUNARBE concluiu que, em termos qualitativos, as variáveis DBO, DQO, SST, $N_{amoniacal}$ e P_{total} caracterizariam de forma ampla o efluente a ser lançado no corpo d’água e proporcionam uma boa visão do quanto está alterando a qualidade dos receptores.

Porém, como o estudo da FUNARBE ainda não foi amplamente discutido no âmbito do CBH-Doce e dos CBHs de rios afluentes, e visando a facilidade na operacionalização da cobrança e a melhor compreensão por parte do usuário, utilizaremos para fins desta proposta, apenas as variáveis Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), já cobrada atualmente, Sólidos Suspensos Totais (SST) e P_{total} (PT). Após a discussão do estudo nos CBHs e de forma progressiva,

propomos que os demais parâmetros sejam incluídos, de maneira que os usuários e órgãos gestores consigam se adaptar às mudanças.

Foi observado no estudo certa facilidade na obtenção de tais variáveis (DBO, SST e PT), considerando que os empreendimentos da bacia do rio Doce que lançam efluentes em corpos hídricos devem apresentar uma declaração periódica de carga poluidora ao órgão competente, de acordo com a Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 1, de 14 de abril de 2008.

Para efeito desta simulação, foram considerados os dados obtidos no site da FEAM referentes às declarações de carga poluidora - ano base 2014. Não estão disponíveis para consulta os dados compilados referentes aos exercícios de 2015 e 2016.

Fonte: http://www.feam.br/declaracoes-ambientais/declaracao-de-carga-poluidora

6.2 – Metodologia

Utilizaremos a mesma metodologia apresentada pela FUNARBE, ou seja, a proposta "Equivalente Populacional Limitante – EPL", que demonstra a equivalência entre uma fonte poluidora (nesse caso apenas DBO, SST e PT) e certo número de pessoas. Como no estudo da Fundação, o objetivo não será cobrar os equivalentes populacionais (EPs) correspondentes a cada uma das variáveis em análise. Será determinada, dentre as três, a que apresentar o valor limitante, ou seja, o maior equivalente populacional, que corresponderia ao maior volume de água a ser comprometido, determinado como EPL.

6.3 – Definição do PPU referente a um Equivalente Populacional (EP)

Acompanhando o estudo da FUNARBE, a contribuição per capita típica de DBO no esgoto sanitário é de 50 g hab/dia. Em um ano essa contribuição seria de 18,25 kg hab/ano. Sabe-se que para o ano de 2017 é cobrado R$0,160 por quilograma de DBO lançada, um habitante pagaria então o equivalente a R$2,92 por ano. Assim, o PPU correspondente a um EP é de R$2,92.

Importante: Caso o Equivalente Populacional Limitante (EPL) de determinado usuário seja referente à variável DBO, não haverá diferença em relação aos atuais valores da cobrança pelo lançamento pago pelo usuário.

6.4 – Simulação do "Equivalente Populacional Limitante – EPL" – DBO, SST e PT

Para essa simulação não será considerado o desconto das cargas dos parâmetros DBO, SST e PT, já existente no ponto do curso do rio onde a empresa faz a captação (background). Apesar do estudo da FUNARBE informar que a inserção do desconto devido ao background não causa dificuldade operacional quanto à cobrança, entendemos que nesse primeiro momento essa inserção poderá causar algumas distorções, pois caso considere a condição da classe na qual o rio se encontra (enquanto não for aprovado o enquadramento será classe 2), poderia gerar descontos equivocados, tanto para mais quanto para menos. Caso o desconto seja baseado em

relatórios institucionais, ou ainda em análises laboratoriais de responsabilidade da parte interessada, poderia acarretar em dificuldades de operacionalização e verificação destas informações por parte dos órgãos gestores de recursos hídricos.

Carga *Per Capita* (kg/hab/ano)		
DBO	**SST**	**PT**
18,25	21,9	0,365

Cargas per capita de poluentes: valores típicos brasileiros, segundo von SPERLING (2005)

A simulação apresentada a seguir foi feita com base nos dados da Planilha de declarações de carga poluidora - ano base 2014, obtida no site da FEAM. Importante inferir que em tal planilha foram encontrados 210 registros auto declaratórios, de empreendedores localizados na bacia do rio Doce, e que este quantitativo será utilizado apenas como amostragem, não representando o universo total de usuários, Federal e Estadual, pertencentes à bacia do rio Doce.

Simulação:

Considerando os dados de Carga per capita (kg/hab/ano), apresentado no quadro acima, calculamos o Equivalente Populacional (EP) de cada usuário, para cada variável. Com a definição do EP, foi encontrado o Equivalente Populacional Limitante (EPL), ou seja, o maior EP, que corresponde ao maior volume de água a ser comprometido. O EPL foi calculado considerando alguns cenários:

6.1 - DBO, SST e PT;
6.2 - DBO e SST;
6.3 - DBO e PT;
6.4 - DBO; (cenário referência, considerando já ser cobrado atualmente)
6.5 - SST; e
6.6 - PT

Com o valor do EPL definido para cada usuário e cada cenário (6.1 a 6.6), multiplicou-se o valor do EPL ao valor do PPU referente a um EP (R$ 2,92), conforme item 6.3. Como resultado, apresentamos a simulação para os três usuários com maior lançamento de DBO (variável de referência):

				EP (hab)			Montante (R$/ano)					
Usuário	**DBO kg/ano**	**SST kg/ano**	**PT kg/ano**	**DBO**	**SST**	**PT**	**EPL (DBO/SST/PT)**	**EPL (DBO/SST)**	**EPL (DBO/PT)**	**DBO**	**SST**	**PT**
1	1859693,3	0	33727,44	101901	0	92404	297.550,92	297.550,92	297.550,92	297.550,92	-	269.819,52
2	1613817,7	2641496,8	18642,84	88428	120616	51076	352.199,57	352.199,57	258.210,84	258.210,84	352.199,57	149.142,72
3	230165,16	2612758,7	3452,52	12612	119304	9459	348.367,82	348.367,82	36.826,43	36.826,43	348.367,82	27.620,16

No geral, para todos os empreendimentos analisados, apresentamos as seguintes diferenças sobre os valores atualmente pagos pelo lançamento de carga orgânica (DBO):

6.1 - DBO, SST e PT: Acréscimo de 74%
6.2 DBO e SST: Acréscimo de 69%

6.3 - DBO e PT: Acréscimo de 5%
6.4 - DBO: Sem alteração
6.5 - SST: Acréscimo de 19%
6.6 - PT: Decréscimo de 29%

Como pode ser observado, apenas o cenário em que a variável P_{total} foi considerado isoladamente, apresentou redução nos valores da cobrança.

Diferença para o Usuário:

	Diferença para o Usuário (R$/ano) - Em relação à cobrança já implementada sobre o DBO					
Usuário	**EPL (DBO/SST/PT)**	**EPL (DBO/SST)**	**EPL (DBO/PT)**	**DBO**	**SST**	**PT**
1	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-100,00%	-9,32%
2	36,40%	36,40%	0,00%	0,00%	36,40%	-42,24%
3	845,97%	845,97%	0,00%	0,00%	845,97%	-25,00%

Para cálculo dos valores atualizados da cobrança, serão utilizados como referência os valores efetivamente arrecadados, referentes ao exercício de 2016 e o percentual entre captação (81%) e lançamento (19%):

FONTE	Total R$	Lançamento R$	Captação R$
ANA	9.188.873	1.741.632	7.447.241
IGAM	20.685.619	3.920.691	16.764.928
Total	**29.874.492**	**5.662.322**	**24.212.170**

Desta forma, considerando os cenários apresentados neste Item 6, temos as seguintes alterações sobre os valores cobrados (TOTAL 92,5% + 7,5%):

Cenários	Diferença no valor do Lançamento	Valor do Lançamento R$		Valor Total (Cap e Lanç) R$	
		Atual	Corrigido	Atual	Corrigido
6.1 - DBO, SST e PT	74%	5.662.322	9.852.440	29.874.492	34.064.610
6.2 - DBO e SST	69%		9.569.324		33.781.494
6.3 - DBO e PT	5%		5.945.438		30.157.608
6.4 - DBO	Sem alteração		5.662.322		29.874.492
6.5 - SST	19%		6.738.163		30.950.333
6.6 - PT	-29%		4.020.249		28.232.419

Temos as seguintes alterações sobre os valores cobrados (7,5%):

Valores atuais:

FONTE	Total R$	7,5%	92,5%
ANA	9.188.873	689.165	8.499.708
IGAM	20.685.619	1.551.421	19.134.198
Total	**29.874.492**	**2.240.587**	**27.633.905**

Valores Corrigidos conforme Cenários 6.1 a 6.6:

Cenários	Diferença no valor do Lançamento	Valor do 7,5% R$		Custeio estrutura da ED R$	
		Atual	Corrigido	Atual	Completa
6.1 - DBO, SST e PT	74%	2.240.587	2.554.846	- 745.154	- 1.843.553
6.2 - DBO e SST	69%		2.533.612	- 766.388	- 1.864.787
6.3 - DBO e PT	5%		2.261.821	- 1.038.179	- 2.136.578
6.4 - DBO	Sem alteração		2.240.587	- 1.059.413	- 2.157.812
6.5 - SST	19%		2.321.275	- 978.725	- 2.077.124
6.6 - PT	-29%		2.117.431	- 1.182.569	- 2.280.968

Conforme demonstrado, todos os cenários (6.1 a 6.6) apresentados não serão suficientes, isoladamente, para o custeio da ED atual ou completa.

6 – CENÁRIOS CONSIDERANDO ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E INSERÇÃO DE NOVOS PARÂMETROS

6.1 – Projeção da receita referente à parcela de 7,5% (custeio) da Cobrança:

	Projeção da receida (7,5%) conforme Cenários						
	Cenários	Valor Atual	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Atualização Monetária	Cenário Atual	2.240.587	2.240.587	2.240.587	2.240.587	2.240.587	2.240.587
	Cenário 1.1	2.240.587	3.140.407	3.140.407	3.140.407	3.140.407	3.140.407
	Cenário 1.2	2.240.587	2.394.665	2.559.338	2.735.335	2.923.435	3.124.470
	Cenário 1.3	2.240.587	3.140.407	3.356.362	3.587.168	3.833.845	4.097.486
Inserção de novos parâmetros	6.1 - DBO, SST e PT	2.240.587	2.554.846	2.554.846	2.554.846	2.554.846	2.554.846
	6.2 - DBO e SST	2.240.587	2.533.612	2.533.612	2.533.612	2.533.612	2.533.612
	6.3 - DBO e PT	2.240.587	2.261.821	2.261.821	2.261.821	2.261.821	2.261.821
	6.4 - DBO	2.240.587	2.240.587	2.240.587	2.240.587	2.240.587	2.240.587
	6.5 - SST	2.240.587	2.321.275	2.321.275	2.321.275	2.321.275	2.321.275
	6.6 - PT	2.240.587	2.117.431	2.117.431	2.117.431	2.117.431	2.117.431
Correlação entre Cenários	Cenário 1.1 + 6.1	2.240.587	3.580.872	3.580.872	3.580.872	3.580.872	3.580.872
	Cenário 1.1 + 6.2	2.240.587	3.551.111	3.551.111	3.551.111	3.551.111	3.551.111
	Cenário 1.1 + 6.3	2.240.587	3.170.168	3.170.168	3.170.168	3.170.168	3.170.168
	Cenário 1.1 + 6.5	2.240.587	3.253.499	3.253.499	3.253.499	3.253.499	3.253.499
	Cenário 1.1 + 6.6	2.240.587	2.967.792	2.967.792	2.967.792	2.967.792	2.967.792
	Cenário 1.2 + 6.1	2.240.587	2.730.534	2.918.304	3.118.986	3.333.468	3.562.699
	Cenário 1.2 + 6.2	2.240.587	2.707.840	2.894.049	3.093.063	3.305.763	3.533.089
	Cenário 1.2 + 6.3	2.240.587	2.417.358	2.583.592	2.761.257	2.951.140	3.154.080
	Cenário 1.2 + 6.5	2.240.587	2.480.901	2.651.505	2.833.840	3.028.714	3.236.988
	Cenário 1.2 + 6.6	2.240.587	2.263.040	2.418.662	2.584.985	2.762.746	2.952.731
	Cenário 1.3 + 6.1	2.240.587	3.580.872	3.827.116	4.090.295	4.371.570	4.672.189
	Cenário 1.3 + 6.2	2.240.587	3.551.111	3.795.309	4.056.299	4.335.238	4.633.357
	Cenário 1.3 + 6.3	2.240.587	3.170.168	3.388.170	3.621.163	3.870.178	4.136.317
	Cenário 1.3 + 6.5	2.240.587	3.253.499	3.477.231	3.716.349	3.971.910	4.245.045
	Cenário 1.3 + 6.6	2.240.587	2.967.792	3.171.877	3.389.996	3.623.115	3.872.265

* Valores em preto iguais aos atualmente praticados, em azul refere-se a valores superiores aos atualmente praticados e em vermelho são inferiores aos atuais.

6.2 – Projeção da receita referente à parcela de 92,5% (investimento) da Cobrança:

	Projeção dos recursos p/ investimento (92,5%) conforme Cenários							TOTAL	Disponível Rio Vivo e Saneamento (80%)	Diferença sobre o Necessário
	Cenários	Valor Atual	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5			
Atualização Monetária	Cenário Atual	27.633.905	27.633.905	27.633.905	27.633.905	27.633.905	27.633.905	138.169.526	110.535.620	- 98.127.380
	Cenário 1.1	27.633.905	38.731.681	38.731.681	38.731.681	38.731.681	38.731.681	193.658.407	154.926.726	- 53.736.274
	Cenário 1.2	27.633.905	29.534.197	31.565.165	33.735.796	36.055.694	38.535.124	169.425.976	135.540.781	- 73.122.219
	Cenário 1.3	27.633.905	38.731.681	41.395.130	44.241.735	47.284.092	50.535.661	222.188.299	177.750.640	- 30.912.360
Inserção de novos parâmetros	6.1 - DBO, SST e PT	27.633.905	31.509.765	31.509.765	31.509.765	31.509.765	31.509.765	157.548.823	126.039.058	- 82.623.942
	6.2 - DBO e SST	27.633.905	31.247.882	31.247.882	31.247.882	31.247.882	31.247.882	156.239.411	124.991.529	- 83.671.471
	6.3 - DBO e PT	27.633.905	27.895.788	27.895.788	27.895.788	27.895.788	27.895.788	139.478.938	111.583.150	- 97.079.850
	6.4 - DBO	27.633.905	27.633.905	27.633.905	27.633.905	27.633.905	27.633.905	138.169.526	110.535.620	- 98.127.380
	6.5 - SST	27.633.905	28.629.058	28.629.058	28.629.058	28.629.058	28.629.058	143.145.291	114.516.233	- 94.146.767
	6.6 - PT	27.633.905	26.114.987	26.114.987	26.114.987	26.114.987	26.114.987	130.574.936	104.459.949	- 104.203.051
Correlação entre Cenários	Cenário 1.1 + 6.1	27.633.905	44.164.086	44.164.086	44.164.086	44.164.086	44.164.086	220.820.430	176.656.344	- 32.006.656
	Cenário 1.1 + 6.2	27.633.905	43.797.032	43.797.032	43.797.032	43.797.032	43.797.032	218.985.159	175.188.127	- 33.474.873
	Cenário 1.1 + 6.3	27.633.905	39.098.736	39.098.736	39.098.736	39.098.736	39.098.736	195.493.679	156.394.943	- 52.268.057
	Cenário 1.1 + 6.5	27.633.905	40.126.488	40.126.488	40.126.488	40.126.488	40.126.488	200.632.440	160.505.952	- 48.157.048
	Cenário 1.1 + 6.6	27.633.905	36.602.766	36.602.766	36.602.766	36.602.766	36.602.766	183.013.830	146.411.064	- 62.251.936
	Cenário 1.2 + 6.1	27.633.905	33.676.586	35.992.413	38.467.491	41.112.772	43.939.960	193.189.222	154.551.378	- 54.111.622
	Cenário 1.2 + 6.2	27.633.905	33.396.695	35.693.274	38.147.782	40.771.078	43.574.769	191.583.597	153.266.878	- 55.396.122
	Cenário 1.2 + 6.3	27.633.905	29.814.088	31.864.303	34.055.505	36.397.389	38.900.316	171.031.601	136.825.281	- 71.837.719
	Cenário 1.2 + 6.5	27.633.905	30.597.783	32.701.891	34.950.691	37.354.133	39.922.852	175.527.350	140.421.880	- 68.241.120
	Cenário 1.2 + 6.6	27.633.905	27.910.828	29.830.162	31.881.483	34.073.867	36.417.013	160.113.353	128.090.682	- 80.572.318
	Cenário 1.3 + 6.1	27.633.905	44.164.086	47.201.103	50.446.966	53.916.035	57.623.661	253.351.851	202.681.481	- 5.981.519
	Cenário 1.3 + 6.2	27.633.905	43.797.032	46.808.808	50.027.693	53.467.931	57.144.742	251.246.206	200.996.965	- 7.666.035
	Cenário 1.3 + 6.3	27.633.905	39.098.736	41.787.425	44.661.007	47.732.196	51.014.580	224.293.945	179.435.156	- 29.227.844
	Cenário 1.3 + 6.5	27.633.905	40.126.488	42.885.853	45.834.970	48.986.888	52.355.553	230.189.752	184.151.802	- 24.511.198
	Cenário 1.3 + 6.6	27.633.905	36.602.766	39.119.816	41.809.956	44.685.087	47.757.931	209.975.556	167.980.445	- 40.682.555

* Valores em preto iguais aos atualmente praticados, em azul refere-se a valores superiores aos atualmente praticados. Em vermelho são inferiores aos atuais ou insuficientes.

7 – REVISÃO DA EQUAÇÃO REFERENTE À COBRANÇA PELA CAPTAÇÃO DE ÁGUA – SITUAÇÕES DE ESCASSEZ HÍDRICA

A exemplo do que ocorreu na bacia hidrográfica do rio São Francisco, propomos a revisão no Art. 4º da Deliberação CBH-Doce nº 26 de 31 de março de 2011, referente ao peso atribuído ao volume anual efetivamente captado e medido, da seguinte forma:

Quando houver escassez hídrica, em áreas declaradas de restrição de outorga superior a 30% (trinta por cento) o $K_{med\ extra}$ será considerado igual a zero.

Quando a vazão de captação for inferior a vazão outorgada, de modo que a relação $Q_{med\ /\ Qout}$ seja menor que 0,7, o $K_{med\ extra}$ será considerado igual a zero, se houver a demonstração de fatores hidrológicos, contaminações, e a compensação do valor extra cobrado será feito no ano subsequente.

8 – CONCLUSÕES

8.1 – Viabilidade da Entidade Delegatária

Como demonstrado no Item 6.1, os cenários que garantiriam a viabilidade da ED em sua estrutura atual (R$ 3,3 mi) são:

- Cenário 1.3, a partir do segundo ano da aprovação da atualização;
- Cenário 1.1 + 6.1;
- Cenário 1.1 + 6.2;
- Cenário 1.2 + 6.1, a partir do quarto ano da aprovação da atualização;
- Cenário 1.2 + 6.2, a partir do quarto ano da aprovação da atualização;
- Cenário 1.3 + 6.1;
- Cenário 1.3 + 6.2;
- Cenário 1.3 + 6.3, a partir do segundo ano da aprovação da atualização;
- Cenário 1.3 + 6.5, a partir do segundo ano da aprovação da atualização;
- Cenário 1.3 + 6.6, a partir do terceiro ano da aprovação da atualização.

Os demais cenários, se implementados isoladamente, não seriam suficientes para garantir a sustentabilidade financeira da ED em sua estrutura atual.

Nenhum dos cenários apresentados, se implementados isoladamente, seriam suficientes para garantir a sustentabilidade financeira da ED em sua estrutura completa.

8.2 – Disponibilidade de recursos para execução das ações planejadas pelos CBHs

Como demonstrado no Item 6.2, apenas os cenários 1.3 + 6.1 e 1.3 + 6.2 garantiriam recursos para implementação dos programas do PIRH, no horizonte de planejamento de 5 anos, considerando eventuais descontos nos processos licitatórios.

Importante frisar que os mesmos cenários 1.3 + 6.1 e 1.3 + 6.2 garantiriam, logo no primeiro ano, a sustentabilidade financeira da ED em sua estrutura atual.

OFÍCIO Nº 119/2017/CBH-DOCE

Governador Valadares/MG, 21 de dezembro de 2017.

Ilmo. Sr.
HUMBERTO GONÇALVES
Superintendência de Apoio Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Agência Nacional de Águas (ANA)

Assunto: Indicador 3B – Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011

A diretoria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) informa que o Instituto BioAtlântica (IBIO), entidade delegatária e equiparada às funções de agência de água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, encaminhou, no dia 21 de dezembro de 2017, proposta de revisão dos valores e mecanismos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, em atendimento ao indicador 3B do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº072/ANA/2011.

Sem mais para o momento, reiteramos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Luciane Teixeira Martins
LUCIANE TEIXEIRA MARTINS
Presidente do CBH-Doce

Comitê da Bacia do Rio Doce - CBH-Doce
Telefone: (33) 3212-4350 /(33) 8430-8807
E-mail: cbhbaciadoriodoce@gmail.com

IBIO

Juliana Vilela <juliana@ibio.org.br>

aplicação do questionário de avaliação da ED - indicador 5 do CG

1 mensagem

Mariana Rodrigues Lirio <mariana.lirio@ana.gov.br> 29 de novembro de 2017 14:44
Para: Valory <valory@ibio.org.br>, Juliana Vilela <juliana@ibio.org.br>

Prezados Ricardo e Juliana,

Conforme acertado por telefone, entendemos que a aplicação do questionário de avaliação da ED pelos membros do CBH Doce (Indicador 5 do CG) poderá ser realizada conforme procedimento padrão que vem sendo adotado, ou seja, aplicado pelo próprio IBIO na última plenária do ano.

Infelizmente tivemos alguns contra tempos e não conseguimos fazer os testes finais para a viabilizar a aplicação do questionário pela ANA.

Atenciosamente

Mariana Lirio

Especialista em Recursos Hídricos

Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH

Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

mariana.lirio@ana.gov.br

(61) 2109.5373

de: Mariana Rodrigues Lirio<mariana.lirio@ana.gov.br>

para: Sergio Leal <sergio.leal@abhaaraguari.org.br>,
"ronaldo.barbosa@agenciaabha.com.br" <ronaldo.barbosa@agenciaabha.com.br>,
André Luis Marques <andre.marques@agevap.org.br>,
Aline AGEVAP <aline@agevap.org.br>,
Valory <valory@ibio.org.br>,
Fabiano Alves <fabiano@ibio.org.br>,
"sergio.razera@agenciapcj.org.br" <sergio.razera@agenciapcj.org.br>,
Célia Fróes <dg@agbpeixevivo.org.br>,
Ney Murtha <murtha@ana.gov.br>,
José Aguiar de Lima Júnior <zito@ana.gov.br>,
"Ana Cristina (di@agbpeixevivo.org.br)" <di@agbpeixevivo.org.br>,
"patricia@agenciapcj.org.br" <patricia@agenciapcj.org.br>,
"fabio.coca@agencia.baciaspcj.org.br" <fabio.coca@agencia.baciaspcj.org.br>,
"rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br" <rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br>

cc: JOSE MACIEL NUNES DE OLIVEIRA <secretaria@cbhsaofrancisco.org.br>, Secretaria Paranaiba <secretaria@cbhparanaiba.org.br>, "ceivap@agevap.org.br" <ceivap@agevap.org.br>, "se.pcj@agenciapcj.org.br" <se.pcj@agenciapcj.org.br>, "cbhbaciadoriodoce@gmail.com" <cbhbaciadoriodoce@gmail.com>

data: 21 de setembro de 2017 18:47

assunto: RES: OFICINA DE ENTIDADES DELEGATÁRIAS DAS FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE BACIA-2017 - Programação

Prezados Diretores, boa tarde,

Conforme orientação do Coordenador Ney Murtha, e assim como foi mencionado durante as visitas realizadas a cada uma das EDs, a ANA aplicará o questionário de avaliação das EDs pelos membros dos CBHs.

Essa aplicação será por meio de um programa que gera formulários, o FormSus. Cada membro receberá um email com link, senha e usuário. Haverá um período determinado para a resposta do questionário on line, aproximadamente 15 dias. Considerando a possibilidade de baixa quantidade de respostas, estamos prevendo um “plano B” de aplicação presencial durante a última plenária do ano.

Como sabem, essa ação corresponde ao indicador 5 do contrato de gestão para quase todas as EDs. A ANA ficará responsável pela aplicação do questionário, mas é importante que cada ED faça um trabalho de sensibilização dos membros para essa nova metodologia.

Para viabilizar tudo isso, solicitamos que as EDs encaminhem para a ANA, até 15/10, os seguintes documentos e informações:

- A versão do questionário a ser aplicada, com a concordância do GACG;
- A lista de e-mails dos membros titulares e suplentes do CBH;
- A previsão de data de realização da última plenária do ano.

Diante dessas informações, a ANA encaminhará email para todos os membros dos CBHs com as informações, o link, a senha e o usuário.

Pretende-se manter o questionário disponível para preenchimento no período de 13 a 30 de novembro.

A ANA ficará responsável pela consolidação dos resultados e pelo encaminhamento destes para as respectivas EDs.

Os pontos focais para essa ação na ANA são: José Aguiar, Ney Murtha e eu.

Sugerimos que sejam informados os pontos focais também nas EDs, para que os e-mails sobre esse assunto não sejam encaminhados para destinatários que não estarão envolvidos.

Atenciosamente

Mariana Lirio

Especialista em Recursos Hídricos

Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH

Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

mariana.lirio@ana.gov.br

(61) 2109.5373

QUESTIONÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES DELEGATÁRIAS PELOS COMITÊS DE BACIA

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE - CBH-DOCE

Aplicação do questionário:

Nome (opcional)	**Núcleo Comum de Perguntas**																	
	1. Identificação do Avaliador			**2. Questões Objetivas Relativas à ED**														**3. Questão Dissertativa Relativa à ED**
	Participação no CBH (Titular/Suplente)	**Conhecimento do CG**	**Conhecimento das competências da ED**	**Nº de Questões Respondidas**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**Média**	**Justificativas**	**Expectativas em relação ao IBIO**
Ronevon Huebra da Silva	Titular	Sim	Sim	11	9	8	10	10	10	9	8	9	10	10	9	**9,3**	Não apresentou justitficativa	Embora sempre atendendo de forma tempestiva, é necessário melhorar a estrutura, para isso faz-se necessário o imediato repasse dos recursos por parte do Estado de Minas Gerais.
Odorico Pereira de Araújo	Titular	Sim	Sim	11	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	**10,0**	Não apresentou justitficativa	Entendo que o IBIO atende às expectativas de forma simples e objetiva. Assim, não tenho nada a acrescentar.
	Suplente	Sim	Sim	11	10	9	10	9	10	10	10	10	9	9	9	**9,5**	Não apresentou justitficativa	A atualização do setor financeiro poderia ser exposta mais regularmente nas reuniões.
	Titular	Não	Sim	11	7	8	9	8	7	7	7	6	7	8,5	8,5	**7,5**	Não apresentou justitficativa	Não respondeu a questão dissertativa.
Humberto Savelli B. Gomes	Titular	Sim	Não	11	7	7	7	7	8	8	8	6	7	8	7	**7,3**	Não apresentou justitficativa	Criar canais de comunicação com a comunidade (associação, institutos, instituições de ensino, etc.) para divulgação dos projetos de revitalização do Rio Doce.
	Titular	Não	Não	10	7	8		6	7	9	9	9	8	9	6	**7,8**	Não apresentou justitficativa	Não respondeu a questão dissertativa.
Fábio Monteiro Cruz	Suplente	Sim	Sim	11	9	9	10	10	9	9	9	9	9	8	9	**9,1**	1) Equipe técnica dedicada e competente que sempre busca atender as demandas de maneira ágil e eficiente; 2) Considerando a resposta da questão anterior, eu creio que sim; 3) Sempre recebo em tempo hábil as convocações e documentos que pautam as reuniões; 4) Sim, sempre as equipes são convocadas e as reuniões costumam ser produtivas; 5) Sim, linguagem sempre adequada aos objetivos das reuniões; 6) Sim, sempre propõe soluções técnicas factíveis e bem estruturadas; 7) Sim, técnicos experientes, competentes e qualificados; 8) Sim, por trabalhar em cooperação com os comitês, o IBIO consegue prever as oportunidades de proposição de otimização no gerenciamento das águas; 9) Sim, o IBIO atua como parceiro dos comitês na implementação das ações do plano. 10) A informação é publicada e todos podem ter acesso, assim como sua alocação costuma ser discutida no âmbito dos comitês; 11) Creio que sim, uma vez que os comitês acompanham esse processo.	Não respondeu a questão dissertativa.
Luiz Cláudio C. Figueiredo	Titular	Sim	Sim	11	9	8	10	9	10	9	10	9	10	10	10	**9,5**	Não apresentou justitficativa	Com o repasse regular dos recursos da cobrança pelo Estado de MG e com a implantação da cobrança no ES.
Francisco André Fiorotti	Titular	Não	Sim	7	8	8	10	8	9	8,5	10					**8,8**	1) Quase numa totalidade; 2) O pouco que eu conheço acredito que sim; 3) Recebo por e-mail antecipadamente o comunicado via celular, com no mínimo 15 dias; 5) Algumas atas tem que ser simplificadas; 6) Estou assumindo agora e pelo que vi até o momento sim. Numa próxima avaliação poderei opinar melhor; 7) Até o momento, no que eu participei em conjunto com o IBIO, sim; 8) Prefiro não dar nota nesse quesito por estar iniciando o mandato. Só poderei opinar mais adiante; 9) A mesma opinião anterior; 10) A mesma opinião anterior; 11) Quero aguardar mais um pouco para dar opinião e nota, pois faço também de um comitê novo e estamos em fase de passar os recursos para o comitê.	Não respondeu a questão dissertativa.
Maria José Gomes Pereira	Suplente		Sim	5	9		10				10			10	9	**9,6**	3) Sempre com dez dias de antecedência (média); 4) Sim; 5) Sim; 7) Sim; 9) Sim	Não tenho críticas, todas as vezes que procurei sempre fui bem atendida.

	Titular	Sim	Sim	11	3	5	9	4	3	3	7	2	5	6	4	**4,6**	1) Se vê esforço no atendimento, mas há precariedade no tempo de resposta das solicitações e ausência de habilidade nas pessoas no trato de inúmeras questões gerenciais e operacionais; 2) Razoavelmente, pois ainda necessita de muito aprimoramento para se tornar adequado; 4) Para as plenárias sim, mas as demais instâncias deixam enormemente a desejar; 5) Em alguns casos, extremamente longos, complexos, linguagem excessivamente técnica; 6) Além da inabilidade em muitas questões e falta de resolutividade em muitas outras, que ficam estagnadas ou com imensa demora em solução; 7) Alguns membros sim, outros são extremamente inábeis; 8) A impressão que tenho é que a agência deixa se absorver intensamente pelas demandas diárias, não dispondo de tanto tempo para a tal proatividade; 9) Ás vezes, de acordo com a conveniência da agência e com foco apenas na meta de desembolso; 10) Os relatórios são de difícil interpretação e o lastro entre o ordenamento e a conclusão da despesa se perde entre muitos atos; 11) As grandes deficiências nos termos de referências e no acompanhamento das ações possibilitam gastos desnecessários ou equivocados, prejudicando consideralmente as atividades e orçamento do CBH.	Primeiro implantando uma gestão profissional e eficiente, que cumpra metas e cobre resultados e competência de todos, indistintamente. Creio que o sistema de seleção das pessoas pode colaborar, contratando perfis mais adequados. Uma comunicação interna com os membros do comitê que flua com mais facilidade, visando contribuir com os resultados. Otimização dos gastos com planejamentos a médio e longo prazo. Desenvolvimento de técnicas e rotinas de trabalho que possibilitem ações mais articuladas e melhores elaboradas. Funções mais bem definidas, tanto internamente quanto externamente, para clarear o papel de cada funcionário. E, algo ainda mais relevante, o reposicionamento da agência, se postando como o braço executivo do CBH e não como agente político e articulador, funções estas dos membros do CBH.
Fabiano B. Rangel	Titular	Sim	Sim	11	8	9	7	8	9	9	9	8	7	9	7	**8,2**	1) Existem solicitações não atendidas por ausência de recursos; 3) Considerando que tenho um deslocamento maior, preciso de mais antecedência no agendamento; 5) Todos bem completos; 9) O processo ainda padece de uma burocracia excessiva; 11) Tempo de execução ainda sofre com a burocracia.	Intensificando a capacitação técnica dos membros. Ampliando a capacidade de implementação dos recursos da cobrança.
Flamínio Guerra Guimarães	Titular	Sim	Sim	11	8	9	10	9	10	9	9	8	10	10	10	**9,3**	1) Atende de modo satisfatório, porém para algumas demandas, é preciso uma atuação mais insistente; 2) Apesar das limitações de pessoal da agência, o atendimento às demandas tem sido adequado; 3) Sempre as informações, documentações, convocações, são recebidas em tempo.	Uma melhor estruturação da agência, com o intuito de melhorar a sua atuação na bacia, que é muito extensa e que faz falta na questão do atendimento pleno. Contratação de pessoal. Está comprovado que os 7,5% não são suficientes.
Sandra Alves Pereira	Titular	Não	Não	7	10	10	10		10	9	10	9				**9,7**	9) Não tenho condições de avaliar, pois tomei posse agora; 10) Não tenho condições de avaliar, pois tomei posse agora; 11) Não tenho condições de avaliar, pois tomei posse agora	Não respondeu a questão dissertativa.
Sebastião Tomás Carvalho	Titular	Sim	Sim	11	9	8	10	9	9	9	9	8	7	8	8	**8,5**	Não apresentou justitficativa	Dar maior celeridade nas ações práticas de recuperação e proteção da bacia.

Antônio Ruy Junior	Titular	Sim	Sim	8	9	9	9	8	9	10	10	9				**9,1**	1) Sempre que solicitados, estão à disposição; 2) Sim, mas uma das necessidades é auditório, outro é estacionamento; 3) Sim, no meu caso é uma exceção, tenho um pouco mais de tempo do que os demais membros, por isso estou mais satisfeito; 4) Precisa de mais companheirismo, comprometimento dos membros de cada equipe que é indicada; 5) Às vezes sim, às vezes não; 6) Eu acredito na capacidade da entidade e de cada membro que foi designado para delegar funções nessa agência; 7) Sim, parte da resposta na pergunta nº 6; 8) Sim, gostaria até que apresentasse mais propostas, estudos,etc.; 9) Ainda não conheço por completo, sei muito pouco; 10) Acredito que sim, com esse alerta vou me aproximar mais das informações; 11) Para mim, ainda esse nome "cobrança" é que deve ser mudado, é necessário e precisamos da cobrança, mas as pessoas tem medo desse nome, isso assusta e sem ela os comitês não existem.	Acompanhando de perto suas ações, em visitas aos municípios que compõem a bacia, sempre que possível. Ser identificado como representante da entidade que representa no caso o IBIO, e ficaria muito satisfeito se, alguém chegasse de surpresa em nossas bacias hidrográficas dos nossos CBHs e se identificasse dizendo que está ali hoje para conversar e orientar a população.
	Titular	Sim	Sim	11	10	8	10	10	10	10	10	8	10	10	10	**9,6**	1) Todas as vezes que solicitamos a ajuda do IBIO temos total atendimento; 2) Sim, ao meu ver esta estrutura tem atendido as necessidades do comitê, vejo que tem cada dia mais atendido as demandas do comitê; 3) as convocações e os documentos são enviados com antecedência satisfatória; 4) O trabalho de mobilização social tem ocorrido de forma satisfatória; 5) Os documentos elaborados tem sido de fácil compreensão e tem atendido muito bem ao comitê; 6) O IBIO tem demonstrado capacidade técnica para resolver os problemas demandados e tem ajudado muito o comitê na tomada de decisões; 7) Sim, a equipe do IBIO tem mostrado confiança e habilidade. Tem orientado muito bem tecnicamente os membros do CBH; 8) Sim, o IBIO sempre apresenta proposta ao comitê. Sempre tem mostrado ao comitê antecipando os acontecimentos na bacia hidrográfica do Rio Doce; 9) O IBIO sempre tem trabalhado com medidas necessárias para a execução das ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia; 10) O IBIO sempre apresentou com transparência os gastos com os recursos da cobrança; 11) Os recursos da cobrança sempre foram discutidos em plenária e o IBIO tem aplicado estes recursos com eficiência e tem atendido as determinações do comitê.	Sempre estar presente nas plenárias, buscando unidade, nos grupos de trabalho e na assembleia geral do comitê do rio Doce. Apresentando novas propostas de trabalho, e melhora na utilização dos recursos arrecadados da cobrança.
Carlos Eduardo da Silva	Titular	Sim	Sim	11	9	8	10	9	10	9	9	9	9	9	9	**9,1**	2) Falta de técnicos; 10) Com participação do MP	Acredito que, com o repasse total de dinheiro contingenciado pelo governo de MG e o aumento do 7,5% para 15%, nossa agência poderia ser mais eficiente nas ações dos CBHs do Doce.
Marcio Santos Ferreira	Suolente	Não	Sim	9	7	7	7		7	8	9	8	7	7		**7,4**	4) Ainda não conheço; 11) Ainda estou conhecendo os procedimentos.	Não respondeu a questão dissertativa.
Marilia Pelegrini	Titular	Sim	Sim	11	9	9	10	9	10	9	9	9	9	9	9	**9,2**	1) Sim, em tempo hábil; 2) O atendimento atende plenamente as demandas; 3) Sempre o envio e entrega é realizado com eficiência; 4) Sim; 5) A linguagem é sempre satisfatória; 6) Sim, resolvem e superam os obstáculos; 7) Sempre estão a disposição do comitê nos fornecendo o suporte necessário; 8) Existe uma postura de antecipação para solucionar os problemas; 9) Sim; 10) Sim, sempre mostram onde estão sendo investidos os recursos; 11) São investidos na bacia através dos programas	Não respondeu a questão dissertativa.
Felipe Benício Pedro	Titular	Sim	Sim	11	9,9	9,9	9,9	9,9	9,9	9,9	9,9	9,9	9,9	9,9	9,9	**9,9**	Não apresentou justitficativa	Ter condições de trabalhar para isso, que não haja contingenciamento dos recursos da cobrança.
	Titular	Não	Não	10	9	9		10	9	9	10	8	8	9	10	**9,1**	Não apresentou justitficativa	Não respondeu a questão dissertativa.

	Titular	Sim	Sim	11	9	7	10	8	9	8	8	8	8	9	9	**8,5**	Não apresentou justitficativa	Não respondeu a questão dissertativa.
	Titular	Sim	Não	11	8	10	10	9	6	10	10	9	9	7	8	**8,7**	1) As demandas são bem atendidas. Talvez o corte de gastos esteja impedindo a nota 10; 2) São organizados e muito competentes; 5) Aí tem uma dificuldade: as atas não são apresentadas com assiduidade.	De forma geral, a atuação do IBIO é satisfatória. Porém, recentemente está havendo uma diminuição da presença da instituição nas reuniões dos CBHs afluentes - segundo a mesma, devido a cortes de gastos.
Hernani Santana	Titular	Sim	Sim	11	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	**10,0**	1) Sim, sem nenhuma intercorrência; 6) Sempre.	Percebo que o IBIO está sempre se atualizando para atender da melhor forma possível as demandas e necessidades do CBH.
	Titular	Sim	Sim	11	10	10	10	10	10	9	10	10	10	10	10	**9,9**	Não apresentou justitficativa	Não respondeu a questão dissertativa.
Gisleno Martins Castro	Titular	Sim	Sim	11	8	9	9	9	10	9	9	9	9	9	8	**8,9**	Não apresentou justitficativa	Não respondeu a questão dissertativa.
	Suolente	Não	Sim	11	8	8	10	10	10	10	10	10	10	10	10	**9,6**	Não apresentou justitficativa	Não respondeu a questão dissertativa.

Questionários Entregues: 86	Média do Nº de Questões Respondidas:	**10**														**Tem conhecimento do CG?**	**Tem conhecimento das competências da ED?**
Questionários Respondidos: 40	ɨdia da Nota de cada uma das 11 Questões:		**8,5321**	**8,5**	**9,5**	**8,8**	**8,9**	**8,9**	**9,2**	**8,5**	**8,7**	**9,0**	**8,7**				
ıestionários Respondidos:	Média da Nota Total dos Questionários:														**8,9**		

QUESTIONÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES DELEGATÁRIAS PELOS COMITÊS DE BACIA

O indicador 5 dos Contratos de Gestão celebrados entre a ANA e as Entidades Delegatárias, com anuência dos Comitês de Bacia, prevê a ***"Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Delegatária"***.

O objetivo do referido indicador é aferir de forma periódica e objetiva o **reconhecimento social** da Entidade Delegatária (ED) pelo **Comitê da Bacia** que o indicou para exercer funções de Agência de Águas. Em outras palavras, a finalidade é aferir a percepção do Comitê quanto à eficiência técnica e administrativa da ED, inclusive no cumprimento das funções de Secretaria Executiva do Comitê.

METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

À luz da legislação em vigor em relação às atribuições das EDs, assim como em função dos questionários usualmente aplicados por estas, na concepção das perguntas foram consideradas as seguintes premissas:

- ✓ capacidade de exercer com eficácia funções de Secretaria Executiva do Comitê;
- ✓ rapidez e eficiência no atendimento às consultas técnicas;
- ✓ clareza e qualidade na elaboração e análise de documentos técnicos;
- ✓ grau de confiança na equipe;
- ✓ abordagem simples e direta sem ser exaustiva;
- ✓ baixo número de questões e vinculação de referencial numérico (nota) nas alternativas de resposta, sempre que possível.

Como decorrência dessas premissas o formulário foi reduzido e o tempo estimado para seu preenchimento é de, aproximadamente, dez minutos.

Ademais, quanto às regras e procedimentos para a aplicação das pesquisas considera-se que:

- ✓ o público-alvo para avaliar a ED será os membros na Plenária, quer sejam titulares ou suplentes na exercício da titularidade;
- ✓ a identificação do avaliador (membro Titular ou Suplente) será facultada a critério do avaliador;
- ✓ deverá ser aplicada e apurada pela própria ED ou por entidade indicada, a seu critério;
- ✓ as Entidades Delegatárias podem incluir outras questões que julguem oportunas, mas não devem modificar a ordem das questões aqui propostas;
- ✓ é necessário que se tenha um mínimo de 70% de questionários respondidos pelos membros do Comitê (Titular ou Suplente) para garantir a representatividade da pesquisa;

- ✓ para efeito de avaliação, no âmbito do Contrato de Gestão, deverão ser computadas apenas as questões objetivas do **núcleo comum**, conforme proposto.

Propõe-se que o questionário seja aplicado durante as reuniões plenárias.

Para cada questão **objetiva** deverá ser atribuído um valor entre 0 (zero) e 10 (dez). A aferição do resultado final da avaliação das **EDs** deverá ocorrer por meio do cálculo da média simples das notas.

Caso a pontuação atribuída em qualquer uma das perguntas for inferior a 5 (cinco), o avaliador deverá, necessariamente, justificá-la. A justificativa será analisada pela Comissão de Avaliação de Contratos de Gestão – CAv.

A seguir apresenta-se o questionário, com o **núcleo comum** de perguntas a todas EDs, a ser submetido aos membros do Comitê.

QUESTIONÁRIO

NÚCLEO COMUM DE PERGUNTAS PARA TODOS OS COMITÊS

1. IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR

Nome (*opcional*)_____

Sua participação no comitê ocorre como membro:

☐ Titular ☐ Suplente

Você conhece o Contrato de Gestão celebrado entre a ANA e o IBIO?

☐ Sim ☐ Não

Você conhece claramente as competências do IBIO?

☐ Sim ☐ Não

2. QUESTÕES OBJETIVAS RELATIVAS À ENTIDADE DELEGATÁRIA

Pergunta 1 – As solicitações do Comitê são atendidas de forma satisfatória pelo IBIO?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 2 – A estrutura organizacional do IBIO favorece o atendimento adequado às demandas do Comitê?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 3 – Recebo as convocações e a documentação referentes às reuniões com a antecedência satisfatória, conforme os prazos regimentais?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 4 – O trabalho de mobilização social para as reuniões (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho etc.) tem ocorrido de forma satisfatória?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 5 – Os documentos (atas, resoluções, moções, termos de referência, parecer, ofício e carta ou outros correlatos) são bem elaborados e de fácil compreensão?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 6 – O IBIO demonstra capacidade técnica para resolver os problemas demandados e superar os obstáculos?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 7 – A equipe do IBIO demonstra confiança e habilidade para resolver os problemas e orientar tecnicamente os membros do Comitê?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 8 - Existe postura proativa do IBIO para apresentar propostas ao Comitê e se antecipar aos problemas em potencial?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 9 – O IBIO toma as medidas necessárias para a execução das ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 10 – Os recursos da cobrança são administrados com transparência?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

Pergunta 11 – Os recursos da cobrança são investidos na bacia com eficiência pelo IBIO?

Nota: _____ (entre 1 e 10)

Justificativa:_____

_____

_____

3. QUESTÃO DISSERTATIVA RELATIVA À ENTIDADE DELEGATÁRIA

Propõe-se a seguir uma questão dissertativa, com a intenção de identificar as expectativas dos membros do comitê em relação ao IBIO, de modo a permitir explicitar críticas e sugestões para o aprimoramento das atividades realizadas.

Como o IBIO poderia melhorar sua atuação junto ao CBH Doce?

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____